

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MARCELO BERNARDO DOS SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO: AS FORMAS DE ENUNCIÇÃO DA  
IDENTIDADE DA MULHER NA MÍDIA JORNALÍSTICA.**

RECIFE

2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARCELO BERNARDO DOS SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO: AS FORMAS DE ENUNCIÇÃO DA  
IDENTIDADE DA MULHER NA MÍDIA JORNALÍSTICA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Linguagem, Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Hennes Sampaio.

RECIFE

2008

**Santos, Marcelo Bernardo dos**

**Relações de gênero: as formas de enunciação da identidade da mulher na mídia jornalística / Marcelo Bernardo dos Santos. – Recife: O Autor, 2008.**

**236 folhas. : il., gráf.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, 2008.**

**Inclui bibliografia.**

**Acompanha anexos em CD-ROM.**

**1. Lingüística. 2. Análise do discurso. 3. Comunicação de massa. 4. Jornalismo. 5. Identidade social. 6. Mulheres. I.Título.**

**801.3 CDU (2.ed.)**

**401.41 CDD (22.ed.)**

**UFPE**

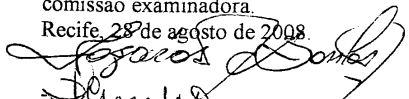
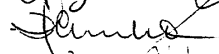
**CAC2008-**

**63**

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA PARA JULGAR A DISSERTAÇÃO INTITULADA: "**RELAÇÕES DE GÊNERO: AS FORMAS DE ENUNCIÇÃO DA MULHER NA MÉDIA JORNALÍSTICA**", DE AUTORIA DE: **MARCELO BERNARDO DOS SANTOS**, ALUNO DESTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS.

O julgamento ocorreu às 15h do dia 28 de agosto de 2008, no Centro de Artes e Comunicação/UFPE, para julgar a Dissertação de Mestrado intitulada: *RELAÇÕES DE GÊNERO: As Formas de Enunciação da Identidade da Mulher na Média Jornalística*, de autoria de Marcelo Bernardo dos Santos, aluno deste Programa de Pós-Graduação em Letras. Presentes os membros da comissão examinadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Hennes Sampaio (Orientadora), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dóris de Arruda Carneiro da Cunha, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Teixeira Vieira de Melo. Sob a presidência da primeira, realizou-se a arguição do candidato. Cumpridas as disposições regulamentares, foram lidos os conceitos atribuídos ao candidato: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Hennes Sampaio: **Aprovado**, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dóris de Arruda Carneiro da Cunha: **Aprovado**, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Teixeira Vieira de Melo: **Aprovado**. Em seguida, a prof.<sup>a</sup> Maria Cristina Hennes Sampaio comunicou ao candidato **Marcelo Bernardo dos Santos**, que sua defesa foi aprovada pela comissão examinadora. E, nada mais havendo a tratar eu, Jozaias Ferreira dos Santos, Secretário do Programa de Pós-Graduação em Letras, lavrei a presente ata que assino com os demais membros da comissão examinadora.

Recife, 28 de agosto de 2008.

  
  
- Maria Cristina Hennes Sampaio  
- Cristina Teixeira

A meus pais José (in memoriam) e Edite, por serem TUDO.

A meus avós Severino (in memoriam) e Alaíde (in memoriam), por me ensinarem o respeito e a dignidade. À Marina, minha amiga e mãe no coração.

## AGRADECIMENTOS

No percurso deste trabalho, muitas pessoas participaram para que ele fosse concluído. Cada qual dentro das suas potencialidades influenciou para que eu pudesse chegar ao ponto final desta dissertação. Na verdade, não há ponto final, apenas uma pausa para novos começos.

Seria impossível não dizer muito obrigado à profa. Dra. Maria Cristina Hennes Sampaio, ou simplesmente Cristina – como nós carinhosamente a chamamos – pela importante condução e orientação e por ter acreditado nas possibilidades das minhas idéias.

Não posso esquecer as professoras e professores do departamento de Pós-Graduação em Letras que muito me ensinaram durante as aulas que tive: Abuêndia Padilha, Marígia Viana, Virgínia Leal, Dóris Arruda, Gilda Lins, Nelly Carvalho e André Camlong (professor convidado); meu muito obrigado pelos ensinamentos.

Agradeço também à Coordenação da Pós-Graduação em Letras e seus funcionários pelo apoio, disponibilidade e atenção com que atenderam a todas as minhas necessidades enquanto aluno deste curso de Mestrado. Obrigado a Ângela Dionísio, Diva, Jozaias, todos os estagiários do departamento e ao pessoal da biblioteca.

Um agradecimento muito especial à turma de 2006 da qual fiz parte e que ficará marcada na minha memória por reunir pessoas com capacidades extraordinárias sejam tanto no campo profissional quanto no pessoal. Mas vou lembrar sempre destas pessoas maravilhosas como: Wanda (a eterna cantora do rádio), Simone (a nossa fada madrinha), Morgana (a moça do Unibanco), Eliza (é uma Patativa arretada!), Márcio (o Guarani dos tempos modernos), Jaciara (a violência não tem vez e nossa promotora de eventos), Guilherme (o Rei de Caruaru), Alfredina (não perde o amigo nem perde a piada), Cecília (a multimodalidade do conhecimento), Maria Clara (a super-mãe das charges), Josiane (a voz das empregadas domésticas), Carol (a propaganda é a alma do turismo), Eliezer (o tradutor da Wikipédia), Gilvani (a lutadora) que nos mostrou que nunca devemos desistir.

Não posso deixar de agradecer aos amigos fiéis e sempre prontos a ajudar nos momentos difíceis. A força de vocês me motivou de forma valiosa nos instantes quase eternos de não saber como prosseguir em meu trabalho: Valdir, Ronaldo, Josemar, Joelma, Maria Lúcia, Flávia, Silvana, José Ricardo e Flávio.

A possibilidade de fazer este mestrado me foi possível graças à Secretaria de Educação da Prefeitura de Olinda e à Secretaria de Educação da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes que me concederam a licença de afastamento de sala de aula necessária para realizar meu curso com dedicação. Muito obrigado por investirem na minha formação profissional.

Não quero deixar de agradecer a ninguém. Mas, se por uma falha da minha memória, algum nome foi deixado nos caminhos dos meus neurônios, peço mil desculpas. Sei que mil não são suficientes, todavia já ajuda a remediar a falta cometida.

A onda de acontecimentos é imensa e contínua. Diz respeito aos indivíduos e aos grupos, aos átomos e às galáxias, aos fatos e às idéias, às frações de segundo e à eternidade... Refere-se a todos os níveis da realidade. Admite todas as abordagens e convoca a todos os pontos de vista. Engloba, pois, todos os discursos. Acolhe, para cada acontecimento desse infinito, uma infinidade de raízes (e de causas) de uma infinidade de tipos e, igualmente, uma infinidade de conseqüências e repercussões. Não elimina uma conotação sequer, nem rejeita correspondências. Tece uma trama infinita, um *continuum* sem limite.

Mais do que isso: não constitui um dado definitivo. É emergência contínua e complexa sob todos os aspectos imagináveis. Empurra-nos, cada vez mais violentamente. A reapropriação do real é um trabalho de *Sísifo*: tanto da onda de acontecimentos em si, quanto do conteúdo e da forma da compreensão. (Marc Paillet, 1986; p. 11)



## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise enunciativo-discursiva acerca de como se constrói a identidade feminina nos discursos sobre a mulher, veiculados por diferentes esferas de atividades sociais, nos principais jornais de quatro capitais da região nordeste, mais especificamente no espaço destinado a matérias de opinião. Considerando que o jornal, ao conceder espaço para a veiculação de diferentes opiniões que expressam os acentos apreciativos de tais esferas, dá visibilidade a estas esferas, possibilitando que as mesmas exponham seus pontos de vistas, informem e formem a opinião pública, foram também analisadas as questões éticas implicadas nos sentidos produzidos nos discursos que têm como eixos temáticos norteadores, os atos éticos dignidade, justiça e liberdade. Os *corpora* foram constituídos por noventa e sete textos – entre editoriais e textos de opinião – publicados em seis jornais de quatro capitais da Região Nordeste, sendo dois de Recife - PE (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio), dois de João Pessoa - PB (O Norte e Correio da Paraíba), um de Maceió - AL (Gazeta de Alagoas) e um de Fortaleza - CE (Diário do Nordeste). Foram selecionados aqueles textos que tratam diretamente da temática feminina na data de comemoração do Dia Internacional da Mulher. Estes textos foram classificados e distribuídos em oito variáveis: Esfera da Política (T1), Esfera Jornalística (T2), Esfera Acadêmica (T3), Esfera Jurídica (T4), Esfera Religiosa (T5), Esfera do Senso Comum (T6), Esfera dos Movimentos Sociais (T7) e Esfera da Saúde (T8). Os *corpora* dessas variáveis, submetidos a um processamento estatístico-matemático informatizado (Programa STABLEX), foram descritos e interpretados por abordagens quantiquantitativas: (1) Método de Análise Lexical, Textual e Discursivo de Camlong (1996), (2) Teoria Filosófica-Dialógica Bakhtiniana, incluindo conceitos como Ato Ético, Dialogismo, Acento Apreciativo; e (3) abordagens teóricas acerca das relações de Gênero e de Identidade. Conclui-se que as esferas de atividades sociais analisadas constroem uma dupla identidade para a mulher: (1) a da mulher emancipada, que é reconhecida por sua força e coragem nas conquistas de seus direitos, nas suas lutas para mudar as desigualdades entre os sexos. Há o reconhecimento de sua ascensão, cada vez maior no mercado de trabalho, sendo caracterizada como ativa, participativa, dinâmica, autônoma, independente do sexo oposto, protagonista de suas próprias ações. Ainda assim, destacando-se as características opostas às do homem, as quais limitam sua atuação no espaço público. E uma outra identidade (2): a da mulher vitimizada, tanto pelos atos de violência masculina de força física como simbólica. A oposição ao homem ocorre no campo da política, no aspecto moral de conduta e ação. Ao mesmo tempo a política é apontada como um espaço não adequado para a mulher em decorrência de suas qualidades morais, fazendo retornar ao lar, onde sua moral estaria preservada. A conquista da liberdade configura, para a mulher, a sua autonomia em relação às suas próprias escolhas. A identidade da mulher é construída, pois, no embate dialógico de acentos apreciativos que ora configuram imagens femininas antagônicas, ora se complementam, na medida em que estas imagens compõem a própria heterogeneidade da identidade da mulher que está sendo construída. Conclui-se também que o jornal age eticamente ao promover a discussão entre as diversas posições axiológicas construídas nas diferentes esferas; posições que ora convergem ora divergem do caminho que a mulher tem percorrido para a constituição de sua identidade na sociedade.

**Palavras-chave:** “discurso”; “mídia”; “gênero”; “identidade”.

## ABSTRACT

The present paper has as its objective to make an enunciative-discursive analysis on how one constructs the female identity in the discourses about women, published by different scopes of social activities, in the main newspapers of four capitals of the northeast region, particularly on the space destined to opinion matters. Considering that the newspaper, by conceding space for the broadcasting of different opinions that express the appreciative accents of such scopes, gives visibility to these scopes, allowing them to expose their points of views, inform and model public opinion, it was also analyzed the ethical issues implied in the meanings produced in the discourses which have, as guiding thematic axis, the ethical acts of dignity, justice and freedom. The *corpora* were made by ninety-seven texts – among editorials and opinion texts – published in six newspapers of four capitals of the Northeast Region, two of which from Recife - PE (*Diário de Pernambuco* and *Jornal do Commercio*), two from João Pessoa - PB (*O Norte* and *Correio da Paraíba*), one from Maceió - AL (*Gazeta de Alagoas*) and one from Fortaleza - CE (*Diário do Nordeste*). It was selected the texts that treat, directly, of the feminine thematic on the celebration date of Woman International Day. These texts were classified and distributed into eight variables: Politics Scope (T1), Journalistic Scope (T2), Academic Scope (T3), Juridical Scope (T4), Religious Scope (T5), Common Sense Scope (T6), Social Movements Scope (T7) and Health Scope (T8). The *corpora* of these variables, submitted to a computerized statistics-mathematics processing (Program STABLEX), were described and interpreted by quantiquitative approaches: (1) Camlong (1996)'s Method of Lexical, Textual and Discursive Analysis, (2) Philosophic-Dialogic Bakhtinian Theory, including concepts such as, Ethic Act, Dialogism, Appreciative Accent; and (3) theoretical approaches about the relationship of Genre and Identity. It is concluded that the analyzed scopes of social activities construct a double identity for the woman: (1) of the emancipated woman, who is recognized by her strength and courage in the conquest of her rights, her struggles to change inequalities between gender. There is the acknowledgment of her rising, every time greater in the working market, being characterized like active, participative, dynamic, autonomous, independent of the opposite gender, actor of her own actions. Even so, separating the characteristics opposite those of man, which limit her acting in the public space. Moreover, another identity as (2) the woman victimized, by both male violence acts of physical strength as well as symbolic ones. The opposition to man occurs in the politics fields, in the moral aspect of behavior and action. At the same time, politics is appointed as a non-adequate space for the woman due to her moral qualities, making her return to her home, where her moral would be preserved. The conquest of freedom configures, for the woman, her autonomy in relation to her own choices. The woman's identity is constructed, thus, in the dialogic hit of appreciative accents that sometimes configure antagonistic feminine images and sometimes complement one another, as far as these images compound the proper heterogeneity of the woman's identity that is being constructed. It is also concluded that the newspaper acts ethically to promote the discussion among the several axiological positions built in the different scopes; positions that sometimes converge sometimes diverge of the path that the woman has run through for the creation of her identity in society.

**Key words:** “discourse”; “media”; “gender”; “identity”.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico I – Violência.....</b>	<b>107</b>
<b>Gráfico II – Defesa e Proteção.....</b>	<b>126</b>
<b>Gráfico III – Trabalho.....</b>	<b>147</b>
<b>Gráfico IV – Cidadania.....</b>	<b>170</b>
<b>Gráfico V – Política.....</b>	<b>187</b>
<b>Gráfico VI – Liberdade.....</b>	<b>208</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>PRIMEIRA PARTE: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVO-ENUNCIATIVA.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1. LINGUAGEM, DIALOGISMO E ATO ÉTICO NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA.....</b>	<b>22</b>
1.1 O Ato Ético.....	22
1.2 Dialogismo: o ato vivo da linguagem.....	31
1.3 Acento apreciativo: um ato de desvelar sentidos.....	40
<b>CAPÍTULO 2. DISCURSO E IDENTIDADE.....</b>	<b>44</b>
2.1 Identidade.....	44
<b>CAPÍTULO 3. RELAÇÕES DE GÊNERO E A MULHER NA SOCIEDADE.....</b>	<b>52</b>
3.1 Relações de Gênero: um olhar nas mudanças.....	52
3.2 Mulher e Trabalho: a busca da autonomia.....	55
3.3 Mulher e Política: acesso ao poder.....	59
3.4 Mulher e Cidadania: a busca dos direitos.....	63
3.5 Mulher e Educação: saber e autonomia.....	67
3.6 Mulher e Saúde: viver bem.....	71
3.7 Mulher e Violência: as marcas do controle.....	74
3.8 Mulher: defesa e proteção.....	76
<b>CAPÍTULO 4. JORNAL: A IMPRENSA FORMA OPINIÃO.....</b>	<b>79</b>
4.1 Imprensa e Discurso.....	79
4.2 Jornal e seus gêneros: o editorial e o artigo.....	81

4.3 Meios de comunicação: o jornal e a ética.....	85
<b>SEGUNDA PARTE: METODOLOGIA E MÉTODO.....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO 5. A CONSTITUIÇÃO DOS CORPORA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>89</b>
5.1 Caracterização dos <i>corpora</i> .....	89
5.1.1 Contextualizando as fontes de pesquisa.....	90
5.1.1.1 Diário de Pernambuco.....	90
5.1.1.2 Jornal do Commercio.....	91
5.1.1.3 O Norte.....	92
5.1.1.4 Correio da Paraíba.....	93
5.1.1.5 Diário do Nordeste.....	94
5.1.1.6 Gazeta de Alagoas.....	95
5.2 Definição das variáveis.....	96
5.3 O Método Camlong.....	98
5.4 Construção de léxicos e de tabelas.....	100
5.5 Recorte de itens lexicais.....	102
<b>TERCEIRA PARTE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>105</b>
<b>CAPÍTULO 6. A ARQUITETURA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DAS ESFERAS DE ATIVIDADE JORNALÍSTICA.....</b>	<b>106</b>
6.1 Ato Ético Justiça.....	106
6.1.1 Violência: a brutalidade como marca do medo.....	107

6.1.1.1 Esfera do Senso Comum (T6).....	109
6.1.1.2 Esfera Religiosa (T5).....	113
6.1.1.3 Esfera Acadêmica (T3).....	116
6.1.1.4 Esfera Política (T1).....	118
6.1.1.5 Esfera Jornalística (T2).....	120
6.1.2 Defesa e proteção: elas buscam a lei.....	126
6.1.2.1 Esfera do Senso Comum (T6).....	128
6.1.2.2 Esfera Religiosa (T5).....	131
6.1.2.3 Esfera da Saúde (T8).....	134
6.1.2.4 Esfera Acadêmica (T3).....	135
6.1.2.5 Esfera Jornalística (T2).....	136
6.1.2.6 Esfera Política (T1).....	139
6.1.2.7 Esfera Jurídica (T4).....	141
6.2 Ato Ético Dignidade.....	147
6.2.1 Trabalho: a mulher construindo a autonomia.....	147
6.2.1.1 Esfera Religiosa (T5).....	148
6.2.1.2 Esfera do Senso Comum (T6).....	151
6.2.1.3 Esfera dos Movimentos Sociais (T7).....	154
6.2.1.4 Esfera da Saúde (T8).....	155
6.2.1.5 Esfera Jurídica (T4).....	157
6.2.1.6 Esfera Jornalística (T2).....	160
6.2.1.7 Esfera Acadêmica (T3).....	163
6.2.2 Cidadania: mulher e espaços de ação.....	170
6.2.2.1 Esfera Jurídica (T4).....	172

6.2.2.2 Esfera Acadêmica (T3).....	175
6.2.2.3 Esfera Religiosa (T5).....	175
6.2.2.4 Esfera Jornalística (T5).....	177
6.2.2.5 Esfera Política (T1).....	180
6.2.2.6 Esfera dos Movimentos Sociais (T7).....	182
6.2.3 Política: a luta por mudanças na sociedade.....	187
6.2.3.1 Esfera Jurídica (T4).....	188
6.2.3.2 Esfera Acadêmica (T3).....	190
6.2.3.3 Esfera da Saúde (T8).....	191
6.2.3.4 Esfera Religiosa (T5).....	193
6.2.3.5 Esfera dos Movimentos Sociais (T7).....	195
6.2.3.6 Esfera Jornalística (T2).....	198
6.2.3.7 Esfera do Senso Comum (T6).....	200
6.3 Ato Ético Liberdade.....	207
6.3.1 Liberdade: a mulher busca sua expressividade.....	207
6.3.1.1 Esfera Jurídica (T4).....	209
6.3.1.2 Esfera Jornalística (T2).....	213
7. CONCLUSÃO.....	219
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	229
9. ANEXOS.....	236



## INTRODUÇÃO

O jornal, como janela de formação e informação sobre o mundo, é um meio de comunicação para grande parte da sociedade e tem um importante papel na observação, avaliação e constituição dos acontecimentos do cotidiano. Ao voltarmos nossa atenção para a forma de enunciar jornalística, observarmos que, como em toda enunciação, a linguagem desempenha papel significativo quanto aos modos de dizer. Dessa forma, o interesse volta-se não só para o que é dito, mas, principalmente, para o como é dito, onde pode-se observar as formas de enunciar daqueles que têm seus discursos veiculados nas páginas do jornal.

Partindo dessa constatação, observou-se ser os estudos que detenham atenção na análise enunciativo-discursiva voltada para a forma pela qual o jornal constrói a identidade feminina um campo fértil para pesquisa. Nesse sentido, os textos de opinião – o editorial e o artigo de opinião – enquanto gêneros representativos, entre outros, de um espaço destinado, no jornal, para a expressão da opinião de diferentes esferas de atividade humana, constituem-se em objetos de estudo de grande interesse de análise, na perspectiva das teorias discursivas e enunciativas.

Vivemos um momento de mudanças consideráveis em relação ao papel social que a mulher vem desempenhando em nossa sociedade. Tais mudanças são percebidas com o aumento do número de mulheres que investem em suas carreiras profissionais bem como na ocupação de postos de prestígio nos espaços públicos. Segundo dados do IBGE, em 2005, a população economicamente ativa somava 96 milhões de pessoas, das quais 56,4% eram homens e 43,6%, mulheres. Segundo ainda esses dados, nos últimos 10 anos – entre 1995 e 2005 – a distribuição da PEA

(População Economicamente Ativa), por sexo, sofreu uma acentuada mudança, com a redução da participação masculina e o aumento da feminina em 3,2 pontos percentuais.

Mesmo com toda esta mudança construída pelas mulheres no mundo do trabalho, autores como Abramo (2002) e Hirata (2002) reconhecem que as mulheres, seja no ambiente de trabalho ou em outros espaços sociais de atuação, são marcadas pela desigualdade e diferentes tipos de discriminação, chegando mesmo à ocorrência da violência. A mulher luta para mudar as desigualdades das quais é vítima e atua de diversas formas para que obtenha respeito, dignidade e a cidadania que merece. E como demonstração de sua força e determinação, Moraes (2003) coloca em evidência os seguintes pontos: as mulheres são responsáveis pelo sustento de um quarto do total das famílias brasileiras, o nível educacional das mulheres vem aumentando em relação ao do homem e, assim, elas vão conquistando sua autonomia financeira e rompendo com a sua dependência econômica.

Dentro deste contexto visualizamos as relações de gênero na sociedade atual, que não são recentes, mas provenientes de um processo que vem sendo construído ao longo do tempo, isto é, o homem e a mulher não são definidos, como se pensava, por uma questão biológica, mas têm papéis sociais construídos de forma cultural e histórica (ROCHA-COUTINHO, 1994).

O discurso sobre a mulher, quando veiculado em gêneros jornalísticos, como é o caso do editorial e do artigo de opinião, apresenta uma voz autoral institucional que pode expressar acentos apreciativos diversos. E esses acentos, que valorações indiciam, para o interlocutor (leitor), acerca da identidade feminina?

Construir os sentidos dos discursos jornalísticos sobre essa temática pressupõe, pois, uma abordagem analítica de ação dialógica como também o agir sobre determinado conteúdo ou fato de uma forma ética, porque cada ato humano realizado tem um efeito sobre o mundo e sobre as pessoas. Bakhtin (1993) em *Por uma Filosofia do Ato* põe em evidência essa relação de constante construção do homem com a realidade que o cerca. Também para Bakhtin (2006, 2005), novos sentidos são construídos para as palavras por meio do acento apreciativo, já que este acento traz uma nova vida para a palavra na voz daquele que a enuncia. Ao acentuar uma palavra, o enunciador põe-se em uma posição axiológica diante daquilo que o seu discurso toma como objeto.

Nesse sentido, ao dialogar com o mundo e as vozes sociais que o cercam, o enunciador de um artigo ou texto de opinião deposita sobre sua enunciação um acento apreciativo e, assim procedendo, evoca novos sentidos para as temáticas que envolvem a mulher em nossa sociedade. Dessa forma, o enunciador também constrói ou reproduz, em seu discurso, uma identidade para/da mulher. A identidade não é algo pronto e determinado a priori. Segundo autores como Hall (2000), Silva (2000) e Woodward (2000), a identidade se constitui em um processo fragmentado e contínuo dentro das sociedades, nas quais diversos elementos como cultura, sexo, idade, posição social etc., são partes desta construção.

Diante do exposto acima, começamos a nos indagar sobre a grande quantidade de discursos produzidos para o jornal. A notícia, a manchete, a entrevista e a reportagem ganham destaque e preferência dentro das pesquisas que envolvem este veículo de comunicação. E estes discursos são mediados pelo discurso do jornalista. O

que dizer da parte conhecida como opinião, na qual tanto o próprio jornal quanto outras esferas de atividade expõem seus pontos de vista diante de temáticas pertinentes para a sociedade? Quando detivemos nossa atenção para a temática feminina, ou seja, as conquistas e lutas das mulheres, indagamo-nos sobre estas várias esferas das quais os textos provêm, suas diferentes visões sobre o mesmo tema e se estes pontos de vistas acompanham as mudanças operadas no tecido social, no que diz respeito à mulher. Conquistas significam mudanças e a identidade como uma categoria fluida e fragmentada (HALL, 2000) segue estas mudanças. Seriam tais mudanças expressas nos discursos produzidos por diferentes esferas de atividade?

Diversas hipóteses foram levantadas em torno do papel da mídia jornalística e das esferas de atividade humana publicizadas em suas páginas. Entre elas uma despertou-nos especial interesse e foi escolhida como hipótese que orientaria a nossa investigação: as formas de enunciação das diversas esferas de atividade publicizadas pela mídia jornalística, enquanto espaços de produção discursiva, refletem e refratam a própria dinâmica social de reprodução e mudanças sociais em torno da construção de uma identidade feminina. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender, na perspectiva teórica do ato ético, a construção da identidade feminina no discurso jornalístico de jornais impressos no Nordeste.

Pretende-se também identificar, descrever e interpretar, enquanto objetivo específico, os sentidos que os acentos apreciativos veiculam para a construção da identidade feminina na perspectiva do ato ético. Além disso, comparar, descrever e interpretar a forma como as imagens femininas são expressas nos textos jornalísticos dos editoriais e nos artigos de opinião.

Para atingirmos nossos objetivos, tomaremos o léxico como a porta de entrada para a análise da produção discursiva dos *corpora* constituídos de matérias jornalísticas em diferentes esferas da atividade social. O método estatístico-computacional, desenvolvido por André Camlong (1996), possibilitará o recenseamento exaustivo do léxico dos nossos *corpora* textuais, permitindo, dessa forma, o acesso à sua arquitetura textual.

O presente trabalho foi dividido em três partes: a primeira compreende quatro capítulos, e a segunda e a terceira cada qual com um capítulo. Os capítulos foram subdivididos da seguinte forma:

- a) Primeiro capítulo: desenvolvimento dos conceitos bakhtinianos de dialogismo, acento apreciativo e ato ético; conceitos estes que norteiam toda a análise dos dados.
- b) Segundo capítulo: breve discussão acerca do conceito de identidade, articulada ao discurso.
- c) Terceiro capítulo: discussão geral sobre o conceito de gênero na perspectiva dos estudos femininos e sobre os espaços de participação da mulher na sociedade.
- d) Quarto capítulo: caracterização do discurso jornalístico, dos gêneros que constituem nossos *corpora* e uma breve discussão acerca de questões éticas que envolvem a veiculação da informação.
- e) Quinto capítulo: apresentação do método de análise estatístico-matemático informatizado de descrição, a constituição dos *corpora*, caracterização das fontes de pesquisa, a distribuição em variáveis, construção de tabelas e lematização.
- f) Sexto capítulo: descrição, interpretação e discussão dos dados a partir dos gráficos construídos pelo método. Inicialmente fazemos uma descrição de cada gráfico e dos

respectivos dados cujos resultados são articulados a uma análise qualitativa dos dados discursivos.

g) Apresentação das conclusões.

**PRIMEIRA PARTE: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE  
DISCURSIVO-ENUNCIATIVA**

## **CAPÍTULO 1. LINGUAGEM, DIALOGISMO E ATO ÉTICO NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA.**

Os estudos desenvolvidos por Bakhtin revelam olhares diferentes sobre a linguagem e seu funcionamento na produção de sentidos. Para este teórico e filósofo da linguagem, verbalizar uma palavra é muito mais do que simplesmente falar, é colocar-se diante do mundo. Nesta parte de nossa pesquisa desenvolveremos os conceitos de ato ético (Bakhtin, 1993), dialogismo (Bakhtin, 2000; 2005; 2006) e acento apreciativo (Bakhtin, 2000, 2006). Conceitos estes que fundamentarão nossa análise.

### **1.1 O ato ético**

As idéias desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin trazem para o âmbito dos estudos da linguagem importantes fundamentos e modos de estudar os sentidos das formas de enunciação produzidas por diferentes esferas sociais através de seus representantes (enunciadores), no âmbito da mídia jornalística, as quais serão objeto de nossa investigação. O conjunto dessas formas de enunciação que configuram o discurso jornalístico, ou melhor, esse ato humano de produção de sentidos, remete às várias instâncias enunciativas de cunho filosófico como o ato concreto, o ato como atividade, o evento, o ético, o estético; conceitos esses que trazem uma compreensão singular tanto para os estudos lingüísticos como também para a produção do conhecimento em torno da construção da identidade feminina.



Trazendo tais teorias para o espaço de reflexão teórica desta pesquisa, ou seja, o ato concreto, que é irrepitível e praticado por sujeitos concretamente definidos, e o ato atividade, que é comum e repetível entre os atos de uma certa atividade, podemos fazer um paralelo com o discurso jornalístico, como ato concreto. Pois, a cada vez que este enuncia, em uma página de jornal, aporta algo que não se repetirá novamente; ao mesmo tempo, ele é repetível no momento que, por exemplo, o tema mulher é retomado em suas páginas. Podemos compreender então, na perspectiva bakhtiniana, a ocorrência de:

[...] atos que, em virtude de seu sentido externo, implicam a mim e ao outro no acontecimento singular e único da existência e visam à modificação efetiva do acontecimento e do outro que nele se inscreve enquanto constituinte do acontecimento – estes são atos-ações propriamente éticos; [...] (BAKHTIN, 2000; p. 44)

Em seu texto “Por uma filosofia do ato”, Bakhtin (1993) introduz as palavras “unidade” e “unicidade” ao fazer uma crítica às correntes racionalistas de sua época que viam o repetível como universal e válido, ou seja, “[...] que a verdade de uma situação é precisamente o que é repetível e constante nela”; ao contrário da *unicidade* onde podemos ver o “[...] todo que não se repete em lugar nenhum e a realidade desse todo [...]”.

Nas palavras de Sobral (2005; p. 13), Bakhtin leva os conceitos de ato/atividade e evento (ato concreto) de um ponto da ação simplesmente física – como o senso comum leva a interpretar esses dois conceitos – para um processo de agir do homem sobre o mundo de forma não passiva e definindo sentidos de maneira ativa:

Tudo em mim – cada movimento, gesto, experiência vivida, pensamento, sentimento – tudo deve ser um ato ou ação; é apenas sob esta condição que eu realmente vivo, que eu não me separo das raízes ontológicas do Ser real. Eu existo no mundo da realidade inescapável, e não no mundo da possibilidade contingente (BAKHTIN, 1993; p. 45).

Baseando-se em correntes filosóficas aparentemente distintas (Platão, Aristóteles, Racionalismo, Empirismo, Existencialismo), Bakhtin apresenta o ato como a realização de uma potência – o vir a ser de um ato, estado de possibilidade que o homem torna real – através de um processo mediador do ser humano: “o ato realizado constitui uma passagem, de uma vez por todas, do interior da possibilidade como tal, para o que ocorre uma única vez” (BAKHTIN, 1993; p. 29).

Todo o ato de produção humana não é sem intenções. Há um produzir situado, concreto, particular, com uma historicidade material em cada ato do homem. Ao lermos, em um jornal, um artigo ou um editorial, estamos diante da corporificação de uma potência, da construção de um ato de linguagem carregado de sentidos e que traz em si a palavra como expressão dessa potência.

A construção linguageira do discurso jornalístico contempla um sujeito situado, um observador e analista dos fatos em evidência na sociedade o qual expressa um ponto de vista. Ele, em seu discurso, não informa e mostra os fatos simplesmente, mas faz uma reflexão sobre eles e, assim procedendo, forma a opinião de seu leitor. Bakhtin (1993), ao tratar da linguagem e da produção de sentidos gerada pela palavra própria e pela alheia, propõe um ponto de vista exotópico no qual ocorre um processo de abstração e separação do mundo por parte de quem olha esse mundo. Não se vê o mundo de uma forma unilateral, mas de forma dialógica:

A minha abstração, do meu próprio lugar único no Ser, *como se eu estivesse desencarnado de mim mesmo* é, por si mesmo, um ato ou ação responsável que se realiza do meu próprio lugar único, e todo conhecimento com um determinado conteúdo (a possível auto-equivalência dada do Ser) que se obtém desse modo deve ser encarnado por mim, deve ser traduzido na linguagem do pensamento participativo (não indiferente), deve submeter-se à questão de qual obrigação o dado conhecimento impõe sobre mim – meu único eu – do meu lugar único (BAKHTIN, 1993; p. 50).

Um elemento que está presente, no Circulo de Bakhtin, quando relacionado à teoria do ato, é a questão da “responsabilidade<sup>1</sup>” e da “participatividade” do agente na produção de sentido do ato. Sendo qualquer ato humano uma ação concreta, intencional e praticada por alguém situado, há de se levar em conta a questão ética do reflexo do ato no todo social; o que é sobre-medida importante quando se trata da mídia escrita como formadora de opinião. Todo discurso (ato de linguagem) veiculado pelo jornal expressa uma visão e uma posição diante do mundo concreto, dessa forma todo ato traz consigo uma responsabilidade por parte de quem o produz, pois esse ato vai gerar uma resposta (responsável). Para Bakhtin (1993; p. 18) a compreensão de um objeto passa pela compreensão do dever em relação a este mesmo objeto “[...] a atitude ou posição que devo tomar em relação a ele [...]”. Expressar uma opinião é ter em relação o objeto do qual se fala no “Ser-evento único”, o que pressupõe uma participação responsável, sem abstração do enunciador. Não há isenção para o conteúdo expresso, seu processo; há a valoração/avaliação de um enunciador com respeito a seu próprio ato cujo direcionamento é para o outro e esse outro responde.

O sujeito produtor de atos e sentidos não é de nenhuma forma passivo nesse processo. Sua produção é constituída de decisões éticas inseridas em um contexto social e histórico os quais influenciam seu agir situado. O sujeito se constitui para si

---

<sup>1</sup> Palavra gerada da tradução do alemão *otvetstvennost* que, segundo Sobral (2005) une responsabilidade e responsividade.

(identidade subjetiva) e é constituído para o outro (identidade relacional) de forma a agir e interagir nos discursos dos diversos espaços socialmente instituídos. Segundo Bakhtin (1993), o enunciador tem uma atuação em um espaço complexo e que integra diversos elementos, ou seja:

[...] O tom emocional-volitivo e uma avaliação real de modo algum se relacionam com o conteúdo tomado isoladamente, mas sim em sua correlação comigo dentro do evento único do Ser nos abrangendo. Uma afirmação emocional-volitiva adquire seu tom não no contexto da cultura; a cultura inteira como um todo está integrada no contexto de vida unitário e único do qual eu participo. Tanto a cultura como um todo quanto cada pensamento particular, cada produto particular de um ato ou ação viva, estão integrados no contexto único, individual do pensamento real como evento (BAKHTIN, 1993; p. 36).

Esse produzir, esse construir, esse dialogar ininterrupto do sujeito humano com o mundo concreto e suas peculiaridades leva-nos à constituição do evento, ou seja, à apresentação dos mundos sensível (o mundo dado) e inteligível (a apreensão do mundo) de forma presente na consciência viva e situada no concreto e em tempo e espaço determinados.

Os eventos e seus atos constitutivos – agir humano sobre o mundo concreto das relações sociais – delegam ao agente produtor desses atos uma responsabilidade ética. Esse compromisso ético que Bakhtin estabelece entre os atos humanos e suas conseqüências no espaço real no qual eles ocorrem abre caminho para uma discussão sobre a forma responsável de cada sujeito por seus atos. Essa produção única de cada ser humano que envolve o geral e o particular, colocando o sujeito em uma posição dentro do mundo, é vista por Bakhtin (1993) de uma forma globalizante por envolver três aspectos: o ato responsável, ou ato ético; o conteúdo do ato, o processo do ato; e, unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito a seu próprio ato.

Entender esse diálogo entre o ético, o estético e a valoração, mediados pelo agente humano em uma produção de enunciados/discursos, implica, pelo próprio caráter da valoração, um ver o mundo de uma determinada posição ou uma “apreensão sempre situada”. A ação empreendida pelo sujeito no seu agir concreto na vida, ou nos termos da obra bakhtiniana, o ético, o estético e a valoração não podem ser dissociados das relações espaço-temporais e do mundo onde ocorrem. O discurso jornalístico, assim como os demais discursos que circulam em nossa sociedade, apresenta em sua constituição um sujeito que se situa no mundo e exerce atos por meio da linguagem para a formação de opinião do público leitor. Isso implica uma busca mais detalhada desses atos e linguagem no trabalho de construção do discurso em jornais.

No que diz respeito à ética, que envolve com grande significação o meio jornalístico, Bakhtin (1993) a analisa em dois sistemas: a ética material e a ética formal; e mostra que o grande equívoco dessas teorias é a não relação com o mundo “[...] fazendo-se abstração do ato-ação real, único, e de seu autor – aquele que está pensando teoricamente, contemplando esteticamente e agindo eticamente [...]” (BAKHTIN, 1993; p. 28), não se pode ter uma abordagem à realidade concreta, ao ato realmente executado. Têm-se apenas categorias teóricas isoladas que não permitem ver além por descartar o elemento humano e excluir a exterioridade do mundo.

A moldura (estética) de um texto jornalístico – escrito ou não escrito diretamente pela redação de um jornal – é delineada por um agente que busca representar o mundo concreto de uma maneira exotópica, ou seja, tomando certo distanciamento daquilo que reconstrói por meio de palavras para apresentar ao público leitor. Ao fazer isso, o agente (jornalista/colaborador) expõe uma visão do mundo na qual “[...] ele compreende

tanto o sentido real quanto o dever-ser da interrelação entre ele próprio e essas pessoas e objetos – a verdade (*pravda*) do dado estado de coisas – e ele compreende o dever de seu ato realizado, isto é, *não* a lei abstrata de seu ato, mas o dever real, concreto condicionado pelo seu lugar único no contexto dado do evento em processo” (BAKHTIN, 1993; p. 31). Ele não está ausente do mundo que expõe; ele é co-autor desse mundo e traz consigo as representações dos vários atores sociais que compõem o todo da sociedade.

Esse todo estético, que arquiteta juntamente com a posição exotópica o discurso jornalístico, leva-nos a refletir sobre a questão da ética quanto à veiculação de determinados discursos em jornais como também o papel da mídia escrita na construção da sociedade de informação. Para Bakhtin (1993; p. 33), “[...] a palavra viva, a palavra completa, não conhece um objeto como algo totalmente dado; o simples fato de que eu comecei a falar sobre ele já significa que eu assumi uma certa atitude sobre ele [...]” e essa atitude não é indiferente e sim carregada de sentidos. O jornal toma objetos para reflexão e através da produção de linguagem constrói e reconstrói as opiniões humanas.

Num primeiro momento parece haver um descompasso entre os tipos de textos escolhidos para este trabalho, quando se leva em conta o todo harmônico da arquitetônica bakhtiniana: textos diferentes, formas diferentes de apresentar o mesmo tema. Todavia, o que se busca é o “agir de um sujeito situado, responsivamente ativo e que se define na relação com o outro na sociedade e na história” (SOBRAL, 2005; p. 110). E todos esses textos são generalizáveis em seus conteúdos e formas. Eles se integram na construção de um todo harmônico e dialogam entre si, ou melhor, eles entram “[...] em uma interconexão essencial com uma avaliação real [...]” (BAKHTIN,

1993; p. 34), pois não há conteúdo isolado, tudo se integra, é um viver ativamente de consciências vivas relacionadas com objetos particulares em um contexto único e unitário.

O todo arquitetônico do qual trata a obra bakhtiniana representa a totalidade de sentidos produzidos pelo(s) diálogo(s) que ocorre(m) entre os discursos e suas particularidades constitutivas enquanto discursos únicos e irrepetíveis dada a enunciação única que cada um possui.

[...] Afinal, quando um e o mesmo objeto (um e o mesmo do ponto de vista de seu conteúdo-sentido) é contemplado de diferentes pontos de um único espaço por várias pessoas diferentes, ele ocupa lugares diferentes e é apresentado diferentemente dentro do todo arquitetônico constituído pelo campo de visão dos diferentes observadores; além disso, a sua identidade de sentido entra como tal na composição da visão concreta como um de seus momentos, só que nesse caso a identidade se reveste de traços concretos individualizados. Mas na contemplação do evento, a posição espacial abstrata é apenas um momento na posição unitária tomada pelo participante desse evento (BAKHTIN, 1993; p. 64).

Deve-se levar para o todo arquitetônico desse trabalho o acabamento construído com a distinção entre ambiente e horizonte que estão relacionados com a visão de acabado e inacabado, estabelecida entre autor e leitor, ou seja, o excedente de visão. Nessa perspectiva, o eu e o outro se vêem como acabados quando em relação um com o outro, mas se vêem como inacabados quando em relação consigo mesmo. O que para mim é acabado (o outro), para o outro é inacabado e vice-versa. Isso promove a criação de novos sentidos e o construir constante da ciência. A inquietação humana diante de um ato ou evento leva à produção de um novo ato para responder ao primeiro.

Para Sobral (2005, p. 111), essa “totalidade arquitetônica” ou resposta é situada dentro de um contexto específico no qual estão envolvidos perguntas sobre quem a

produziu, para quem e em que circunstâncias. A busca por estas respostas introduz o situar do agir humano, o avaliar e o relacionar desse mesmo agir. Retomamos aqui a ética, a responsabilidade e a responsividade que estão sempre presentes na produção de atos humanos e na discussão e pesquisa desses atos.

Essa divisão valorativa arquitetônica do mundo entre *mim* e aqueles que são todos *outros* para mim não é passiva nem fortuita, mas ativa e de dever. Essa arquitetônica é tanto alguma coisa *dada* como alguma coisa *a-ser-realizada*, porque é a arquitetônica de um evento. Ela não é dada como uma arquitetônica encerrada e enrijecida, na qual eu estou colocado passivamente. É o plano ainda-por-ser-realizado da minha orientação no Ser-evento ou uma arquitetônica que se realiza incessantemente e ativamente através da minha ação responsável, construída pela minha ação e possuindo estabilidade apenas na responsabilidade da minha ação (BAKHTIN, 1993; p. 76).

A arquitetônica de uma obra pressupõe a sua estruturação que une e integra o material, a forma e o conteúdo. Esta integração engloba uma série de particularidades que formam o todo da arquitetura constitutiva dos discursos impregnados de um valor humano, produzido de um lugar específico sobre um objeto determinado. Bakhtin (1993) nos mostra que há um olhar de fora, mas este olhar é parte do todo, ele não está ausente. Há uma ação estética de contemplação da qual surgem outros e “[...] esses outros são *fundados* por mim; eu mesmo, o único eu, provindo de dentro de mim [...]” (BAKHTIN, 1993; p. 74). Ocorre uma ação exotópica ativa com relação ao objeto sobre o qual se contempla.

Ver o discurso jornalístico a partir dessa perspectiva e como esse mesmo discurso constrói a identidade da mulher, traz novos olhares sobre o papel da mídia escrita (jornal) na construção de opiniões.



## 1.2 Dialogismo: o ato vivo da linguagem.

Ler um artigo ou um editorial de jornal é se deparar com um universo de signos que expressam posições axiológicas ora convergentes ora divergentes do ponto de vista do enunciador, pois quem escreve (enuncia) é uma consciência individual única e portadora de uma realidade que é compartilhada por quem lê, ou seja, o seu interlocutor, e, ao mesmo tempo, este interlocutor é também uma outra consciência individual e única que compartilha a mesma realidade. Ocorre, a partir da leitura, o processo de compreensão entre essas consciências, ou melhor, “[...] uma resposta a um signo por meio de signos” (BAKHTIN, 2006; p. 34). A palavra aqui desenvolve sua função social e dialógica permitindo a comunicação social entre indivíduos e a emergência de novos sentidos.

[...] toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto de interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2006; p. 117)

Mas a palavra está imersa nos discursos, em produções humanas de trocas de sentidos realizadas em diferentes situações sociais. Segundo Bakhtin (2000; p. 282), há no universo do enunciado<sup>2</sup> um entrelaçamento entre língua e vida de forma que o enunciado é a ponte entre um e outro; língua e vida, de uma forma única, dialogam entre si ocasionando uma interpenetração que torna a linguagem o espaço onde as

---

<sup>2</sup> Para Bakhtin o enunciado é uma produção lingüística de sentido completo, ou seja, pode ser uma única palavra ou um livro inteiro. Aqui enunciado e discurso serão tomados como sinônimos.

palavras produzem novos sentidos através dos discursos. Na verdade, estes sentidos são construídos à medida que os discursos dialogam entre si, estabelecendo relações que são construídas pelo locutor e pelo interlocutor. Bakhtin (2000; p. 291) diz que quando alguém utiliza a linguagem, está, de fato, usando “[...] enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação [...]. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados”.

Estes outros discursos, que entram na constituição do novo discurso para gerar os sentidos, são para Bakhtin (2000) os “ecos e lembranças” que fazem parte das relações de sentido que os discursos possuem entre si. Eles se refletem e refratam uns nos outros e dessa forma são geradas as reações-respostas de um discurso para com o outro. Ouve-se a ‘voz’ do outro nos discursos. Ao posicionar a mulher em um discurso como sexo frágil que luta por sua emancipação e liberdade, o enunciatador dialoga com uma visão tradicional da imagem feminina na sociedade e com uma nova postura da mulher no mundo. Os discursos se cruzam e no embate do tradicional e do novo surge uma mulher mais atuante e determinada, ou dependendo do ponto de vista do enunciatador, a manutenção de uma visão tradicional da mulher. As vozes de ontem e de hoje constroem um discurso atual.

Para Zoppi-Fontana (2005; p. 111) o que define o sentido na linguagem são as relações dialógicas que se estabelecem entre os enunciados, pois são os elementos históricos, sociais e lingüísticos – vozes – que atravessam a enunciação e se debatem nos enunciados. Essas vozes são manifestações valorativas de consciências produtoras de reações, da compreensão ativa dos enunciados.

Está-se, assim, diante do dialogismo bakhtiniano e de sua complexa rede de relações baseada na alteridade, ou seja, nunca se está só em qualquer esfera da comunicação, pois há sempre um outro na nossa busca por respostas. Estamos ligados aos enunciados que não são nossos, e essa ligação ocorre no momento em que o alheio torna-se constitutivo da nossa enunciação. Dessa forma, nosso discurso estabelece uma inter-relação com o discurso alheio: nada que dizemos é dito pela primeira vez, há uma voz que ecoa e completa o dizer nosso. A esse respeito Bakhtin diz:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear (2000; p. 319)

A reação-resposta mencionada anteriormente é o que leva o locutor para seu interlocutor em um processo de mão dupla já que não existe passividade nas relações dialógicas. Construir um discurso é ter a concepção de um interlocutor. Quem fala ou escreve algo o faz em busca de uma “compreensão responsiva ativa” por parte do outro. E não poderia ser de outra forma, uma vez que no âmbito do universo jornalístico, enfoque desta pesquisa, esta relação torna-se essencial e Bakhtin (2000; p. 356) a deixa completa ao colocar que o interlocutor apresenta-se de forma mais ou menos próxima, concreta, percebido com maior ou menor consciência e de quem o locutor espera e presume uma compreensão responsiva.

Quando falamos [ou escrevemos], não estamos agindo sós. Todo locutor deve incluir em seu projeto de ação um previsão possível de seu interlocutor e adaptar constantemente seus meios às reações percebidas do outro. Como decorrência dessa

reciprocidade, toda ação verbal toma a forma socialmente essencial de uma interação (DAHLET, 2005; p. 56)

Não se produz discurso no nada e nem para o nada; tem-se, na verdade, nos outros a fonte do nosso dizer e fazer. Pode-se perceber que na teoria de Bakhtin o outro não é só constitutivo das relações internas do discurso, mas também há um outro externamente, ou seja, além do outro (vozes sociais) que perpassa o(s) discurso(s) com suas palavras, tem-se o outro (interlocutor) para quem dirigimos “nossas” palavras. Barros complementa essa posição ao afirmar sobre o dialogismo bakhtiniano:

Bakhtin, repetimos, considera o dialogismo o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Insiste no fato de que o discurso não é individual [...] porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói com um “diálogo entre discursos”, ou seja, porque mantém relações com outros discursos (2005; p. 32)

Ter contato com a teoria dialógica de Bakhtin é constantemente voltarmos nossa atenção para o “outro”, seja ele o nosso interlocutor face a face, o virtual (escrita) ou aquele de cujos enunciados nos apropriamos para construir nosso discurso, mesmo que esse uso do discurso alheio ocorra sem a nossa tomada total de consciência. Para o teórico russo, o que constitui o discurso e o que nos constitui como indivíduos é a relação estabelecida com o outro, ou melhor:

Cumpra compreender que tudo o que dá valor ao dado do mundo, tudo o que atribui um valor autônomo à presença no mundo, está vinculado ao outro que é seu herói, fundamentado em seu acabamento: é a respeito do outro que se inventam histórias, é pelo outro que se derramem lágrimas, é ao outro que se erigem monumentos, apenas os outros povoam os cemitérios, a memória só conhece, só preserva e reconstitui o outro, e tudo isso é feito a fim de que minha própria memória das coisas do mundo e da vida se torne, por sua vez, memória estética (BAKHTIN, 2000; p. 126).

A alteridade é inerente à existência humana, seja em situações formais ou não: tomam-se decisões, ações são realizadas, proclamam-se leis, uma conversa na rua, textos são redigidos em jornais. Todos estes acontecimentos têm como relação estabelecida o outro que perpassa todas essas situações e será afetado por todos estes momentos. Mesmo pertencendo todos os acontecimentos citados a esferas diferentes da ação humana, todos têm em comum o uso da língua, ou seja, “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua” (BAKHTIN, 2000; p. 279).

A alteridade se instaura na linguagem e a torna plurivocal refletindo pontos de vista diferentes sobre um mesmo objeto e, ao mesmo tempo, traz sobre este objeto de reflexão um novo posicionamento, ou melhor, dá a esse objeto uma nova perspectiva antes não existente. Essa voz deve ser entendida como a palavra alheia, pois só ela é capaz de tornar concreta a comunicação entre os indivíduos no universo humano e produzir novos sentidos.

A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou (BAKHTIN, 2005; p. 203).

A teoria das relações dialógicas proposta por Bakhtin é uma forma de compreender as relações com a linguagem e seu funcionamento, é ver a palavra se reconstruindo em cada discurso. Não podemos apenas afirmar a existência de intencionalidade nos discursos ou simplesmente detectar em um discurso algum traço de uso da palavra de outra esfera de atividade. Investigar o universo de diálogos que

são compartilhados entre diferentes esferas de atividade humana é buscar no conjunto dos dizeres dos representantes das esferas de atividade o embate da vida social nas diferentes consciências que interagem e estão em interdependência (BAKHTIN, 2005; p. 37). A construção da linguagem é sem dúvida um processo social e dinâmico no qual não há o agir sozinho ou o fazer sozinho, mas um refazer da palavra alheia.

O ponto de vista bakhtiniano é que eu posso significar o que eu digo, mas só indiretamente, num segundo passo, em palavras que tomo da comunidade e lhe devolvo conforme os protocolos que ela observa. Minha voz pode significar, mas somente com outros – às vezes em coro, porém o mais das vezes em diálogo (CLARK e HOLQUIST, 1998; p. 39).

Assim podemos perceber a intrincada rede de relações construídas ao longo dos diálogos que podemos estabelecer com o mundo através da palavra do outro. Estes diálogos perpassam a sociedade e a fazem viver. A sociedade é um organismo vivo que respira por meio da linguagem. Ela cria rede de relações entre os indivíduos que dela participam. Essas redes são propiciadas pela linguagem, única forma de comunicação dialógica que permite a constituição do eu através do outro. E assim se constrói as diferentes instâncias de significação da realidade que circunda essa mesma sociedade.

As relações dialógicas não devem ser entendidas como um apagamento da palavra do locutor em relação à palavra de outrem em um processo de tomada de voz que venha a se tornar mera repetição da palavra alheia. Buscar o diálogo significa usar a palavra que está na(s) boca(s) do(s) outro(s) de forma a “focalizá-la enquanto posição racional ou enquanto um outro ponto de vista” (BAKHTIN, 2005; p. 64). A palavra por ser interindividual não é exclusiva de uma única consciência. Ela se faz ressoar em outros discursos. Ao mesmo tempo esse ressoar não produz uma fusão entre palavras,

elas não se absorvem e nem seus valores, conservando sua autonomia enquanto palavras (BAKHTIN, 2005; p. 64).

Se tomarmos como exemplo – de forma simplista, é claro – dois textos jornalísticos cuja temática seja o aborto, vamos encontrar, provavelmente, posições de diferentes sujeitos expressas de maneira a constituírem, aparentemente, dois únicos e completos enunciados. Únicos, esses enunciados são, pois trazem, cada qual, sua enunciação exclusiva de seus respectivos locutores. Estabelecem relações dialógicas cada um em separado, pois há “outros” que se fazem ouvir em cada texto. Eles igualmente dialogam entre si através de suas opiniões e pontos de vistas: a favor, contra ou neutralidade. Eles trocam palavras e estas palavras preservam suas individualidades: se contaminam, mas não se transformam.

Neste processo das relações dialógicas não se pode desprezar ou esquecer do seguinte fato: “a linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta no momento e no lugar da atualização do enunciado” (BRAIT, 2005; p. 93). Um discurso ou vários discursos estão sempre relacionados com situações sociais determinadas, ou seja, a compreensão desses discursos se liga ao contexto no qual são proferidos. Compreender o discurso por si mesmo, sem compreender sua exterioridade, é retirar a vida da palavra, é tê-la como um cadáver nu do qual nada sabemos, nem de sua posição social, nem de seu destino. (BAKHTIN, 1998; p. 99). Nada dizemos em um vazio, e isto ocorre em qualquer discurso. Falamos de/para um mundo complexo e heterogêneo.

Na vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser

divorciado dela sem perder sua significação (VOLOSHINOV e BAKHTIN, 1976; pp. 4-5).

Trazer à vida uma idéia por meio de um discurso não é se isolar da própria vida e distribuir palavras em concordância umas com as outras. Para Bahktin (1976) o discurso deve ser compreendido como um evento social, não autoencerrado em uma visão lingüística abstrata, nem ter sua origem no isolamento do falante em sua consciência subjetiva. Compreender um discurso não é observar puramente sua composição em palavras, e sim compreender estas palavras na situação extraverbal (vida) na qual o discurso se encontra inserido e de onde emana.

A vida, portanto, não afeta um enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão da existência que circunda os falantes e unidade e comunhão de julgamentos de valor essencialmente sociais, nascendo deste todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível. A enunciação está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa lingüisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. Finalmente, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles. (BAKHTIN, 1976; p. 10)

Como mencionamos anteriormente, a produção de um discurso é trazer ao mundo uma idéia, é tornar um ato em potência uma realidade concreta que dialoga com outras idéias. O que existia enquanto embrião de uma vontade complementa-se com vidas (idéias) já formadas através do dialogismo constante que as interpenetra. É o refletir sobre a vida, o olhar atento sobre o mundo que faz surgirem os textos de opinião e os editoriais dos jornais, ou melhor, idéias são elaboradas e construídas com e sobre a vida.



[...] A idéia não vive na consciência individual isolada de um homem: mantendo-se apenas nessa consciência, ela degenera e morre. Somente quando contrai relações dialógicas essenciais com as idéias do *outros* é que a idéia começa a ter vida, isto é, a formar-se, desenvolver-se, a encontrar e renovar sua expressão verbal, a gerar novas idéias. O pensamento humano só se torna pensamento autêntico, isto é, idéias, sob as condições de um contato vivo com o pensamento dos outros, materializado na voz dos outros, ou seja, na consciência dos outros expressa na palavra. É no ponto desse contato entre vozes-consciências que nasce e vive a idéia. (BAKHTIN, 2005; p. 86)

O dinamismo que Bakhtin empreendeu a linguagem e seu funcionamento na interação social, mostrando as complexas relações que formam a teia de ações entre homem, sociedade e mundo revela uma perspectiva de globalidade, de um todo arquitetônico em constante elaboração. Esta teia tem como fio criador a palavra e o dialogismo como a maneira de tecer. Homem, sociedade, cultura, interação, linguagem constroem o universo da discussão bakhtiniana a respeito do construir o mundo por meio de signos ideológicos em situações concretas de uso destes signos, ou seja, “[...] olhar a linguagem como atividade, como consciência prática, plenamente dimensionada no social; e em interrelacionar sistema e atividade” (FARACO, 2001; p. 121).

A natureza constitutivamente dialógica da linguagem, estabelecida pelas discussões teóricas de Bakhtin, põe em destaque elementos excluídos e antes não relacionados e pensados sobre o discurso e a sua produção de sentidos. Ver as relações eu/outro, a palavra que “vive”, o contexto social e histórico, a reação-resposta é, sem dúvida, compreender o mundo que se revela e se renova através da linguagem. Para Bakhtin, dizer é fazer, no sentido de que confrontamos, concordamos, interrogamos, opomo-nos etc, na contínua construção de novos sentidos para o “já-dado”.

### 1.3 Acento apreciativo: um ato de desvelar sentidos

A palavra para Bakhtin é um signo neutro pelo fato de que qualquer outro sistema de signos está ligado a um campo específico da criação ideológica e fica preso ao seu universo específico. Já com a palavra isso não ocorre. Ela não possui essa rigidez em relação a qualquer função ideológica específica. Ela pode estabelecer qualquer espécie de função ideológica, seja no campo estético, científico, moral, religioso (2006; p. 37). O locutor torna a palavra viva através de sua expressão, através do tom ou acento dado à palavra no contexto da enunciação.

E para que essa vitalidade se faça presente na palavra, ela recebe de seu locutor um acento apreciativo o qual lhe confere um valor. Esse acento dá vida à palavra pelo fato de que “quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra” (BAKHTIN e VOLOCHINOV, 2006; p. 137). Deve-se observar que a situação social, ou seja, o contexto de enunciação, determina o emprego do acento apreciativo.

O acento orienta “a escolha e a distribuição dos elementos mais carregados de sentido da enunciação” (BAKHTIN e VOLOCHINOV, 2006; p. 140). Ao lado do acento apreciativo, encontramos a entoação expressiva cuja definição dada por Bakhtin é a de apreciação social da palavra em seu nível mais superficial, visto que está ligada à situação imediata da enunciação. Podemos compreender que estas duas categorias diferenciam-se por meio do contexto de uso. Mesmo que ambos os aspectos da linguagem sejam uma escolha valorativa do enunciador, o acento apreciativo determina uma escolha que vai além da situação de uso imediato, ou seja, a entoação expressiva

está mais relacionada diretamente com o contexto da fala, o que não ocorre com o acento.

A entoação sempre está na fronteira do verbal com o não-verbal, do dito com o não-dito. Na entoação, o discurso entra diretamente em contato com a vida. E é na entoação sobretudo que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores – e a entoação é social por excelência. Ela é especialmente sensível a todas as vibrações da atmosfera social que envolve o falante. (BAKHTIN, 1976; pp. 7-8)

O locutor, ao dar a uma palavra um acento apreciativo, estabelece com o seu objeto de discurso uma “relação emotivo-valorativa” (BAKHTIN, 2000; p. 309). Ele propõe uma avaliação para o conteúdo em expressão, fazendo, dessa forma, seu interlocutor dialogar e responder de forma ativa a avaliação proposta, seja esta resposta positiva ou negativa. Como exemplo, podemos citar o título de um dos artigos analisados nesta pesquisa: Mulher... mulher (JC, 07/03/96, p.3). A autora deste título nos deixa “ouvir” um tom em seu discurso que expressa certa hesitação, uma certa incerteza com relação ao tema escolhido para suas reflexões.

#### Mulher... mulher

É grande o esforço que a mulher ainda tem que fazer para manifestar suas convicções e explicar a importância da sua participação em todas as esferas de decisões sem ser classificada como parte de um “movimento feminista”. Na verdade essa luta faz parte de um movimento humanitário. Os homens lutam apaixonadamente por suas idéias e isso não é classificado como um “movimento machista”, e olhe que em muitos casos ainda participam do poder muito mais por serem homens do que por sua capacidade de discernimento ou mesmo por serem justos e bons.

Acentuar a palavra na visão bakhtiniana é estabelecer uma rede de relações entre quem escreve para com seu leitor, ou seja, dar uma outra voz para aquela palavra, para aquele enunciado que já foi outras vezes proferido e também construído

com outros acentos. Sendo assim, “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais” (BAKHTIN, 2005; p.195).

Bakhtin coloca o acento apreciativo como responsável pela própria evolução das palavras, isto é, os significados das palavras mudam dentro de uma comunidade lingüística pela reavaliação feita pelos interlocutores no contexto social vivo de uso da língua. A enunciação viva possui em cada elemento seu uma apreciação responsável por sua compreensão:

Trata-se de fazer de tal modo que as *coisas*, que atuam mecanicamente sobre a pessoa, comecem a falar, em outras palavras, trata-se de descobrir, nesse meio das coisas, a palavra e o tom potencial, de transformá-lo num contexto de *sentido* para a pessoa – ente pensante falante e atuante (e criador) [...] A coisa, que continua sendo coisa, influi somente sobre as coisas. Para influir sobre a pessoa, ela deve revelar *seu potencial de sentido*, tornar-se palavra, ou seja, participar de um contexto virtual do sentido verbal. (BAKHTIN, 2000; p. 407)

Para Dahlet (2005; p. 250), não podemos entender o enunciado na perspectiva de Bakhtin desvinculado da avaliação social que este engendra através da entonação. Tal entonação, a qual o locutor/autor faz uso ao enunciar o objeto do seu discurso para obter uma reação responsiva por parte de seu ouvinte/leitor, é o acento apreciativo que transforma a palavra no ato de construir sentidos e vincular pensamentos e opiniões.

[...] a entonação é lugar de memória e lugar de encontro. Lugar de memória acústica e social, pois tanto o autor quanto o leitor estão totalmente impregnados de entonações, desde a mais tenra infância, e a entonação depositada no texto constitui-se da sedimentação dessas diversas entonações, ao mesmo tempo em que reflete o grupo social ao qual pertencem. Lugar de encontro, pois a entonação é o resultado, além do objeto do enunciado, do cruzamento de sua entonação respectiva (DAHLET, 2005; p. 251).

A partir dessa nova vida que a palavra toma na voz do locutor através do acento apreciativo, podemos refletir sobre os discursos veiculados pela imprensa – no caso da nossa pesquisa – e a temática comum por eles exposta. Conceitos e temas que já perpassaram pelas palavras enunciadas em outros discursos serão redefinidos. Essas novas palavras estarão como que imbuídas por intenções, ou melhor, acentuadas, trazendo posições axiológicas as quais os locutores tomam diante do objeto de seus próprios discursos. Assim podemos entender quando Bakhtin nos fala que: “a palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna “própria” quando o falante a povoa com sua **intenção**<sup>3</sup>, com seu **acento**, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e **expressiva**” (1998; p. 100).

Ao transformarem a palavra em sentido(s), o locutor e o interlocutor atribuem valores à palavra dita, ou seja, em um determinado contexto a enunciação produzida revela novas visões de mundo e a palavra na boca de outro toma um aspecto criativo, um encontro de novas impressões, de deixar vir à tona as palavras prenes de sentidos.

---

<sup>3</sup>Grifos meus.

## **CAPÍTULO 2. DISCURSO E IDENTIDADE**

Nos tópicos anteriores desenvolvemos os conceitos bakhtinianos de dialogismo, acento apreciativo e ato ético que concernem à construção/compreensão da linguagem pelo enunciador. Neste tópico apresentaremos o conceito de identidade, pois a linguagem reflete e refrata o mundo, sendo dessa forma criadora de espaços sociais simbólicos. Usaremos para apresentar esta categoria os estudos de Castells (1999), Mato (1995), Hall (2000), Silva (2000) e Woodward (2000)

### **2.1 Identidade**

O termo identidade abarca diversos sentidos e usos, como também diferentes tipos. Segundo Mato (1995; p. 27), em seus estudos sobre a influência da globalização sobre povos da América do Sul, podemos ter as identidades pessoais e as sociais ou coletivas. O mesmo autor mostra que as identidades sociais ou coletivas apresentam uma divisão em externas e internas. As externas são atribuídas a um grupo – seja este de classe, étnico, nacionalista, profissional, etc – por outros grupos. Já as internas são construídas pelo próprio grupo.

Essas possibilidades de tipos de identidades não são estanques e independentes, eles possuem um vínculo, pois todas as relações sociais dialogam em suas formulações, não podendo ser, dessa forma, consideradas processos unicamente individuais. Esse mesmo autor também sustenta a posição “que as

identidades sociais são sempre circunstanciais e que sua construção é um terreno de disputas.” (MATO, 1995; p. 28). Essa posição nos remete às relações de poder envolvidas na construção das identidades. Todas as sociedades são estabelecidas a partir de relações de poder assim como todos os grupos constitutivos dessas mesmas sociedades.

Já Castells (1999; p. 24) apresenta três formas e origens de construção de identidades: identidade legitimadora, identidade de resistência, identidade de projeto. Esse mesmo autor vê uma diferença entre o que ele considera identidade e os papéis sociais. Os termos identidade e papel social, segundo Castells (1999; p. 23), são diferenciados no que diz respeito a significado e função, ou seja, “[...] identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”.

A identidade legitimadora é instituída através das relações de dominação da sociedade, acarretando a expansão e a racionalização dessa dominação em relação aos atores sociais. Já a identidade de resistência, como a própria denominação deixa transparecer, está relacionada com os processos de luta dos atores em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica dominante. Formam trincheiras de resistência e sobrevivência contra os princípios que permeiam as instituições da sociedade. Na identidade de projeto encontramos os atores sociais fazendo uso de qualquer tipo de material cultural ao seu dispor para construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade buscando, dessa forma, a transformação de toda a estrutura social.

Percebe-se nas conceituações de identidade expostas acima, uma classificação, uma tentativa de encaixar a identidade dentro de um padrão ou modelo. Ao se criarem

estes tipos de padrões de classificação, produz-se uma necessidade de tentar estabelecer um espécie de molde no qual são colocadas as identidades. Os processos de mudança pelos quais as sociedades sempre passam criam uma constante necessidade de novos modelos e isso pode vir a prejudicar ou mesmo gerar uma infinidade de novos modelos. Compreender a identidade a partir de uma não classificação rígida e pelo próprio movimento da sociedade em seus momentos de mudança, leva a perceber este fenômeno como transitório e mutável.

Devemos ter em mente que essas posições expostas acima, mesmo propondo uma classificação no que diz respeito à identidade, apontam para uma visão não determinista, isto é, a identidade não é algo estanque e imóvel, pois, como construção social, seu estatuto é o da mobilidade e da relação com a alteridade que a constitui. Nas palavras de Grigoletto (2006; p. 15) podemos encontrar uma posição mais clara sobre essa questão:

As análises que abordam as identidades culturais em sua relação com práticas de linguagem no meio acadêmico no Brasil hoje (identidades de gênero, identidades sociais de classe, identidades profissionais ou por faixa etária, identidades nacionais) partem do pressuposto teórico de que as identidades são construções sociais e culturalmente situadas, em oposição a uma suposta essência subjetiva que engendraria a identidade de cada indivíduo. Como consequência dessa construção social, entende-se que as identidades são formadas na relação inescapável e necessária com a alteridade. É também corrente, nessas análises, focalizar os sujeitos como identidades fragmentadas e proteiformes, em constante mobilidade no mundo (pós-moderno, midiático) em que as referências são cada vez mais cambiantes e fragmentadas e no qual os modelos fixos e perenes deixam de existir.

Um ponto em comum e já concreto nos estudos sobre identidade é a sua não estagnação, sua não imutabilidade. “[...] não há uma identidade pronta e acabada, estabelecida *a priori*. A identidade aparece, ao contrário, como construída, ou melhor, em constante processo de construção e reconstrução” (GONDAR, 2002; p. 109).



O campo da linguagem e o das relações de gênero – que são os objetos do nosso estudo – põem a construção da identidade feminina inserida nas relações de poder por ser este o pano de fundo de onde se estabelecem diferenças e se constroem o que é ser homem e o que é ser mulher. O homem adquiriu um status privilegiado e dominador nas sociedades definindo como tudo deveria ser e se comportar. A mulher começou a questionar estes ditames e buscar seu espaço no poder. Temos “[...] um campo de forças em confronto lutando por se afirmar [...]”, o que faz a “[...] identidade emergir como produto da sobreposição e dos deslocamentos da diferença” (GONDAR, 2002; p. 114).

Não podemos entender nem compreender a identidade a partir de uma visão homogênea da mesma. As sociedades são compostas por indivíduos particulares, mesmo estes indivíduos fazendo parte de um determinado grupo, e essa inserção dentro de um grupo, os coloca como possuidores de características em comum, gerando, assim, certa homogeneidade entre eles. Temos diferenças no plano macro dos grupos sociais como também no plano micro.

Três traços têm sido apontados como característicos das identidades sociais: fragmentação, contradição e processo. A natureza fragmentada das identidades sociais se refere ao fato de as pessoas não terem uma identidade social homogênea como se pudessem ser explicadas somente por sua raça, por exemplo. As identidades sociais são complexas: gênero, raça, classe social, sexualidade, idade etc [...]. (MOITA LOPES, 2002; p. 62)

Para Woodward (2000) a identidade apresenta-se no mundo contemporâneo marcada pela diferença, pela representação simbólica e por uma crise. Compartilhamos um mundo através de um sistema de representação o qual nos permite produzir significados e dar sentido àquilo que somos e as nossas experiências (WOODWARD,

2000). Por meio da representação, definimos espaços, posições, marcamos as diferenças que podem manter uma determinada ordem imposta ou gerar uma nova forma de ver as relações sociais.

A globalização com o seu processo de mudança na economia, na produção e nas culturas “[...] produz diferentes resultados em termos de identidade [...]” (WOODWARD, 2000; p. 21). Assistimos, assim, a uma homogeneização cultural e ao mesmo tempo resistência a mudanças de algumas identidades ou mudanças para uma libertação da exclusão e da dominação. Gera-se, assim, uma crise de identidade, pois uns querem manter a ordem dominante estabelecida enquanto outros lutam pela mudança.

Observa-se, portanto, as intrincadas relações que se estabelecem dentro do universo das relações sociais e como estes fatores estão interligados e dialogando em um processo de construção da realidade circundante.

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2000; p. 76)

O que marca a identidade é a diferença através de uma construção simbólica e social, ou seja, os indivíduos falam e se posicionam a partir de lugares construídos social e simbolicamente. Estabelecem-se aqui relações de poder, pois o local social de onde produzimos nosso discurso e representamos nossa identidade ou a identidade de alguém está inserido nessa relação. O acesso a recursos simbólicos e materiais dentro de uma sociedade não ocorre de maneira igualitária para todos os segmentos sociais. Relações mais amplas de poder definem a identidade de grupos e marcam a diferença,

não havendo um processo natural, mas construído de forma assimétrica (WOODWARD, 2000).

Demarcar fronteiras, incluir e excluir, distinguir, dividir o mundo social em uma forma binária na qual um grupo é privilegiado e o outro não, é denominado, segundo Silva (2000) e Woodward (2000), classificação. Dessa forma se seleciona no espaço social os diferentes grupos e tudo o mais que constitui a sociedade. De acordo com esses mesmos autores, essa denominação e estudo foram realizados por Jacques Derrida.

Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. [...]. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam. (SILVA, 2000, p. 83)

Vemos, a partir dos autores citados, a identidade sempre como algo fragmentado e não unitário. Hall (2000) também partilha dessa posição ao colocar as críticas que os estudos identitários vêm fazendo sobre “[...] a idéia de uma identidade integral, originária e unificada” (p. 103). Considerar a identidade como fixa seria descaracterizar o que torna as sociedades e seus membros o que eles são: múltiplos, heterogêneos, históricos.

Sendo assim, Hall (2000) compreende as identidades como sem unificação, isso as torna fragmentadas e fraturadas. A multiplicidade das identidades se constrói em discursos, práticas e posições através de cruzamentos e antagonismos. Também não se pode excluí-las da história, o que compreende suas mudanças e transformações. Entender as identidades como fixas é transformá-las no que elas não são: sempre

idênticas, em seus papéis definidos e imutáveis; como, por exemplo, a visão tradicional de homem e mulher.

Como a identidade está imersa e se articula com o simbólico, o histórico e o social (PENNA, 1998; p. 92) ela não poderia estar fora da linguagem e do discurso, pois é na e pela linguagem que representamos o mundo e nos constituímos como seres sociais. A palavra, vista por Bakhtin como signo ideológico, entra no discurso repleta de significados construídos pelos sujeitos ao longo da história e em diversos contextos sociais, reproduzindo, reforçando e construindo novas identidades, trazendo novos sentidos e resgatando sentidos “mortos”.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação de diferenças e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2000; p.109)

As palavras de Hall remetem ao campo da ideologia, da manutenção de uma ordem estabelecida por meio de relações assimétricas de poder, e das identidades se articulando nas diferenças. Segundo Rajagopalan (1998; p. 42), pensar a identidade é trabalhar interesses e o ideológico, é estar diante da existência de uma ideologia dominante.

Também para Hall (2000) a construção das identidades se dá por meio da constituição das diferenças. E nesse ponto, tanto ele quanto Woodward (2000) e Silva (2000) estabelecem a diferença através da alteridade, ou seja, o outro, “[...] aquilo que não é, [...] aquilo que falta [...]” (HALL, 2000; p. 110). A identidade se exterioriza a partir

da diferença estabelecida com o outro, com o que não se é. Por este fato podemos observar as relações identitárias entre homem e mulher forjadas nas diferenças e que se transformaram, a partir de uma visão masculina do mundo, nas relações assimétricas de poder nas sociedades. O que diferencia a mulher do homem a torna inferior a este.

## **CAPÍTULO 3. RELAÇÕES DE GÊNERO E A MULHER NA SOCIEDADE**

Os objetivos desta pesquisa relacionam-se com as questões femininas, ou seja, os estudos de gênero. A mulher esteve durante muito tempo sobre a tutela e domínio do homem. Com as grandes revoluções sociais realizadas pelas mulheres, houve as mudanças nas relações entre ambos os sexos. Para melhor desenvolver este e outros aspectos relacionados às conquistas femininas, tomaremos os estudos de diversos autores, entre eles citamos Muraro (1996), Rocha-Coutinho (1999) e Castells (1999).

### **3.1 Relações de Gênero: um olhar nas mudanças.**

As profundas transformações pelas quais passam as sociedades no mundo, no que diz respeito à posição social da mulher, são um reflexo de uma ruptura com as relações desiguais entre os sexos masculino e feminino que, durante séculos, determinavam uma posição de inferioridade da mulher e de superioridade do homem no seio das sociedades. A inserção no mercado de trabalho, controle da gestação – a mulher define quando e quantos filhos quer –, melhoria no nível de educação para a mulher (CASTELLS, 1999; p. 170), são apenas algumas das mudanças ocorridas com a busca da mulher por uma posição digna no mundo antes dominado pelo homem.

Através de um processo de luta das mulheres – que continua nos dias atuais – deu-se a liberação feminina e a diminuição das desigualdades entre os sexos. Isso só foi possível pela criação de práticas contestatórias e movimentos organizados cujo

objetivo era e é mudar as relações instituídas entre sexos; relações estas que “parecem conformadas a estruturas antiqüíssimas e intangíveis” (BALANDIER, 1976; pp. 19-20).

O processo de mudanças irreversíveis que as lutas femininas geraram e geram mexe profundamente com as instituições da sociedade, principalmente a família patriarcal – símbolo de toda uma tradição histórica que põe o marido (pai) como detentor de todo o poder sobre a esposa (mulher) e filhos, ao mesmo tempo em que o exercício dessa autoridade se reflete e permeia a organização: da sociedade, da produção e do consumo, da política, da legislação e da cultura (CASTELLS, 1999; p. 169). Também nesse sentido, Ary (2000; p. 15) se coloca favorável à posição de Castells ao dizer de forma mais profunda como os contextos culturais patriarcais são poderosos ao privilegiar o “ser masculino, considerado como sujeito historicamente valorizado e investido dos papéis de patriarca, de pai, de patrão, de chefe e senhor primeiro da ação histórica, do saber, do poder dos sentimentos e até dos sonhos”.

A busca de uma nova definição das relações entre homens e mulheres como também da célula familiar e a rejeição do sexismo cultivado ao longo do tempo (BALANDIER, 1976; p. 255) não ocorre sem conseqüências para a mulher, ao mesmo tempo em que lhe dá uma perspectiva de novos horizontes na transformação das relações de poder instituídas por apenas uma parte da sociedade, ou seja, a parte masculina dominante. Castells (1999; p. 170) deixa claras as conseqüências e mudanças com as quais a mulher tende a se deparar nessa construção de uma posição de igualdade:

Essa não é, nem será, uma revolução de veludo. A paisagem humana da liberação feminina está coalhada de cadáveres de vidas partidas, como acontece em todas as verdadeiras revoluções. Entretanto, não obstante a violência do conflito, a transformação da conscientização da mulher e dos valores sociais ocorrida em menos

de três décadas em quase todas as sociedades é impressionante e traz conseqüências fundamentais para toda a experiência humana, desde o poder político até a estrutura da personalidade.

Dentro desse profundo processo de mudança da posição da mulher na sociedade, estabeleceram-se as relações de gênero. O gênero não deve ser entendido simplesmente como uma relação que se estabelece entre homem e mulher baseada em características de ordem sexual, ou seja, as diferenças sexuais não são a única coisa que determina a construção das identidades do homem e da mulher em uma sociedade. Para Teresa de Laurettis, em seu artigo “A tecnologia do gênero” (1994), o gênero deve ser entendido a partir de quatro proposições desenvolvidas pela própria autora:

1. Gênero é uma representação com implicações na vida material das pessoas.
2. A representação do gênero envolve elementos da arte e da cultura erudita ocidental.
3. A forma de construção do gênero continua nos mesmos ambientes e no mesmo ritmo.
4. O gênero é um processo de construção e desconstrução complexo que ocorre nos discursos da sociedade que o alimenta.

Percebe-se que as proposições têm em comum a idéia de representação socialmente construída. Isso é o que caracteriza as relações de gênero: são representações produzidas pela sociedade através de processos históricos para determinar os papéis que ambos, o homem e a mulher, devem ter. Ao tratar da posição de poder que a mulher ocupava dentro das relações familiares no século XIX, Rocha-Coutinho expõe que:



[...] o gênero é uma aquisição cultural. Ele é a forma social que adquire cada sexo, o que se obtém através do processo de socialização que prepara os sujeitos para que cumpram adequadamente seu papel, enfim, para que sejam o que se diz que são por natureza. (ROCHA-COUTINHO, 1994; p. 41)

E dependendo de como esses papéis são instituídos, eles não possuem mobilidade, ou seja, cada um ocupa seu lugar perpetuamente. Para a mulher, infelizmente, durante muito tempo seu papel foi de inferioridade e submissão, ocasionando um lugar privilegiado para o homem.

### **3.2 Mulher e Trabalho: a busca da autonomia**

Dentro dos processos de mudança nas posições sociais entre os sexos, sempre é destacado o momento no qual a mulher ingressa no mercado de trabalho, tornando-se, dessa forma, não mais dependente financeiramente do homem. Segundo Bruschini (1985; p. 1) em seu trabalho sobre a mulher no mercado de trabalho na década de 80, a questão do trabalho feminino deve levar em conta dois aspectos: “apreender não só a ausência ou o volume de participação feminina em atividades econômicas, mas também e principalmente, as formas particulares em que ela se dá”.

Durante muito tempo a divisão sexual do trabalho regeu o que a mulher deveria ter como única atividade: dona-de-casa. Essa atividade, segundo Ary (2000; p. 16), é tomada quase como uma “vocação natural” para a mulher. Isso tem raízes profundas na história da divisão do trabalho.

Segundo Rocha-Coutinho (1994), ao observarmos a história, percebemos que a partir de um dado momento a economia doméstica começa a se fragmentar e o homem sai de casa para buscar trabalho e poder sustentar a família. Isso decorreu dos novos meios de produção e do desenvolvimento econômico. Neste momento a mulher permanece em casa cuidando da família e do lar. Ainda segundo a mesma autora (1994; p. 33), a permanência da mulher apenas no espaço doméstico trouxe conseqüências para sua personalidade e identidade, pois “elas passam a ser e viver para os outros e não para si mesmas e sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa”.

Começa assim a se delinear os espaços sociais característicos de cada sexo: o espaço público<sup>4</sup> (fora de casa) fica para o homem, assim como acesso aos bens, serviços e poder provenientes de sua inserção nesse espaço. Já a mulher fica com o espaço privado (dentro de casa) e responsável, conseqüentemente, pelo serviço doméstico, criação dos filhos e sem acesso a tudo o que o universo masculino tem. Magalhães (2005; p. 41) expõe de forma semelhante essa definição de espaços para o homem e a mulher ao colocar o mundo urbano em duas esferas distintas: o lugar da produção, do trabalho (espaço da rua), o lugar da reprodução biológica, da afetividade, da família (o espaço da casa).

Bruschini (1985) aponta que a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro está relacionada a aspectos diferentes e complementares: condições do mercado, estrutura do emprego, nível de desenvolvimento da sociedade, posição na família e classe social à qual pertence. A mesma autora afirma que o ingresso da

---

<sup>4</sup> Espaço será aqui tomado como sinônimo de esfera pública e esfera privada, que segundo Johnson (1997), tornaram-se prática comum para dividir o mundo social, ou seja, o mundo feminino do lar (privado) e o mundo masculino da política e do emprego remunerado (público).

mulher no mundo do trabalho não é suficiente por si só para a libertação feminina. Isso decorre devido ao fato das mulheres assumirem “atividades de baixa qualidade e remuneração em sobreposição ao papel reprodutivo desempenhado na família” (BRUSCHINI, 1985; p. 4).

A inserção feminina no espaço do trabalho apresenta características bem peculiares devido às relações de gênero que perpassam seu aceite nos postos para os quais é contratada. Seu aceite no mercado passa por uma falta de igualdade de condições com relação aos homens. Ao mesmo tempo este mercado se transforma, através da luta das mulheres, e permite cada vez mais a mulher neste espaço.

Abramo (2002) mostra, em seu artigo, uma mudança no quadro de participação da mulher no mercado de trabalho latino-americano na década de 90, ocorrendo mudanças na qualidade de inserção e ao mesmo tempo aumento e diminuição das desigualdades.

Essa maior participação, apesar de não ser a ideal, da mulher no mercado de trabalho se deve a uma escolaridade maior do que a do homem, diminuição da fecundidade “e os novos valores relativos à inserção das mulheres na sociedade brasileira, em seus diferentes ambientes” (NEVES, 2002; p. 52).

Apesar do intenso crescimento, não ocorre uma participação mais efetiva da mulher no mercado de trabalho devido à permanência de determinados traços culturais e sociais, tais como a responsabilidade com a família, a execução de tarefas domésticas e a maternidade (NEVES, 2002; p. 53). Esta autora, ao analisar as relações de gênero que perpassam as experiências de trabalho, observa que o espaço privado repercute no espaço público determinando, dessa forma, as posições e ocupações das mulheres fora do ambiente social e historicamente construído para ela. Persiste e se

reproduz as relações sociais instituídas ao longo dos séculos mantenedoras de uma divisão estanque nas atividades desenvolvidas pelo homem e pela mulher.

Verificam-se mudanças e permanências com relação ao trabalho feminino. A educação formal proporciona sua presença em ocupações de prestígio, entretanto persistem espaços de trabalho com baixa remuneração, a dupla jornada de trabalho continua a exigir esforço redobrado, pois, o espaço doméstico (filhos e tarefas do lar) é responsabilidade, ainda, exclusiva da mulher (NEVES, 2002; p. 58).

Para Melo (2002; p. 70), ao discutir os dados estatísticos sobre a mulher no mercado de trabalho brasileiro na década de 90, mostra que nos últimos 15 anos a dinâmica demográfica da população brasileira tem permitido as mulheres buscarem emprego e ingressarem no mercado de trabalho. Também para esta autora houve uma diversificação da ocupação feminina com seu acesso ao emprego industrial, ao setor de serviços e as atividades oriundas da microeletrônica. Essa chegada da mulher nos postos de trabalho teve como consequência uma maior competição entre os trabalhadores.

A busca da mulher por autonomia e bem-estar é alcançada por sua inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo o mercado reproduz as desigualdades de gênero através de uma divisão sexual do trabalho que coloca a mulher em uma relação de inferioridade ao ser-lhe atribuída uma “[...] função básica e primordial do cuidado com o mundo privado e a esfera doméstica [...]” (ABRAMO, 2002; p. 81), sendo vista esta esfera como um papel secundário e inferior ao do mundo público. Isto fomenta a sua desvalorização tanto no trabalho quanto seu papel na sociedade.

A conciliação entre trabalho e família é a grande dificuldade enfrentada pela grande maioria das mulheres. A famosa “dupla jornada” (trabalho e casa) empreendida

por elas é decorrente de uma distribuição desigual das responsabilidades domésticas e familiares. A mulher deve ser a guardiã da família e da casa, enquanto o homem é o provedor. Esta idéia ainda existe e persiste ao longo de toda a história da humanidade e se perpetua mesmo após tantas lutas e reivindicações das mulheres por um espaço de igualdade e trabalho.

Do que fora apresentado acima, pode-se apreender que a ascensão da mulher no espaço público, ou seja, no mercado de trabalho, não ocorre de forma linear e com a extinção de preconceitos e discriminações. Há avanços e retrocessos, idas e vindas. Esses processos histórico-sociais têm profundas conseqüências no que diz respeito às relações de gênero nas sociedades atuais, ao mesmo tempo em que gera novos paradigmas no que concernem as novas posições que a mulher tem ocupado no espaço antes reservado apenas aos homens.

### **3.3 Mulher e Política: acesso ao poder**

Sabe-se que as mulheres representam metade da população mundial e em nosso país elas também constituem metade da população. Dessa maneira, as mulheres formam um grande eleitorado e que quantitativamente têm grande poder de decisão sobre os aspectos da política brasileira. Sabemos também que elas ocupam cadeiras no congresso nacional e comandam estados e cidades, assumindo um espaço que até bem pouco tempo só era dominado pelos homens. Todavia, o espaço político ainda é predominantemente masculino e a eleição de mulheres para mandatos não acompanha

o quantitativo do eleitorado feminino: metade da população vota, mas são poucas as mulheres na política.

Studart (1982; p. 15), ao estudar a ocupação da mulher no campo da política brasileira, afirma que esta disparidade advém do elitismo e do autoritarismo existente em nossa sociedade e soma-se a isto o caráter patriarcal da nossa cultura, ou seja, o homem tem as rédeas do poder. Esta mesma autora resume bem como foi o processo para a mulher ter direito ao voto:

[...] ao tempo do Império o voto só era permitido aos homens e homens *proprietários*: assalariados, pobres e mulheres ficavam do lado de fora das urnas. Na Velha República, à época das listas, dos títulos eleitorais fraudados, as mulheres estavam excluídas do direito de votar. Foi só na década de 20 que, estimuladas pelas mudanças ocorridas na Europa com os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, as brasileiras começaram a lutar. Sobre o comando de Bertha Lutz, para obterem o direito de eleger representantes. A vitória só lhes chegou em 1934. [...]. (STUDART, 1982; p.15)

Podemos ver que a participação da mulher em processos decisórios, como o da eleição, não ocorreu em simultaneidade como ocorreu com o homem. Sua condição de cidadã só foi possível em um segundo momento através de sua própria força de atuação na sociedade. O Brasil é uma democracia de modelo liberal, entretanto a mulher nessa democracia ainda não tem plenos direitos e os que ela conquista são por meio do enfrentamento de grandes obstáculos.

Há uma preocupação constante nos movimentos feministas no que diz respeito à participação e ao desempenho da mulher na política. Sua inserção e atuação nesta esfera pública tornam-se cada vez mais importante na medida em que já é um ponto pacífico a necessidade de ter um papel atuante e decisório nos destinos da sociedade. A mulher alcançou grandes conquistas, mas elas ainda não são suficientes para ter seus direitos garantidos.

[...] o aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho, no sistema escolar de todos os graus, nos meios de comunicação de massa, por si só, não contribuirá para que elas obtenham a plena igualdade de direitos com o homem, na medida em que se mantiverem afastadas dos centros de decisão política e marginalizadas do sistema de poder. (TABAK e TOSCANO, 1982; p. 26)

Desenvolveu-se na nossa sociedade um preconceito contra a atividade política. Em geral, essa atividade é revestida de uma falta de caráter por parte dos políticos, “[...] sua prática como algo não limpo, pervertido, desonesto [...]” (TOSCANO, 1982; p. 58). Junte-se a essa concepção os variados tipos de preconceito vinculados à participação feminina na política: há grande concentração de esforço que não é compatível com suas atividades domésticas, mulher não gosta de política, a fragilidade da mulher para assumir tarefa tão árdua.

A tradição, o costume e mesmo o comodismo, concorrem para que se mantenha o mito da existência de trabalhos que são *naturalmente femininos*, mesmo depois que a ciência demonstrou que não há, a priori, uma divisão sexual, por assim dizer, biológica das atividades humanas, decorrendo tal divisão de conceitos que são tipicamente culturais e socialmente condicionados. (TOSCANO, 1982; p. 62)

Para modificar a participação da mulher na política e seu acesso ao poder no Brasil, foram criadas leis para a determinação de cotas de mulheres nas candidaturas de todos os partidos políticos. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a lei n. 9.100, criando uma cota mínima de 20% para as mulheres nas eleições municipais. Em 1997, cria-se a lei n. 9.504 que expande as cotas para os demais cargos eleitos por voto proporcional – Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital – e altera o texto do artigo assegurando uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer um dos sexos. (GROSSI e MIGUEL, 2001; p. 3)

Vemos assim um esforço para mudar o quadro da quantidade e da qualidade da participação efetiva da mulher na disputa e na prática política. Percebe-se uma busca por mudança tanto nas posturas dos partidos políticos quanto nas do eleitorado.

De forma ainda pequena, mas de forma visível, aumenta a presença das mulheres nas disputas eleitorais. Nas eleições de 1998, pela primeira vez na história do Brasil, houve uma candidata à Presidência da República – de um partido pequeno. E, nas eleições de 2000, concorreram 70.321 mulheres às Câmaras de Vereadores e 1.139 às Prefeituras Municipais. Foram eleitas 6.999 vereadoras e 318 prefeitas. Destas, seis vão dirigir prefeituras de capitais [...] (GROSSI e MIGUEL, 2001; p. 4)

Mesmo com estas novas possibilidades de atuação e fortalecimento dentro do quadro da política nacional, as mulheres ainda estão longe da paridade entre os sexos. Isso se deve a fatores tais como o de ordem cultural que reside no medo do homem de perder o poder e seus espaços para as mulheres. Ao mesmo tempo há a idéia do mundo político não ser um espaço para as mulheres, e este tipo de posição se perpetua em nossa sociedade (GROSSI e MIGUEL, 2001; p. 9).

Também parte desta idéia é a ampliação (Sineau (1991; p. 578) ao expor presença majoritária dos homens e a rejeição às mulheres na política, apontando para isto o modelo oligárquico de perpetuação no poder e manutenção de estereótipos femininos:

A predominância masculina nos lugares de poder tem também causas internas ao meio político, entre as quais, em primeiro lugar, o funcionamento oligárquico das organizações partidárias. Estas fazem o jogo fácil de acusar a fraqueza do ativismo das mulheres para as sub-representar nos órgãos diretivos, ou de invocar a misoginia da opinião pública para lhes recusar as investidas eleitorais. Sendo em princípio lugares abertos de formação e de seleção políticas, os partidos funcionam, com demasiada freqüência, como cenáculos de investidura especialmente fechados às mulheres [...]



Assim vemos como se perpetuam as posturas autoritárias e machistas no universo político para a desqualificação e não acesso das mulheres aos espaços de poder.

O sufrágio feminino causou uma grande perturbação na ordem masculina estabelecida, tanto pela perda do monopólio da manutenção do poder quanto pelo aspecto de arbitragem do eleitorado feminino que corresponde a 50% dos votos. Para Sineau (1991; pp. 566-567), o despertar político das mulheres veio pôr abaixo a imobilidade institucional e a composição exclusivamente masculina das elites dirigentes, o que caracteriza o obsoleto das sociedades modernas.

### **3.4 Mulher e Cidadania: a busca dos direitos**

A definição de cidadania é uma tarefa um pouco complexa já que envolve diferentes aspectos de um mesmo reconhecimento: ser cidadão/ã. O simples fato de alguém ir a uma praça e fazer um culto religioso é considerado por muitas pessoas um incômodo. Todavia aquele/a que faz seu culto está exercendo seu direito de cidadão/ã garantido pela Constituição Brasileira.

Marshall (apud HIRATA, 2002) coloca que não há um modelo único de cidadania e apresenta os três tipos de cidadania definidos da seguinte forma:

1. Cidadania cívica (direitos civis) que emergiu no século XVIII e trazia a afirmação de direitos individuais (liberdade de expressão, direito de propriedade);
2. Cidadania política que afirmava os direitos de representação e participação política;

### 3. Cidadania social (direitos sociais) no século XX com o direito à previdência social.

Estes tipos de cidadania receberam críticas dos movimentos feministas por se apoiarem numa visão que não levava em consideração as relações de gênero, pois o autor homogeneizava o processo de cidadania enquanto que o mesmo processo ocorria de forma desigual em várias partes do mundo, principalmente para as mulheres (SYLVIA WALBY apud HIRATA, 2002).

A luta pela cidadania das mulheres é uma luta contra as discriminações em matéria de direitos civis, políticos e sociais, e a favor de uma extensão dos direitos de cidadania à liberdade reprodutiva [...]. Articular cidadania social e cidadania política, reivindicando ao mesmo tempo direitos sociais e seu lugar enquanto sujeito político [...] (HIRATA, 2002; p. 33)

Para compreendermos melhor a cidadania na perspectiva das relações de gênero, é preciso olhar a história a partir dos dois marcos revolucionários que deram à humanidade a sua concepção de cidadania: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Revolução Francesa. Essa declaração é reconhecida como momento fundador dos modernos direitos à liberdade e à igualdade, enquanto a Revolução construiu o modelo de cidadania que o Ocidente europeu adotou (GROPPI, 1995; p. 12).

Gropi (1995), em artigo envolvendo a comemoração ao bicentenário da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrito por Olympe de Gouges em 1791, também salienta que a exclusão da mulher do terreno da cidadania tem sua origem na própria construção do conceito ao longo da história. A autora expõe que através da construção política e simbólica da diversidade feminina, reforçou-se a

identidade masculina no poder. As desigualdades políticas e sociais tornaram-se uma obsessão para os homens da Revolução:

[...] diferentes entre si, procuram, e em parte encontram, uma coesão ao contraporem-se a um grupo diferente, diverso, como o das mulheres. Se a oposição à aristocracia confere uma identidade genérica em relação a um grupo exterior, a oposição ao feminino reforça no próprio interior uma identidade fraca marcada por profundas vertentes sociais e culturais [...] (GROPPI, 1995; p. 17).

Gropi (1995) compreende aqui o jogo das oposições, a eterna forma de definir papéis e estabelecer posições dentro da sociedade a partir das diferenças, e estas mesmas diferenças geram indivíduos não paralelos e sem um intercruzamento. Estamos, de acordo com a autora, diante de dois planos – masculino e feminino – onde o que é da competência de um não pertence ao outro. Cada campo tem características e peculiaridades das quais se extraem vantagens e desvantagens para reforçar a diferenciação do campo oposto.

Rossi-Doria (1995) ao buscar, ao longo de seu artigo, caracterizar como se desenvolveu a exclusão da mulher da esfera pública, mostra que a cidadania das mulheres não alcança sua plena realização por persistirem sobre as mulheres fatos contrários a esta posição dentro da sociedade, tais como: desrespeito às liberdades individuais, violência sexual, acesso menor à política, exclusão do espaço público e permanência no privado. Complementando este pensamento, temos que:

Por um lado, de fato, ao direito de voto não corresponde uma adequada representatividade feminina nos órgãos legislativos e governamentais. Por outro, a cidadania plena não afetou as práticas discriminativas e a generalizada subordinação feminina na sociedade, que só recentemente, com muito esforço e luta, foram reconhecidas como *issues* políticos e não apenas privados, embora esse reconhecimento seja pouco sólido e apenas parcial (GALEOTTI, 1995; p. 237).

A perpetuação de falhas no que diz respeito à cidadania feminina coloca diante de nós toda a construção das relações de gênero produzidas ao longo do tempo em diversas sociedades. Criou-se a universalidade dos Direitos Humanos e esta mesma universalidade, nas palavras de Galeotti ao tratar em seu trabalho de cidadania e gênero, “[...] tem o efeito de excluir tudo aquilo que não corresponde aos requisitos chamados universais, na verdade masculinos da cidadania [...]” (1995; p. 240).

Uma das principais constantes na história do pensamento político é representada pelo fato de que a exclusão das mulheres da esfera pública nunca é um esquecimento, mas pelo contrário, um elemento constitutivo das categorias de “cidadão” e de “política” [...] (ROSSI-DORIA, 1995; p. 110)

Todavia, as mulheres tiveram e continuam tendo seus direitos e sua cidadania respeitados. Através das contínuas reivindicações para a igualdade dos sexos tanto no direito público como no direito privado. Mesmo assim ainda persiste a diferença e, nessa diferença, a manutenção da exclusão de acesso a direitos básicos. A mulher alcança seus direitos, mas a passos lentos e de forma a ter muito ainda por alcançar, como bem coloca Sineau (1991) em sua discussão em torno das conquistas dos direitos das mulheres em um plano global:

Conceito antigo, portanto, esse da igualdade de direitos entre indivíduos de sexos diferentes, mas de tradução jurídica recente, uma vez que houve que esperar o limiar do terceiro milênio para que se desencadeassem as suas últimas transformações jurídicas. É que a idéia de firmar no direito a igualdade das mulheres deparou com numerosas resistências [...] (p. 551).

### 3.5 Mulher e Educação: saber e autonomia

O acesso à educação é, sem dúvida, o caminho para a autonomia de qualquer cidadão/ã, porque, através deste instrumento de transmissão e construção do conhecimento, todos os indivíduos de uma sociedade têm possibilidade de garantir e obter os espaços de cidadania. Ter conhecimento de seus direitos e deveres, galgar posições no mercado de trabalho, compreender e modificar as estruturas de manutenção de uma única ótica permissiva e autoritária são alguns dos poderes adquiridos através da educação. Entretanto, quando nos referimos a estas possibilidades em relação às mulheres e sua busca pela paridade, devemos estar atentos às palavras de Lagrave (1991; p. 505) ao discutir no contexto da Europa no século XX a mulher e sua busca por autonomia:

O século XX define-se mais pela longa e lenta legitimação dos princípios de divisão sexual do mundo social, perpetuando ou reinventando formas subtis de segregação no sistema de formação e no mundo do trabalho. Efetivamente, a ordem social funciona como uma espécie de estação de seleção que distribui com regularidade, embora de um modo imperfeito, homens e mulheres por esferas separadas de formação e de trabalho.

Pesquisas recentes e dos séculos passados têm demonstrado que a escolaridade feminina tem alcançado níveis bastante satisfatórios, o que vem a demonstrar uma mudança significativa no acesso ao conhecimento e conseqüentemente acesso maior às esferas públicas de trabalho e poder. Muraro (1996; p. 14), em seu reconhecido trabalho sobre a mulher no Brasil, mostra que:

[...] em 1969 havia cem mil mulheres na universidade para duzentos mil homens. Em 1975 este número tinha subido para cerca de quinhentas mil mulheres (para

quinhentos e oito mil homens), passando a proporção de 1::2, em 69, para 1::1 em 75. O número de mulheres na universidade havia quintuplicado em cinco anos!

O nível de escolaridade superior apresenta-se como a mais alta esfera dentro da educação formal de um país e, conseqüentemente, aqueles que o alcançam adquirem um nível de formação diferenciada e privilegiada, dadas as possibilidades maiores de inserção nos diversos espaços da sociedade.

Abramo (2002), em seu estudo sobre a década de 90 na América Latina, mostra um aumento significativo na formação escolar média das mulheres em relação à dos homens. O que consolida os dados anteriores de Muraro, já que é a partir do nível médio que se processa a chegada ao nível superior. Já Rosemberg (2001; p. 10), ao analisar em seu trabalho a situação entre homens e mulheres na educação brasileira, revela uma configuração semelhante à de países desenvolvidos, pois ocorre progressão um pouco melhor das mulheres na escola (revelando debilidade do sexismo), mas certa persistência de desequilíbrio entre os ramos de ensino para homem e mulher. Permanece uma progressão interrompida e acidentada para ambos os sexos de estratos sociais e raciais subordinados.

Observa-se ainda, nas relações de gênero desiguais que perpassam as estruturas sociais, que mesmo com a escolaridade superior, a mulher não atinge o mesmo nível de participação no mercado formal:

O maior nível de escolaridade não constitui, para as mulheres, uma garantia de mais e melhores oportunidades de emprego em comparação com os homens. As mulheres necessitam em média 4 anos a mais de escolaridade para obter os mesmos rendimentos que os homens e, em média, 2 anos a mais para ter a mesma oportunidade de conseguir um emprego formal. (ABRAMO, 2002; p. 93)

Devemos lembrar que a formação educacional tem uma forte ligação com o mercado de trabalho, já que vivemos em uma sociedade capitalista na qual a autonomia e acesso a bens e serviços só é possível mediante a obtenção de um emprego.

Mas a escolaridade repercute em outros espaços sociais além do mercado de trabalho: a saúde, o planejamento familiar, a qualidade de vida. É dessa forma que se colocam Abramovay e Castro (1998; p. 36) ao fazerem em parte de seu trabalho uma panorâmica sobre a situação da mulher no Brasil e verem na educação formal uma forma estratégica para o empoderamento das mulheres, tornando-as agentes na construção de um novo espaço social no qual elas estão situadas tanto no mercado de trabalho quanto na vida em geral.

A educação formal está sujeita às críticas e reflexões no tocante a seu acesso e conteúdo. As marcas de reprodução de valores e comportamentos racistas e sexistas, ora reproduzidas em seus espaços de transmissão e em seus conteúdos, fazem parte de diversas discussões em diversos movimentos sociais. Há que se observar também a sua instrumentalidade para modificar as desigualdades no recrutamento do mercado de trabalho, a mobilidade nas funções, a competição e os rendimentos. Assim, buscam-se mudanças positivas para o fim das discriminações e das desigualdades sociais contra as mulheres (ABRAMOVAY e CASTRO, 1998; p.39) .

Devemos observar também que a educação é um mercado de trabalho no qual as mulheres atuam em maior quantidade. “O sistema de ensino continua sendo um nicho para as mulheres no mercado de trabalho. Sejam professoras, funcionárias ou especialistas, as mulheres representam mais de 80% da força de trabalho em educação” (ROSEMBERG, 2001; p.10). Essa proporção maior de mulheres no

magistério não é decorrente de agora, mas um processo cujo início se deu a partir do século XIX. Havia nessa época um discurso de modernização do país que conseqüentemente passava pela educação. Mas era exigido pela sociedade professores com boa formação, uma educação abandonada precisava ser reconstruída. Isso levou à criação de escolas de formação de professores nas quais houve uma grande participação da mulher e essa participação se mantém até os nossos dias, como bem desenvolve Louro (2002) ao analisar a formação de professoras no século XIX.

A mulher entra no magistério e são introjetadas as características femininas estabelecidas socialmente: a imagem da professora como segunda mãe, sua postura e conduta devem ser imaculadas, uma pessoa frágil que necessita de proteção. Assim como as professoras tinham seus papéis bem definidos, os alunos e alunas tinham aprendizagens diferentes e bem definidas. Enquanto para os homens se prezava a objetividade e o raciocínio através do cálculo e álgebra, as mulheres eram conduzidas para as atividades do lar e da família: corte e costura, pintura, música (LOURO, 2002).

A escola torna-se, desta forma, a definição dos papéis sociais de cada indivíduo, homem e mulher. Com seus papéis definidos, os formandos tinham suas áreas específicas para ocupar: mundo público e mundo privado. Lagrave (1991) vê a escola como espaço conservador e reproduzidor das diferenças entre os sexos ao definir através dos seus currículos os destinos profissionais prováveis, ou seja, “retomando [...] as divisões do mundo social e retraduzindo-as em divisões escolares, a escola cria vias ‘reais’ mas desleais nas quais as jovens se precipitam” (LAGRAVE, 1991; p. 523).

A escola é tida como transmissora de conhecimento, saber, cultura e valores para as novas gerações. As necessidades de um mercado competitivo e plural ditam o



que deve ser ensinado e valorizado. As diferenças sexuais se fazem marcantes em ambos os espaços e definem o que cada sexo pode ser e até onde pode chegar.

### **3.6 Mulher e saúde: viver bem**

A saúde tem se mostrado como um campo de grande problemática para a mulher devido ainda a pouca assistência encontrada nos serviços públicos e também à própria construção cultural do senso comum a respeito da mulher e seu corpo como possuidor de um “certo misticismo”.

Com o acesso à educação e, por conseguinte, à informação e proteção, a mulher vem aos poucos e com a ajuda de órgãos governamentais, não governamentais, associações, grupos de ação e outros movimentos sociais, mudando o quadro dos problemas de saúde que a afligem. Mesmo assim, problemas como a mortalidade materna, o aborto, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e câncer, preocupam profissionais e autoridades na área da saúde.

[...] a carência de mais esforços preventivos contra a mortalidade por câncer de mama e por Aids, problemas relacionados aos serviços de saúde e a importância de se investir na conscientização da mulher para o cuidado como corpo e nas relações de gênero, chamando a responsabilidade social de homens e mulheres no plano relacional [...] (ABRAMOVAY e CASTRO; 1998; p. 41)

Estamos vivendo a era da informação e da globalização sem fronteiras. Em qualquer televisão, rádio, jornal, revista, ou simplesmente com o clique de um botão de computador, podemos ter a nossa disposição um mundo de conhecimento. Mesmo assim, a saúde de um modo geral, e em especial, a saúde da mulher, apresenta-se

como repleta de questionamentos e problemas. Ao que tudo indica, ter um mundo de informação a sua volta não significa saber usar esta informação em proveito próprio.

A busca por ajuda e o reconhecimento de questões especificamente femininas em relação à saúde, passa também pelo próprio reconhecimento da mulher do seu corpo e de suas características próprias. “Corpo, sexualidade, identidade, relações sociais e padrões culturais de gênero são eixos de grupos feministas que reivindicam a participação mais ativa da mulher para o cuidado da saúde” (ABRAMOVAY e CASTRO, 1998; p. 42).

Um fator que merece atenção no trato da saúde da mulher são as políticas públicas implementadas para este segmento da sociedade. Há uma dificuldade em incorporar nestas políticas as questões de gênero ao “tratar os beneficiários [...] como massa indistinta, desconsiderando as desigualdades socialmente construídas e a diversidade das necessidades” (BARROS, 1999; p. 130). A mesma autora ainda acrescenta a equidade e a inclusão para que não sejam criados mundos de exclusão e sim “a reconstrução das relações sociais”.

Um aspecto particular da saúde da mulher e de grande repercussão em todas as esferas da sociedade no momento em que é referido é a questão do aborto e da sua legalização. Muitos são os grupos de defesa da mulher empenhados nesta questão, ao mesmo tempo em que muitos são os segmentos sociais contra. Há um consenso geral da grande quantidade de abortos clandestinos realizados e das mortes advindas deles, como também problemas de saúde e seqüelas desses abortos mal feitos.

A mobilização do movimento das mulheres pela não criminalização do aborto encontra relativo apoio no Legislativo, mas também resistências, as que mais se acentuam por parte da igreja católica e várias denominações religiosas. (ABRAMOVAY e CASTRO; 1998; p. 41)

A saúde reprodutiva e sexual das mulheres ocupa espaço destacado na agenda de trabalho dos grupos femininos. A atenção dada aos direitos sexuais e reprodutivos femininos vem ganhando espaço e vários trabalhos desenvolvidos nessa área. A gravidez na adolescência, os abortos, as doenças sexualmente transmissíveis, sendo a Aids a mais enfatizada, são questões e problemas gerados pelo não conhecimento da mulher do funcionamento e dos meios de cuidar do seu próprio corpo.

Várias entidades atuam nessa relação da mulher com seu corpo e sua saúde mostrando uma visão mais complexa e ao mesmo tempo aberta sobre estes aspectos. O Coletivo – grupo criado a partir das inquietações de mulheres a respeito das abordagens convencionais para a saúde da mulher – viu este aspecto bem claro quando do momento da sua constituição:

A preocupação inicial entre as integrantes do *Coletivo* foi a grande fragmentação do corpo da mulher e de suas necessidades de saúde em diferentes especialidades e serviços. Por essa razão, o *Coletivo* priorizou a atenção integral, reconhecendo as necessidades médicas das mulheres como estando diretamente relacionadas com sua sexualidade, seu papel social, suas atividades econômicas e seu bem estar emocional. (DÍAZ e ROGOW; 1996; p. 5)

O governo brasileiro criou em 1980 o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – diante das grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Sistema Público de Saúde. Este programa trabalha em conjunto com a participação das mulheres organizadas e promove ações em várias modalidades, enfatizando a educação para o exercício da cidadania (ABRAMOVAY e CASTRO; 1998; p. 44).

Vemos que ações e reflexões existem e são efetuadas no que concerne à mulher e sua saúde, seja ela reprodutiva ou sexual. As questões são várias, assim como é a própria dinâmica da vida da mulher. Vista apenas em seu aspecto biológico e não como

um indivíduo, uma pessoa, a mulher muda padrões de comportamento e atitude com relação a si mesma e dos outros (médicos) para com ela.

### **3.7 Mulher e violência: as marcas do controle**

Não há como negar ou tentar desmentir a grande mancha gerada pelas relações desiguais de gênero, produzidas e reproduzidas ao longo de séculos de constituição histórica e social dos homens e mulheres nas sociedades ocidental e oriental: a violência gritante contra a mulher. Sexista, física, moral, seja qual for a forma em que ela se expressa, a violência está presente em todas as camadas das sociedades. Basta ler o jornal, ouvir o rádio ou assistir a um telejornal, sempre haverá uma reportagem sobre uma mulher que foi espancada, violentada ou morta.

Forma-se um quadro amedrontador e que precisa ser mudado com urgência. Com a criação das Delegacias de Proteção à Mulher na década de 80, as denúncias de violência doméstica foram facilitadas, pois em delegacias comuns as mulheres se sentiam inferiorizadas diante de policiais do sexo masculino. De acordo com Abramovay e Castro (1998), estas delegacias são ainda insuficientes e ao mesmo tempo não deficientes quanto a aparelhamento e serviços especializados no trato sobre questões de gênero.

Silva (1992), em seu trabalho sobre assistência social em delegacias para as mulheres vítimas de violência, mostra de que formas a violência pode ser travestida para subordinar a mulher em uma posição inferior.

Quando a mulher, em geral o pólo dominado desta relação, não aceita como natural o *lugar* e o papel a ela impostos pela sociedade, os homens recorrem a artifícios mais ou menos sutis para fazer valer seus privilégios – a violência simbólica (moral e/ou psicológica) e a física, que se manifesta nos espaços lacunares em que a ideologização da violência simbólica não se fez garantir. [...] (SILVA, 1992; p. 58)

Modificar esta concepção de subordinação de um sexo por outro e acabar com o uso da violência em ambientes públicos e privados para perpetuar esta subordinação, mostra-se como a tarefa mais amarga dos movimentos femininos e feministas. Homens e mulheres não ocupam posições iguais dentro de uma mesma sociedade e essa assimetria legitima a dominação e a subordinação que estabelecem as relações de poder entre ambos os sexos.

Essa situação não é específica do nosso momento atual, isto é, não é fruto do nosso tempo, tampouco, particular ao nosso país. Ao contrário: é uma situação milenar e extremamente complexa, sendo condicionada historicamente por uma multiplicidade de fatores econômico-político-sociais e se fazendo presente em vários sistemas políticos através dos tempos. (SILVA, 1992; p. 60)

Entre as formas de violência contra a mulher, a mais conhecida é a violência doméstica. É um tipo de violência restrita ao universo familiar e do casamento; universo este condenado ao silêncio por parte da vítima e também por parte da sociedade, pois continua valendo a conhecida expressão: “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Manter uma atitude positiva e aceitar a agressão no espaço doméstico só vem a agravar e sedimentar um modelo de sociedade onde o masculino é a ordem. A complexidade deste fenômeno está relacionada com a própria formação da sociedade, sua cultura, suas relações de poder, economia e a dominação masculina (BITANGARO, 1999; p. 9).

### 3.8 Mulher: defesa e proteção

Buscar modificar as leis construídas sempre por homens e construir uma paridade nas relações de gênero, é uma tarefa árdua e complexa para as mulheres. Seus esforços e lutas alcançaram e têm alcançado grandes mudanças nas legislações de diversos países, inclusive o nosso. Para Graça (2002; p. 155), ao discutir em seu trabalho como a legislação brasileira tem atuado em relação às mulheres, não adianta apenas leis serem aprovadas, sua efetivação na prática se faz necessária:

Para nós a conquista de uma legislação que aponte para a igualdade de gênero na luta pela cidadania é um passo importante na busca de políticas públicas efetivas. Não basta, entretanto, aprovar uma lei – ainda que ela seja, com certeza, um instrumento importantíssimo na luta pela cidadania das mulheres. Temos que ir além [...].

Graça (2002) também mostra que a Constituição de 1988 é um marco na história da democracia no Brasil e ao mesmo tempo um avanço nas conquistas femininas. A aprovação de 40 leis referentes à cidadania da mulher e ampliação de seus direitos nas áreas de saúde, direitos civis, trabalho e previdência, poder, são mostras nítidas dos espaços excluídos das mulheres.

No início da década de 90 houve uma revisão da Constituição devido a grandes mudanças no cenário mundial que exigiam leis mais modernas e atuantes para que o Brasil se modernizasse. Essa revisão significava também um retrocesso se grupos organizados não estivessem atentos às modificações que seriam feitas em diversos pontos relacionados à proteção e defesa da mulher. O CFEMEA (1993) (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), atento a estas modificações, apontou em seu trabalho uma fotografia dos pontos de mudança para a nova Constituição:

- a) Discriminação e violência na área civil;
- b) Violência e discriminação na área penal;
- c) Trabalho urbano, rural e doméstico e previdência social;
- d) Saúde da mulher; educação e qualificação profissional;
- e) Educação infantil: creches e pré-escolas.

Um das leis mais debatidas e combatidas é o Código Civil brasileiro que até bem pouco tempo colocava a mulher como incapaz para a realização de atos da vida civil, sendo, desta forma, a mulher totalmente dependente das decisões masculinas. Um erro e uma violência cujas conseqüências foram extremamente prejudiciais na vida conjugal.

Abramovay e Castro (1998) apresentam várias mudanças ocorridas na legislação brasileira e nas ações internacionais às quais o Brasil se incorporou para a defesa e proteção da mulher:

1. Direitos políticos e garantias constitucionais sem diferenças entre homens e mulheres;
2. Ratificação pelo Brasil, em 1984, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher promovida pela ONU;
3. Estatuto da Mulher Casada (Direito de Família), com a instituição dos bens reservados e eliminação de limitações e incapacidades, lei do divórcio consagrando direitos entre os sexos;
4. Direito trabalhista, com o fim de certas proibições quanto aos trabalhos que a mulher poderia executar e mudanças na legislação das empregadas domésticas;
5. Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento relacionando demografia e direitos reprodutivos;
6. As resoluções da Conferência de Beijing para serem levadas a cabo.

Estes são alguns aspectos que consideramos relevantes para o estudo da temática feminina na perspectiva de gênero, identidade e ética no âmbito do jornalismo.



## **CAPÍTULO 4. JORNAL: A IMPRENSA FORMA OPINIÃO**

Apesar da evolução de novas tecnologias e da informação instantânea, é inegável o papel de formador de opinião desempenhado pelo jornal na sociedade brasileira e também mundial no cotidiano das pessoas. No presente tópico abordaremos o discurso jornalístico, a conceituação do editorial e do artigo de opinião, os quais serão objeto de nossa análise, e a questão ética implicada na vinculação da informação jornalística.

### **4.1 Imprensa e discurso**

O jornal<sup>5</sup> impresso, um dos veículos diário de comunicação, faz parte do cotidiano da população em diferentes partes do mundo e é responsável pela divulgação de informação, cultura, divertimento, formação; tudo isso através do discurso do jornalista, ou como afirma Paillet ao analisar a influência do jornal como vinculador de informação para a sociedade (1986; p. 26):

[...] o jornalista ocupa um espaço bem definido e particularmente importante na difusão de modificações essenciais. Ele é o intermediário entre os meios de elaboração (científico, técnico, econômico, cultural, etc) e o grande público. Este não é, talvez, diretamente tocado por essa ou aquela inovação, mas globalmente por um conhecimento, mesmo que aproximativo, da marcha do tempo.

---

<sup>5</sup> Neste estudo, as expressões jornal e jornalismo são usadas como equivalentes, a despeito das possíveis diferenças que cada uma delas possa trazer em suas origens.

Ou seja, o jornal – via discurso do jornalista – é um elo entre o homem e o que ocorre a sua volta proporcionando uma visão geral de fatos e acontecimentos, ao mesmo tempo em que produz e forma opiniões. Durante boa parte da existência do jornal impresso, acreditou-se na objetividade do discurso jornalístico, o que já é um fato considerado desmistificado no âmbito acadêmico.

O que surge como interessante na linguagem, seja ela jornalística ou não, é compreender o que é dito e o como é dito; e nesses modos de dizer, ter uma visualização das marcas daquele que enuncia (sujeito enunciador) em relação àquilo que enuncia (SEIXAS, 2006). Esse construir da linguagem de um sujeito possuidor de um papel social põe em atuação papéis sociais dos indivíduos participantes da enunciação. Tais papéis determinariam identidades que cada indivíduo, na interação discursiva, poderia vir a projetar para o outro.

Dessa forma, a palavra é orientada em função de quem diz (locutor), para quem é dita (interlocutor) e, dessa maneira, instaura-se o diálogo entre A e B a partir dessa definição dos lugares sociais imaginários dos indivíduos participantes do jogo da interação verbal; como ocorre nas relações entre professor/aluno, patrão/empregado, pai/filho, juiz/réu, jornalista/leitor etc, ou como afirma Bakhtin (2002; p. 113):

[...] Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, [...]

A importância que o jornal passou a ter perante a sociedade em seus vários segmentos, sejam eles sociais, econômicos, políticos e etc, mostra seu peso e

influência por ser um agente em variadas relações. Ao mesmo tempo, sabe-se que certos setores da sociedade são mais privilegiados do que outros no tocante à acessibilidade a este meio de comunicação. Segundo Seixas (2006; pp. 104-105), o jornal aí está como veículo de comunicação para que variados grupos da sociedade tenham visibilidade, como também relaciona interesses econômicos e políticos seus e de particulares, “influencia o público, ‘ouve’ e ‘fiscaliza’ a sociedade”.

Para Gomes (1992; p.15), o jornal trabalha com o efêmero, transitório, circunstancial, fragmentário, isto é, o diariamente do nosso cotidiano. As informações são muitas e a cada dia elas se modificam. Mesmo trabalhando com estes elementos, ele apresenta uma unidade em seu todo e dá ao leitor uma visão do que ocorre no país e no mundo. Poderíamos dizer que o jornal realiza a “mágica” da unidade da nossa realidade, colocando-nos diante de uma realidade múltipla e ao mesmo tempo organizada.

#### **4.2 Jornal e seus Gêneros: o editorial e o artigo**

Podemos encontrar em um jornal uma infinidade de gêneros textuais, cada qual remetendo a um universo de conhecimento e também a leitores determinados. Cada seção de um jornal apresenta para seu leitor vários assuntos dos quais cada leitor se apropria e constrói suas opiniões e reflexões sobre os “fatos” do dia. Dos vários gêneros presentes no jornal, dois são objeto de pesquisa neste trabalho: o editorial e o artigo.

Os dois gêneros que formam os *corpora* desta pesquisa encontram-se na categoria opinativo<sup>6</sup>. O editorial manifesta a opinião da empresa (jornal) e o artigo põe em relevo a opinião do colaborador, podendo eventualmente o profissional (jornalista) se posicionar através deste gênero.

Encontramos, assim, no universo do jornal, um espaço dedicado à opinião, espaço este que permite ao próprio jornal se posicionar diante de um fato ou temática através dos editoriais e dos textos de colaboradores. Essa parte do jornal sustenta a opinião veiculada pelo veículo de comunicação, podendo, para isso, satirizar, elogiar, condensar homens e idéias. Isso é feito com clareza e lógica de forma que venha atingir mais facilmente as diferentes classes de leitores (AMARAL, 1978). De maneira mais abrangente, encontramos uma melhor descrição desse aspecto da imprensa jornalística em Carvalho (1983; p.55):

Como o jornal procura formar seus leitores, este apresenta os artigos de fundo, assim chamados porque estudam a notícia com profundidade, apontando-lhes as causas e as conseqüências, traçando um diagnóstico do momento, podendo ser o editorial ou *suelto*. Usa linguagem expositiva e deve evitar a excessiva intelectualidade. O editorial reflete os critérios da empresa editorial.

No caso do artigo, “este representa, geralmente, a opinião de personalidades representativas da sociedade civil que buscam espaços jornalísticos para participar da vida política, cultural [...]” (GOMES, 1992; p. 18). São diferentes vozes se posicionando diante de fatos e questões relevantes para a sociedade, expondo idéias e opiniões por meio de um espaço conferido pelo jornal para tais discussões. Encontramos o jornal

---

<sup>6</sup> Há uma grande controvérsia entre autores com relação à classificação dos gêneros jornalísticos, como por exemplo, a categoria texto opinativo. Não entraremos nesta controvérsia.

conferindo liberdade ao autor com relação ao tema, juízo de valor e expressão verbal (GOMES, 1992; p. 18).

O artigo se define pelas seguintes características: é um texto assinado, expressa uma opinião ou idéia, os autores geralmente são personalidades da vida civil que necessariamente não partilham das posições ideológicas e políticas do jornal. A responsabilidade do meio de comunicação se apresenta neste momento, pois posições a favor ou contra determinado conteúdo são expostas para o leitor formar sua própria opinião.

O editorial se caracteriza por expressar a opinião oficial do jornal diante de fatos ou temáticas relevantes em determinado momento. Como já fora dito anteriormente, o jornal trata do momentâneo, do agora, do cotidiano. Sua relação não é com o que está por vir, mas com aquilo que está acontecendo. Sendo uma empresa, a imprensa escrita responde a muitos interesses e seu discurso no editorial articula um consenso de opiniões de todos os que sustentam financeiramente esta empresa jornalística (JÚNIOR, 1992; p. 92). Encontramos, desta forma, um conjunto de posições políticas e ideológicas que precisam ser articuladas no momento em que o jornalista produz seu texto para ser publicado no espaço de opinião.

Exatamente porque é um espaço de contradições, o processo de produção do editorial revela a maneira pela qual a imprensa jornalística se insere no mercado e em relação ao Estado, bem como a maneira pela qual a empresa articula-se internamente no sentido de responder às questões colocadas pela conjuntura política [social] e econômica do país (JÚNIOR, 1992; p. 92).

Ao contrário do artigo cuja liberdade dada ao autor permite o uso de uma linguagem característica do autor, o editorial é caracterizado pela forma argumentativa

através da apresentação de uma questão, desenvolvimento dos argumentos – contra e a favor – e finaliza com a posição do jornal. Esta é, segundo Júnior (1992), a forma preferível, o que não invalida outras formas de construção deste gênero jornalístico.

#### **4.3 Meios de Comunicação: o jornal e a ética**

Nas palavras de Erbolato (1982; p. 24), os meios de comunicação social requerem uma “responsabilidade ética” em seu uso, devido ao fato de terem um alcance muito vasto e, nas próprias palavras do autor, serem “superpotentes”. Entre os vários meios de comunicação de que dispomos para a busca da informação e conseqüentemente a formação de opinião, temos o jornal.

Esse meio de comunicação diário, que tem suas páginas manuseadas por seu leitor na busca do desejo de se informar, é uma das formas mais conhecidas de vinculação de opinião e, ao mesmo tempo, formadora da opinião dos leitores. Sendo assim, o jornal desempenha uma grande responsabilidade junto aos leitores e à sociedade em geral. Nesse sentido, Erbolato (1982; p.66) sugere que:

Entre *construir* – criticando e formulando sugestões – ou solapar princípios morais, é incontestável e lógico que a primeira orientação deva ser a preferida. A Ética (*o como deve ser*) abrange múltiplos aspectos e não encontra limites quanto aos problemas que deve abranger. Basicamente, visar-se-á a valorização do indivíduo, (...). Formar uma opinião pública consciente, bem esclarecida, sem paixões ou distorções, é a tarefa proposta ao comunicador [...].

Podemos tomar como exemplo, para essa afirmação, a maneira como um jornalista pode se posicionar ao expressar uma determinada opinião sobre um fato

social de conhecimento público: a violência contra a mulher. Ao dar espaço de livre expressão a diferentes esferas da atividade social, acerca da relação homem versus mulher, o jornal confere, a esses interlocutores, uma “voz social” que tanto pode reforçar como eliminar, junto aos leitores, preconceitos de gênero arraigados no âmbito da sociedade.

Essa constatação reforça a grande responsabilidade do jornal, para com leitor, e a sociedade como um todo, na veiculação da opinião.

Nessa direção, Souza (2005; p. 242) aponta três dimensões para um estudo sobre os meios de comunicação e sua influência no meio social:

- a) Teleológica: deve-se levar em conta as conseqüências do que se publica, pois a informação produzida é fornecida através de critérios próprios de quem escreve sem consulta ao público; e dessa forma, deve-se assumir a responsabilidade por tais atos. Essa visão se alicerça na dimensão teleológica da ética aristotélica das virtudes e na ética da responsabilidade weberiana.
- b) Deontológica: inspira-se na ética do dever. A aceitação da conduta jornalística deve ter validade universal e a ação do jornalista vem apoiada em princípios de validade geral para toda a sociedade.
- c) Regra de ouro: encontra-se entre as duas visões anteriores e propõe que “cada um deve agir em relação aos outros do mesmo modo como gostaria que agissem em relação a si”.

Todas as três dimensões expostas anteriormente remetem à relação de alteridade que se estabelece entre o jornal e o seu público, pois o outro, o leitor, é sempre o principal objeto do autor de um artigo de opinião ou reportagem. O leitor toma para si o discurso do jornal e se coloca “como ser associativo, (...) necessita do(s)

outro(s) para se comunicar, transmitir e receber idéias, emoções, notícias, conhecimento do mundo, instrumentos para sua educação e desenvolvimento” (SOUZA, 2005; p. 243). E é nesse outro, no qual o jornalista foca sua consciência para o ato de transmitir novos conhecimentos, que se deve pensar a ética como um ato responsável na ação jornalística, de forma que o jornalismo possa cumprir sua função social de transmitir informação.

A questão da ética, no meio jornalístico, não parece tão clara e consolidada como podemos supor. Bitteli (2005; p. 281), ao discutir as questões que envolvem privacidade e direito da comunicação, expõe a “dificuldade da exigibilidade do atendimento aos princípios éticos, que, por serem princípios relacionados a valores, carecem de efetividade”. As palavras de Bitteli deixam transparecer o fato da existência de códigos de ética no jornalismo, mas estes códigos não são observados no processo de edição dos jornais, ou seja, o código existe de direito mas não de fato.

Ainda em Bitteli (2005; p. 287), ao refletir sobre padrões de controle existentes em outros países, sugere que esses padrões agem por normas que atuam sobre o conteúdo jornalístico e a qualidade do conteúdo “que é um conceito subjetivo, mutável e de difícil poder atributivo”. Não são poucas as críticas quanto ao conteúdo vinculado pelos jornais diante da necessidade de “vender a notícia”, já que o jornal é uma empresa que precisa de dividendos para poder funcionar.

Os meios de comunicação social incorporam-se, hoje, em grandes empreendimentos privados com finalidades econômicas, sustentados pela publicidade comercial, industrial e dos órgãos públicos, o que os faz dependentes de anunciantes e das regras de mercado. (SOUZA, 2005; p. 249)



Pelo que pode ser explorado acima sobre o jornal e seu discurso, os gêneros textuais, que são foco de nossa análise, e algumas das questões éticas envolvendo a vinculação de informação por este veículo de comunicação, percebemos a atividade jornalística como um campo bem mais complexo do que simplesmente um espaço de divulgação de informação, seja ela local, nacional e internacional. Seu discurso é permeado por outros discursos e diferentes relações sociais, dois dos diversos gêneros que o compõe procuram vincular opiniões situadas em diversas esferas de atividade e situadas nas do próprio jornal. Já a ética que perpassa toda a construção de informação veiculada pelo jornal mostra-se ainda em um processo de amadurecimento e sujeita a críticas e reformulações.

## **SEGUNDA PARTE: METODOLOGIA E MÉTODO**

## **CAPÍTULO 5. A CONSTITUIÇÃO DOS CORPORA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente capítulo se deterá em dois aspectos desta pesquisa: a constituição dos *corpora* e os procedimentos teórico-metodológicos utilizados para a realização da análise dos dados. No presente estudo, os *corpora* foram constituídos por editoriais e artigos de opinião extraídos de jornais de estados da Região Nordeste e a partir de tais discursos foram articulados passos para a análise dos dados. Com relação aos aspectos teórico-metodológicos utilizados, eles foram baseados em uma abordagem de análise quantiqualitativa (CAMLONG, 1996); no princípio dialógico da linguagem (BAKHTIN, 2004, 2005, 2006); nos pressupostos teóricos provenientes da teoria do ato ético como propõe Bakhtin (1993) e em algumas teorias relacionadas às relações de gênero e construção de identidade.

### **5.1 Caracterização dos *Corpora***

Os *corpora* aqui utilizados compreendem editoriais e artigos de opinião de seis jornais de quatro capitais da Região Nordeste: Recife (PE), João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Fortaleza (CE). A escolha das capitais se deu pela proximidade entre elas e os jornais tiveram o critério de serem os de maior circulação em cada capital. Os jornais que compreendem estas capitais são respectivamente: o Diário de Pernambuco e o

Jornal do Commercio (PE), o Norte e o Correio da Paraíba (PB), a Gazeta de Alagoas (AL) e o Diário do Nordeste (CE).

Os textos selecionados estão inseridos apenas no mês de março no período de 1990 a 2000. Essa escolha se deu por conta de ser no mês de março comemorado o Dia Internacional da Mulher e haver, neste sentido, uma maior ênfase no tocante às temáticas femininas.

Os textos selecionados foram distribuídos em oito variáveis (Esferas de Atividade) e submetidos ao programa informatizado STABLEX (CAMLONG, 1996).

### **5.1.1 Contextualizando as fontes de pesquisa**

Neste tópico abordaremos a história e a evolução dos jornais que foram fontes de nossa pesquisa. Não é nosso objetivo uma avaliação completa dos jornais, mas de forma sucinta situá-los historicamente. Assim esperamos visualizar o processo de construção de suas mudanças.

#### **5.1.1.1 Diário de Pernambuco**

É o jornal mais antigo em circulação da América Latina (183 anos de existência). Começou como folha de anúncios e, aos poucos, foi sentando as bases para formação de um órgão de opinião, simultaneamente independente e noticioso. O Diário de Pernambuco foi fundado por Antônio José de Miranda Falcão. Seu primeiro exemplar foi publicado no dia 7 de novembro de 1825. Foram, entre outros, também seus donos:

os Figueirôas (1831 a 1901), o Conselheiro Francisco Assis Rosa e Silva (1901) e os Lyras (1913).

O Diário de Pernambuco já acompanhou e testemunhou fatos marcantes não só da história brasileira, bem como da imprensa. Contudo, entre os momentos difíceis, podemos citar o fato ocorrido em 1943, quando foi alvo do Estado Policial, sofrendo invasão por defender a liberdade e a democracia.

O periódico passou por reformas e aquisição de equipamentos novos e modernos, sempre buscando adaptação às novas mudanças tecnológicas. A redação recebeu nomes importantes como Assis Chateaubriand, figura relevante na história da imprensa brasileira.

#### **5.1.1.2 Jornal do Commercio**

Este periódico foi criado no dia 3 de abril de 1919 pelos irmãos João e José Pessoa de Queiroz. O Jornal do Commercio esteve, por vários anos, ligado à política local e nacional, tanto que esteve envolvido na campanha eleitoral de Epitácio Pessoa para Presidente da República, apoiou a República Velha – na Revolução de 1930 – e acabou invadido por liberais que o destruíram. Segundo Martinez (2002), o Jornal do Commercio, com o propósito de fazer um jornal apolítico, adotou como lema orientar as massas, noticiar, divulgar, incentivar as boas e as sãs idéias, comentar tudo, fomentar o desenvolvimento de todas as atividades lícitas e produtivas.

Passou por várias modificações, seja na construção das matérias, na formação de seus profissionais ou na modernização de seus equipamentos. Como toda empresa,

sofreu com a falta de recursos, o que o levou a parar de funcionar pelo atraso do pagamento de seus funcionários e só recomeçou suas funções depois de ser adquirido pelo grupo Bompreço.

O JC, como é comumente conhecido atualmente, figura como um periódico de credibilidade no Brasil e conquistou ao longo de sua história muitos prêmios nacionais. Este periódico é parte integrante do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, um conglomerado de veículos de comunicação que conta com TV, Rádio e a Internet (JC Online).

#### **5.1.1.3 O Norte**

Foram os irmãos Oscar e Orris Soares que fundaram, em 7 de maio de 1908, O Norte. Do nome da cidade – Parahyba do Norte –, na época da fundação, provavelmente teria surgido a marca "O NORTE".

A principal diferença apontada em O Norte, em relação a outros jornais da época de sua fundação, era a proposta editorial estabelecida por Orris e Oscar. Abria espaço à ampla reportagem em lugar do clássico soneto das primeiras páginas e do folhetim transcrito dos jornais portugueses e franceses.

O Norte viveu momentos de grande inquietação em seus primeiros 50 anos. Por várias vezes, e por motivos quase sempre políticos, o Jornal foi fechado "temporariamente". Isto ocorreu no início da década de 1920, na Revolução de 1930 e

em 1949 por causa da ditadura do Estado Novo; nesta última vez só é reaberto em 10 de janeiro de 1950. Em 1954, o Jornal passou a integrar o quadro dos Diários Associados. No início da década de 1970, o Norte comemorava a inauguração de um novo parque gráfico. A partir da mudança na qualidade de impressão, o Jornal passou por mudanças em seu conteúdo e no material de finalização.

Hoje, aos 100 anos, O Norte apresenta-se como veículo de comunicação respeitado no Nordeste. Com sua equipe de profissionais reconhecidos no cenário da imprensa local, o Jornal oferece, além das reportagens, suplementos de diversos assuntos.

#### **5.1.1.4 Correio da Paraíba**

A fundação do Correio da Paraíba ocorreu em agosto de 1953, por Teotônio Neto. De semanal o Correio da Paraíba passou a ser diário, em virtude da boa aceitação entre os leitores da Paraíba. O periódico destacava-se entre os demais da época em decorrência do salário dos funcionários e a existência de sucursais distribuídas em diversas cidades brasileiras e no interior paraibano. Como características elementares durante seu desenvolvimento, destacam-se: a variedade de opiniões e a liberdade de pensamento. Mesmo no período da Ditadura militar, na década de 1960, este jornal é marcado por sua independência político-ideológica ao publicar matérias que suscitavam o questionamento e o esclarecimento dos fatos

(Araújo apud Calado; 2006).

Este jornal passou por quedas na qualidade editorial por fatores financeiros, como ocorreu no início dos anos 70. Outra vez, entre os anos de 1978 e 1979, ocorreu queda no jornal devido à linha governista assumida pelos jornais da época, inclusive o Correio da Paraíba. A década de 70 marca grandes dificuldades para o Correio, inclusive a sua não circulação por alguns meses. Mesmo com a queda editorial, o Correio tentava manter seu trabalho de informar a população e valorizar a cultura local através da publicação de trabalhos de escritores paraibanos.

Araújo (apud Calado; 2006) destaca o assassinato do sócio-proprietário do Correio, ocorrido em 1984, como uma retaliação à grande quantidade de denúncias publicadas no jornal.

A década de 1990 vem marcada por uma série de reformulações no projeto editorial do jornal. Surgem suplementos especializados voltados para um público leitor específico, tais como: Homem e Mulher, Milenium. Atualmente, o Correio da Paraíba compõe-se por dez editorias. O jornal disponibiliza páginas especiais e ainda pode-se ler nas edições de domingo uma série de suplementos.

#### **5.1.1.5 Diário do Nordeste**

O Diário do Nordeste começou a circular em 19 de dezembro de 1981 sob a direção de Edson Queiroz. Este periódico continua seguindo a proposta inicial de trazer informação para o público e investimento em novas tecnologias. O Diário surgiu numa



época em que o Brasil iniciava o seu processo de abertura política.

O Diário do Nordeste trouxe para suas páginas os acontecimentos de uma época efervescente e complexa. O Diário surgia com uma proposta jornalística: unir informação e análise dos acontecimentos a partir de uma perspectiva global de trabalhar os fatos, sem perder de vista o aspecto local (Diário do Nordeste; 2006).

O Diário do Nordeste chega a um quarto de século seguindo as tendências do jornalismo moderno. As principais características deste jornal são: segmentação editorial, circulação ampliada e canal aberto com o leitor. A dinâmica de acompanhamento das inovações, não apenas tecnológicas, mas editoriais, tem sido uma característica do Diário do Nordeste, que acompanha as tendências do jornalismo impresso. Desde a sua fundação, o Diário do Nordeste passou por diversas inovações gráficas e editoriais e, hoje, conta com um projeto visual moderno e uma linha editorial que busca agradar seu leitor.

#### **5.1.1.6 Gazeta de Alagoas**

A Gazeta de Alagoas teve sua primeira publicação em 25 de fevereiro de 1934. A sede era instalada no centro comercial de Maceió. Fundado e dirigido pelo jornalista e político Luiz Magalhães da Silveira, natural de Pernambuco e residente em Alagoas desde o Império.

A Gazeta de Alagoas passou a ser propriedade e primeiro veículo da

Organização Arnon de Mello (OAM) nos anos de 1950, quando vendia menos de 200 exemplares diários. Antes da OAM, não pertencia mais a seu fundador Luiz Magalhães, mas a uma cooperativa falida.

O jornal registrou os fatos relacionados a diferentes momentos da história do país e do Estado de Alagoas. Na história deste periódico, é dada grande importância à resistência de seus dirigentes. Como fato é sabido que a Gazeta de Alagoas chegou a ter todos os exemplares de um dia impressos com a impressora sendo movimentada pelas mãos de seus próprios diretores e colaboradores, porque aliados do governo teriam provocado a suspensão do fornecimento de energia e ameaçado destruir as instalações da empresa com o uso de marretas (CALHEIROS, 2008).

Salienta-se também, para este jornal, a sua busca por avanços e pioneirismo em termos de tecnologia. Hoje, a Gazeta encontra-se como o jornal mais antigo em circulação no Estado de Alagoas além de ser o periódico de maior tiragem neste Estado.

## **5.2 Definição das Variáveis**

Para que se possa fazer o processamento dos textos (discursos) pelo programa estatístico-computacional STABLEX é necessário que eles sejam distribuídos em variáveis – no mínimo duas – para que possa ocorrer o inter cruzamento do léxico e a distribuição eqüitativa dos seus pesos dentro de um conjunto de duas ou mais variáveis. Como os *corpora* desta pesquisa são constituídos por 97 textos, entre editoriais e artigos de opinião, optou-se pela distribuição dos textos, tomando-se, como

critério, o reconhecimento das diversas esferas de atividade social que estão representadas no âmbito do jornal.

Sendo assim, as esferas de atividade caracterizam-se por serem espaços sociais de atuação dos membros de uma sociedade representados por diferentes campos de atuação profissional: juízes (as), advogados (as), políticos, médicos (as), professores (as) etc.

Dessa forma, os textos foram distribuídos em oito esferas, a saber:

- 1- Esfera Política (T1): textos escritos por autoridades no exercício de suas atividades no espaço público do campo executivo ou legislativo;
- 2- Esfera Jornalística (T2): os editoriais e os artigos assinados por jornalistas;
- 3- Esfera Acadêmica (T3): textos produzidos por professores universitários versando sobre questões femininas;
- 4- Esfera Jurídica (T4): textos produzidos por autoridades no exercício de atividades no campo jurídico;
- 5- Esfera Religiosa (T5): textos de religiosos;
- 6- Esfera do Senso Comum (T6): textos que não se encaixam em nenhuma das outras esferas por versarem sobre a temática feminina em seu aspecto superficial;
- 7- Esfera dos Movimentos Sociais (T7): produções de pessoas atuantes e engajadas nos movimentos sociais;
- 8- Esfera da Saúde (T8): textos de profissionais da área da saúde.

### 5.3 O Método Camlong

O método de análise utilizado para investigar os *corpora* é o proposto por André Camlong (1996), o qual faz uso de instrumentos estatístico-computacionais para o recenseamento exaustivo de populações lexicais.

Na definição do autor (Camlong, 1996; p. 5), trata-se de um

Método de análise estatística destinado ao tratamento informático de dados lexicais, textuais e discursivos, para o uso de todos aqueles que desejam se dedicar à prática de análise “científica” de qualquer *corpus* textual (escrito ou transcrito), exposto de um ponto de vista teórico e prático.

Para o autor, a importância do método consiste no fato de proporcionar um critério de cientificidade – estatística paramétrica – no tratamento dos *corpora* o qual proporciona uma leitura do discurso por meio do peso da população lexical recenseada, o que permite uma visão mais ampla da arquitetura lexical, textual e discursiva, tanto em relação a cada variável como entre variáveis.

A proposta do método baseia-se na complementação entre um instrumento (tecnologia) e uma técnica (metodologia), ou seja, trata-se da utilização da informática ancorada pela matemática aplicada: estatística paramétrica, caracterizada pela objetividade, cientificidade e indução; de uma estatística descritiva e de auxílio à interpretação que se presta à descrição do *status* de uma população lexical. Esta mesma estatística descritiva compõe-se de três instrumentos de base: “a aritmética, para calcular, determinar e controlar”; “o cálculo algébrico para medir, comparar e integrar”; “a representação geométrica para visualizar, memorizar e raciocinar”.

Dessa forma, tornando-se um instrumento de análise e de síntese, a estatística paramétrica possibilita a observação e transcendência da matéria (texto) e, através de sua manipulação, o desvendamento de sua “arquitetura”, ou seja, o pesquisador-analista chega à composição do discurso (CAMLONG, 1996; p. 7).

A análise de dados, em ciências humanas, através de ferramentas informáticas e métodos estatístico-descritivos, traz para muitos uma certa “desconfiança” no que diz respeito ao resultado advindo do uso desses instrumentos das ciências exatas. Números parecem, em um primeiro momento, estranhos para o universo da análise discursiva. Porém os números aí estão para representarem, de maneira fidedigna, o peso e a importância do léxico e do discurso como um todo. Por detrás dos números estão as palavras e, por detrás destas, estão o que buscamos: os textos e os discursos. Este método estatístico, por sua vez, permite descrever e analisar as relações entre os elementos lexicais e sintático-semânticos que compõem a “arquitetura” dos discursos (CAMLONG, 1996).

Por ser um método de análise quantiquantitativa dos dados, não é apenas sob o ponto de vista meramente quantitativo que ele nos fornece subsídios às análises dos dados. Têm-se dados qualitativos sobre um fundo quantitativo. Para o autor (CAMLONG, 1996), ao se configurar a sua matriz lexical, temos a possibilidade de visualizar toda a “arquitetura textual do discurso”, o que possibilita obter recortes enunciativos validados a partir do peso atribuído a cada léxico do conjunto discursivo.

Não se busca simplesmente, através deste método, quantificar o léxico discursivo. Mais do que isso, observa-se “o lugar que cada item lexical ocupa em função de seu peso e de sua distribuição em relação ao todo e a combinatória dos itens

lexicais constitutivos do texto” (ZAPPAROLI, 2005; p. 26) para, assim, chegar-se ao conteúdo veiculado, à orientação discursiva, ao ato em potência que se torna evento no momento de sua enunciação.

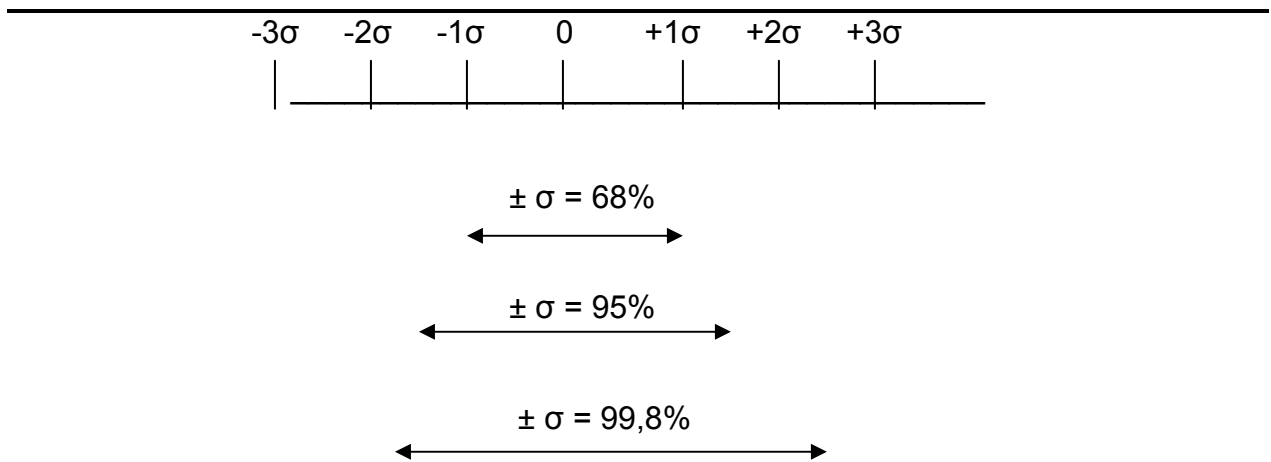
O processamento informatizado dos dados é feito em duas etapas: na primeira, é feito o recenseamento exaustivo do léxico dos textos (editoriais e artigos), distribuídos em variáveis, através do programa STABLEX (CAMLONG, 1996); em seguida, através da MACRO STAB, aplicando-se fórmula estatística, são geradas as tabelas de frequência e de pesos dos léxicos no conjunto das variáveis, conforme descrito a seguir.

#### **5.4 Construção de Léxicos e de Tabelas**

Para que fosse possível ter acesso aos recortes dos enunciados discursivos dos *corpora* de nossa pesquisa, houve um processamento de dados através do programa de informática STABLEX, a partir do qual foram geradas tabelas de descrição de frequência e de pesos lexicais (CAMLONG, 1996). Com o recenseamento exaustivo do vocabulário obtido do processamento de oito variáveis (Esferas de Atividade), configurou-se a constituição dos léxicos. O módulo STAB do STABLEX executa automaticamente o recenseamento e a descrição de todo o vocabulário das 8 variáveis que compõem nossos *corpora*, gerando tabelas de distribuição de frequência e de desvios reduzidos, organizadas por ordem alfabética e por ordem de frequência de emprego (CAMLONG, 1996).

As tabelas de distribuição de freqüências – TDFs – descrevem a população lexical recenseada, ou seja, o número de ocorrências e a freqüência dos léxicos. Elas são a matriz a partir da qual são geradas as tabelas de desvio reduzidos – TDRs – matriz de medidas algébricas que leva a determinar o sentido da distribuição dos vocábulos nas variáveis (teste e normalidade), o peso lexical e o sentido vetorial dos pesos (densidade da variação). Para Camlong (1996) identifica-se o sentido através da localização da distribuição das palavras concentradas em espaços e seus limites de dispersão em torno da média “0”.

#### ESCALA 1



Segundo Camlong (1996; pp. 29-41):

O valor do desvio reduzido permite a localização dos espaços de implantação dos vocábulos e a determinação de sua qualidade e representatividade. O peso lexical, quando positivo, expressa uma escolha preferencial; quando negativo, uma rejeição; e nulo, um emprego normalizado em torno da média “0”.

## 5.5 Recorte de Itens Lexicais

Considerando que os objetivos de nossa pesquisa são descrever, analisar e interpretar a construção de uma identidade feminina nos discursos jornalísticos, realizamos um recorte de itens lexicais e discursivos em sua relação com a construção de uma imagem feminina em diferentes esferas de atividade.

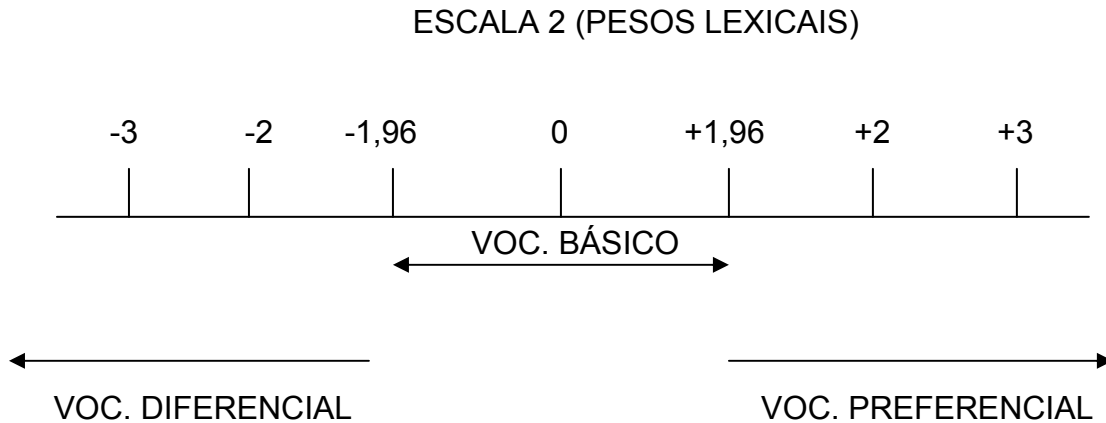
O recorte dos itens lexicais, do ponto de vista quantitativo, foi efetuado a partir de uma tipologia de vocábulos que expressam exatamente o valor do conjunto dos pesos lexicais distribuídos nas 8 variáveis (CAMLONG, 1996).

A forma de descrição destes vocábulos é a seguinte:

1. Vocabulário Preferencial – representa justamente o conjunto de vocábulos de escolha privilegiada do sujeito discursivo, com peso lexical positivo, ( $z > +1,96$  ou  $+2$ );
2. Vocabulário Diferencial – indica o conjunto de vocábulos de emprego deficitário, objeto de rejeição ou abandono, com peso lexical negativo, ( $z < -1,96$  ou  $-2$ );
3. Vocabulário Básico - indica o conjunto de vocábulos que servem de suporte à construção do texto, em que seu peso lexical se encontra próximo à média escalar ( $-1,96 < z < +1,96$ ), e ainda podem ser distinguidos em mais duas categorias: vocabulário básico de tendência positiva, que tem peso lexical tendendo a dar suporte ao vocabulário preferencial (entre  $+1 > z > +2$ ); vocabulário básico de tendência negativa, que tem peso lexical tendendo a dar suporte ao vocabulário diferencial (entre  $-2 < z < -1$ );
4. Vocabulário Particular ou de Predileção – este é o conjunto de vocábulos que aparecem em apenas uma variável, sendo essencialmente temáticos. São os



chamados “hapax”, constituindo uma única ocorrência em todo o *corpus*. Podemos compreender melhor esta tipologia através da escala abaixo:



(CAMLONG, 1996; p. 127)

Após todos os *corpora* terem sido submetidos ao processo de análise no programa STABLEX e na MACRO, foram constituídas as tabelas de freqüências e a tabela de desvios reduzidos (TDFs e TDRs). Em seguida, identificou-se conjuntos de itens lexicais cujos campos semânticos e respectivos pesos remetiam a temáticas de interesse para a análise de nosso objeto de estudo. Procedeu-se, então, a um reagrupamento de tais itens lexicais através de uma técnica de síntese chamada, por Camlong (1996), de lematização.

Esta técnica permite uma síntese parcial do léxico em análise, reagrupando vocábulos (nomes, verbos, adjetivos e advérbios) em torno de um tema, o que forma um novo vetor para que este possa ser pesado, ter suas características determinadas (carga semântica, temática, retórica...) como também a determinação do seu lugar no *corpus* ou na variável.

A lematização foi efetuada através do programa de informática Excel, aplicando-se para este processo a seguinte fórmula matemática apropriada para este programa:  $\{=((LC(-1)-LC(-2)*L1C/RAIZ(LC(-2)*L1C*L2C))\}$ ; observa-se que LC(-1) e LC(-2) indicam os valores relativos das freqüências da variável e das freqüências globais, respectivamente; enquanto que L1C e L2C indicam os valores absolutos de p e q<sup>7</sup> (CAMLONG, 1996; p. 33).

Os sub-temas, lematizados a partir de recortes dos itens lexicais exaustivamente recenseados e descritos nas TDRs e TDFs, foram constituídos em função dos campos semânticos (sentidos) aos quais tais itens lexicais remetem e dos objetivos de nossa pesquisa. Dessa forma, distribuimos os vocábulos das variáveis em 3 grandes temas com seus respectivos sub-temas:

1. Ato Ético Justiça: Defesa e Proteção, Violência;
2. Ato Ético Liberdade: Liberdade;
3. Ato Ético Dignidade: Trabalho, Política, Cidadania.

Para apoiar esta divisão, tomamos as reflexões feitas por Araújo (2005) em seu trabalho introdutório à ética. Araújo mostra-nos estas temáticas relacionadas às ações praticadas por indivíduos concretos. Estes indivíduos são possuidores de responsabilidades no que se refere à tomada de posições coerentes com as constantes mudanças no mundo globalizado.

---

<sup>7</sup> Estes valores correspondem à possibilidade de ocorrência e de não ocorrência, respectivamente, de um vocábulo em uma variável. Esses valores são dados automaticamente quando se executa a análise na MACRO.

## **TERCEIRA PARTE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

## **CAPÍTULO 6. A ARQUITETURA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DAS ESFERAS DE ATIVIDADE JORNALÍSTICA**

Nesse capítulo faremos uma análise dos discursos produzidos pelas diferentes esferas de atividade veiculadas pela imprensa jornalística acerca do tema identidade da mulher, os quais constituíram nossos *corpora*, tomando a abordagem dialógica da linguagem, a partir dos conceitos bakhtinianos de esfera da atividade (BAKHTIN, 2000); dialogismo (BAKHTIN, 2000; 2005; 2006); ato ético (BAKHTIN, 1993); acento apreciativo (2006); identidade (CASTELL, 1999); (HALL, 2000); (WOODWARD, 2000); (SILVA, 2000) e diversos teóricos que tratam das relações de gênero como (ABRAMO, 2000); (ROCHA-COUTINHO, 1994); (HIRATA, 2002), (GROPPI, 1995) etc. A análise quantiquantitativa dos discursos, de cada uma dessas esferas, permitiu-nos observar e descrever três deslocamentos temáticos do *ato ético*, categoria teórica que será objeto da presente análise de dados: justiça, liberdade e dignidade.

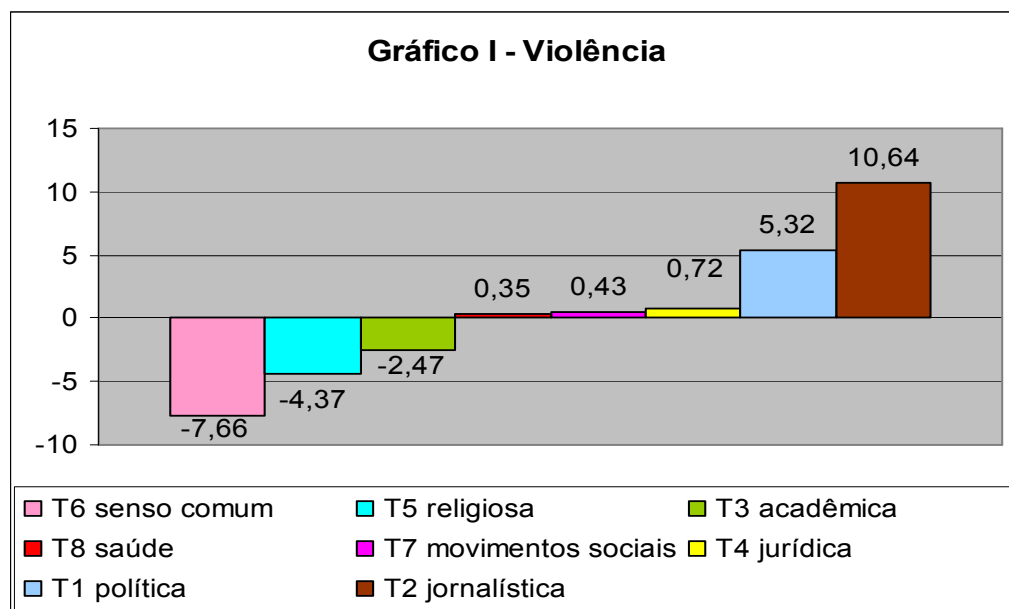
### **6.1 Ato Ético Justiça**

A justiça está vinculada ao ato ético *como um agir responsável e situado* uma vez que pressupõe que a conduta humana seja pautada por normas, estabelecidas socialmente, cuja eficiência asseguraria as relações interpessoais e sociais dos indivíduos em conformidade com tais normas (ABBAGNANO, 2007, p. 593-594). Esta postulação assemelha-se aos pressupostos filosóficos de Aristóteles (Apud

VASCONCELOS, 2002) ao conceituar a justiça como virtude ética, pois, para este filósofo, ela está diretamente relacionada ao respeito pela lei do Estado e ao "*bem do outro*", visto que se relaciona com o nosso próximo. A justiça, para Aristóteles, é a mais importante de todas as virtudes por ser a mais completa. Ele também enfatiza que as virtudes adquirem-se pelo seu exercício. Isso significa que exercitar a justiça é fazer o bem ao *outro* através de normas estabelecidas. Para Reale "a Justiça assinala a perene correlação entre liberdade e igualdade no processo dialógico da história, visando a realizar a plenitude da pessoa humana em sincronia com uma comunidade cada vez mais formalmente e materialmente democrática" (REALE, 1990; p. 42).

O ato ético justiça seria a prática da virtude para com o *outro* a partir de normas estabelecidas socialmente para a convivência humana e dentro de um diálogo contínuo para avaliar estas mesmas normas na medida em que as sociedades e seus valores mudam.

### 6.1.1 Violência: a brutalidade como marca do medo



O Gráfico I permite a visualização do tema da violência contra a mulher na perspectiva teórica do Ato Ético da Justiça. Podemos observar que, em três, dentre as oito esferas de atividade acima descritas, o tema insere-se no vocabulário diferencial, ou seja, aquele que é objeto de rejeição por parte de seus interlocutores, a saber: as esferas do senso comum (T6), com peso lexical de (-7,66), a religiosa (T5) com peso lexical de (-4,37), como também a acadêmica (T3) com peso lexical de (-2,47). Já nas esferas da saúde (T8), movimentos sociais (T7) e jurídica (T4) o tema da violência está inserido no vocabulário básico de tendência positiva, com pesos lexicais de (+0,35) para T8, (+0,43) para T7 e (+0,72) para T4. Em relação inversa à observada nas esferas do senso comum, religiosa e acadêmica, as quais situam este tema no vocabulário de rejeição, o mesmo é objeto de predileção em relação às esferas política (T1) e jornalística (T2) com pesos lexicais de (+5,32) e (+10,64) respectivamente. No vocabulário de rejeição encontramos palavras como *abuso sexual, opressão, violência, maltrata, discriminações, discriminação*; enquanto que no vocabulário de predileção encontramos palavras como *estupros, agressor, armas, cometem, registram, agressores, amantes, armas, continuam, cresceu*.

Faremos a seguir uma análise qualitativa dos recortes discursivos desta temática em relação àquelas esferas que a situam como objeto de rejeição, tentando identificar o sentido que os usos de tais vocábulos expressam nos seus respectivos contextos enunciativos, a partir da leitura dos dados quantitativos anteriormente descritos.

### 6.1.1.1 Esfera do Senso Comum (T6)

Nessa perspectiva, os recortes discursivos abaixo parecem corroborar com as duas posições antagônicas (de rejeição e de predileção) preponderantes que se sobressaem na descrição quantitativa dos dados no que se refere à temática da violência: enquanto os que a tomam como objeto de predileção expressam em seus vocabulários (1) um tipo de violência física a qual, no entanto, não impede a inserção feminina em uma nova ordem social, os que a tomam como objeto de rejeição direcionam seus discursos para a violência, denominada por Silva (1992) de (2) simbólica (moral e/ou psicológica). O recorte discursivo abaixo é ilustrativo do primeiro caso:

Embora os direitos humanos das mulheres não estejam plenamente garantidos, a nova ordem social já começou. Observa-se, atualmente, que as mulheres estão obtendo sucesso em todos os setores da atividade humana: elas são primeiras-ministras, atletas, ativistas sociais, “âncoras” dos meios de comunicação, ambientalistas, líderes empresariais e profissionais, além de representarem cerca de 52% do eleitorado. Como se vê, apesar da **violência** e do **abuso sexual** persistirem entre nós, as mulheres se impõem e realizam mudanças, expressando ao lado do homem, suas potencialidades.

**(T6) (Liderança feminina nas empresas, Gazeta de Alagoas, 1996, p.A-4, Cleonice Ferreira dos Santos) (texto 88)**

Podemos observar diversos acentos apreciativos no discurso veiculado na esfera do senso comum (T6). Inicialmente, o enfoque do enunciador é acentuado pela avaliação apreciativa através da qual se reconhece que os direitos humanos das mulheres, que são de natureza universal, ainda não são plenamente garantidos. Tais Direitos estão contidos na *Convenção Européia de Garantia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais*, que passou a vigorar desde 1997, a qual assegura, no

Art. 2, o Direito de toda a pessoa ter a vida protegida pela lei, assegurando a defesa de toda a pessoa contra a violência ilegal (SCHNAPPER, 2000, p. 263). Um segundo acento apreciativo, no entanto, contrapõe a esta constatação, um processo de mudança veiculado pela expressão “a nova ordem social” cuja força enunciativa aponta para uma mudança de paradigma em relação à inserção feminina em todas as esferas sociais no mundo do trabalho. Um terceiro acento apreciativo recai no fato de que, “apesar da violência”, esta não tem impedido a promoção social da mulher, destacando-se os espaços nos quais ela obtém conquistas e projeção social.

O tratamento dado, pelo enunciador, ao tema *violência* e sua forma de manifestação é pontual e recai no sintagma nominal *abuso sexual*. Nesse caso, o enunciador exime-se de uma discussão mais ampla acerca das formas de violência que atingem as mulheres. Ao eximir-se dessa discussão, o enunciador deixa a “nova ordem social”, por ele mesmo enunciada, ser transgredida: o que nos leva a compartilhar das colocações de Vasconcelos (2002), no que diz respeito a uma falta de ética no desrespeito à pessoa na sua dignidade e autonomia. Estamos, assim, diante de relações contrárias ao próprio sentido da vida moral. Transgride-se a ética ao isentar-se da reflexão sobre a violência e, ao mesmo tempo, ressalta-se a mulher que vem galgando sua participação na sociedade.

Já o segundo enunciador, do exemplo abaixo, o qual também participa da esfera do senso comum (T6), traz, para o seu discurso, uma mulher inserida em um contexto social específico, cuja vida está determinada pelo próprio ambiente social no qual esta mulher habita – a favela – condenando-a a uma vida miserável e, fatalmente, sem opções de mudança social, conforme ilustrado no recorte discursivo abaixo:



[...]

Esta foi jurada de morte. Outras, menos “favorecidas”, identificam-se com a “ocupação” do companheiro, porque não enxergam perspectivas para a própria vida e, mais dia menos dia, transformam-se em presidiárias. Mas, há situação ainda mais triste, a de mulher de “marginal” que, por ignorância, timidez, visão limitada sobre seus direitos como cidadã, mesmo sendo inocente, termina trancafiada no lugar do marido. É o caso de quem, possuindo barraca para morar, vivia com o filhinho, à espera do companheiro, que só aparecia quando tinha fome, necessitava de roupa lavada ou de um lugar seguro onde guardar a “muamba”. Em um dia qualquer, por um motivo qualquer, a vizinha liga para a Polícia, que lava o flagrante, e leva presa.

Segundo relatório da ONU, para o Ano Internacional da Família (1994), a mulher constitui 70% da população mundial desfavorecida. Isso é preocupante, considerando-se que ela vive na fronteira do medo, do desespero, da depressão, do suicídio devido à **opressão** e **violência** que caracterizam o mundo feminino, o que fatalmente, repercute sobre a saúde da família e das novas gerações.

**(T6) (Mulheres de ‘marginal’, Diário do Nordeste, 1997, p.2, Zulena Maria de V.) (texto 70)**

Nesse caso, o contexto enunciativo da temática *violência contra a mulher*, no presente caso caracterizada e determinada pela *mulher de ‘marginal’* – uma mulher vitimada e condenada a uma única vida –, aprisiona-a em um “mundo feminino”, mundo este que remete a uma visão social determinista que estabelece uma relação direta entre *estrutura e sujeito social*, a qual condiciona os interesses dos sujeitos como resultantes de suas posições ocupadas na estrutura (RAMIRO, 2006). Não obstante, esta visão reducionista contraria a própria dinâmica social que é dialética e pressupõe que nós, seres humanos, não somos seres isolados. Somos, antes de mais nada, seres sociais, como diria Bergson (Apud MARQUES, 2006, p. 133): “Estamos na sociedade; e a Sociedade está em nós. [...] a maior parte de nossa força vem dela”. Nessa perspectiva, Tönnies (Apud RAMIRO, 2006) já considerava, em sua metodologia sociológica, a relação entre comunidade e sociedade e suas respectivas vontades que impulsionariam as ações e as expectativas dos atores sociais. Os resultados de suas observações contribuíram para a ampliação dos estudos acerca da identidade ao focar os valores que motivam as ações humanas (individuais e coletivas). Os

achados de Tönnies são confirmados pelo estudo antropológico, realizado na década de 80, por Zaluar (Apud RAMIRO, 2006), em favela com alto índice de violência, no Rio de Janeiro, que focaliza as práticas cotidianas e não a posição dos sujeitos na estrutura social, desmistificando a idéia de que seus moradores sejam incapazes de questionamento:

Os pobres urbanos, descobri, como quaisquer seres humanos, pensam a respeito de suas condições de vida e dos inúmeros valores, normas, regras, significados com que costumam ser 'educados' ou 'formados' pelas inúmeras agências estatais e religiosas, bem como pelos meios de comunicação. (ZALUAR Apud RAMIRO, 2006, p.21),

Considerando que os sujeitos que se movimentam, que agem no âmbito das relações sociais, o fazem via linguagem, reiteramos Bakhtin (1993), quando observa que o processo de construção de sentidos e de atos, ou seja, o agir, não é passivo; uma vez que neste processo há decisões éticas que se inserem em um contexto social e histórico. Para que esta interação ocorra, o enunciador põe em sua enunciação um tom e uma avaliação do conteúdo sem isolar-se desse conteúdo. O sujeito humano dialoga incessantemente com o mundo e suas peculiaridades de uma forma presente e viva, pois está situado no concreto de um tempo e de um espaço determinados. Esse agir humano no mundo das relações em sociedade estabelece uma responsabilidade ética pelo ato produzido e a forma responsiva advinda desse mesmo ato.

O segundo enunciador de T6 também faz uso de dados estatísticos que revelam estar diante de uma situação *preocupante*. É sobre este adjetivo – preocupante – que recai um acento apreciativo o qual procura amenizar uma realidade que o próprio discurso do enunciador demonstra ser de muita gravidade, devido ao fato de haver uma relação direta entre a situação de violência enfrentada por essas mulheres e a “saúde da família e das novas gerações”.

Os dados estatísticos apresentados pelo enunciador demonstram uma realidade de desrespeito à mulher – 70% da população mundialmente desfavorecida –, mas o adjetivo utilizado em seu discurso produz um sentido de abrandamento dos fatos, o que vem a se contrapor aos próprios dados referidos pelo enunciador, segundo os quais 70 por cento da população desfavorecida no mundo é constituída por mulheres. A ética guia o nosso agir no mundo. Todo enunciador age pela palavra, e este enunciador de T6 age fazendo uso da palavra alheia, do outro, (ONU), que é colocado no discurso através de dados estatísticos para reforçar e dar validade ao discurso, mas que esbarra na apreciação atenuadora que abranda a representatividade destes dados.

#### **6.1.1.2 Esfera Religiosa (T5)**

Deteremos nossa análise, com relação ao vocabulário de rejeição (-4,37) da temática violência, sobre a variável T5 (esfera religiosa) na qual encontramos itens lexicais como: *preconceitos, discriminação, discriminações, opressão, marido*. Os dois enunciadores, dos discursos abaixo, abordam a violência contra a mulher em situações cotidianas distintas: o primeiro circunscreve a mulher na atuação dentro da igreja enquanto o segundo a caracteriza na mídia. Vejamos de que forma isto ocorre e quais efeitos de sentido são produzidos.

[...] Assim, progressivamente, se relativiza a celebrada questão do alijamento da mulher a qualquer nível do poder eclesiástico. Já não é isto bem verdade, mesmo no rigor do atual Direito Canônico. Muito menos vale a denúncia nas instâncias propriamente pastorais, onde melhor se realiza o serviço eclesial para além dos requintes jurídicos. Na vida real da Igreja que caminha, a mulher desempenha função

única e desenvolve um dinamismo estupendo, deixando para trás todos os **preconceitos e discriminações**.  
**(T5) (Mulher, a irmã (II), Correio da Paraíba, 1990, p.6, Dom Luís Fernandes)**  
**(texto 42)**

O primeiro enunciador circunscreve, no contexto enunciativo, um determinado tipo de violência – do *alijamento da mulher* –, embora relativizado pelos acentos apreciativos “já isto não é bem verdade” e “muito menos”, em relação ao próprio lugar ocupado por ela na igreja. Não há alusão explícita a formas de violência, mas a um processo velado de manutenção de uma ordem hierárquica, mantenedora de uma posição inacessível à mulher na esfera de poder da ordem religiosa. O *poder eclesiástico* evoca a memória da herança da visão de Aristóteles, filósofo oficial da Igreja Católica, o qual não considerava a mulher como cidadã, não tendo, portanto, poder de decisão (CHAUÍ; 1994). Ou seja, delimita-se o espaço de atuação da mulher, reconhecendo-se o seu valor na *vida real da igreja*, na ação prática, laboral, quotidiana, “da igreja que caminha”, reservando-lhe as tarefas que não envolvam poder decisório e reformulações na ordem já estabelecida.

Já o segundo enunciador situa a mulher no âmbito da sociedade como um todo, imprimindo à temática do *ato ético da justiça* uma avaliação apreciativa de caráter moral, ao associá-la a uma postura conservadora, nas palavras do próprio enunciador, *machista*, da qual ela é vítima, conforme podemos observar no recorte discursivo abaixo:

Dou-me conta, ao concluir este artigo, da celebração, neste Domingo 8 de março, do **Dia Internacional da Mulher**. E quem mais do que a Mulher, sobretudo a excluída socialmente, é credora de enorme dívida social? A cultura ‘machista’ a **discrimina** e, freqüentemente, quando a destaca é para explorá-la como objeto de propaganda, misturada com os artigos do comércio, ou para atender, em espetáculos, a instintos desordenados de uma cultura hedonista. Na data de hoje, peço a Deus que, no limiar

do novo milênio, abram-se novos horizontes para a humanidade! Que seja justa, solidária e fraterna!

Que Mulher e Homem, conforme o apelo primordial, sejam de fato imagem e semelhança de Deus! Que venha a Civilização do Amor, sinal já na terra do Reino Definitivo!

**(T5) (Dívidas Sociais, O Norte, 1998, p.3, Dom Marcelo Carvalheira)  
(texto 60)**

Essa agressão, sofrida pela mulher, dá-se na forma como sua imagem é usada para explorar seu corpo e sexualidade. Retorna-se aqui ao discurso do Gênesis, quando a mulher é considerada como o fruto do pecado, aquela que fora seduzida e seduziu Adão. Apreendemos, nas palavras deste enunciador, a perpetuação de uma visão, recorrente no ambiente eclesiástico, de uma microética ou de uma ética antiga e/ou tradicional, cuja ação começa e termina no indivíduo (Vasconcellos, 2002). O enunciador, ao expor um tipo de violência, o faz através da escolha do item lexical *discrimina*, o qual caracteriza uma ação particular, não física, perpetrada pelo machismo. O acento apreciativo recai sobre o adjetivo *machista* que qualifica o substantivo *sociedade*, caracterizando a falta de autonomia da mulher, ao se deixar conduzir pelos desejos do homem. Esta questão remete novamente à memória de Aristóteles (apud Chauí, 1994) para quem o desejo é constituído pela paixão – a busca pelo prazer e a fuga da dor –, constituindo-se a origem dos vícios humanos. Ao desejo ele contrapõe a virtude (ARISTÓTELES apud CHAUI, 1994) para orientar o agir ético. Apenas a virtude moldaria o caráter e suplantaria as paixões dos homens. A designação *mulher*, pelo enunciador, refere-se a uma pessoa de carne e osso, portanto, objeto de paixão. Não é referenciado, pelo enunciador, o feminino, cujo conceito heurístico, segundo Joachim (2008), designa modalidades de ser em relação dialética com o seu outro, o masculino. Não se traz, portanto, para o centro da discussão, da situação mulher, a relação homem e mulher, do masculino e do feminino. Ao contrário,

dá-se um tratamento à questão como se a mulher existisse sozinha no mundo. Nesse sentido, um agir ético, por parte das esferas de atividades sociais, que enunciam através de seus representantes, pressuporia, como nos ensina Bakhtin (2000), considerar o externo e o interno, ou seja, o indivíduo, o outro e a sociedade. Isolar apenas um não modifica ou gera mudanças singulares ou efetivas no conjunto da sociedade.

### **6.1.1.3 Esfera Acadêmica (T3)**

O peso da temática ato ético da justiça, caracterizado pela violência à mulher, a exemplo da esfera religiosa, também é objeto de rejeição pela esfera acadêmica, apresentando peso lexical de (-2,47). Essa rejeição é sugestiva da forma particular com que esta esfera trata esta temática, ou seja, não há alusão à violência na sua forma mais freqüente, caracterizada como física, mas na sua forma moral, caracterizando-a como um fenômeno principalmente do trabalho formal de mulheres em cargos de chefia. Um tipo de violência muitas vezes *invisível*, quando comparada à violência física, a qual sempre recebe mais destaque e relevância tanto no espaço público quanto no privado.

Todavia, quando é colocada em questão o julgamento que as pessoas fazem da mulher por cometer algum erro, ou demonstrar deficiência no cumprimento das tarefas a ela atribuídas, a situação se mostra bem diferente. Aí a condição feminina se converte em elemento complicador. Essa situação põe a descoberto a dureza com que a mulher é sempre julgada quando procede de forma errada. Talvez isso reflita, pelo menos nas circunstâncias examinadas pela pesquisa, uma reserva subliminar das pessoas com relação à capacidade da mulher para o exercício de atividades de chefia, mesmo que formalmente ela seja bem-aceita, como colega, no ambiente de

trabalho. Convém aqui ressaltar que, embora a maioria das mulheres pesquisadas considere ser razoavelmente igualitário o tratamento dispensado pelas empresas aos empregados no que diz respeito ao sexo, uma parcela significativa delas (26%) declarou existir **discriminação** nas empresas onde trabalham.

**(T3) (Surpresa no desfecho, Jornal do Commercio, 1995, p.3, Oserias Gouveia) (texto 6)**

Circunscrita ao espaço do trabalho, a violência à mulher configura-se no discurso deste enunciador de maneira pouco precisa, corroborando com o peso conferido a esta temática no âmbito do nosso *corpus*, uma vez que não esclarece com maior riqueza de detalhes as características da violência moral: [...] *parcela significativa delas (26%) declarou existir discriminação nas empresas onde trabalham.*

A referência à violência, nessa temática, incide em um único item lexical: a *discriminação* que ocorre nas empresas – uma violência moral e/ou psicológica. Deixa-se transparecer um aspecto do ambiente de trabalho que inferioriza e diminui a capacidade de atuação da mulher no espaço público em cargos de poder de decisão. Mas, ao mesmo tempo, esta violência é colocada, tratada apenas como um dado complementar, sem um aprofundamento de uma discussão e reflexão acerca da violência que a discriminação da mulher representa. Ao contrário, ela fica restrita ao julgamento sofrido pela mulher no trabalho, quando da execução errônea de uma tarefa de chefia. Nesse caso, não se pode isentar o enunciador de T3, enquanto produtor de atos, particularmente pela posição social que ocupa, enquanto esfera acadêmica, de sua responsabilidade ética, na produção e veiculação de sentidos. Nesse caso, o ato ético ou um agir ético, por parte desta esfera, na discussão da temática, implica numa tomada de decisões éticas acerca de quais temas privilegiar e das suas opções de tratamento desses temas. No presente caso, a menção a uma postura discriminatória, no trabalho, em relação à mulher, de forma vaga, dá-se em decorrência das opções

éticas do enunciador na produção e veiculação de sentidos através dos dados de uma pesquisa. Parece-nos, pois, que um agir ético responsável pressuporia também assumir publicamente opções, explicitando razões de aceitação ou de recusa das diversas opções de tratamento possíveis dessa temática no espaço público midiático.

A seguir descreveremos aquelas esferas de atividades, em relação à temática da violência, cujos pesos lexicais situam-se no vocabulário de predileção: T1 (esfera política) e T2 (esfera jornalística), com os valores de (+5,32) e (+10,64), respectivamente.

#### **6.1.1.4 Esfera Política (T1)**

Trazemos como exemplo de vocábulos empregados por T1 (esfera política), em seu discurso, as seguintes escolhas lexicais: *estupros, violência, homicídio de mulheres, parceiros, estatísticas penais, registram, pais*. Já em T2 (esfera jornalística), a seleção lexical recai em palavras como *abuso sexual, homicídios contra mulheres, espancamento, torturas físicas e mentais, violência contra a mulher, discriminação, armam, matou*. Nestes discursos, a predileção pelo vocabulário acima descrito expressa um novo tipo de violência, de caráter físico, o qual não aparece no vocabulário das esferas que rejeitaram esta temática.

A seleção lexical, operada pelo enunciador de T1, caracteriza a violência em sua manifestação mais contundente e amedrontadora: aquela protagonizada no próprio ambiente familiar das mulheres. Dados assustadores – 70% dos homicídios de mulheres – trazem para o discurso deste enunciador, a marca de uma realidade



humilhante e traumática para o sexo feminino: a violência doméstica. A menção, pelo enunciador de T1, dos membros familiares como responsáveis pelos “estupros”, e os “parceiros”, pelos homicídios, expressam a orientação social política do enunciador e a sua responsividade contestadora em relação a estes atos de brutalidade praticados contra as mulheres nas suas formas mais violentas e violadoras dos direitos humanos e constitucionais de um cidadão. Como muito bem observado por Silva (1992), quando a violência simbólica não alcança seus objetivos, a parte dominante (o homem) emprega a violência física para garantir seus privilégios.

[...]

Em nosso Brasil de tantos contrastes, muitas continuam subjugadas, exploradas, agredidas em seus direitos elementares, depreciadas na dignidade, sujeitas a vicissitudes e a dramáticas manifestações de **violência**. Boa parte clama por respeito; outras sequer imaginam a força que possuem para mudar o próprio destino. A dura realidade é que 70% dos **homicídios de mulheres** são praticados pelos seus **parceiros**, e as **estatísticas penais registram** que **pais, irmãos, padrastos, tios, primos e maridos** cometem a maioria dos **estupros**.

Apesar de tudo, não há quem ignore, hoje, o êxito das mulheres em todas as ocupações a que se dedicam, em que sobressaem pela competência profissional, pela excelência técnica, pelo interesse pela dedicação e pelo apuro com que engrandecem tudo o que fazem.

**(T1) (A mulher do terceiro milênio, Jornal do Comercio, 1999, p.6, Renan Calheiros) (texto 12)**

Para mostrar o quanto a mulher ainda é maltratada em nossa sociedade, o enunciador de T1 faz uso de uma seqüência de adjetivos qualificativos – *subjugadas, exploradas, agredidas, depreciadas* – que constituem acentos apreciativos contundentes em relação à violência física explorada por ele. Os dados concretos, (70% e estatísticas penais), introduzidos pelo acento apreciativo sobre a *dura realidade*, desmascaram e revelam as formas desumanas e hediondas às quais a mulher é submetida através de sua subordinação ao sexo oposto. Este enunciador assume, pois,

um agir responsável e responsivo ao assumir posição em defesa da dignidade da mulher.

### 6.1.1.5 Esfera Jornalística (T2)

Já o peso dos itens lexicais que circunscrevem a temática da violência, objeto de predileção da esfera jornalística (T2), sugere uma crítica contundente às formas de violência praticadas contra as mulheres, conforme podemos observar na escolha dos itens lexicais desta temática. O vocabulário empregado, por este enunciador, em seu discurso, deixa bem claro o tipo de violência à qual a mulher está exposta: a violência física através dos *homicídios*, do *abuso sexual*, do *espancamento* e das *torturas físicas e mentais*, conforme ilustra o recorte discursivo abaixo:

O exemplo das operárias assassinadas serviu de marco para o movimento de mulheres, em âmbito mundial, mas vale lembrar aqui das nossas mulheres: as brasileiras alagoanas, cotidianamente exploradas, violentadas e perseguidas – tantas vezes dentro do seu próprio lar como demonstram as estatísticas divulgadas pela GAZETA de domingo, 05.03, que assinalam ser o nosso Estado mais uma vez, campeão de coisas ruins: é líder nacional em **homicídios contra mulheres** com 24,8% dos casos ocorridos em todo o país, seguido por Pernambuco (13,2%) e o Espírito Santo (11,1%).

Vale destacar que a maioria dos casos de **abuso sexual, espancamento, torturas físicas e mentais**, são cometidos 90% pela própria família, o que nos leva a indagar: aonde foram parar os valores da raça humana?

A **violência contra a mulher** é uma covardia. É a manifestação mais trágica da **discriminação** contra elas e é uma questão que o movimento popular, feminista e sindical ainda não conseguiu superar porque é um problema estrutural da sociedade que é extremamente machista e conservadora.

(T2) (Dia Internacional da Mulher, Gazeta de Alagoas, 1995, p.A-4, Olívia de Cássia) (texto 85)

Temos, aqui, um enunciador situado, o qual, como diria Bakhtin (1993), assume um compromisso ético com os atos humanos e suas conseqüências no espaço real, historicamente localizado em seu próprio contexto social específico e, ao mesmo tempo, estabelece relações com o contexto maior da sociedade brasileira ao mencionar os três estados da federação com os mais altos índices de violência praticados contra as mulheres. Este enunciador também traz para o contexto enunciativo, dados concretos (24,8%, 13,2%, 11,1%), ao introduzir a palavra do Outro – os dados estatísticos oficiais – que abalizam e conferem veracidade ao discurso do eu-enunciador.

No que diz respeito à violência doméstica, esta traz a memória à desigualdade e o uso da força para oprimir as mulheres. Para Vasconcelos (2002), estamos diante de uma falta de ética social generalizada, configurada pela ruptura entre o indivíduo e os valores sociais comuns. Para ele (2002), a sua reconstrução só poderá ser alcançada com o retorno a uma ética pessoal, do indivíduo.

Também nesse caso podemos observar que o enunciador não deixa de mencionar a violência psicológica e/ou moral – torturas físicas e mentais –, tão ou mais truculenta do que a física. Observa-se também que todos estes mecanismos de repressão e de controle da mulher, pelos homens, denunciados pelo enunciador, estão circunscritos ao espaço doméstico, ou seja, da vida privada.

O enunciador, ao fazer uso de uma pergunta “aonde foram parar os valores da raça humana?” deposita sobre esta pergunta um acento apreciativo cuja força maior está no sintagma “valores da raça humana”. Esta apreciação, feita pelo enunciador, põe o problema da violência contra a mulher em um espaço não apenas local, mas expande sua reflexão para uma discussão em âmbito global. Identificamos aqui a

responsabilidade de uma reflexão e de uma ação responsivas contra atos de violência praticados contra as mulheres. Para Vasconcellos (2002), o objeto da ética são os atos humanos que geram conseqüências e afetam os outros.

Segundo Bakhtin (1993), não há álibi na vida. Não podemos fugir de nossa responsabilidade perante as situações da vida e do mundo. Cada ato nosso, seja ele efetivamente realizado ou pensado, coloca-nos em uma relação de não isenção na questão da ética que perpassa nossos atos diante de cada situação vivida. Ao contestar os valores atuais da raça humana, o enunciador de T2 não se exime de sua responsabilidade diante da vida, de si mesmo e do outro.

A violência não é simplesmente uma questão que está no mundo e faz parte da vida das mulheres por causa das relações desiguais entre os sexos. O enunciador a situa para além da desigualdade, ao descrevê-la como uma ação *covarde* e de proporções *trágicas*. Expõe e reflete a respeito de um dos aspectos mais contundentes do universo feminino e que ainda não está perto de ser resolvido. Mais uma vez seu acento apreciativo é depositado em duas palavras – covarde e trágica. Sua apreciação em torno desta temática enfatiza os mecanismos estruturais de uma sociedade que ainda autorizam o uso da força bruta como forma de opressão feminina.

Observa-se nas enunciações acima analisadas a projeção de uma imagem da mulher ainda como vítima. A violência marca uma diferença entre homens e mulheres: aqueles têm mais força do que estas e demonstram esta força para manterem o controle e o poder. Como bem colocam Silva, Hall e Woodward (2000), a diferença é um elemento de construção da identidade de cada indivíduo e de cada grupo. Mas esta diferença de forças deixa a mulher em uma posição de inferioridade que se perpetua ao longo do tempo.

A seguir apresentamos uma síntese dos resultados observados em relação a cada uma das esferas de atividade.

1- Esferas que apresentam vocabulário diferencial, ou seja, rejeitam a temática da violência contra a mulher:

#### 1.1 Esfera do Senso Comum (T6)

- a) Evoca a violência física como não impeditiva à inserção feminina na ordem social;
- b) Direciona seu discurso para a violência simbólica;
- c) Reconhece a universalidade dos direitos humanos das mulheres e que estes ainda não são plenamente garantidos;
- d) Reconhece um processo de mudança de paradigma em relação à inserção feminina em todas as esferas sociais no mundo do trabalho;
- e) Refere-se ao tema violência e suas formas de manifestação de modo pontual;
- f) Procura eximir-se de uma discussão mais ampla acerca das formas de violência que atingem as mulheres;
- g) Adota uma visão social determinista em relação à mulher, cuja vida é determinada pelo próprio ambiente social;

#### 1.2 Esfera Religiosa (T5)

- a) Aborda a violência contra a mulher do ponto de vista da moral;
- b) Refere-se a uma ordem hierárquica, mantenedora de uma posição inacessível à mulher na esfera de poder da ordem religiosa;
- c) Situa a mulher no âmbito da sociedade como um todo;
- d) Situa a mulher como vítima do machismo da sociedade;

e) Refere-se ao uso da imagem da mulher na exploração de seu corpo e de sua sexualidade;

f) Não discute as relações de gênero: do homem e da mulher, do masculino e do feminino.

### 1.3 Esfera Acadêmica (T3)

a) Não alude à violência física, mas à sua forma moral e/ou psicológica;

b) Caracteriza a violência como fenômeno no trabalho formal;

c) Refere-se a uma inferiorização e diminuição da capacidade de atuar, da mulher, em cargos de poder de decisão;

d) Trata da discriminação da mulher como um dado complementar, sem aprofundamento, discussão e reflexão acerca deste tipo de violência;

e) Refere-se às posturas discriminatórias, no trabalho, em relação às mulheres, de forma vaga;

2 - Esferas que apresentam vocabulário preferencial, ou seja, privilegiam a temática da violência contra a mulher:

### 2.1 Esfera Política (T1)

a) Caracteriza a violência doméstica;

b) Faz uma apreciação contundente em relação à violência física;

c) Evidencia as formas de submissão às quais a mulher é submetida pelo sexo oposto;

### 2.2 Esfera Jornalística (T2)

a) Faz uma crítica contundente às formas de violência praticadas contra as mulheres;

b) Refere-se à violência física como mecanismo de repressão e de controle empregado pelos homens;

d) Circunscreve a violência ao espaço doméstico.

Consideramos que estas formas diferentes de enunciar são representativas das imagens criadas, ao longo do tempo, em relação à mulher, dentro de dois espaços determinados: o privado e o público. Devemos lembrar que, segundo Johnson (1997), ocorre uma contestação por intelectuais feministas no que diz respeito à divisão do público e do privado, nas relações de gênero, uma vez que esta divisão delimita os espaços de atuação da mulher e, com isso, favorece a manutenção do controle, exercido sobre a mulher, por uma sociedade ainda dirigida, nas relações de poder, pela parte masculina do mundo.

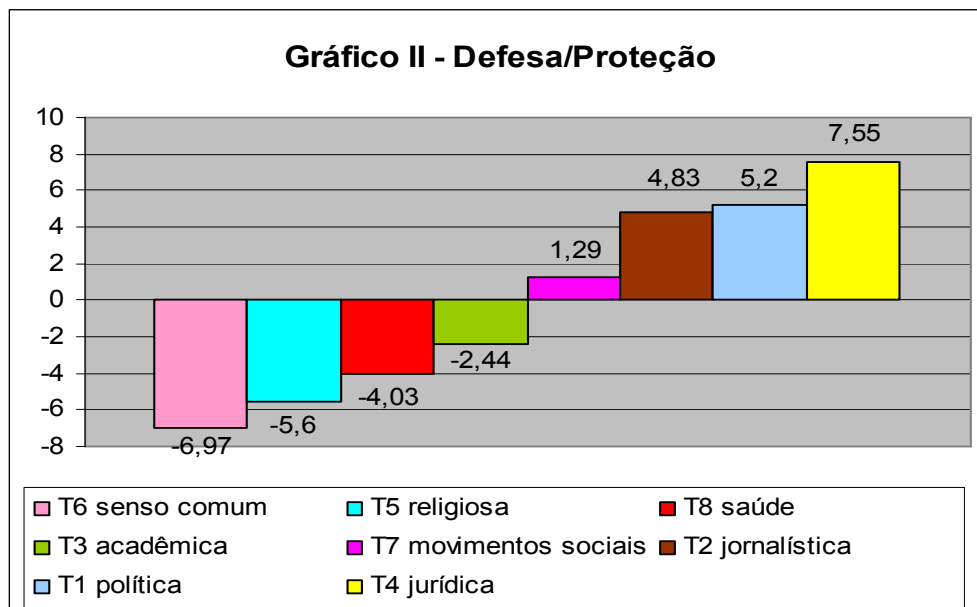
As esferas de atividade tratam, em seus respectivos discursos, do ato concreto violência, uma realidade que não deveria ser repetível, mas infelizmente é. Esta unidade, ou seja, a verdade de uma situação humilhante e de desrespeito à mulher, é apresentada nas enunciações veiculadas pelos jornais. Para não deixar que estes atos concretos perpetuem as relações desiguais, entre os sexos, as esferas analisadas, conforme sugerido pelos dados descritos, retomam sempre esta temática numa tentativa de impedir a transformação da violência em uma constante repetição de algo universal e válido. Ao fazerem isto, o irrepetível parece não se configurar nas enunciações dos discursos aqui analisados no trato da temática violência contra a mulher. Todavia, há um por vir, um ato em potência nestas enunciações no sentido de expressarem as ações das mulheres em mudar esta realidade, em trazer o irrepetível da mudança social nas relações de gênero.

A unidade prevalece sobre a unicidade de uma situação complexa no todo da realidade social. Se, por um lado, o jornal, ao dar voz a estas esferas sociais, cumpre com o seu papel de publicizar e dar visibilidade a opiniões diversas, por outro, permite

que os discursos veiculados expressem pontos de vista que favorecem a repetição de discursos discriminatórios contra a mulher cuja construção sócio-histórica universaliza e valida a manutenção de relações de força desiguais entre mulheres e homens.

### 6.1.2 Defesa e proteção: elas buscam a lei

Dando prosseguimento ao nosso trabalho, iremos nesse capítulo analisar o ato ético justiça em relação aos discursos produzidos pelas diversas esferas de atividade que se fazem representar na mídia jornalística, em relação ao tema *mulher defesa e proteção*, à luz dos conceitos bakhtinianos: ato ético (1993), acento apreciativo (2006; 2000), dialogismo (2000; 20005). Também utilizaremos diversos teóricos que tratam das relações de gênero, como Hirata (2002), Groppi (1995) e Rocha-Coutinho (1994). Em relação à identidade, utilizaremos Hall, Silva e Woodward (2000).





A lematização da temática “defesa e proteção” proporcionou um gráfico cujas variáveis estão distribuídas da seguinte forma: as esferas do senso comum (T6), religiosa (T5), saúde (T8) e acadêmica (T3) têm a temática da defesa e proteção como objeto de descarte em seus discursos, ou seja, apresentam vocabulário de rejeição. Já a esfera jornalística (T2), a política (T1) e a jurídica (T4) tratam esta temática com predileção, pois seus vocabulários estão inseridos no vocabulário classificado como preferencial. A exemplo do que tem ocorrido com os demais gráficos descritos, observamos uma heterogeneidade de pesos, relativos ao tratamento dispensado a esta temática pelas diversas esferas de atividades, que parece refletir a própria diversidade de valorações que circulam socialmente, sobre o tema *mulher*.

Dentre as variáveis analisadas e que apresentam vocabulário de rejeição e de predileção, há um conjunto de variáveis cujos valores destacam-se das demais e são as mais representativas deste universo discursivo. São elas T6 (esfera do senso comum) – vocabulário de rejeição ou diferencial – com peso (-6,97) e T4 (esfera jurídica) – vocabulário de predileção ou preferencial – com peso de (+7,55). Acompanhando as variáveis acima descritas, observamos T5 (esfera religiosa) cujo peso é (-5,6), T8 (esfera da saúde) com peso (-4,03) e T3 (esfera acadêmica) com peso (-2,44), todas inseridas no vocabulário diferencial. No vocabulário preferencial temos a T2 (esfera jornalística) com o peso de (+4,83) e T1 (esfera política) com o peso de (+5,2). Pode-se verificar uma graduação de pesos em relação às variáveis descritas, observando-se que os seus valores são relativamente próximos, em relação a cada conjunto, positivo e negativo. Mas o que será privilegiado, em nossa análise, não é uma comparação das variáveis dentro de um mesmo grupo e sim um estudo comparativo entre os opostos, ou seja, aqueles valores altamente positivos e negativos.

Entre os itens lexicais, da variável T6 (esfera do senso comum), que são representativos da rejeição observada em relação a esta temática estão: *proteção, legislação, justiça, lei, defesa, investir, clamamos*. Em T5 (esfera religiosa) encontramos: *justiça, outorgou, decreto legislativo*; em T8 (esfera da saúde): *juristas, leis*. Já para as variáveis que incluíram esta temática no vocabulário de predileção, destacam-se, para T2 (esfera jornalística): *aperfeiçoamento, delegacia da mulher, Constituição, defesa da mulher, artefatos legais e elaborar*; para T1(esfera política): *anteprojeto, defesa, elaborar*; para T4 (esfera jurídica): *aplicação da lei, avanço, constituição, assegurar, cumprir*. Os itens lexicais remetem a um campo semântico jurídico e expressam significados pertinentes para esta temática. Nos exemplos abaixo iremos contextualizar estes vocábulos nos respectivos discursos de cada variável, tentando observar o papel que desempenham na construção desses discursos.

#### 6.1.2.1 Esfera do Senso Comum (T6)

No primeiro recorte discursivo, abaixo, o enunciador de T6 (esfera do senso comum) deixa transparecer, em seus acentos apreciativos, duas posições ideológicas distintas, que vão encontrar respaldo espiritual, na referência ao “Livro dos Espíritos” e jurídico, na “lei humana”. “Lei” e “justiça” são palavras que estão em correlação com o divino, o espiritual.

[...] A este respeito, o Livro dos Espíritos esclarece o seguinte: “A **lei** humana, para ser justa, deve consagrar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher; todo privilégio concedido a um ou a outro é contrário à **justiça**. A emancipação da mulher

segue o progresso da civilização; sua escravização marcha com a barbárie. Os sexos, aliás, não existem senão na organização física, pois os Espíritos podem tomar um e outro, não havendo diferença entre eles neste sentido; por conseguinte, devem gozar dos mesmos direitos.” [...]

**(T6) (Os movimentos feministas, Gazeta de Alagoas, 1993, p.A-4, Carlos Jorge Coêlho de Melo) (texto 81)**

A *proteção* e a *defesa*, neste caso, são, na perspectiva do enunciador, o resultado de um processo de conquista de direitos anteriores, já estabelecidos em outro tempo e espaço. A referência à igualdade entre os sexos, que pressupõe a garantia dos mesmos direitos para homens e mulheres, é relacionada, neste discurso, não a uma classificação biológica, discriminadora dos sexos, mas aos “Espíritos”, palavra que porta, em si mesma, um acento apreciativo de neutralidade – uma vez que espíritos não têm sexo definido – destituindo, assim, os efeitos de sentido de exclusão que a discriminação masculino e feminino necessariamente evoca. O enunciador fundamenta seu ponto de vista a partir de uma posição que tenta conciliar duas formas distintas de abordar a questão envolvida nas relações de proteção e defesa da mulher: a lei dos homens, enquanto promotora da justiça e da igualdade para todos os cidadãos, e a espiritualidade, perpassando esta mesma lei. Observa-se aqui a tentativa de conciliação de duas vozes, de dois mundos diferentes – a vida real e a vida espiritual. Trata-se aqui de uma tomada de posição, de um determinado ponto de vista, baseados na razão e no espírito: é uma ação humana concreta no mundo das relações sociais. Como diria Bakhtin, atos são formas de agir no mundo e, dessa forma, gerar novos sentidos e possibilidades de mudanças sociais. Todavia, esta ação esbarra numa tentativa de conciliação de pontos de vista distintos que não deveriam, a priori, serem misturados. É uma realidade superior e, ao mesmo tempo, o mundo onde transcorre a vida terrena do espírito.

O próximo recorte discursivo selecionado apresenta um eu-enunciador que faz referência a um *outro*, representado pela *lei* em *defesa dos direitos das mulheres*, como um dispositivo que garante a sua inclusão em uma diversidade de postos de trabalho antes reservados apenas aos homens. Não há referência a como este processo se deu ou está se dando. Apenas o reconhecimento da importância das “instituições fundadas” e de suas “funções” dentro da sociedade moderna no tocante à proteção da mulher. Mas, ao mesmo tempo, esse *outro*, a legislação, exclui, do *direito*, aquelas mulheres que exercem um trabalho ocultado por esta mesma legislação: as mulheres “diplomadas pela universidade da vida”. O enunciador não deixa claro quem são estas mulheres. Seriam talvez as donas de casa, as mães de família etc, devido à referência à “família” e à “sociedade”, conforme ilustrado no recorte abaixo:

De acordo com as pesquisas, nos últimos tempos a mulher ascendeu em número bem elevado na produtividade do mundo, e ainda assumiu um papel importante no sistema político. Superando dificuldades, não se pode negar que houve reposicionamento muito positivo na condição da mulher na sociedade. Prova disso as grandes instituições fundadas por **lei**, em **defesa** dos direitos da mulher, mulheres bem sucedidas em cargos públicos, carreiras jurídicas, militar, esportiva, todos até então só indicado aos homens.

Contando ainda com aquelas que só foram diplomadas pela universidade da vida, realizando um trabalho árduo, oculto pela **legislação**, mas digno e positivo para a família e a sociedade.

[...]

Segundo a escritora Tiny, os homens só nos protegem, na medida dos seus interesses, por isto, vamos **investir** na nossa própria **proteção**, trabalhando, questionando os nossos direitos de cidadã, limitando essas regras de comportamento machista, onde a nossa beleza física sobrepõe a nossa inteligência, nossa capacidade de gerir e administrar. Vamos conquistar este **universo** que segundo as estatísticas somos a maioria.

**(T6) (O grande universo da mulher, Gazeta de Alagoas, 1994, p.A-4, Zenita Almeida) (texto 82)**

O embate dialógico dos atos do enunciador de T6, situados na vida real e interpenetrados pela vida espiritual, evoca a idéia do ato enquanto potência, referido por Bakhtin (1993) na medida em que, se por um lado, deixa transparecer, nas vozes

do *eu* e do *outro*, as mazelas e as contradições sociais, também sinaliza para a ampliação da proteção e dos atos pela defesa da mulher, não apenas como uma outorga masculina, mas como resultado de um auto-reconhecimento de sua cidadania e dos seus direitos. Não basta existirem leis. Para se tornarem ação, elas precisam ser cumpridas. O repetível e o constante, no ato da enunciação, chamam a atenção para alguns aspectos perceptíveis de mudança social, finalizando a enunciação com o imperativo “vamos” – um chamamento para “investir” naquilo que falta: “proteção”. E deve-se fazer isto “limitando” e não extinguindo ou acabando com “regras de comportamento machista”. Limitar significa manter estas regras e perpetuar uma forma de controle social sobre as mulheres. Este enunciador se, por um lado, destaca a necessidade de defesa e proteção da mulher, a partir da sua própria conscientização, por outro, contrariamente ao que se poderia esperar, acata a manutenção de regras de comportamento ditadas pelos homens. Observa-se, pois, que o discurso não privilegia, de fato, uma discussão aprofundada da temática em questão. Apenas a expõe como uma necessidade, da mulher moderna, de expor sua condição feminina na tentativa de se auto-afirmar em uma sociedade machista excludente.

#### **6.1.2.2 Esfera Religiosa (T5)**

Já na esfera religiosa (T5) o enunciador explora, com maior ênfase, os aspectos peculiares da inserção das mulheres nos espaços exclusivamente masculinos das ordens eclesiais. A “justiça” é expressa como um aspecto a ser conquistado e promovido pelos movimentos feministas. O acento apreciativo do enunciador recai

sobre o “feminismo sadio”, caracterizando uma nítida mudança na conduta da mulher em seu modo de agir. Uma voz social – representada pela “Hierarquia” e os “quadros dos ministérios ordenados”, como também nas “outras Igrejas cristãs”, expressa os códigos rígidos e autárquicos que excluem a mulher – e faz-se presente neste discurso retomando o repetível e trazendo ao discurso outros discursos mais antigos e que vêm de uma geração para outra.

[...] Nestes nossos tempos novos, desabrocha uma vasta pastoral popular com setores específicos, movimentos de jovens e adultos, especialmente nas comunidades eclesiais de base, constituindo-se na frente pastoral mais significativa, a nível nacional. Aqui, ainda uma vez, a presença e papel determinante da mulher. Em todos os serviços e ministérios comunitários, sobressaem os carismas femininos e se revela o seu potencial na dinamização da vida católica. Dentro do novo modelo eclesial emergente, se processa uma verdadeira escalada da mulher através das diversas instâncias, equipes e conselhos, até os patamares superiores da organização da Igreja. Essa crescente relevância da mulher na ação pastoral e também nos organismos eclesiais começa a representar uma forte pressão sobre a Hierarquia, colocando em questão o afastamento e exclusão das mulheres nos quadros dos ministérios ordenados. O debate continua e se amplia pelas outras Igrejas cristãs. É cedo para se concluir. De toda maneira, por aí também avança a bandeira de um feminismo sadio em busca de dignidade e **justiça** para a mulher, nossa irmã.  
**(T5) (Mulher, a irmã (III), Correio da Paraíba, 1990, p.4, Dom Luís Fernandes)**  
**(texto 44)**

Observa-se, no acento apreciativo desse enunciador, um posicionamento de adesão e compartilhamento do clamor por justiça para as mulheres, por parte da igreja: “avança a bandeira de um feminismo sadio em busca de dignidade e justiça para a mulher, nossa irmã”. Todavia, o enunciador limita este posicionamento aos movimentos que compartilham das posições da igreja, referindo-se aos “movimentos de jovens e adultos, especialmente nas comunidades eclesiais de base”, nos quais o papel da mulher se destaca.

Esta posição de abertura da igreja, para o universo feminino, opõe-se ao discurso conservador adotado por um outro enunciador, representante desta mesma

igreja, cujo acento apreciativo vai evocar a “lei natural da biologia e da genética” para defender a permanência do casamento heterossexual, entre homens e mulheres, fundamentado numa lei natural é irrevogável. O apelo ao discurso científico, como a voz que embasa a posição axiológica, tomada por parte do enunciador, reflete o ato atividade, a perpetuação do repetível e das posições dogmáticas dos poderes eclesiásticos, o que novamente vem a corroborar com os dados quantitativos observados em relação a esta variável, os quais estão inseridos num vocabulário de rejeição.

[...] A inderrogável lei natural da biologia e da genética exige que, na raiz do casamento e em vista da geração de novas vidas, se encontrem um homem na plenitude da virilidade e uma mulher na plenitude da feminilidade. Nem o Parlamento Europeu, num duvidoso exercício da sua autoridade pode cancelar, a golpe de **decreto legislativo**, o que a natureza – e Deus, por meio dela – estabeleceram. Não o pode, sem cancelar, ao mesmo tempo, a palavra casamento.

**(T5) (A mulher na família, Diário de Pernambuco, 1994, A2, D. Lucas Moreira Neves) (texto 18)**

Há, no acento apreciativo, desse enunciador, a idéia de que a manutenção da família e do casamento, como símbolos da natureza e, conseqüentemente, de Deus, não pode ser desfeita nem por “decreto legislativo”. Existe uma lei superior às outras que não deve ser mudada e mantida para a continuidade heterossexual de convivência entre pares. Na referência ao “duvidoso exercício” do Parlamento Europeu recai um acento apreciativo que recobre um novo sentido e uma nova entonação para este enunciado, ao colocar em xeque a sua legitimidade para decidir sobre um tema que, durante séculos, fora tratado com exclusividade pela Igreja.

### 6.1.2.3 Esfera da Saúde (T8)

A temática da defesa e da proteção insere-se na esfera da saúde (T8) no contexto das discussões com temas relacionados à saúde da mulher. É o que podemos observar na forma de tratamento da questão do aborto e sua legalização pelo enunciador:

Não é segredo para ninguém que a questão do abortamento divide a opinião da sociedade e suscita debates complexos de ordem moral, jurídica, ética e religiosa e, neste aspecto, as **leis**, as mentalidade e os costumes não evoluem muito rapidamente. Os defensores do abortamento vêm na liberdade, e mesmo no direito de abortar, um grande progresso de um direito ainda maior que a mulher dispor de seu próprio corpo. É o contexto evolutivo para a individualização extrema dos destinos, de modo que somente o indivíduo tem de se preocupar consigo mesmo, sem contrapartida em termos de deveres para com o parceiro e a sociedade. Para estes, ter a responsabilidade do próximo, de seu parceiro, das crianças a nascerem, é pedir demais e o aborto aparece como perfeitamente legítimo.

[...]

Que as comissões formadas sobre a questão do abortamento sejam multidisciplinares e incluam filósofos, teólogos, moralistas, **juristas**, médicos e religiosos, para que, num esforço de conciliação, possam proporcionar às mulheres uma verdadeira liberdade de escolha. É imperioso que se estabeleça para a população – não apenas as elites – uma política competente e responsável de planejamento familiar que atenda as realidades sociais e humanas.

**(T8) (Contexto do aborto, Diário do Nordeste, 1997, p. 2, Marcos F. da Frota) (texto 72)**

O emprego, pelo enunciador, das palavras “leis” e “juristas”, remetem a um espaço de defesa e proteção da mulher, embora não sejam aprofundadas enquanto posturas de ações práticas e efetivas, visando à defesa e à proteção da mulher no espaço social. As “leis”, assim como outros aspectos da sociedade, não sofrem, segundo o enunciador, uma evolução rápida; e os “juristas” devem participar de um grupo multidisciplinar para questionar e discutir a relevância da questão do aborto. O enunciador procura incluir, no conteúdo do seu discurso, através da palavra do outro, a idéia da defesa do aborto enquanto um direito da mulher: “Os defensores do



abortamento vêm na liberdade, e mesmo no direito de abortar, um grande progresso de um direito ainda maior que é a mulher dispor de seu próprio corpo.” Esta liberdade, no entanto, é obstaculizada quando esbarra na lei; lei essa que Vasconcelos, ao tratar da ética, mostra que deveria ser entendida como justiça, como uma norma para o bem do outro (mulher) ao realizar aquilo que é vantajoso para o outro, uma vez que rege a relação dialógica ao significar um respeito incondicional ao semelhante.

Podemos observar que os enunciadores, acima referidos, ao posicionarem seus acentos apreciativos na proteção e na defesa da mulher, inserida no espaço público, expõem uma imagem vulnerável e desprotegida dessa mesma mulher e ainda com questões importantes por resolver, no que diz respeito à sua proteção e defesa. A identidade, segundo Hall, Silva e Woodward (2000), constitui-se nas diferenças, o que leva a uma fragmentação e uma não unidade. A imagem que forja a identidade da mulher nestes discursos dá-se de forma estereotipada, pois a mulher é vista como frágil e venerável, constituindo uma identidade que não corresponde à mulher moderna. O evento mulher apresenta-se no agir comunicativo da mídia impressa no seu repetível da unidade, de um universal válido apenas para uma parte masculina da sociedade. Ao veicular estas produções de sentido, o jornal insere-se em um contexto histórico que reproduz e perpetua estereótipos.

#### **6.1.2.4 Esfera Acadêmica (T3)**

Esta esfera apresenta-se com peso lexical de (-2,44), o que a classifica dentro do vocabulário diferencial, ou seja, de rejeição. Mas por não apresentar nenhuma palavra referente à temática em análise, ela não entrará em nossas reflexões.

### 6.1.2.5 Esfera Jornalística (T2)

Voltando nossa atenção para o vocabulário preferencial e as esferas inseridas neste vocabulário, iremos iniciar nossa análise com T2 (esfera jornalística). Esta esfera trata diretamente da questão da defesa e da proteção da mulher fazendo, para tanto, uso de um vocabulário particular no que diz respeito ao tratamento do tema o qual faz referência ao tratamento legal da proteção da mulher. No primeiro discurso selecionado desta esfera, o enunciador toma a “Constituição Brasileira” como importante documento legal na diligência de formas de proteção e garantia de direitos para a mulher. Este documento (VADE MECUM, 2008) assegura, pois, na forma jurídica legal, as garantias de seu espaço na sociedade. Assim, por reivindicação das mulheres, no artigo 5º, inciso I, a Constituição estabeleceu que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", e no inciso XLI deste mesmo artigo, que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais".

O princípio constitucional da igualdade contemplou também o âmbito das relações domésticas e familiares, garantindo às mulheres, no artigo 226 § 5º, da Constituição, que "*os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher*".

Em relação ao tema da violência, a principal conquista jurídica das mulheres foi a inclusão do § 8º no artigo 226, estabelecendo que "*O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações*". Com o amparo constitucional criou-se, assim, para ajudar nesta tarefa, a “Delegacia da Mulher”, a qual surge como órgão de

promoção destas conquistas e de mudanças na condição da mulher na sociedade, conforme ilustrado no exemplo abaixo. Não obstante, sabe-se que, conforme dados do IBGE (2005), apenas em 12 dos 34 municípios brasileiros com mais de 500 000 habitantes foi informado haver mais de uma Delegacia de Mulheres. A grande maioria desses municípios – dez – está localizada na Região Sudeste, havendo, ainda, um na Região Nordeste e outro na Região Sul.

[...] Entre esses avanços situa-se o caso da **Constituição Brasileira**. A carta delega deveres e direitos à mulher na mesma medida do que é propiciado aos homens. À luz da história recente da militância feminista, tal condição reservada à mulher pela **Constituição de 1988** dispensaria os **artefatos legais**. Seria uma condição natural. [...] Os crimes, os assassinatos, as agressões continuam a ser praticados mas a existência de uma **Delegacia da Mulher** já é um indício de que alguma coisa está mudando.  
[...]  
(T2) (Mulher, O Norte, 1993, p. 4,) (texto 55)

Assim, como observa Boselli (2004), mesmo reconhecendo a importância da conquista da inclusão desta temática na Constituição, observa-se que em nenhum momento a Constituição fala especificamente sobre violência contra a mulher, citando apenas a violência nas relações familiares, no capítulo inteiro que dedica à família, à criança e ao adolescente e ao idoso. Paradoxalmente, este avanço talvez tenha prejudicado a visibilidade da mulher em relação à violência doméstica na esfera privada, se considerarmos que há dificuldade para mapear, estatisticamente, dados sobre a violência contra as mulheres. Somente em 1988 foi realizada a primeira pesquisa nacional no país, pelo IBGE, a qual apontou as mulheres como principais vítimas da violência doméstica e no espaço público: 65% das entrevistadas disseram já ter sofrido algum tipo de violência no lar e 35% em outros lugares. Outras pesquisas isoladas foram feitas ao longo dos últimos anos especialmente pelas Secretarias de

Segurança Pública dos estados baseadas, a maioria delas, em números da violência de gênero registrados em delegacias (BOSELLI, 2004).

De maneira mais incisiva, um segundo enunciador de T2 acentua as mudanças ocorridas na “legislação civil e penal” e nas formas de “defesa da mulher”, o que repercute em diversas outras instâncias relacionadas diretamente com estas mudanças.

A seleção lexical, feita pelo enunciador, coloca em destaque as ações voltadas para a proteção da mulher, perpetradas pelos organismos de representação jurídica no Brasil. Ao privilegiar ações com força de mudança e com a participação da sociedade, o enunciador traz o ato como realização ou concretização de uma potência, uma vez que é o homem com sua ação sobre o mundo que o torna real. Enunciador e mundo concreto dialogam na construção de atos responsáveis.

[...] Esse 8 de março foi marcado também no Brasil com o anúncio, pelo governo através do **Ministério da Justiça**, da criação de um comitê técnico para ampliar os mecanismos de **defesa da mulher** e rever a **legislação civil e penal**, que contará com representantes de movimentos femininos, **Ministério Público**, **Secretaria dos Direitos Humanos** e **Congresso Nacional**, entre outras representações da sociedade civil. “A intenção é criar consenso em torno do tema e aprovar a **lei** mais rapidamente no **Congresso**. O grupo terá 60 dias para **elaborar** a **lei** e mais 30 para consulta à sociedade civil.” [...]

**(T2) (Conquistas que Faltam, Gazeta de Alagoas, 1999, p.A4) (texto 97)**

A esfera da mídia (T2), enquanto *locus* privilegiado de divulgação da informação e da expressão livre de opinião, expõe, ao seu leitor, as informações relevantes e os principais agentes desta mudança: governo e sociedade civil organizada. Observa-se que os acentos apreciativos, desse enunciador, recaem sobre a publicização das ações que esses espaços institucionais tomarão para sua responsabilidade. A produção de discurso deste enunciador o torna um observador e analista responsável dos fatos em

evidência na sociedade. Ele mostra, informa os fatos, colocando-se em uma posição dentro do mundo, ou seja, de responsabilidade, ética, valoração e avaliação destes atos e a produção de novos sentidos. Há, como expressa Bakhtin, um produzir situado, concreto e particular trazido pela mídia.

#### **6.1.2.6 Esfera Política (T1)**

Quanto a T1 (esfera política), observa-se que o enunciador emprega um vocabulário com peso significativo para a temática em análise e, de forma semelhante a T2 (esfera jornalística), oferece uma explicação pormenorizada das ações relacionadas com a defesa e a proteção da mulher. O enunciador demonstra um amplo conhecimento da temática que aborda ao fazer referência a vários setores públicos, ligados aos problemas enfrentados pelas mulheres (Secretaria de Estado e Direitos Humanos, Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Pacto Nacional contra a Violência Familiar) o que o coloca como um sujeito produtor de sentidos de maneira ativa e participativa, uma vez que este enunciador coloca-se como parte deste processo de construção de uma nova estrutura social mais justa (“preocupo-me em contribuir para que esse processo evolua”). A responsividade, deste enunciador, por seus atos, configura-se na concretização da tarefa de mudança da sociedade através de atos no mundo concreto.

[...] preocupo-me em contribuir para que esse processo evolua, desobstruindo bloqueios, superando desigualdades institucionalizadas, quer pela **lei**, quer pela transformação de costumes, e facilitando a troca de experiências, mediante a ação da **Secretaria de Estado dos Direitos Humanos** e do **Conselho Nacional de Direitos da Mulher**. Recentemente, esse esforço tem-se materializado em iniciativas como o **Pacto Nacional contra a Violência Familiar**, que a partir de agora ganhará mais

consistência e foco graças à criação de um comitê técnico. A esse grupo de trabalho composto de representantes de entidades ligadas ao movimento das mulheres, **militantes dos Direitos Humanos**, integrantes da **Associação Brasileira de Magistrados**, membros do **Ministério Público**, parlamentares e **Comunidade Solidária**, caberá **elaborar anteprojeto** de lei com a finalidade de ampliar os mecanismos de **defesa e proteção** de todas as pessoas que constituem o núcleo familiar e rever as **legislações civil e penal**, expurgando-as das discriminações que nelas ainda se encontrem.

[...]

**(T2) (A mulher do terceiro milênio, Jornal do Comercio, 1999, p.6, Renan Calheiros) (texto 12)**

O enunciador situa-se no mundo concreto das ações práticas e efetivas ao demonstrar, por meio da enunciação: “preocupo-me em contribuir para que esse processo evolua”, formas de auxiliar para o processo de mudança social através da “lei” e da “transformação de costumes”, dois pontos centrais em qualquer iniciativa envolvendo questões sociais de qualquer amplitude. A lei determina, garante e obriga a sociedade a seguir as normas estabelecidas de comum acordo; já os costumes estão inseridos nas diversas esferas da sociedade e são mais antigos e passam de geração em geração, ou seja, fazem parte da cultura e das tradições e, sua mudança, requer um trabalho mais árduo e meticuloso. O dialogar deste enunciador com o mundo concreto e suas formas de transformação social consubstancia o mundo dado com a apreensão deste mesmo mundo, a partir de uma posição exotópica que situa o agir do enunciador sobre o mundo de forma presente. Há assim uma consciência viva e situada exposta pelo jornal.

Toda esta construção discursiva de um processo de agir do homem (enunciador) sobre o mundo, de forma não passiva, e definindo sentidos, de maneira ativa, vem caracterizada na enumeração de diversos órgãos e entidades aos quais o enunciador faz referência, palavras de peso significativo para a construção de um discurso que aponta uma sociedade mais eqüitativa e igualitária. Não é apenas o dizer das ações e

sim mostrar como estas ações estão sendo construídas para as mudanças nas relações entre os sexos. A forma responsiva, deste enunciador, como agente da mudança, dá-se por meio da enunciação em primeira pessoa – preocupo-me –, o que demonstra um compromisso ético com o espaço real no qual ele está inserido. O que havia em potência, aqui, concretiza-se em ato ético na práxis humana.

#### **6.1.2.7 Esfera Jurídica (T4)**

A esfera jurídica (T4) situa-se como aquela que apresenta peso lexical significativamente mais alto (7,55) dentre as variáveis que têm predileção pelas questões que envolvem a defesa e proteção da mulher como temática. Por esta temática estar diretamente relacionada com o campo da jurisdição, seria pouco provável a rejeição deste tema pela esfera jurídica. O vocabulário empregado pelos enunciadores desta esfera é bem preciso e de concomitância com os desígnios da efetiva aplicação da lei e proteção à mulher.

No caso do primeiro enunciador, a “aplicação da lei” evidencia-se em seu discurso como fator para a efetivação da defesa e proteção da mulher. Essa aplicação deve conter a “rigidez da legislação” para proporcionar avanços na luta pela igualdade e segurança. Como representante de uma esfera institucional, este enunciador traz para seu discurso um agir sobre o mundo por meio da justiça em seu caráter corretivo, de um respeito ao semelhante na responsabilidade por cada ato praticado, por cada ação realizada em relação ao outro no mundo compartilhado.

[...]

O certo é que os delitos não podem sofrer a redução dos atos praticados. Somente com a **rigidez da legislação**, deve-se **avancar** num maior espaço de luta, exterminando-se problemas cruciantes e desafiadores dentro da sociedade. Mas a **aplicação da lei** significa um fator preponderante, porque, no caso da alteração do art. 1º, da lei 9318, atinge-se maior acréscimo de punição e abre-se, em síntese, mais um caminho dentro do matagal de adversidades em busca do respeito à dignidade humana, no caso, a integridade física da mulher.

**(T4) (A gravidez como agravante, Gazeta de Alagoas, 1997, p.A-4, Wilton Moreira) (texto 91)**

Este enunciador de T4 não evoca simplesmente uma lei a mais, mas recupera, em seu discurso, o dever do Estado e o direito à proteção da mulher, os quais são previstos na legislação através da “lei 9318”. Esta lei é a forma para se atingir o “respeito à dignidade humana”; a mulher tem a seu dispor um mecanismo legal para casos de agressão física ocorridos contra ela. A ênfase do acento apreciativo recai em “exterminando-se”, verbo este evocativo da força e da representatividade da lei para que a mesma cumpra sua função de justiça, isto é, a de reger a relação com o semelhante, de ser um bem que realiza aquilo que é vantajoso no sentido moral e justo (Vasconcellos, 2002).

Já no segundo enunciador de T4 também podemos observar o uso de um vocabulário especializado em relação ao tema em questão. “Matéria constitucional”, “norma constitucional” e “norma programática” deixam claro a seleção de um léxico exclusivo que toca de forma particular um espaço restrito de conhecimento jurídico:

[...] No entanto, por se tratar de **matéria constitucional**, a norma aprovada pelos nossos constituintes foi apresentada de maneira sucinta, deixando a regulamentação para as **leis** ordinárias. Daí resultando que a **norma constitucional** não é auto-aplicável. Trata-se tão-somente de uma **norma programática**, cuja eficácia vai depender de **leis** posteriores que regulamente as práticas que serão adotadas para estimular o aleitamento materno.

Neste contexto, é de maior importância que a sociedade permaneça mobilizada, para fazer **cumprir** as determinações constitucionais, **garantindo** a efetiva aplicação de princípio que dispõe sobre o dever do Estado em garantir o aleitamento materno.

[...]



**(T4) (A constituição do Estado e os direitos da mulher, Diário de Pernambuco, 1990, p. A-7, Margarida Ma. Coelho Souza Leão) (texto 17)**

Este mesmo enunciador, além de fazer menção às formas legais de defesa ainda em construção, também põe nas mãos da sociedade o cumprimento da lei e sua concretização efetiva. É esta sociedade que deve “buscar” cumprir a “matéria constitucional” e tornar sua efetivação uma realidade. A responsabilidade não é unilateral ou qualificativa de uma única esfera, mas um compromisso que deve ser assumido por todos aqueles interessados na sua promoção. Estamos sempre produzindo atos (Bakhtin, 1993) e estes atos não podem estar deslocados da nossa responsabilidade para com eles. Produzir atos responsáveis é ter uma atitude ética perante a sociedade. Isso corrobora para evidenciar a predileção nos valores apresentados nos gráficos anteriormente descritos.

A seguir apresentamos uma síntese dos resultados observados em relação a cada uma das esferas de atividade.

1- Esferas que apresentam vocabulário diferencial, ou seja, rejeitam a temática da defesa e proteção da mulher:

#### 1.1 Esfera do Senso Comum (T6)

- a) Expressa acentos apreciativos que evocam posições ideológicas distintas;
- b) Faz referência à igualdade entre os sexos, preconizando direitos iguais para homens e mulheres;
- c) Refere-se à exclusão que a discriminação masculino e feminino provoca;
- d) Refere-se à criação de dispositivos que garantam a inclusão da mulher em postos de trabalho antes reservados apenas aos homens;
- e) Enfatiza a ampliação da proteção e da defesa da mulher;

f) Atribui a defesa e a proteção da mulher como resultado de um auto-reconhecimento de sua cidadania e dos seus direitos;

g) Enfatiza a necessidade de a mulher moderna se auto-afirmar em uma sociedade machista que a exclui.

### 1.2 Esfera Religiosa (T5)

a) Refere-se a aspectos peculiares da inserção das mulheres nos espaços masculinos das ordens eclesiais;

b) Considera os movimentos feministas como responsáveis pela conquista e a promoção da justiça para as mulheres;

c) Caracteriza uma nítida mudança na conduta da mulher em seu modo de agir;

d) Assume um posicionamento de adesão e compartilhamento por justiça para as mulheres,

e) Assume uma posição de abertura da igreja para o universo feminino;

f) Defende a permanência do casamento.

### 1.3 Esfera da Saúde (T8)

a) Insere a temática da proteção e da defesa da mulher no contexto das discussões com temas relacionados à saúde da mulher;

b) Não aprofunda discussão acerca de posturas de ações práticas e efetivas;

c) Projeta uma imagem vulnerável e desprotegida da mulher.

2- Esferas que apresentam vocabulário preferencial, ou seja, privilegiam a temática da defesa e proteção da mulher:

### 2.1 Esfera Jornalística (T2):

a) Tratamento mais detalhado da questão da defesa e da proteção da mulher;

b) Notícia às mudanças ocorridas na legislação e nas formas de defesa da mulher;

- c) Informa sobre a repercussão de mudanças da legislação na sociedade;
- d) Enfatiza as ações legais promovidas para a defesa da mulher e a responsabilidade dos espaços institucionais na concretização destas ações;

## 2.2 Esfera Política (T1)

- a) Evidencia a explicitação de ações relacionadas com a defesa e a proteção da mulher;
- b) Considera a sociedade mais eqüitativa e igualitária na defesa e proteção à mulher.

## 2.3 Esfera Jurídica (T4):

- a) Evidencia a aplicação da lei como fator para a efetivação da defesa e proteção da mulher;
- b) Aborda de forma particular a defesa e proteção da mulher em um espaço restrito de conhecimento jurídico;
- c) Delega à sociedade a responsabilidade pelo cumprimento da lei e sua concretização efetiva.

As diferenças que constituem a mulher, em relação ao homem, levam à criação de leis específicas para sua proteção e defesa. Suas relações com o homem não são baseadas na igualdade, fato que é evidenciado pelos discursos dos enunciadores acima destacados. A identidade da mulher não se caracteriza por oposição ao homem, mas por um conjunto de características peculiares ao sexo feminino. Uma legislação adequada para responder a necessidades e anseios das mulheres é construída por meio da pressão dos movimentos feministas e da sociedade organizada em geral que conhecem e reconhecem as características femininas.

Ao dar visibilidade a estas esferas em suas páginas, o jornal cumpre com o seu papel de informar a sociedade, dando voz para diferentes enunciadores e seus pontos

de vista. Dessa forma, evidenciam-se discursos que tratam da temática da defesa e proteção à mulher dentro de suas respectivas esferas de atividade. Propicia-se, assim, aos leitores, a possibilidade de formarem suas opiniões a partir dos posicionamentos expressos em cada discurso.

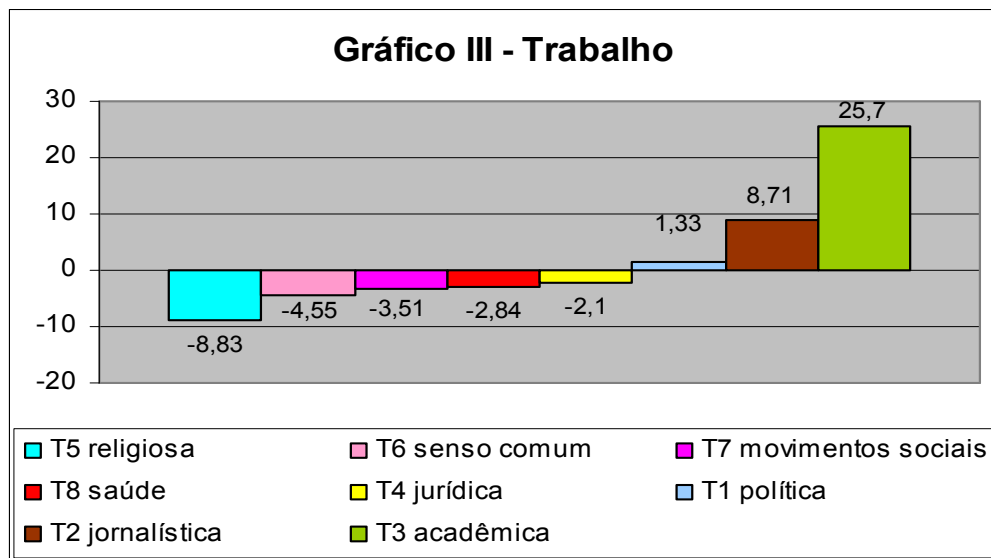
Formar opiniões pressupõe agir de maneira ética, dialogar com o mundo concreto e orientar ações em sociedade. Para Vasconcellos (2005), ao analisar a ética discursiva de Habermas, posicionar-se criticamente diante de normas é entrar em diálogo com a coletividade para a aceitação destas mesmas normas por meio de um consenso coletivo. A ação entre os indivíduos tem como base o diálogo que gera a discussão da validade de normas e se estas normas são válidas para todos. As esferas, acima analisadas, apresentam uma diversidade de valorações que circulam socialmente no que diz respeito ao tema defesa e proteção da mulher. As normas existem, como fora possível observar nos discursos, mas ainda não são totalmente validadas pela coletividade. A identidade da mulher, nestes discursos, dá-se de forma estereotipada, pois a mulher é vista como frágil e vulnerável, projetando-se uma identidade que não corresponde àquela da mulher moderna.

## 6.2 Ato Ético Dignidade

O ato ético, para Bakhtin (1993), é um agir situado e responsável de cada indivíduo no todo do evento único e irrepetível da vida. Ou seja, o ato ético é a própria concretização da ética na práxis humana.

Já a *dignidade* está relacionada ao *ato ético* por ser inseparável da *ação praticada responsabilmente* por alguém em relação a qualquer ser humano, o qual deve ser considerado como um *fim* e não como um *meio*. Como lembra Abbagnano (2007, p.276), “[...] todo homem, [...] como fim em si mesmo, possui um valor não relativo [...], mas intrínseco”: a dignidade. A dignidade é, pois, um valor humano que não possui equivalência e não pode ser substituído por nenhum outro. A dignidade pode ser traduzida na contemporaneidade por formas de viver instauradas e concretizadas na sociedade por meio do trabalho, da cidadania, da educação, da política e da saúde (ABBAGNANO, 2007).

### 6.2.1 Trabalho: a mulher construindo a autonomia.



O gráfico construído a partir da lematização da temática “trabalho” demonstra a heterogeneidade discursiva desta temática a qual é objeto de rejeição pela grande maioria das esferas de atividade, como podemos constatar em T5 - Religiosa (- 8,83), T6- Senso comum (- 4,55), T7- Movimentos Sociais (- 3,51), T8 - Saúde (- 2,84) e T4 - Jurídica (- 2,1) e de predileção pelas esferas T2 – Jornalística (+8,71) e T3 – Acadêmica (+25,7). Já na esfera jurídica, o trabalho encontra-se no vocabulário básico de tendência positiva, isto é, ele dá suporte ao vocabulário preferencial. Veremos, na análise qualitativa de recortes discursivos destas esferas, o que estes altos e baixos pesos observados sugerem.

Descreveremos a seguir alguns vocábulos empregados nos discursos que rejeitam a temática do trabalho com relação à mulher para que se possa compreender o porquê do descarte desta temática, uma vez que a inserção da mulher no mercado de trabalho representa sua autonomia financeira e a busca por maior espaço no domínio público da sociedade.

Observaremos, a seguir, alguns recortes discursivos das esferas que rejeitam esta temática em seus discursos para melhor compreender o significado dos baixos pesos observados no gráfico III os quais remetem aos itens lexicais lematizados e acima referidos.

#### **6.2.1.1 Esfera Religiosa (T5)**

Na Esfera Religiosa (T5) encontramos palavras como: *comunicações, mundo do trabalho, salário, serviços, trabalho*. Ao contextualizarmos estes itens lexicais, podemos

observar que o seu emprego é de caráter generalizante para a temática abordada, indicando apenas a categoria social (por ex., *mundo do trabalho; trabalho*) sem fazer uma avaliação precisa de sua importância para o universo social feminino. Assim, o jornal, ao veicular este discurso, dá visibilidade a uma voz que não caracteriza as relações entre mulher e trabalho de forma precisa.

Evidentemente, o ano inteiro será pouco para uma análise abrangente e profunda. Será preciso atravessar, passo a passo, todos os ambientes e espaços humanos, para surpreendermos realidades, por vezes, chocantes e desabonadoras. Desde a família à política, do **mundo do trabalho** ao dos meios de comunicação, da economia à cultura, do esporte à religião, em todos os recantos deste mundo e desta vida, vamos deparar problemas concernentes à condição da mulher. Haverá muito o que dizer, Mais ainda, o que fazer.

**(T5) (Mulher, a irmã (I), Correio da Paraíba, 1990, p.4, Dom Luís Fernandes) (texto 40)**

Este cenário festivo atenua mas não faz esquecer as patéticas origens do Dia. Quem conhece a história sabe que este começou a ser celebrado para não deixar cair no esquecimento dezenas de mulheres. Num 8 de março, há pouco mais de cento e quarenta anos (1857), elas saíram às ruas de Nova Iorque denunciando as condições injustas e desumanas a que eram submetidas no seu **trabalho**. O protesto feminino foi reprimido com truculência, ocasionando um massacre de grandes proporções. Por isso o Dia Internacional é marcado por um caráter de reivindicação e de acusação, de luta e de luto: ultimamente lideranças femininas de vários matizes procuram inteligentemente ampliar esse caráter, fazendo do Dia Internacional um estímulo para novas conquistas em favor da ascensão social da mulher.

**(T5) (Política: substantivo feminino, Diário de Pernambuco, 1996, p. A-2, Dom Lucas Moreira Neves) (texto 31)**

Os acentos apreciativos, nos recortes discursivos acima, referentes à T5 (esfera religiosa), situam a condição da mulher, no âmbito do trabalho, em dois contextos: no primeiro, descrevendo a busca por autonomia, no espaço público, e suas dificuldades de inserção neste espaço; o segundo, situando a sua luta ao longo da história na conquista de espaço. Entretanto, os enunciadores expressam suas avaliações sociais de forma distinta. Para o primeiro enunciador, o *mundo do trabalho*, assim como outros espaços de atuação da mulher, são parte de uma problemática maior: a “condição da

mulher” nestes espaços. O acento apreciativo, colocado na expressão “em todos os recantos deste mundo e desta vida”, dá conta da dimensão da temática do trabalho em uma escala universal. Ao incluir a mulher em todas as questões que a envolvem na tomada de espaços, que antes lhes eram negados ou estigmatizados, o enunciador deixa transparecer, em seu acento apreciativo, uma visão ampla dessa temática. Nesse caso, destacam-se, no discurso desse enunciador, justamente aqueles elementos que são repetíveis e reiteráveis (comunicação, esporte, religião etc.), conforme aludido por Bakhtin (1993), o que corrobora com a constatação de nossa análise quantitativa, na qual a rejeição e, portanto, a ausência de escolha lexical privilegiada, parece estar associada à repetição.

Já para o segundo enunciador, diferentemente, ocorre o tratamento da palavra “trabalho” colocando-a em um contexto histórico e trazendo para seu discurso o discurso da história, da origem das comemorações do Dia Internacional da Mulher. O trabalho é o espaço no qual a mulher sofria com “condições injustas e desumanas” e por isso lutou para modificar esta realidade. O contexto enunciativo “as patéticas origens do dia” – referindo-se ao protesto do dia 8 de março de 1857, em Nova York, poderia levar a uma desqualificação do tema abordado pela esfera religiosa, caso tomássemos o adjetivo “patéticas”, em seu significado comum. Entretanto, nesse contexto, ele assume o significado de *trágico*, *sinistro*, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001; p.2149). O enunciador não desqualifica a origem desta data, embora reconhecendo, em relação às mulheres, “as condições injustas e desumanas a que eram submetidas no seu trabalho” e demonstrando reconhecimento pela causa da luta feminina por melhores condições de trabalho. A referência ao “trabalho”, configura novamente uma enunciação do repetível, o comum de uma dada situação, em um



contexto social específico (“seu trabalho”). Entendida como ciência do agir humano, a ética tem a função de determinar os meios e os fins da ação individual (CHAUÍ, 1994). Agindo discursivamente e, como propõe Bakhtin, de forma ética, este enunciador expõe a ação das mulheres trabalhadoras, diante das condições de trabalho, como meio; já a transformação da violência sofrida em marco histórico configura-se como fim. Mas, o trabalho, é evocado apenas como fato circunstancial.

### 6.2.1.2 Esfera do Senso Comum (T6)

Os dois recortes discursivos que analisaremos a seguir fazem parte da esfera do senso comum (T6) cujo peso do conjunto de itens lexicais (*abertura, acesso, atividades, mercado de trabalho, cargos, carreiras, emprego, empresárias, empresa, dirigir, dirigem, impõem*), escolhido pelos enunciadores, também insere essa temática do trabalho no vocabulário diferencial, objeto de rejeição. Procuraremos observar a seguir, através dos recortes discursivos selecionados, o que estes dados observados sugerem. Vejamos o primeiro recorte discursivo:

Outras, mais sensatas, que sabem discernir liberdade de libertinagem, opinarão favoravelmente às reivindicações justas, ou seja, aquelas que visam conter a violência, a não exploração da mulher sob qualquer aspecto, uma maior **abertura** no **mercado de trabalho**, ou a integração feminina na grande parte das tarefas de natureza profissional até então masculinas, sem que as mesmas percam a sua feminilidade natural.

**(T6) (Os movimentos feministas, Gazeta de Alagoas, 1993, p. A-4, Carlos Jorge Coêlho de Melo) (texto 81)**

Há, no acento apreciativo do enunciador, uma preocupação com a perda da “feminilidade natural” da mulher a partir do momento em que ela começa a atuar com mais força no mercado de trabalho e em “tarefas de natureza profissional até então masculinas”. Aqui se estabelece um diálogo entre os enunciados do presente e, como diria Bakhtin (2000), os ecos e lembranças destes enunciados, que remetem à tradição<sup>8</sup>, ou seja, uma visão de mundo machista e tradicional da mulher doméstica que opõe-se à daquela mulher que deixa o espaço privado do lar e busca o espaço público do “mercado de trabalho”. Ainda encontramos, neste discurso de T6, um acento apreciativo que recai na expressão “outras, mais sensatas”, que remete à memória discursiva de outros discursos que remontam à união entre os movimentos feministas e os movimentos de gays e lésbicas (“sem que as mesmas percam a sua feminilidade natural”) e também a separação destes movimentos por divergências ideológicas (CASTELL, 1999).

Já em outro recorte discursivo de T6 (Esfera do Senso Comum), abaixo, o enunciador descreve o processo histórico das lutas femininas. A retomada do discurso histórico, por parte deste enunciador, é feita de uma maneira bem objetiva e pontual, em forma de relato, sem incluir, no entanto, uma reflexão mais precisa das causas e conseqüências desta mudança proporcionada pelas mulheres em seu processo de busca da autonomia e da liberdade. O relato obedece a uma seqüência linear de fatos. Passa-se de um momento para outro: do “acesso ao mercado de trabalho” à aquisição de direitos legalizados pela Constituição.

---

<sup>8</sup> Conceito discutido por Hannah Arendt (1968), referindo-se ao pensamento filosófico ocidental que atua como uma força ativa e seletiva capaz de relegar ao esquecimento certas experiências e conceitos fundamentais na modernidade.

Após os anos 70, as lutas e conquistas se voltaram para o **acesso ao mercado de trabalho** em igualdade com os homens. Inseridas no **mercado de trabalho**, as mulheres lutam para adquirir direito à maternidade sem conseqüências para o **emprego**. Com a reformulação da Constituição de 1988, as reivindicações neste sentido foram atendidas. **(T6) (Conquistas femininas, O Norte, 1998, p.2, Débora G. Gomes de Alcântara) (texto 61)**

A mulher passa a ter acesso ao “mercado de trabalho”, portanto, ao espaço público, sendo que a questão biológica, da maternidade, é apontada como fator de dificuldade para a manutenção do emprego. A característica biológica sobrepõe-se, assim, às demais questões que envolvem a empregabilidade da mulher. No entanto, a propalada “igualdade” entre os sexos, sobre a qual recai o acento apreciativo do enunciador, encerra, em si mesma, uma contradição, marcada pelas diferenças biológicas, no que diz respeito à garantia dos direitos trabalhistas em relação à maternidade. A referência à diferença entre homem e mulher evoca a voz de outros discursos que perpassam o tecido social, marcado pelas *diferenças biológicas*. Este discurso, segundo Costa (2001), remonta ao séc. XVIII, na Europa, sobretudo na França, que necessitava justificar a desigualdade entre homens e mulheres para adequá-la aos ideais igualitários republicanos. Dessa forma,

todos os homens eram iguais , mas as mulheres eram mentalmente frágeis, infantis e, por conseguinte, estavam incapacitadas para exercer as tarefas intelectuais, científicas e políticas dos homens. Não por serem "imperfeitas", do ponto de vista ontológico, mas por serem diversas, do ponto de vista biológico (COSTA, 2001, p.1)

Este discurso perpetua, assim, a visão de uma mulher mais frágil em comparação com o homem, ecoando no discurso deste enunciador. Contrapondo-se a esta visão, Thomas Laqueur (2001), no entanto, a partir de um estudo sobre a sexualidade ao longo dos séculos, observa que as visões sobre o sexo são construções culturais e que

as diferenças biológicas de sexo são idéias formadas por crenças diversas sobre a natureza dos seres humanos.

### 6.2.1.3 Esfera dos Movimentos Sociais (T7)

Passemos agora para T7 (esfera dos movimentos sociais), cuja temática situa-se numa escala deficitária, em relação às escolhas lexicais do enunciador (*capacitação, oportunidades, trabalho, trabalho qualificado*), enfatizando-se a necessidade de “trabalho qualificado” entre tantos outros pontos de interesse e necessidades da mulher, como “capacitação” e “oportunidades”. Há, novamente, apenas a enumeração de vários aspectos das lutas femininas, com a demonstração de um fato, de um ponto entre tantos outros.

Dentre as conquistas do movimento de mulheres – protagonizadas pelo Fórum – é importante relacionar a implantação de serviço de aborto nos casos previstos por lei como forma de combater a mortalidade materna e assegurar às mulheres um direito assegurado há mais de 50 anos; o combate à violência sexual e doméstica através da educação para a prevenção e o apoio às meninas e mulheres vítimas de violência. O Fórum também tem apoiado ações contínuas, junto à saúde pública, aliadas a campanhas públicas têm obtido sensível melhoria na prevenção e tratamento ao câncer de colo e à humanização do nascimento. Ciente da importância de cada vez mais mulheres assumirem o poder, com legitimidade, e **trabalho qualificado**, apoio às iniciativas da Campanha “Mulheres Sem Medo do Poder”, direcionada a formação de mulheres candidatas ao legislativo e executivo.

**(T7) (Fórum de Mulheres: reflexões sobre uma década, Diário de Pernambuco, 1998, p. 17, Márcia Laranjeira) (texto 26)**

O trabalho é referido no discurso como fator de importância, mas esta importância é reduzida a um sintagma nominal apenas: *trabalho qualificado*. Podemos observar, neste recorte discursivo, apenas a menção ao trabalho e a necessidade de

qualificação para lograr acesso a este bem social, não se discutindo as necessidades e os meios de qualificação. Acesso esse que permite ascensão dentro da sociedade e, conseqüentemente, obtenção de mecanismos mais concretos de projeção no espaço público. Assim, ao dar pouca visibilidade à qualificação do trabalho feminino, o enunciador, em T7, relega, esta temática, a um plano secundário, assim como ocorreu com as demais esferas de atividades que a rejeitaram também do ponto de vista quantitativo. A qualificação feminina, no âmbito do trabalho, não é considerada relevante para o enunciador, embora reconhecendo que, da qualificação, depende a empregabilidade da mulher e, conseqüentemente, a sua autonomia financeira. Deixar o lar, o local socialmente construído pelo homem para a mulher, e buscar o mercado de trabalho tem acarretado mudanças na estrutura social, até então, definida pela visão masculina. Entre as mudanças ocorridas nas estruturas organizacionais da sociedade, em decorrência da entrada da mulher no mundo do emprego, podemos citar a família. Esta e outras mudanças na sociedade são, para Vasconcellos (2005), desafios para a reflexão ética e também propulsoras de transformações no campo da ética.

#### **6.2.1.4 Esfera da Saúde (T8)**

Vamos deter nossa atenção agora aos acentos apreciativos no discurso produzido pela esfera da saúde, (T8) que apresenta itens lexicais como: *áreas profissionais, mundo dos negócios, plena realização, profissão, profissões, trabalho*. Esta esfera constrói o objeto de seu discurso em torno de questões específicas da área médica, dando maior destaque aos aspectos do quadro clínico da mulher e deixando

questões de ordem social e econômica para um segundo plano, como pode-se observar no recorte discursivo abaixo:

O século XX destaca-se como um período de grandes conquistas em favor da mulher, embora ainda haja muitas etapas a serem vencidas para que se possa proclamar uma vitória ampla e abrangente, neste tocante, em todos os países do mundo.

A ciência médica, através de notáveis e fascinantes avanços, desenvolveu poderosas armas para proteger-lhe a saúde e o bem estar. No contexto social, amplos direitos lhe foram reconhecidos e, assim, teve ela chances de **plena realização** nas mais diversas **áreas profissionais**, muitas delas consideradas inacessíveis ao injustificadamente denominado “sexo frágil”.

[...]

O que estamos assistindo, talvez por desconhecimento das causas subjacentes do quadro clínico ou por falta de medicamentos específicos disponíveis, é a uma crescente prescrição de anseolíticos e antedepressivos com o perigo de criar nessas pessoas uma dependência a esses tipos de drogas. É preciso que se dê maior atenção às nossas mulheres carentes. O ônus da prevenção será mínimo se comparado com os custos do tratamento das doenças, seqüelas, dias de afastamento do **trabalho** que advirão, fatalmente, pela falta de assistência em tempo hábil.

**(T8) (As conquistas da mulher, Diário do Nordeste, 2000, p.2, Socorro Magalhães) (texto 78)**

Apesar de mencionar a “plena realização” da mulher, no que diz respeito ao seu desenvolvimento em áreas profissionais antes consideradas inacessíveis, observa-se, no acento apreciativo “sexo frágil”, do enunciador, resquícios de outros discursos, veiculados pela *tradição*, o qual é atualizado pelo advérbio *injustificadamente*. Observa-se também que o enunciador direciona o seu discurso para questões específicas da saúde da mulher – como a falta de informação sobre as questões que afetam sua saúde e formas de tratamento adequadas –, trazendo-lhe conseqüências danosas ao seu bem-estar físico e mental. Tais fatos, além de onerar o sistema público de saúde, afetam sua atividade profissional do trabalho. Dessa forma, o *tema trabalho* é associado à impossibilidade da mulher carente exercê-lo por problemas de saúde e de um sistema de saúde público deficitário. Desconsidera-se, pois, nessa relação *saúde e trabalho*, uma dimensão conceitual mais ampla de saúde pública, a qual, na atualidade,

é associada “a um conjunto de valores, tais como qualidade de vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria” (BUSSS, 2000, p. 165). Nesse sentido, o filósofo e ergologista Yves Schwartz (2000) tem observado, em seus estudos, que a ausência desses valores afeta o modo de realização do trabalho. Para o autor (SCHWARTZ, 2000), qualquer discussão envolvendo a relação saúde e trabalho deveria contemplar a dimensão da *vida* que pressupõe a *vitalidade do ser vivo* para mobilizar energias, inteligência e afetividade para o enfrentamento das pressões que o trabalho acarreta ao indivíduo. No caso do enunciador de T8, seu universo de compartilhamento não considera, para uma reflexão, as questões que envolvem o trabalho, nos termos que Schwartz enfatiza a temática do trabalho correlacionada com a saúde. A abordagem deste enunciador, em torno das questões que dizem respeito à mulher e o trabalho, mesmo colocando-o como um enunciador situado e com uma historicidade material em cada ato de sua produção discursiva, não estabelece seu diálogo na relação com o situar em torno do universo mais amplo que compartilha.

#### **6.2.1.5 Esfera Jurídica (T4)**

Com palavras como: *adequação, áreas, mercado de trabalho, respeito no trabalho, profissionais, profissões, alcançar, exercer*, os enunciadores da esfera jurídica (T4) abordam, em seus discursos, a relação *mulher e trabalho*, com acentos apreciativos em duas vertentes: (1) uma que perpetua o discurso da tradição, mantenedora de uma visão limitada acerca da atuação feminina no espaço fora do lar,

e uma outra (2) que acentua a sua participação na área da educação, como sendo aquela na qual a mulher tem seu acesso facilitado. Estas apreciações retomam esse discurso da tradição que evoca a imagem idealizada da mulher-mãe-professora, considerando-se que, como sugerido por Louro (2002), a característica *maternal*, atribuída à mulher, e considerada necessária para a atividade da educação formal, possibilitou a sua saída do espaço privado (lar) para o espaço público (escola) no Brasil:

Em algumas **áreas**, parece ser mais fácil o ingresso no **mercado de trabalho**. Magistério, por exemplo. No ensino primário, chega-se ao extremo de só haver quase **profissionais** do sexo feminino. Mas também, e muito bem, no ensino superior. A mulher se superando, e transmitindo o que sabe porque estudou, e especialmente o que sabe, porque vive, aprende e sofre.  
(T4) (Nem com uma flor, O Norte, 1998, p.3, Luciano Mariz Maia) (texto 59)

Além disso, a mulher ainda é qualificada como aquela que “vive, aprende e sofre”, o que significa que, mesmo tendo conquistado um lugar no espaço público, perpetua-se ainda o estigma da imagem da tradição, esse *outro* que lhe atribui uma vocação natural para incorporar, ao ato de viver e de aprender, o sofrimento. Sabe-se, nesse sentido, que, ao longo da história, esta imagem da mulher enquanto identidade do feminino, encontra-se enraizada, como já foi aludido anteriormente, em suas diferenças sexual e biológica. Daí decorre a sua vocação ‘natural’ para a reprodução da espécie e o cuidado dos filhos, devendo desempenhar sua função e papel de mulher esposa e mãe.

Um segundo enunciador, em T4 (esfera jurídica), busca estabelecer uma relação de diferenças entre os sexos masculino e feminino para justificar o “respeito no trabalho” que deve ser obtido pela mulher. Estas diferenças estão baseadas nos opostos e em uma visão tradicional construída ao longo dos séculos: a mulher é



emoção e o homem é razão. Ao se “masculinizar”, a mulher perde sua feminilidade e, conseqüentemente, foge do padrão já estabelecido pela sociedade. Ela pode *alcançar o sucesso* no espaço público sem que se torne um homem, ou melhor, sem *se travestir de homem*.

Assim como a mulher não precisa se travestir de homem para obter **respeito no trabalho** e **alcançar** sucesso, também não é necessário ao homem despir-se de sua masculinidade para observar-se internamente e descobrir o maravilhoso e intenso mundo de suas emoções. Sartre dizia que o que há de mais verdadeiro em nós são nossas emoções. Por que o homem não fala de suas emoções tanto quanto fala de sexo? Porque quando fala sobre sexo ele entende que fala sobre poder, fala como dominador, como herói e, para falar sobre sentimentos, ele tem que falar como um ser humano normal, com suas fortalezas mas também com suas fraquezas. É nesse campo dos sentimentos, das emoções que homens e mulheres, como seres humanos poderão se encontrar de forma mais verdadeira, sem jogos, sem interesses escusos, sem engodos. É isso que fará com que também os homens cheguem à velhice com muitos e verdadeiros amigos, homens e mulheres.

**(T4) (A causa da mulher, Jornal do Comercio, 1999, p.3, Raquel Roffé ) (texto 11)**

Abramo (2005), em seu artigo “Evolução do emprego feminino e equidade de gênero da América Latina: avanços e permanências nos anos 90”, mostra que, apesar da grande mudança ocorrida no Brasil e na América Latina, com a saída da mulher do espaço privado para o público, em sua busca de ascensão no mercado de trabalho, ela ainda sofre grandes desigualdades. O autor (ABRAMO, 2005) justifica estas desigualdades, citando, como exemplo, os salários que ainda são diferenciados, ou seja, as mulheres recebem menos do que os homens. Além disso, há de se considerar que a divisão do trabalho, muitas vezes, é regulada pelo gênero e que a atividade da mulher, no espaço público, freqüentemente é a continuidade de suas atividades domésticas (ABRAMO, 2005).

Por conseguinte, os enunciadores de T4, que rejeitam a temática do trabalho, apesar de reconhecerem a existência de dificuldades, parecem colocar a questão do trabalho, para a mulher, no mesmo nível de dificuldades dos homens, ou seja, suas problemáticas são semelhantes. Os acentos apreciativos, contidos nestes discursos, sugerem, pois, relações de sentido de aproximação, entre homens e mulheres, no campo do trabalho, construindo uma identidade, para a mulher que trabalha e produz, pela igualdade e não pela diferença. Ainda que os discursos, nesta esfera de atividade, apontem para uma perspectiva de mudança, em relação à forma como a mulher é vista e tratada no mundo do trabalho, concordamos com Gondar (2002) quando observa que não há uma identidade pronta e acabada e que ela está sempre em construção e reconstrução. Tal constatação é reforçada pela heterogeneidade discursiva observada em relação aos dados quantitativos obtidos nas diferentes esferas de atividade, objetos dessa discussão.

Observaremos, a seguir, como as esferas jornalística (T2) e a acadêmica (T3), que apresentam os pesos lexicais de (+8,71) e (+25,7), respectivamente, abordam a temática do trabalho, inserida no vocabulário preferencial (valor igual ou maior que +1,96), objeto de predileção por parte dos enunciadores.

#### **6.2.1.6 Esfera Jornalística (T2)**

Encontramos, em T2, vocábulos como *renda familiar*, *barreira*, *ganham*, *ingressa*, *mercado de trabalho*, *salários mais baixos* para T2; e vocábulos do tipo *carreira profissional*, *organizações*, *aspirações*, *tomadora de decisões*, *amplitude de mando* e

*demonstrar*, em T3. Um primeiro olhar, lançado na escolha deste repertório lexical, permite-nos observar que a construção discursiva desta temática não se atém a uma mera constatação do espaço ocupado pela mulher no trabalho, destacando, ao contrário, aspectos bem definidos de sua atuação, conforme ilustrado no exemplo do recorte discursivo abaixo:

A revolução feminina como profissional e personagem é um fato concreto. Hoje, muitas respondem por metade da **renda familiar**, apesar de receberem os **salários mais baixos**, o que desponta como o grande obstáculo a ser enfrentado pelas mulheres nesse fim de século.

Algumas, porém, deixaram para trás essa **barreira. Ganham** o mesmo que o marido e, em menor proporção, até mais. Nesse final de século, as mulheres passaram a se preocupar para não serem vistas como pessoas frágeis. Ao contrário: fazem questão de deixar claro que são capazes, independentes e corajosas. Donas de suas vidas.

A mulher do terceiro milênio alia beleza à competência.

(T2) (Beleza e competência, Correio da Paraíba, 1999, p.2) (texto 50)

Observa-se aqui que a palavra *trabalho* está diretamente relacionada à “renda familiar”, referenciando uma mulher *situada* em um mercado de trabalho e não apenas *ocupando um espaço e*, ao mesmo tempo, *responsável* pelo sustento da família. Para Bruschini (1985), referindo-se à participação da mulher no mercado de trabalho, não se pode deixar de considerar o volume que esta participação representa nas atividades econômicas e as formas particulares em que esta participação se dá. Aspectos não considerados na avaliação do enunciador de T2.

Ao relacionar mulher e trabalho, este enunciador procura avaliar as relações que se instauram neste processo, recuperando o contexto no qual o evento se dá, ou seja, na unicidade, e não de forma isolada em sua unidade deslocada do contexto.

Já no recorte discursivo a seguir, seguindo a linha de contextualização do discurso anterior, podemos observar que o enunciador de T2 situa a mulher no antes e

no depois de sua entrada no “mercado de trabalho”, como se pode identificar na própria voz do enunciador, ao dizer que “De repente, a mulher ingressa no mercado de trabalho, dividindo com o homem não só as responsabilidades da produção, mas, também, e, sobretudo, a soberania dos lares, antes exercida solitariamente pelo parceiro”. Deixa-se constatar nesta enunciação as diferenças existentes nas relações entre homem e mulher, dentro do espaço doméstico (lar), como também o status e poder que ambos exerciam neste espaço.

Dia do Trabalho, da Paz, da Criança, da Natureza e outros tantos dias, interna ou internacionalmente comemorados, já quase não cabem no calendário juliano de 365 dias. Em todo caso, um deles, o da Mulher, vem a ser daqueles mais badalados, talvez na esteira da ascensão feminina que se opera em todas, ou quase todas as latitudes do mundo, depois de séculos de submissão e opróbrio da sociedade. De repente, a mulher **ingressa no mercado de trabalho**, dividindo com o homem não só as responsabilidades da produção, mas, também, e sobretudo, a soberania dos lares, antes exercida solitariamente pelo parceiro. Neste aspecto, tanto códigos políticos quanto religiosos foram deixados de lado, na avassaladora presença daquela metade antes submissa da humanidade. Claro, há os exageros daqueles que querem mais do que a liberdade da mulher, querem a libertinagem para elas. E daqueles que vêem, na libertação da mulher, alguma coisa parecida com o caos e o suicídio. Não importa. O belo equívoco da natureza a que se referia Milton, conquistou o lugar que sempre lhe coube na convivência humana.

**(T2) (Mulher, Diário de Pernambuco, 1991, p. A-8) (texto 27)**

No recorte discursivo acima podemos observar que, quando o enunciador de T2 expressa “tanto códigos políticos quanto religiosos foram deixados de lado”, ele refere-se à luta da mulher contra setores da sociedade contrários às mudanças empreendidas pela mulher ao mudar as relações dentro de espaços de atuação delimitados para ela e para o homem. Observamos a referência a estes espaços nas enunciações: “responsabilidades da produção” e “soberania dos lares”. Toda esta mudança de relações entre mulher e homem, em seus antigos espaços delimitados – casa e trabalho – decorre quando “a mulher ingressa no mercado de trabalho”. Para evidenciar

esta mudança, o enunciador faz recair sobre a palavra “dividindo” um acento apreciativo que expressa uma relação de parceria entre os sexos, o que leva a evocar uma mudança nas relações de gênero a partir de mudança nas relações nestes espaços determinados (casa e trabalho). Entretanto, o enunciador identifica que existem setores da sociedade onde a libertação da mulher ainda não é bem vista, vendo-a como “libertinagem”, “caos” ou “suicídio”, o que nos remete a Bruschini (1985), quando afirma que o acesso ao mercado de trabalho não significa a libertação feminina. Nesta perspectiva podemos interpretar que o valor de predileção, apresentado pela esfera jornalística, para a temática *trabalho*, ocorre em decorrência desta mudança evocada pelo enunciador em seu discurso.

#### **6.2.1.7 Esfera Acadêmica (T3)**

Voltemos nossa atenção para a esfera acadêmica (T3) cujo peso lexical significativamente alto (+25,7) indica uma predileção pela temática do trabalho. Por tratar-se de uma pesquisa científica, o enunciador do discurso emprega uma terminologia altamente especializada em relação ao tema abordado. A construção deste discurso se faz de forma a deixar claro para o leitor os objetivos e as conclusões às quais chegou o estudo. Isto é apresentado pelo próprio enunciador que afirma tratar-se de um “estudo” com objetivos (“identificar os obstáculos”), hipóteses (“suposição da existência de fortes barreiras, de fim do preconceituoso e discriminatório, que entravam na ascensão a funções de maior amplitude de mando na estrutura das organizações”) e

conclusões (“o que se verificou foi a condição feminina ser apontada pela maioria das mulheres pesquisadas como fator facilitador em sua **carreira profissional**”).

Mas, além disso, o estudo almejou também identificar os obstáculos, associados especificamente à condição feminina, que dificultam a realização de sua **carreira profissional**. O ponto de interesse, nesse caso, foi examinar as circunstâncias em que ela tem ascendido nas **estruturas de poder** das **organizações**, assumindo responsabilidades que ampliam a dimensão do seu papel como **tomadora de decisões** nos vários **escalões das empresas** onde atua.

A hipótese original da pesquisa constituiu na suposição da existência de fortes barreiras, de fundo preconceituoso e discriminatório, que entravam na **ascensão a funções** de maior **amplitude de mando** na estrutura das organizações. A qual, no entanto, não foi confirmada pelos dados da realidade. Ao contrário, o que se verificou foi a condição feminina ser apontada pela maioria das mulheres pesquisadas como fator facilitador em sua **carreira profissional**, posto ter sido tal condição vista mais como elemento que favorece seu relacionamento com superiores hierárquicos, clientes, colegas do mesmo nível e subordinados.

**(T3) (Surpresa no desfecho, Jornal do Comercio, 1995, p.3, Oseries Gouveia) (texto 6)**

No que diz respeito à situação da mulher no âmbito do trabalho, o enunciador de T3 reporta-se aos dados de uma pesquisa, que identifica não apenas a atuação da mulher em atividades econômicas, como “tomadora de decisões”, como também as formas particulares nas quais ocorre a participação feminina em postos de trabalho decisórios. Este enunciador, através de seu estudo, põe em evidência que as mulheres vêm superando dificuldades no mundo dos negócios, o que pode ser constatado pelo sucesso que tem alcançado na obtenção de cargos de prestígio. Os dados reportados pelo enunciador são reforçados por estudo de Abramo (2002), que tem observado que as barreiras a determinadas funções e ocupações têm caído ou desaparecido, permitindo às mulheres uma maior participação em atividades produtivas. Esta autora revela que as mulheres representam atualmente 41,4% da PEA (População Economicamente Ativa) urbana no Brasil. Tais dados sugerem que o acesso da mulher em espaços de trabalho privilegiados começa a ampliar-se de forma a colocá-la em

uma posição hierárquica superior: ela não é mais refém de sua “condição feminina” anterior.

Enquanto pesquisador, este enunciador de T3 estabelece uma relação dialógica com o seu próprio objeto de estudo à medida que, assumindo uma posição exotópica do seu objeto, observa, descreve e interpreta o ato atividade (mulher e mercado de trabalho). A pesquisa divulgada no jornal representa um produzir situado, concreto, particular, com uma historicidade material do ato humano de produção de linguagem. Ao dar espaço, em suas páginas, para a divulgação de uma pesquisa deste tipo, o jornal cumpre com sua função social de informar e formar a opinião pública, além de agir responsabilmente ao permitir a publicação deste discurso que produz novos sentidos para o mundo concreto por meio da linguagem.

O acento apreciativo que recai sobre o sintagma “condição feminina” produz novos efeitos de sentido à medida que parece indicar que esta condição não é mais um fator que limita a sua atuação em diferentes áreas de atividades profissionais. Esse novo sentido, que vai sendo construído na esfera acadêmica (T3), contrapõe-se a outros sentidos produzidos nas esferas anteriormente analisadas, para as quais a atuação da mulher, em postos antes ocupados apenas pelos homens, significava a *perda de sua feminilidade natural* e o seu *afastamento do espaço doméstico*. Ao expor a conquista, das mulheres, a posições hierárquicas de poder, dentro de empresas, o enunciador evidencia um novo olhar para o Ser evento da mulher, que não é mais aquele puramente dado e posto, de uma visão não exotópica, mas um olhar situado em um espaço de construção de uma nova identidade feminina e de mudança social. Trata-se de um ato único e irrepetível, instaurado nas relações sociais de homens e mulheres, situados num tempo e espaço social que abre novas perspectivas para essas

relações. Sugere-se que este enunciador de T3 age de maneira ética ao reavaliar a mudança da mulher no ambiente de trabalho por meio do seu estudo. Ele reflete práticas, atitudes, regras e ações humanas que, segundo Sung e Silva (1995), estabelece uma responsabilidade ética ao questionar, por meio de critérios, a ação humana.

Assim, a imagem de mulher, produzida pelos enunciadores que privilegiam a temática do trabalho, é a de uma mulher inteligente, dinâmica, empreendedora e sempre em movimento, buscando ampliar seus espaços de atuação profissional e experimentar novas experiências. Os significados, pois, que são produzidos para esta nova identidade feminina (inteligente, dinâmica e empreendedora) não lembram mais àqueles construídos pela *tradição cultural masculina* (sexo frágil), a qual circunscrevia os limites de sua atuação no mundo do trabalho. Ao contrário, remetem à sua libertação e emancipação profissional.

Não obstante, é importante destacar que a identidade da mulher não se constrói em linha reta e contínua, no curso das relações sociais, mas com avanços e recuos, no confronto da *tradição* com uma *nova ordem social*, mais igualitária, que marcam as relações de homens e mulheres na contemporaneidade.

Ao analisarmos estas esferas de atividade que tratam a temática mulher e trabalho, encontramos em seus discursos a mesma heterogeneidade apresentada nos gráficos quantitativamente descritos. Estes discursos representam a ação das vozes sociais de cada esfera diante do mundo, ou mais especificamente, diante da temática mulher e trabalho, uma vez que para Bakhtin agir não é apenas uma ação física, mas toda a forma de posicionamento diante da realidade na qual todo ser humano está inserido.



Na temática mulher e trabalho, o agir comunicativo da linguagem jornalística constrói a imagem da mulher situada de forma ativa e participativa no quesito trabalho, assumindo posições e adquirindo relações hierárquicas significativas na busca por autonomia e liberdade, tanto na questão financeira quanto na individualidade.

Como síntese dos aspectos observados, em relação a cada uma das esferas de atividade, apresentamos os seguintes pontos que se destacam em cada esfera:

1- Esferas que apresentam vocabulário diferencial, ou seja, rejeitam a temática do trabalho:

1.1 Esfera Religiosa (T5):

- a) Privilegia itens lexicais de caráter generalizante em relação à forma como aborda a temática do trabalho;
- b) Faz uma avaliação pouco precisa da importância do trabalho para o universo social feminino;
- c) Situa a condição da mulher no âmbito do trabalho no tocante à autonomia e dificuldades de inserção;
- d) Reconhece a luta da mulher no espaço do trabalho ao longo da história;
- e) Faz referência à condição da mulher como parte da problemática do trabalho;
- e) Evidencia o reconhecimento pela causa da luta feminina;

1.2 Senso Comum (T6):

- a) Manifesta preocupação com a perda da “feminilidade natural” da mulher com a sua inserção no mercado de trabalho;
- b) Perpetua uma visão de mundo machista e tradicional da mulher doméstica;
- c) Evidencia a mulher que deixa o espaço privado do lar e busca o espaço público;

- d) Reconhece o processo histórico das lutas femininas;
- e) Evidencia a questão biológica, da maternidade, como fator de dificuldade para a manutenção do emprego;
- f) Projeta a imagem da mulher frágil, na referência à diferença entre homem e mulher;

#### 1.3 Esfera dos Movimentos Sociais (T7):

- a) Refere a vários aspectos das lutas femininas;
- b) Reconhece a necessidade de qualificação da mulher para lograr acesso ao mercado de trabalho, mas não faz referência às necessidades e aos meios de qualificação;

#### 1.4 Esfera da Saúde (T8):

- a) Evidencia questões específicas da área médica relacionadas ao trabalho;

#### 1.5 Esfera Jurídica (T4):

- a) Retoma a perpetuação do discurso da tradição, mantendo uma visão limitada acerca da atuação feminina no espaço fora do lar;
- b) Evidencia a participação feminina, na área da educação, como sendo aquela na qual a mulher tem seu acesso facilitado;
- c) Atribui, à mulher, uma vocação natural para incorporar, ao ato de viver e de aprender, o sofrimento;
- d) Constrói uma identidade feminina baseada nas diferenças sexual e biológica;
- e) Constrói uma relação de diferenças entre os sexos masculino e feminino;
- f) Evidencia diferenças baseadas nos opostos: a mulher é emoção e o homem é razão;
- g) Retoma uma visão tradicional de mulher construída ao longo dos séculos: a mulher sendo a emoção e o homem a razão;
- h) Coloca a questão do trabalho, para a mulher, no mesmo nível de dificuldades dos homens, reconhecendo que suas problemáticas são semelhantes.

- i) Enfatiza a igualdade e não a diferença nas relações de trabalho;
- j) Reconhece a mudança em relação à forma como a mulher é vista e tratada no mundo do trabalho;

2- Esferas que apresentam vocabulário preferencial, ou seja, privilegiam a temática do trabalho:

2.1 Esfera jornalística (T2):

- a) Destaca questões bem definidas da atuação da mulher no trabalho;
- b) Constrói uma imagem de mulher situada e responsável;
- c) Reconhece uma mudança nas relações entre homens e mulheres, no lar e no trabalho, por meio de uma relação de parceria;

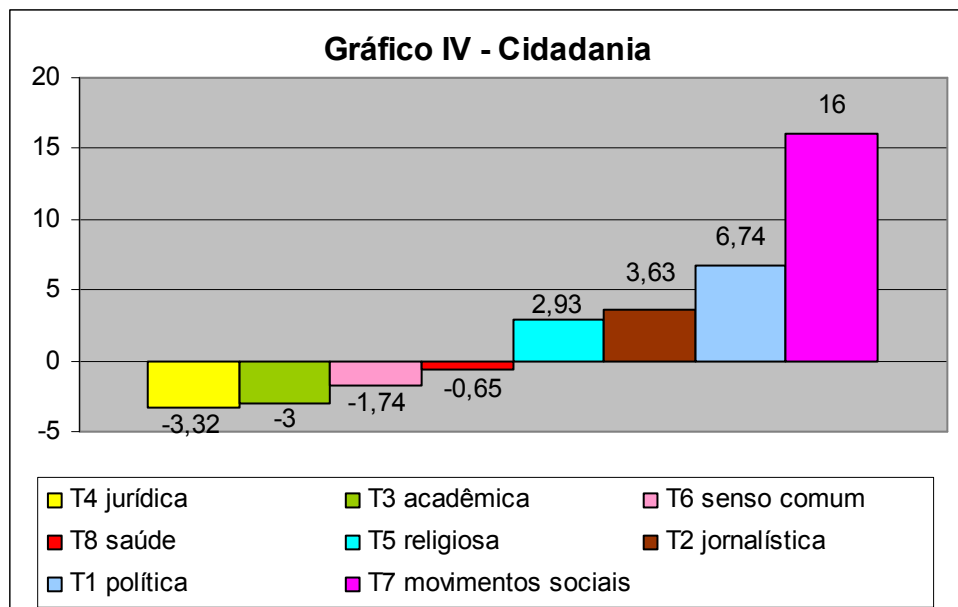
2.2 Esfera Acadêmica (T3):

- a) Emprega uma terminologia altamente especializada;
- b) Enfatiza as formas particulares nas quais ocorre a participação feminina;
- c) Evidencia o acesso da mulher em espaços de trabalho privilegiados;
- d) Evidencia mudança no sentido conferido à “condição feminina”, que passa a não significar mais um fator limitante à atuação da mulher em diferentes áreas de atividades profissionais;
- e) Reconhece a chegada das mulheres a posições hierárquicas de poder;
- f) Constrói a imagem de uma mulher inteligente, dinâmica, empreendedora e sempre em movimento;
- g) Enfatiza a libertação e a emancipação feminina profissional.

A Diferença de posições axiológicas, entre os enunciadores de cada esfera de atividade humana, parece apontar para a resignificação das lutas das mulheres de um

campo específico do trabalho, para um feixe de relações complexas, onde não se pode observar apenas o micro, mas também o macro universo que constitui as relações de gênero. Nesse sentido, o jornal é um veículo que dá visibilidade a estas esferas, acima descritas, possibilitando que exponham seus pontos de vistas e, com isso, formem a opinião pública. A mulher mudou e continua mudando as formas de pensar da sociedade. O acesso ao mercado de trabalho significou uma grande conquista para as mulheres, um novo espaço no qual ela ainda precisa mudar posturas conservadoras que se perpetuam.

### 6.2.2 Cidadania: mulher e espaços de ação.



Como tem sido observado, em relação às demais esferas de atividades já analisadas, os discursos produzidos na esfera de atividade ato ético dignidade: mulher

e cidadania apresentam uma distribuição de pesos heterogênea, com uma variação que evidencia tanto a inserção destas variáveis em um vocabulário de predileção (superior a + 1,96) como de rejeição (superior a -1,96), por parte dos enunciadores. Procuraremos entender, ao longo de nossa análise, o que esses contrastes de pesos e tipos diferenciados de vocábulos indicam através de suas contextualizações no discurso.

As esferas de atividade que têm esta temática como objeto de rejeição, com peso lexical igual ou abaixo de (-1,96), são as esferas: jurídica (T4), com peso de (-3,33) e acadêmica (T3), com peso de (-3). Como objeto de predileção – peso lexical igual ou superior a (+1,96) – temos as esferas religiosa (T5), com peso de (+2,93); jornalística (T2) com peso de (+3,63); política (T1), com peso de (+6,74); e a esfera dos movimentos sociais (T7), com peso de (+16).

Já no vocabulário básico, de tendência negativa, que dá suporte ao vocabulário de rejeição, encontram-se as variáveis da esfera do senso comum (T6), com peso igual a (-1,74) e a esfera da saúde (T8), com o peso lexical de (-0,65).

A seguir descrevemos alguns dos principais itens lexicais que foram lematizados em relação a cada uma das variáveis. Em relação à esfera que rejeita a temática em questão temos: a jurídica (T4), com as palavras: *direitos, igualdade, participação, ampliam, exercem, garantir*. Entre as que privilegiam essa temática, temos a esfera religiosa (T5) que contempla palavras como *ascensão social, cidadãos brasileiras, cidadania, avança, contestar, galgando*; já a T2 (esfera jornalística) emprega, por exemplo, as palavras *afirmação social, lideranças femininas, direitos sociais, construção, ofereça, conquista*; na esfera política (T1) temos palavras como *garantia, igualdade, cidadania, direito de votar, obterão, direitos das mulheres*; e na esfera dos

movimentos sociais (T7) destacam-se palavras como *exercício, diálogo, cidadania, construir, engajação, fortalecer*.

#### 6.2.2.1 Esfera Jurídica (T4)

Iniciaremos nossa análise da temática cidadania pela esfera jurídica (T4). Corroborando com os valores observados nesta variável, os quais a inserem no vocabulário de rejeição, podemos observar que o primeiro enunciador selecionado, nesta esfera, problematiza esta temática de forma superficial, pois os efeitos de sentido dos acentos apreciativos, produzidos pela ênfase dada à “defesa dos seus **direitos**”, à “busca dos nossos **direitos**” e à “perseguição dos seus **direitos**”, provocam a impressão (equivocada) de que tais direitos já estariam prontos e definidos desde sempre para as mulheres. O que evidencia-se é uma generalização, com relação a palavra “direitos”, palavra esta relacionada ao processo de cidadania. O enunciador parece sugerir, ao referir-se aos direitos sociais (trabalhistas) e aos direitos civis (liberdade etc) presentes nas enunciações acima referidas, os tipos de cidadania definidas por Marshall (apud Hirata; 2002) e que representam direitos civis e direitos sociais, direitos estes, que segundo críticas dos movimentos feministas, são produzidos por uma visão masculina (Sylvia Walby apud Hirata; 2000).

No dia 08 de março de cada ano comemora-se o dia Internacional da Mulher. Sabemos que a escolha do dia deve-se à triste recordação do massacre que mulheres trabalhadoras sofreram, na defesa dos seus **direitos**, em Nova Iorque em uma fábrica têxtil, onde foram agredidas. Em 08 de março de 1857 as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque empreenderam uma marcha pela cidade, protestando contra seus

baixos salários e reivindicando uma jornada de trabalho de doze horas. Foram reprimidas pela polícia e muitas terminaram presas e feridas.

Durante muitos anos, para você ter uma idéia, escutei e li pessoas intelectualizadas, líderes dos movimentos feministas, dizerem que neste dia muito pouco ou quase nada, tínhamos a comemorar. Asseguravam que continuamos de pires na mão, na busca dos nossos **direitos** barbaramente violentados.

Peço licença, com meu humílimo ponto de vista, para discordar. O avanço das mulheres no mundo, sobretudo no mercado de trabalho, e porque não dizê-lo, na perseguição dos seus **direitos**, tem sido extraordinariamente produtivo, e cada vez mais **é feminino o mundo!** [...]

(T4) (**É feminino o mundo! O Norte, 1997, p.3, Nadja Palitot**) (texto 58)

Ao tentar exprimir, em sua enunciação, um tom de força e exaltação pela passagem do Dia Internacional da Mulher, o enunciador tenta contrapor os discursos que asseveram o fracasso dos “movimentos feministas” na busca pelos “direitos” negados às mulheres. Observa-se que, ao contradizer as “pessoas intelectualizadas” e “líderes dos movimentos feministas”, o enunciador estabelece um diálogo com as vozes discordantes, com os outros discursos que circulam e produzem sentidos que denegam as conquistas alcançadas pelas mulheres. Seu produzir, de sentidos situados, evoca a repetição do concreto, do repetível de uma realidade plural, isto é, retoma a história das origens do Dia Internacional da Mulher com a enunciação: “Sabemos que a escolha do dia deve-se à triste recordação do massacre que mulheres trabalhadoras sofreram, na defesa dos seus **direitos**, em Nova Iorque em uma fábrica têxtil, onde foram agredidas.”; em seguida discorda dos discursos que não observam mudanças nas lutas femininas: “Asseguravam que continuamos de pires na mão, na busca dos nossos **direitos** barbaramente violentados.”; e reafirma as conquistas femininas: “Peço licença, com meu humílimo ponto de vista, para discordar.”

O acento apreciativo recai sobre a expressão “é feminino o mundo!” a qual procura evidenciar mais a quantidade de mulheres que ocupam espaços do que propriamente referendar a cidadania como uma força simbólica para promover a

construção de nova sociedade. Os “direitos” existem e as mulheres têm lutado para consegui-los em seus espaços de atuação. Uma maior quantidade de mulheres, ocupando espaços, não significa necessariamente uma cidadania conquistada e direitos assegurados.

Para o segundo enunciador escolhido, o que caracteriza e marca a cidadania feminina são os sentimentos nutridos pelas mulheres e que não existem nas “classes dominantes”. A mulher ainda é qualificada como um ser movido pela emoção em contraposição ao racionalismo do homem. Observa-se, pois, que as diferenças, caracterizadas, neste discurso, pela oposição “homem x mulher”, continuam marcando as relações de gênero e perpetuando a delimitação de papéis sociais. Ao colocar as classes dominantes como não possuidoras de valores, o enunciador parte de uma posição que descarta a existência da mulher nesta classe, já que ela, a mulher, causou a “revolução das mentalidades” para alcançar a “participação” e a “igualdade” e, portanto, não deve pertencer a esta parte da sociedade.

Mas o século XX trouxe a revolução das mentalidades em busca da **participação** e da **igualdade** que em nosso país tornou-se lei com a Constituição de 1988.

E as mulheres foram fundamentais para essa evolução, e são as principais agentes desse processo porque preservam valores de solidariedade e partilham valores esses desqualificados no mundo competitivo, pois as classes dominantes vivem a infringi-los sem qualquer pudor.

(T4) **(A mulher e as relações de poder, Gazeta de Alagoas, 1996, p.A-4, Maria Lucia de F. Barbosa Pirauá) (texto 86)**

Ao relacionar as “classes dominantes” ao sexo masculino, pois, segundo ele, só as mulheres têm valores morais e, portanto, não fazem parte desta classe, o enunciado novamente parte das diferenças para estabelecer as relações de gênero entre homens e mulheres, caracterizando aspectos morais como delimitadores destas relações. O evento que se caracteriza nestas produções discursivas reproduz um ser marcado por



uma posição determinada e cujo aspecto de sua identidade que se destaca é a mulher em sua visão tradicional, com pouco acesso ao espaço público.

#### **6.2.2.2 Esfera Acadêmica (T3)**

Ao apresentar peso lexical de (-3), a esfera acadêmica encontra-se entre as esferas que rejeitam a temática da cidadania em seus discursos. Entretanto, por não apresentar vocabulário para esta temática, a esfera acadêmica ficará fora da análise deste gráfico.

#### **6.2.2.3 Esfera Religiosa (T5)**

Voltando nossa atenção para as esferas que privilegiam a cidadania em seus discursos, comecemos com a esfera religiosa (T5) a qual direciona o seu discurso para a questão do direito de voto, como elemento fundamental para o exercício da cidadania. O enunciador expõe seu ponto de vista a partir de duas formas de exercício da cidadania: pelo voto e pela ocupação de cargos públicos de poder. As “cidadãs brasileiras” assumem sua cidadania de direito e de fato. Em relação ao pleno exercício da cidadania, pelas mulheres, é importante considerar, segundo Hirata (2002), a articulação entre cidadania social e a cidadania política. A garantia de tal articulação abre novas perspectivas de promoção da cidadania feminina na sociedade. O enunciador situa-se em um contexto específico – cidadania pelo exercício do voto – que

o coloca em um agir humano situado que avalia e relaciona este agir com a resposta que a mulher dá à sociedade na conquista de sua cidadania:

[...] No Brasil, a primeira Constituição republicana de 1891 não contemplou, nem de longe, o voto feminino. Após não poucas batalhas, à força de muitos discursos no Parlamento, muitos artigos e editoriais na Imprensa, muitos comícios e movimentos de rua, foi a Constituição de 1943 que, finalmente, outorgou às **cidadãs brasileiras** o privilégio de votar.

Quanto à luta pelo **direito de ser votada** e de exercer cargos políticos, esta, ao que consta, não se deu tanto no plano das leis mas dos costumes e da mentalidade em voga. De resto, o fato histórico de mulheres que governaram, às vezes de modo fulgurante, seus países – como a rainha Vitória – era um argumento forte contra a discriminação e o alijamento das mulheres dos altos postos de governo.

[...]

**(T5) (Política: substantivo feminino, Diário de Pernambuco, 1996, p. A-2, Dom Lucas Moreira Neves) (texto 31)**

O recorte discursivo que analisaremos a seguir demonstra que o enunciador apóia seu ponto de vista na contextualização da trajetória histórica política, a qual é revivida e reavaliada, em seus aspectos mais significativos, da luta política travada, tanto nos planos legal como cultural, ou seja, nos “costumes” e na “mentalidade em voga”. A referência, no discurso do enunciador, aos aspectos culturais que dificultam as conquistas das mulheres, o quanto as relações de gênero são uma construção social e cultural, e não uma divisão natural dos sexos.

Acompanhando a linha de raciocínio da construção histórica da nossa sociedade, o segundo enunciador, da esfera religiosa, também faz uma rememoração da história da luta da mulher pelo voto.

Vamos iniciar o terceiro milênio da era chamada “cristã”, debatendo ainda a condição da mulher na comunidade humana, especialmente com o seu parceiro difícil. O maior problema do homem é o próprio homem... ou a mulher. A história vai ser o desdobrar desse desafio, em mil capítulos diferentes.

Sem retardamentos e atrasos que nos humilham como seres civilizados. Mal podemos acreditar que, só de 50 ou 60 anos pra cá, começaram as mulheres a ter o **direito de votar** quer na França ou nos EEUU, quer no Brasil ou no Japão. Apenas um exemplo serve para ilustrar a condição deprimente tolerada pelas mulheres ao longo dos séculos. Penosamente, vagarosamente, vão conquistando seus **direitos**, afirmando a sua **cidadania**, numa escalada que João 23 considerou como um “sinal dos tempos”.

(T5) (Mulher, a irmã (II), Correio da Paraíba, 1990, p.6, Dom Luís Fernandes)  
(texto 42)

Este enunciador também deixa claro o quanto é difícil para a mulher alcançar e ter sua cidadania reconhecida e respeitada, um esforço que vem sendo construído “penosamente” e “vagarosamente”. O acento apreciativo que marca estes dois advérbios reflete o longo caminho percorrido pelas mulheres para a construção da cidadania feminina e dos percalços encontrados nesse caminho para concretizar os mesmos “direitos” assegurados a todo cidadão. Para Rossi-Doria (1995), em seu estudo sobre a exclusão da mulher na esfera pública, ainda que a mulher não alcance sua plena realização com relação à cidadania, ela é capaz de produzir mudanças para alcançar esta e outras realizações.

A mudança protagonizada pelas mulheres se mostra tão forte e contundente que, para asseverá-la, o discurso de enunciador é embasado por uma voz social mais representativa que a dele. Uma voz hierárquica superior e com uma força enunciativa maior. Trata-se da voz do Papa “João 23” que enfatiza o processo de mudança da mulher na sociedade, assinalando-o como um “sinal dos tempos”. Mas este acento apreciativo, que destaca a conquista da cidadania como resultado da própria evolução dos tempos e, portanto, da história, evoca também a voz de outro discurso que ecoa na voz do enunciador: o discurso bíblico, aquele que evoca os sinais no céu, assinalando uma mudança avassaladora sobre o mundo, um discurso quase que apocalíptico.

#### **6.2.2.4 Esfera Jornalística (T5)**

Outra esfera que trata com predileção a temática da cidadania é a T2 (esfera jornalística). Conforme podemos observar, no recorte discursivo abaixo, o enunciador constrói um espaço de trabalho igualitário tanto para mulheres quanto para homens, ao mesmo tempo em que se demonstra o quanto esta igualdade não é completa e até menosprezada por “expressivo contingente de mulheres”. A identidade feminina, neste caso, é evocada, pelo enunciador T2, como constituída pela diferença, como podemos observar na referência que ele faz a “uma sociedade que ofereça iguais oportunidades”, evidenciando, na ênfase dada a “iguais oportunidades”, que há *diferença* entre *homens* e *mulheres*. Efeito de sentido semelhante é produzido no enunciado “mantê-lo em condições de inferioridade” – referindo-se ao público feminino. Pois, à medida que se discrimina uma *condição de inferioridade*, se reconhece outra: a de superioridade, cuja oposição *superior/inferior* estabelece novamente uma *diferença*.

As três últimas décadas registram **avanços** consistentes no processo de **afirmação social** da mulher. São frutos da luta surda, incompreendida e lenta contra uma herança cultural arraigada com predominância dos homens, aceita até por expressivo contingente de mulheres. Os esforços desenvolvidos por **lideranças femininas** são para a **construção** de uma sociedade que **ofereça iguais oportunidades** aos dois sexos.

O início do século XX marcou as primeiras iniciativas isoladas das mulheres que superaram as barreiras sociais responsáveis pelo ambiente discriminador em que viviam, à margem do progresso econômico e da evolução da sociedade. Amplos espaços eram abertos no mercado de trabalho e os **direitos sociais** começavam a ser reconhecidos pela legislação. O público feminino demorou a sair do casulo de proteção ao sexo frágil, argumento utilizado para mantê-lo em condições de inferioridade.

**(T2) (Papel da Mulher, Diário do Nordeste, 1999, p.2) (texto 74)**

Outro posicionamento evocado e observável no discurso de T2 é o de posicionar até mesmo as próprias mulheres como mantenedoras de uma visão cultural machista, o que se evidencia ao enunciar “uma herança cultural arraigada com predominância dos homens, aceita até por expressivo contingente de mulheres”; este enunciador, ao

veicular este posicionamento de uma visão compartilhada de relações de subordinação entre homens e um contingente de mulheres, reafirma o repetível nos discursos desta esfera do jornal e as posições daqueles que perpetuam a manutenção das relações desiguais entre os sexos.

O enunciador de T2, acima referido, também procura mostrar o processo de mudança social protagonizado pela mulher como ele é: uma luta constante no seio da sociedade. As relações entre homens e mulheres, no que diz respeito a seus espaços sociais, são mostradas, pelo enunciador, em seu real processo de construção social, determinada por relações de poder e de controle social. Aqui, o ser-evento – a entidade espaço-temporal imediata em que os seres humanos estão inseridos e na qual praticam ações (atos), ou ainda, numa perspectiva mais ampla, a vida – é percebido e apresentado como ato concreto, na sua prática, por sujeitos – homens e mulheres – definidos concretamente. É nesse espaço, pois, que se insere o agir situado da mulher, de seus atos concretos por meio dos quais vai acumulando novas conquistas e, assim fazendo, introduzindo mudanças nas relações de gênero, no tecido social.

Este mesmo enunciador (T2), ao qualificar a “luta”, empreendida pelas mulheres, como “surda”, “incompreendida” e “lenta”, traz à tona outros acentos apreciativos que produzem efeitos de sentido como: a indiferença, provocada pela recusa a dar ouvidos às reivindicações das mulheres; a rejeição pela não compreensão da sociedade; o descaso, pelo descumprimento das leis de proteção à mulher.

Todos estes efeitos de sentido, desvelados pelos acentos apreciativos acima descritos, denunciam tanto a lacuna de ações efetivas observáveis em relação às instituições da sociedade civil como àquelas de competência do Estado. Nesse sentido,

revelam também os obstáculos sociais encontrados pelas mulheres os quais têm dificultado o seu acesso à igualdade de direitos determinados pela Constituição.

Mantém-se, assim, a discriminação de um determinado espaço social, reservado às mulheres, o qual é marcado pela negação de seus direitos e, conseqüentemente, da cidadania. Como muito bem observa Hirata (2002), lutar pela cidadania significa lutar contra a discriminação de direitos, sejam eles sociais, políticos ou civis.

#### **6.2.2.5 Esfera Política (T1)**

A seguir deteremos nossa atenção na análise dos discursos veiculados na esfera política, a qual apresenta um peso lexical de (+6,74) para a temática cidadania. Para fundamentar e conferir credibilidade ao seu discurso, o enunciador, desta esfera, retoma o discurso histórico, evocando os fatos marcantes dessa história da trajetória feminina pela conquista da cidadania e a sua afirmação naqueles espaços antes ocupados apenas pelos homens. O objeto do discurso, a mulher e suas lutas, não é falado pela primeira e nem pela última vez. Retomar a história é tornar a palavra ativa e fazê-la viver de uma geração para outra. E, no desvelar dos novos sentidos que se constroem, para essas palavras, no curso da história, são retomadas vozes que já falaram e agiram anteriormente para trazer à memória os atos ativos, da mulher, como podemos observar no recorte discursivo abaixo:

[...]

Durante a **revolução Francesa de 1789**, uma mulher, Olympe de Gouges, se destacou ativamente publicando, uma declaração dos **direitos da mulher** – foi porém decapitada em 1793, e os **direitos das mulheres** proibidos.

São inegáveis os **avanços** obtidos nos últimos 50 anos – a mulher conquistou seu espaço no mercado de trabalho, fortaleceu seu papel na chefia da família, e entrou no mundo político ainda que de maneira pouco expressiva.

Apesar dos avanços, a ONU estima que, cerca de 2 milhões de meninas são submetidas à mutilação genital em países da África e da Ásia. São as mulheres ainda, as grandes vítimas da pobreza, da violência doméstica, dos estupros, do tráfico de mulheres e da negação na vida social. Diante dos fatos, a história nos mostra uma evolução e nela depositamos nossa esperança – para nossas filhas e netas que com certeza **obterão a garantia da Igualdade**, por **força da conquista**, da competência, das transformações tecnológicas e da racionalidade.

(T1) **(O avanço da mulher na história, Correio da Paraíba, 1999, p.2, Aracilba Rocha) (texto 51)**

Esta retomada da história sugere a construção de um discurso que estabelece uma linha temporal de apresentação dos fatos, culminando com a transformação de uma sociedade marcada por injustiças e desrespeito à mulher. Mostrar a história, suas causas e conseqüências, “nos mostra uma evolução”, o ponto exato a partir do qual a mulher começou a construir seu caminho. Essa retomada da história nos permite compreender que este processo de mudança, nas relações de gênero, não ocorreu de forma acidental ou de uma hora para outra, mas é resultado de um processo lento de conquistas. Nesse sentido, ao retomar a “Revolução Francesa, de 1789”, através da figura de uma das primeiras mártires das lutas femininas, pelos “direitos das mulheres”, Olympe de Gouges, este enunciador chama a atenção para o fato de que os direitos conquistados, através da Revolução Francesa, não se aplicavam às mulheres, mesmo sendo esta revolução a principal desencadeadora das lutas pela liberdade e igualdade dos direitos humanos. Assim, o fato da Revolução Francesa ter sido idealizada e executada por homens, colocou novamente a mulher à margem desse processo de conquista pela tão almejada igualdade de Direitos (GROPPI, 1995).

Podemos observar também que, ao aludir à história, o acento apreciativo do enunciador, de T1, recai sobre a palavra “esperança” que revela o seu desejo de construir uma sociedade para as gerações futuras. Ao mesmo tempo, demonstra certo descrédito com o desenvolvimento do curso da história de mudanças nas relações entre homens e mulheres, como podemos notar por meio da série de injustiças enumeradas pelo enunciador e que são perpetradas contra as mulheres no mundo. Como bem coloca Castells (1999), a liberação feminina não será uma revolução de veludo e sua ação estará marcada por vidas partidas como em todas as revoluções.

#### **6.2.2.6 Esfera dos Movimentos Sociais (T7)**

Quanto à esfera dos movimentos sociais (T7), esta se destaca das demais esferas que têm a temática da cidadania como objeto de predileção. O enunciador do recorte discursivo apresentado abaixo constrói seu discurso com tom marcadamente engajado. Observamos ser, este enunciador, coerente com as mudanças almejadas por todos aqueles que, dentro de uma sociedade, lutam por uma cidadania construída pelo esforço coletivo.

A responsabilidade pelo agir no mundo, observada em enunciações como “não será para que desses lugares assistamos indiferentes do nosso tempo”; e a modificação das formas da mulher atuar na sociedade, enunciada em “Espero de nós mulheres uma ação de cunho civilizatório” e “as mulheres como um todo se engajarão na causa do Brasil” estabelecem um diálogo com o *outro* que é trazido para o discurso ao enunciar-se o “nós”. Esse *outro* trazido para o discurso do enunciador refere-se às



mulheres que constituem-se e são constituídas no seu agir situado e concreto no mundo. A palavra aqui desenvolve sua função social e dialógica permitindo a comunicação social entre indivíduos e a emersão de novos sentidos.

[...]

Acredito no vínculo inevitável entre a **defesa dos direitos das mulheres**, o **exercício** desses **direitos** e o **cumprimento** de nossos **deveres** para com a civilização. Se tentamos assegurar a chegada das mulheres – e por caminhos quão acidentados – aos lugares do poder e do saber, não será para que desses lugares assistamos indiferentes do nosso tempo. Espero de nós mulheres uma ação de cunho civilizatório, movido por valores, por uma ética da solidariedade, à altura da **revolução** que representa a quebra do paradigma milenar que separava o mundo dos homens daquele das mulheres, apoiado em injustificável hierarquia.

Temos sido vítimas ora da invisibilidade, ora de negação. Nosso protesto tomou, por isto mesmo, muitas vezes o tom reivindicativo daqueles que têm seus **direitos** ignorados ou feridos. Mas a voz das mulheres modula-se também em outro tom, não apenas de vítimas mas de protagonistas. Não apenas na **reivindicação de direitos**, mas no **exercício de deveres. Deveres de cidadãos.**

Na medida em que o Brasil se engaje como um todo, homens e mulheres, na causa das mulheres, as mulheres como um todo se **engajarão** na causa do Brasil.

**(T7) (O século 21 começou em Beijing, Diário de Pernambuco, 1996, p. A-2, Rosiska Darcy de Oliveira) (texto 32)**

A cidadania é aqui entendida por meio de três palavras: “defesa”, “exercício” e “cumprimento”. Estas palavras representam a cidadania como fato, como elemento de um agir na sociedade baseado em “direitos” e “deveres” construídos conjuntamente e a partir da ação do indivíduo que leva em consideração não apenas os direitos adquiridos, mas também os deveres que advêm conjuntamente com estes direitos. Há o que o próprio enunciador chama de “vínculo inevitável”, ou seja, não se pode agir unilateralmente e sim de forma complementar, pois direitos e deveres se complementam de forma responsável.

Temos sido vítimas ora da invisibilidade, ora de negação. Nosso protesto tomou, por isto mesmo, muitas vezes o tom reivindicativo daqueles que têm seus **direitos** ignorados ou feridos. Mas a voz das mulheres modula-se também em outro tom, não apenas de vítimas mas de protagonistas. Não apenas na **reivindicação de direitos**, mas no **exercício de deveres. Deveres de cidadãos.**

O enunciador de T7 evidencia, em seu discurso, um “tom”, uma “voz” e uma “modulação” ao referir-se à forma de protesto empreendido pela mulher contra a “invisibilidade” e a “negação”, reivindicando e protagonizando ações para a mudança de sua posição social. Este acento apreciativo, depositado na força ativa da palavra por meio do tom, da voz e da modulação, evoca a força da palavra, um signo que responde a outro signo. Neste diálogo, a mulher constrói seus espaços por meio da “reivindicação de direitos”, do exercício de “deveres”. Assim, através destas ações, vai tornando possível a concretização de sua cidadania. Estamos, pois, diante da formulação de enunciações, de discursos que configuram um agir situado, por parte de nossos enunciadores, para a consecução de um evento no meio concreto e real da vida.

O que esse enunciador de T7 parece sugerir é que não há mais uma luta ou conquista individual da cidadania, por parte das mulheres, da forma como faziam os primeiros movimentos feministas. Agora o que existe é uma articulação dessas mulheres com a sociedade organizada, um esforço para a construção não apenas de um espaço melhor e justo para elas mas também de uma sociedade mais democrática e justa, com a participação feminina. Isso só será possível na medida em que o homem também faça parte desta construção de uma nova sociedade, pois, como acentua o enunciador, o Brasil é país de “homens e mulheres”.

Para este enunciador de T7, há duas grandes forças motoras da construção da cidadania, são o “saber” e o “poder”, como lugares de onde a mulher produz uma intervenção direta na sociedade e promove cada vez mais sua participação no contexto social do qual faz parte.

Nos discursos que privilegiam a temática da cidadania observa-se que a mulher é protagonista de suas próprias ações e, conseqüentemente, não há uma identidade de

subordinação com o homem. O que se busca é encontrar um equilíbrio entre as relações “homem e mulher”, através da construção de uma cidadania para a mulher legalmente estabelecida. Ao mostrar a própria mulher como precursora de seus próprios anseios, os enunciadores apresentam uma imagem de mulher mais forte e determinada na consecução de seus direitos.

A seguir apresentamos uma síntese dos resultados observados em relação a cada uma das esferas de atividade.

1- Esferas que apresentam vocabulário diferencial, ou seja, rejeitam a temática da cidadania:

1.1 Esfera Jurídica (T4):

- a) Parece haver uma correlação entre a rejeição, da temática cidadania, por essa esfera de atividade e a abordagem enunciativa superficial adotada em sua problematização;
- b) Qualifica a mulher como um ser movido pela emoção em contraposição ao racionalismo do homem;
- c) Reconhece que as diferenças entre os sexos, marcam as relações de gênero e perpetuam a delimitação de papéis sociais.
- d) Constrói a identidade feminina a partir de uma visão tradicional de mulher com pouco acesso ao espaço público;

2 - Esferas que apresentam vocabulário preferencial, ou seja, privilegiam a temática da cidadania:

2.1 Esfera Religiosa (T5):

a) Reconhece a conquista da cidadania, pelas mulheres, como resultado do próprio processo de evolução histórica da sociedade;

e) Defende os direitos sociais e políticos para a promoção da cidadania feminina na sociedade.

#### 2.2 Esfera Jornalística (T2):

a) Defende a construção de um espaço de trabalho igualitário tanto para mulheres quanto para homens;

b) Evoca a identidade feminina como constituída pela diferença;

c) Evidencia as relações entre homens e mulheres como determinadas por relações de poder e de controle;

e) Reconhece a existência da manutenção de um espaço determinado para as mulheres marcado pela negação de direitos e da cidadania;

#### 2.3 Esfera Política (T1):

a) Retoma o discurso histórico para validar a conquista da cidadania feminina;

b) Reconhece a trajetória feminina pela conquista da cidadania e a sua afirmação em espaços antes ocupados apenas pelos homens;

c) Reconhece o processo de mudança, nas relações de gênero, como resultado de um processo lento de conquistas.

#### 2.4 Esfera dos Movimentos Sociais (T7)

a) Defende a cidadania construída pelo esforço coletivo;

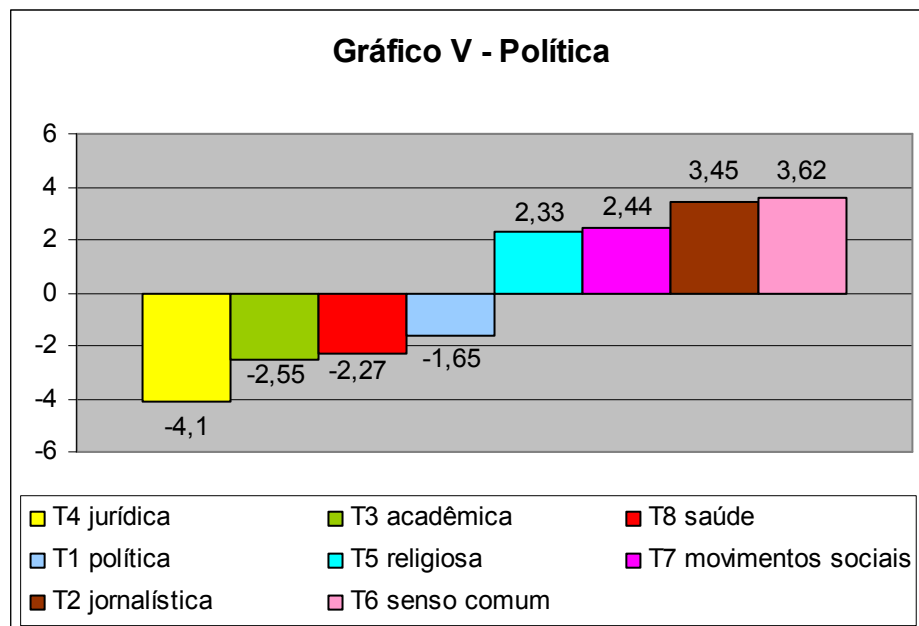
b) Evidencia as modificações nas formas da mulher atuar na sociedade;

c) Reconhece a cidadania como o agir na sociedade através dos direitos e deveres adquiridos;

d) Reconhece a articulação entre os movimentos feministas e a sociedade organizada na construção de uma sociedade com justiça e democracia.

A cidadania apresenta-se, assim, com uma construção de sentidos heterogêneos que corroboram para a distribuição, também heterogênea, de pesos apresentados pelo gráfico da lematização. O que estes discursos sugerem, com relação à temática da cidadania feminina, é a existência de um constante embate social, das mulheres, para a conquista de seus direitos de cidadania.

### 6.2.3 Política: a luta por mudanças na sociedade



A temática *ato ético dignidade: mulher e política* apresenta-se como objeto de rejeição para as esferas jurídica (T4), com peso lexical de (-4,1); esfera acadêmica (T3),

com seu peso lexical de (-2,57); e esfera da saúde (T8), peso lexical de (-2,27). Já na esfera política, esta temática apresenta peso lexical de (-1,65) estando, desta forma, inserida no vocabulário básico de tendência negativa. Como objeto de predileção, por parte dos enunciadores, encontramos as esferas religiosa (T5), com peso de (+2,33); movimentos sociais (T7), com peso de (+2,44); jornalística (T2), com peso de (+3,45); e senso comum (T6, com peso de (+3,62).

Em relação a algumas das escolhas lexicais, de cada uma dessas variáveis, cujo conjunto desses vocábulos foi lematizado para a constituição desta temática, podemos citar: T4 (Esfera Jurídica): *participação, poder político, eleger, representa*; T8 (Esfera da Saúde): *apoio político, política, estabeleça* – (ambas as variáveis inseridas no vocabulário objeto de rejeição por parte dos enunciadores). Já inseridas no vocabulário de predileção, temos as esferas religiosa (T5), com palavras como: *ação política, mulheres candidatas, governantes, aumentar, exercer*; dos movimentos sociais (T7), citamos *regeneração da política, fato político, assumirem*; da esfera jornalística (T2), trazemos *sucesso político, cargos eletivos, disputem, praticar*; e do senso comum (T6), *candidata, eleição, prestígio, ganhar, governar*.

### 6.2.3.1 Esfera Jurídica (T4)

Iniciaremos a análise dessa temática pela esfera jurídica (T4) na qual o enunciador apresenta um acento apreciativo otimista em relação à forma como a mulher participa da política em nosso país. Todavia esta “participação” da mulher no “poder político” é apresentada em forma de dados numéricos os quais, quando

comparados com os dados masculinos, revelam grande disparidade. Esses dados corroboram com as observações de Studart (1982) acerca da disparidade observada em relação à insignificante participação da mulher na política, atribuída ao elitismo e ao autoritarismo protagonizados pelos homens que sempre foram maioria neste campo de atuação e de poder.

[...]

A mulher cada vez mais se prepara para a “virada do século”, aumentando sua **participação no poder político** e integrando de forma maciça as profissões liberais. Sem falar nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, onde a toda legislatura aumenta o número de mulheres, a Câmara dos Deputados conta com a **participação** de 32 mulheres e 481 homens. No Senado da República, dos 81 senadores, 5 são mulheres. Dos 27 estados brasileiros, a mulher tem **participação** representativa em 18 Estados, no Congresso Nacional (AL, PA, RS, MG, RJ, DF, SP, AC, GO, MS, ES, BA, MT, RO, RR, AM, AP, MA). [...]

**(T4)(Mulher, Parabéns, Gazeta de Alagoas, 1995, p.A-4, Romany Holand) (texto 84)**

Podemos observar que este enunciador dá pouca ênfase à participação da mulher no “poder político”, embora reconhecendo que sua participação se dá de forma maciça, nas “profissões liberais”, ou seja, a mulher atua efetivamente no espaço do trabalho formal, mas deixa a desejar na força política. Sendo assim, parece-nos que lograr a ocupação dos espaços de poder, na política, ainda constitui-se em um ponto frágil do processo de mudanças sociais pretendidas pelas mulheres. A atuação concreta da mulher, nos cargos políticos, parece ser de pouca importância para o enunciador, tanto que, apesar de deixar claro a grande diferença numérica existente entre os senadores, em número de oitenta e um (81) e as senadoras, em número de cinco (5), há uma tentativa, por parte dele, de reverter esta superioridade numérica dos homens de uma maneira positiva para as mulheres. Isso se evidencia, no seu discurso, pela afirmação de que “A mulher cada vez mais se prepara para a ‘virada do século’,

aumentando sua participação no poder político e integrando de forma maciça as profissões liberais”. Neste enunciado, a escolha lexical do enunciador recai nos verbos “se prepara” e “aumentando”, que produzem o efeito de sentido de um por vir que se anuncia, de uma mudança visualizada por ele, em números, da preparação das mulheres para assumirem o poder na política.

O que se destaca na enunciação de T4 é o repetível, o ato atividade de uma parcela da sociedade, constituída pelas mulheres, ainda sem força de poder no campo político. A mulher vem a participar, nas relações de poder mais abrangentes, de uma maneira não eqüitativa, como podemos observar na enunciação: “a Câmara dos Deputados conta com a participação de 32 mulheres e 481 homens”. Estes números, por si só, já são bastante significativos de uma relação desigual de poder na política em relação à mulher. Ao empregar o sintagma “a virada do milênio”, cujo acento apreciativo denota uma progressão ascendente da mulher, pois “virada”, neste discurso, produz o efeito de sentido de mudança, o enunciador torna, assim, a palavra *viva* através dessa expressividade, do tom conferido à palavra no contexto de sua enunciação.

#### **6.2.3.2 Esfera Acadêmica (T3)**

Apesar de a esfera acadêmica apresentar um valor significativo para a temática política, peso lexical de (-2,57), esta esfera não será objeto de análise por não apresentar nenhum vocabulário relacionado à temática analisada.



### 6.2.3.3 Esfera da Saúde (T8)

Já em relação à esfera da saúde, quando comparada à esfera política, anteriormente descrita, podemos observar que, enquanto o enunciador desta última discute o espaço de atuação da mulher e das relações de poder entre os sexos, o enunciador da primeira dá grande ênfase à manutenção da saúde para a população feminina. É a consciência viva de cada um dos enunciadores destas esferas – política e saúde – que evoca, em seus respectivos discursos, a temática da política. Uma vez que a palavra é interindividual, cada enunciador faz ressoar em seu discurso esta temática, mas conservando a autonomia da própria palavra enquanto ligação com sua própria esfera e como a vida por ela refletida e refratada.

[...]

Na nossa área, como cancerologista, também observamos que a maior incidência e mortalidade de câncer, é o câncer feminino, o genital e o das mamas. Ambos são responsáveis por 61,6% de todos os tipos de câncer na mulher brasileira, tendo o Norte com 70,4%, nosso Nordeste com 71,0% e o Centro-Oeste com 69,6%. Esta variação geográfica aponta para as áreas carentes de estrutura em saúde pública e a falta de **apoio político** pra reverterem estes dados tão alarmantes. [...]

**(T8) (Violência à saúde das mulheres, Diário de Pernambuco, 1996, p. A-2, Hélio Sena) (texto 33)**

A primeira dama dos EUA, Hillary Clinton, em recente pronunciamento sobre o aborto, citou o Brasil como um exemplo a ser evitado pela falta de uma **política** séria de planejamento familiar. Na realidade, em nosso País, segundo estimativas, todo ano são feitos mais de 1 milhão de abortos, a maioria clandestinos, com seqüelas dramáticas, aterradora mortalidade e à margem dos controles das autoridades sanitárias. [...]

**(T8) (Contexto do aborto, Diário do Nordeste, 1997, p. 2, Marcos F. da Frota) (texto 72)**

Podemos observar que ambos enunciadores de T8 (esfera da saúde) expressam, em seus acentos apreciativos, efeitos de sentido diferentes do enunciador da esfera política, anteriormente analisada (cf. p189). Enquanto ambos os

enunciadores, da esfera da saúde, acentuam a “falta” de compromisso, na saúde, por parte do poder público, evidenciada pelos altos índices de incidência de câncer, em mulheres de baixa renda, e a ausência de uma política de planejamento familiar, que vem ocasionando um alto índice de abortos clandestinos, o enunciador de T4 (esfera política) enfatiza a representatividade feminina no seu acesso ao poder político.

Mesmo cada um tratando de questões bem específicas de saúde da mulher – um trata do câncer e o outro sobre o aborto – o olhar que ambos têm, no quesito política, não leva em consideração a relação mulher e política. O fato de haver ou não mulheres ocupando cargos políticos e, dessa forma, atuando para melhorar o sistema de saúde pública voltado para a mulher, não é objeto de reflexão dos enunciadores.

Observa-se, assim, um descompasso entre a ação política de quem está no poder, no caso, as mulheres que, conforme evocado por T1, lograram alcançar o Congresso e a Câmara dos Deputados, e uma ação prática efetiva de promoção e prevenção que, partindo da classe política, pudesse beneficiar e modificar a situação dessas mulheres no sistema público de saúde.

Tais enunciadores de T4 (esfera jurídica) e T8 (esfera da saúde), enquanto vozes que enunciam no espaço público midiático e, ao fazê-lo, representam esferas sociais de atividade, parecem não levar em conta a unicidade, o todo de uma situação complexa e excludente da mulher. De seus pontos de vistas exotópicos, cada enunciador aborda a realidade que os cerca a partir de uma visão particular da esfera de onde enuncia, desconsiderando o todo da realidade na qual estão inseridos. Esta ausência de *excedente de visão*, no tratamento qualitativo dessa temática, parece corroborar com a inserção, desta temática, no vocabulário de rejeição, por ambos os

enunciadores (T4 e T8), com pesos negativos significativamente altos (-4,1) e (-2,27), respectivamente.

#### 6.2.3.4 Esfera Religiosa (T5)

Quanto à esfera religiosa (T5), podemos observar que a temática da política, no quesito referente à participação feminina na concorrência a cargos efetivos de acesso ao poder, é objeto de predileção dessa variável. O acento apreciativo do primeiro enunciador, no discurso abaixo, recai na “ação política” feminina como uma forma de combate. O enunciador, mesmo reconhecendo a presença da mulher no espaço da política, demonstra ter clareza que ela continua alvo da rejeição dos homens, detentores e mantenedores das relações inigualitárias de poder entre os sexos, atribuindo, à “mentalidade machista”, a responsabilidade de não abrir “espaço suficiente às mulheres”. Este enunciador, em seu agir situado e ativo, ao referir-se a “uma desconfiança com relação à mentalidade machista”, retoma o conceito de denegação da mulher, em sua atuação política, no espaço público, colocando esta palavra em ação e fazendo com que a palavra aja, torne-se portadora de novos sentidos ao estabelecer uma nova visão para as ações políticas das mulheres sem os entraves de uma “mentalidade machista” que, segundo o próprio enunciador, não se deterá diante da lei para manter a posição de inferioridade da mulher nas relações de poder.

[...]

Assistimos, hoje, no Brasil, a um novo combate liderado por mulheres já presentes e atuantes, com grande evidência, na **ação política**. Combate em favor do incremento e

incisividade dessa presença e ação femininas na **política**. O objetivo é, desta vez, criar condições para que aumente muito o número de **mulheres candidatas** a postos, tanto no Executivo como no Legislativo. Espera-se, deste modo, **aumentar** o número de eleitas. Se compreendi bem, a reivindicação é feita junto aos **partidos** para que, em virtude de um novo dispositivo da Lei Eleitoral, estes sejam obrigados a compor suas listas de **candidatos** com ao menos 20% de mulheres. Na raiz desta nova batalha feminina (ou feminista?) encontra-se uma desconfiança com relação à mentalidade machista que, se não constrangida pela Lei, não abrirá espaço suficiente às mulheres. [...]

**(T5) (Política: substantivo feminino, Diário de Pernambuco, 1996, p. A-2, Dom Lucas Moreira Neves) (texto 31)**

O enunciador acima enfatiza a entrada mais contundente da mulher, na vida política, através do acento apreciativo empregado nas palavras “incremento” e “incisividade”. Este acento também denota a relação desigual entre os sexos, existente no campo político, pois apesar da “presença” e da “ação” femininas, neste campo de poder, é necessário que a mulher continue demonstrando, cada vez mais, sua competência nos espaços ainda dominados pelos homens. Em relação a isso, autores como Seneau, (1991) e Grossi e Miguel, (2001), relatam que a predominância masculina, no campo da política, ainda ocorre por pelo menos duas razões: o fato de a maioria dos partidos políticos serem organizações oligárquicas e de uma visão masculina estereotipada que atribui à mulher a falta de interesse pela política. Já um segundo enunciador, de T5, enfatiza, em seu acento apreciativo conferido à palavra “governantes”, a ação marcante da mulher em espaços de poder antes controlados pelos homens.

A emancipação feminina é uma realidade a ser celebrada nessa semana da mulher. As mulheres vêm galgando posições nunca d’antes obtidas. Executivas, intelectuais, **governantes**. Vivemos o século das damas de ferro: Margaret Thatcher (ex-primeira ministra do Reino Unido da Grã-Bretanha); Benassir Butto (Primeira Ministra do Paquistão – um país muçulmano); Roseana Sarney, impartível governadora do Maranhão, entre tantas outras. [...]

**(T5-2) (A Dama de Deus, Correio da Paraíba, 1998, p. 2, João Pereira Gomes Filho) (texto 49)**

As mulheres, tomadas como exemplos pelo enunciador acima, e que são reconhecidas mundialmente e nacionalmente por suas fortes e decisivas atividades na política, recebem a denominação de “damas de ferro”, um acento apreciativo que qualifica a atuação dessas mulheres que exerceram importantes cargos políticos no mundo todo.

Este enunciador (T5-2), ao contrário do anterior (T5-1), projeta sobre os exemplos de grandes mulheres que atuaram na vida política, a força da mulher dentro deste campo. Para construir esta imagem, ele (T5-2) expõe de forma escalonada – do país mais desenvolvido ao menos desenvolvido – as referências às representantes do sexo feminino que se destacam ou se destacaram na política, ressaltando o dinamismo e o potencial da mulher em espaços de poder na sociedade atual. Observamos, assim, a construção de uma imagem de mulher cada vez mais atuante e participativa, corroborando com o que foi exposto pelo primeiro enunciador (T5-1). Língua e vida dialogam e novos sentidos são produzidos dentro de uma nova perspectiva para as relações de gênero e de poder. O que vem a evidenciar a predileção, desta esfera religiosa, a esta temática, evidenciada pelo peso positivo significativo apresentado (2,3) no gráfico V.

#### **6.2.3.5 Esfera dos Movimentos Sociais (T7)**

A esfera dos movimentos sociais (T7) aprofunda a relação entre a atuação da mulher, nos espaços políticos, e seu papel de protagonista para o processo de mudanças operadas em um nível global e não mais localizado em espaços específicos

como nações ou regionalmente. A mulher passa a ter, segundo este enunciador de T7, uma representatividade de força política que a coloca como o motor de uma nova “regeneração política”:

[...]

As mulheres de todo o mundo, que estiveram na China em setembro passado, sabiam que a gestão planetária é uma exigência de nosso tempo, e que sair da invisibilidade, assumindo papel protagônico nessa gestão, é condição **sine qua non** de **sobrevivência política**; é necessária para garantir que a democracia inspire como ideal e como prática a convivência mundial e é promissor porque na contribuição das mulheres está guardado um potencial imenso de **regeneração da política**. As redes mundiais de organizações de mulheres vêm anunciando no plenário da ONU a obviedade que é ao mesmo tempo uma das mais revolucionárias descobertas deste século, a de que o mundo é feito de dois sexos e não apenas de um. Nas conferências mundiais, a presença das mulheres como **fato político** de envergadura global muda a face do século que a conferência de Beijing fechou com chave de ouro. A todos nós, homens e mulheres, se oferece a chance histórica, única, de construirmos ao longo do nosso ciclo vital uma democracia que mereça esse nome porque capaz de representar os interesses das mulheres. A herança de Beijing já seria incomensurável se impregnasse o mundo com essa definição de democracia, em que os direitos de cidadania para as mulheres são sinais vitais. Acredito seja esse um dos grandes desafios do próximo milênio: o amadurecimento de sociedades em que dois sexos diferentes herdeiros de histórias e outras culturas diferentes, mas iguais em direitos e deveres, venham enfim a pensar o mundo e agir sobre ele em igualdade de condições. [...]

**(T7) (O século 21 começou em Beijing, Diário de Pernambuco, 1996, p. A-2, Rosiska Darcy de Oliveira) (texto 32)**

Atuando cada vez mais e revelando-se protagonista em escala mundial, a mulher e sua ação marcante nos cenários dos encontros internacionais são denominadas pelo enunciador de “fato político”, pois fazer política não se resume, em seu discurso, à ocupação de um cargo e o exercício de um mandato alcançado pela disputa eleitoral. Ao mesmo tempo, o enunciador evoca à memória a diferença dos sexos, não mais como ponto de cisão entre homem e mulher, mas como a tomada de consciência de que os “dois sexos” pertencem ao mesmo mundo. Aqui a unicidade do ato se torna contundente quando o enunciador evoca os diferentes – homem e mulher – como responsáveis por uma mudança de paradigma. O enunciador evoca o que não é repetível, o homem em uma posição superior e a mulher lutando para chegar a esta

posição, e sim o irrepetível da mudança que observamos na enunciação: “A todos nós, homens e mulheres, se oferece a chance histórica, única, de construirmos ao longo do nosso ciclo vital uma democracia que mereça esse nome porque capaz de representar os interesses das mulheres”. Observa-se que este enunciador conclama a construção de uma nova realidade possível para as mulheres com a união de ambos os sexos. O acento apreciativo deste enunciador recai sobre “ciclo vital”, ou seja, a vida como finita, mas com a “chance histórica, única” de uma mudança de paradigmas alcançada pelas mulheres não mais no plano local ou nacional, mas em um contexto mais amplo e significativo.

A tomada de uma posição responsável, diante dos problemas do mundo e não pura e simplesmente dos problemas das mulheres, redireciona as questões, desse enunciador, para um panorama mais amplo de ações e atuações das mulheres e também dos homens na condução da vida humana. O enunciador de T7, ao colocar o acento apreciativo sobre a expressão “condição sine qua non” – a atuação da mulher na gestão do mundo – destaca esta nova postura como agente de importantes mudanças, no quadro da política, em geral, e de promoção da renovação desta política para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A imagem evocada pelo enunciador de T7 é a de uma mulher como sujeito situado na política. Partindo do que há em potência para a produção de atos, esta mulher produz atos concretos, através de um processo mediador entre ela e o homem que redefine seu novo agir na política. Assim, o enunciador produz atos de linguagem que são um dialogar ininterrupto do sujeito humano com o mundo concreto e suas peculiaridades. O diálogo é infindo e se renova a cada vez com os novos atos que

geram outros novos atos, ou melhor, a vida se constitui em atos situados no concreto e em tempo e espaço determinados.

### 6.2.3.6 Esfera Jornalística (T2)

A esfera jornalística (T2) também privilegia a temática política, assim como ocorreu em T5 (esfera religiosa) e em T7 (esfera dos movimentos sociais). O enunciador de T2 traz, para seu discurso, a voz do outro, ou seja, o da pesquisa do Instituto Vox Populi e o da antropóloga Ruth Pereira. Estas fontes de dados, evocadas no discurso de T2, entram em relação dialógica com o enunciador: trata-se de vozes sociais que circulam e evocam sentidos; sentidos estes presentes na pergunta da pesquisa: “Você votaria numa mulher para prefeito de sua cidade? Governador de estado? Presidente da Republica?”, referindo-se à mulher concorrendo a cargos políticos; e na afirmação da antropóloga: “O que temos de melhor a oferecer ao mundo é a nossa sinceridade de princípios. Não devemos ceder à pior forma de se fazer política, que é a da barganha, característica do universo masculino”. Nas palavras de Bakhtin, não se diz nada pela primeira vez, estamos sempre voltando às palavras do outro e construindo novos sentidos com a ajuda destas palavras alheias.

[...]

Se não somos iguais, há o que se comemorar neste Dia Internacional da Mulher, que acontece amanhã, 8 de março? Pesquisa do Instituto Vox Populi, de janeiro de 2000, mostra que as mulheres vencem, aos poucos, alguns preconceitos, como os das **urnas**, por exemplo.

À pergunta “Você votaria numa mulher para prefeito de sua cidade? Governador de estado? Presidente da Republica?”, quase 80% de 2.000 entrevistados disseram sim.



Na mesma pesquisa, o Vox apurou que as mulheres são consideradas pela maioria da população mais honestas, mais confiáveis, mais competentes, responsáveis.

O que falta, então, para que elas assumam posições mais importantes ou **disputem**, em maior número, **cargos eletivos**? As respostas variam, mas há quem defenda, no público feminino, a honestidade e a retidão de caráter das mulheres como fatores impeditivos para o **sucesso político**.

Faz sentido. As mulheres não sabem **praticar a política rasteira**. “O que temos de melhor a oferecer ao mundo é a nossa sinceridade de princípios. Não devemos ceder à pior forma de se fazer **política**, que é a da barganha, característica do universo masculino”, diz a antropóloga e presidente da Fundação Palmares, Ruth Pereira.

Por essas e outras, o Brasil aparece em último lugar, atrás dos africanos, no que diz respeito à participação feminina nos **parlamentos**. São 28 num total de 513 deputados federais, por exemplo. O Brasil perde para Angola, São Tomé e Príncipe.

[...]

**(T2) (Sem Falsa Modéstia, O Norte, 2000, p. A6, Mirian Guaraciaba) (texto 64)**

A mulher enfrenta diversos preconceitos e, entre eles, o enunciador de T2 aborda o existente nas “urnas”, pois mesmo tendo conquistado o direito de votar e de ser votada, seu acesso aos “cargos eletivos” se dá de forma reduzida. O enunciador atribui esta dificuldade às características morais das mulheres: honestidade, confiabilidade, competência e responsabilidade. Neste discurso se deixa transparecer a política como um espaço da falta de moral e da ética daqueles que fazem parte deste espaço, ou seja, não é um espaço para a mulher. O “sucesso político” das mulheres estaria comprometido pela sua retidão e caráter. Ainda assim, seria a mulher que possibilitaria a renovação e a mudança na política, descaracterizada por uma elite masculina em seus valores morais e éticos. O homem praticaria a “política rasteira”, a política daqueles voltados para si mesmos e na qual impera a “barganha”. A mulher seria seu oposto. Para este enunciador a mulher é a responsável pela mudança de uma política desonesta para uma política honesta e justa.

Para consolidar seu ponto de vista, acerca do papel da mulher na política brasileira, o enunciador compara o Brasil com países subdesenvolvidos do continente africano, mas que, não obstante, apresentam um melhor desempenho que o Brasil em

relação à participação da mulher na política. A reflexão promovida, por este enunciador, em seu discurso, acerca desta temática, retoma a imagem de uma mulher cujas qualidades morais e éticas comprometeriam sua atuação política. Parece-nos, pois, que ainda permanece a mentalidade, referida por Toscano (1982), de que a política é um ambiente caracterizado pela falta de caráter, fato que inviabilizaria a participação da mulher neste campo de atuação. O discurso produzido, por este enunciador, evoca a idéia da diferença entre os sexos como oposições que caracterizariam as relações de gênero. Segundo Sung e Silva (1995; p.74), “a política moderna pretende ser amoral, ou seja, reger-se por critérios objetivos de decisão, e não por valores. Ela visa meios, e não fins”. O homem, sexo masculino, corrompeu esta política com valores negativos e seu oposto, a mulher, sexo feminino, tem os valores positivos para restaurar a política. Não são os opostos que caracterizam o gênero e, conseqüentemente, a identidade, mas sim as diferenças. A identidade feminina fica assim condicionada a ser o oposto da parte masculina na sociedade. Apresentando um vocabulário de predileção, com peso significativamente alto (3,45), em relação à inserção dessa temática no vocabulário preferencial, essa variável enfatiza a construção de identidade da mulher, no campo da política, baseada na oposição masculino e feminino.

#### **6.2.3.7 Esfera do Senso Comum (T6)**

Passemos agora para a esfera do senso comum (T6), a qual também insere a temática da mulher na política no vocabulário preferencial, objeto de predileção dos enunciadores, com peso positivo de (3,62,). Nessa esfera a mulher é retratada como

não tendo o respaldo necessário para ser “candidata” ao mais alto cargo de poder no país: “Presidente da República”. Este enunciador expressa, em seu discurso, as limitações encontradas pelas mulheres no campo da política, principalmente quando a função a ser exercida destaca-se pelo grande poder conferido a quem exerce o cargo. Na política, os direitos alcançados pelas mulheres afetam a ordem masculina já estabelecida.

[...]

Ainda está longe a ocasião em que uma **candidata** a Presidente da República tenha chance de **ganhar a eleição** – quiçá, talvez, de apresentar **candidatura**. De **prefeita**, de **governadora** de Estado, ainda vá lá. E assim mesmo todas as que chegam ao **cargo**, são postas sob suspeita de **Governar** à sombra do marido, do namorado, do conselheiro especial. Já imaginaram – se o presidente Itamar fosse a Presidente Itamar – o que se diria do grupo de Juiz de Fora que o assessora com tanta fidelidade e exclusividade?

Nos **projetos políticos**, em que se trata da forma de Governo, só se alude ao “Presidente” – jamais a uma Presidenta. A palavra parece até meio grotesca.

Já num regime de gabinete, as possibilidades para nós são outras. **Deputadas**, **senadoras**, já as temos de ótima qualidade – e cada dia aumentam mais. E vão firmando liderança dentro da sua Câmara, vão suscitando respeito – graças ao talento, à fidelidade ideológica, ao excelente comportamento parlamentar; e (qualidades que só são atribuídas aos homens) à pertinácia, à combatividade, e à audácia das suas posições. [...]

**(T6) (As mulheres e o poder, Diário de Pernambuco, 1993, p. A-7, Rachel de Queiroz) (texto 24)**

A idéia de uma mulher “governar” ainda causa impacto devido ao preconceito e postura machista remanescentes na sociedade. Isto é evidenciado quando o enunciador refere-se às mulheres que atuam em cargos políticos estarem “à sombra do marido, do namorado, do conselheiro especial”; isso mais uma vez reforça a postura machista da sociedade em relação à mulher no espaço público.

Para se contrapor a mentalidade machista que exclui a mulher da atuação política, o enunciador busca exaltar as características morais e éticas atribuídas às

mulheres neste campo. Estas características tornam as mulheres tão capazes quanto os homens na atuação de cargos de poder.

Ao demonstrar o quanto as mulheres são competentes no exercício de seus mandatos, projeta-se também, por meio de contrastes, uma visão de como é a atuação do homem na política. Verificamos estes contrastes no respeito e nas qualidades atribuídos às mulheres. As qualidades remetem às diferenças – ação e emoção – as quais tradicionalmente caracterizam a separação entre homens e mulheres: “pertinácia”, “combatividade”, “audácia das suas posições”. O próprio enunciador classifica estas qualidades de “atribuídas aos homens”, o que evidencia a distinção dos sexos pelas formas tradicionais e mantenedoras das posições hierárquicas específicas para cada sexo.

Os acentos apreciativos, desse enunciador de T6, recaem sobre expressões como “ainda vá lá”, “já imaginaram”, que dão um tom de maior proximidade e intimidade entre leitor e escritor, tornando a leitura quase uma conversa informal. O diálogo que se estabelece, neste discurso, com o interlocutor, por meio da enunciação em primeira pessoa do plural: “Já num regime de gabinete, as possibilidades para nós são outras”, quebra a formalidade de uma discussão intelectualizada, sem, no entanto, deixar de aprofundar questões importantes sobre a relação mulher e política.

Mas outro diálogo ocorre: o diálogo entre os discursos de T2 e T6 em suas temáticas e como ambos discutem esta temática.

A relação dialógica entre eles se dá no confronto das idéias, ao colocarem em oposição características masculinas e femininas que refletem a ação da tomada de poder das mulheres no quadro da política nacional e como estas características são marcantes neste ambiente de poder. Esses discursos, ao discutirem a participação da

mulher em processos decisórios, como a política – onde outrora era marginalizada – mostram a palavra em sua função ativa e constitutivamente dialógica, em contínuo processo de renovação, construindo novos e irrepetíveis atos, na sociedade na qual circula.

As diferenças marcam e caracterizam as relações entre homens e mulheres, sejam estas relações no nível privado ou público. Nestes discursos o mundo público da política é marcado pela falta de moral e de ética por parte dos homens que atuam neste espaço de poder. As mulheres representam, para estes enunciadores que privilegiam a temática da política, a diferença e uma nova postura ética diante deste espaço conturbado e também revelam grande força para uma mudança de paradigma no quesito moral.

As diferenças de caráter constroem uma identidade, para a mulher, no espaço da política. Esta construção relaciona a mulher com o que há de positivo e bom para a sociedade e coloca a mulher em oposição ao homem, este sim sendo ruim. Ao serem estabelecidas estas posições antagônicas e binárias, como bem as classifica Jacques Derrida (apud SILVA, 2000), observa-se que as mesmas evocam relações de poder em processo de mudança e de privilégios para o sexo feminino, mas estes privilégios não são representativos da fragmentação de uma ordem masculina equivocada do papel da mulher na sociedade. Pois, como pudemos observar nos discursos acima, a mulher encontra-se numa situação desigual quando comparada com a do homem em termos de ocupação de cargos. Diferenças não se devem ser entendidas como oposição, mas como a instauração de uma nova maneira de ver o homem e a mulher nas suas complexas relações sociais dentro de diferentes espaços sociais de atuação.

A seguir apresentamos uma síntese dos resultados observados em relação a cada uma das esferas de atividade.

1- Esferas que apresentam vocabulário diferencial, ou seja, rejeitam a temática da política:

1.1 Esfera jurídica (T4):

a) Expressa, em seus acentos apreciativos, otimismo em relação aos avanços conquistados pelas mulheres.

b) Revela grande disparidade entre homens e mulheres na ocupação de cargos políticos;

c) Dá pouca ênfase à participação da mulher na política;

d) Reconhece que a ocupação dos espaços de poder ainda constitui-se em um ponto frágil do processo de mudanças sociais pretendidas pelas mulheres;

e) Enuncia o repetível, o ato atividade de uma parcela da sociedade ainda sem força de poder no campo político.

1.2 Esfera da saúde (T8):

a) Enfatiza a promoção e a prevenção da saúde para a população feminina;

b) Acentua a questão da falta de compromisso por parte dos poderes públicos;

c) Estabelece um embate ideológico com a esfera da política;

d) Não leva em consideração a importância da atuação da mulher no campo da política;

2- Nas esferas que apresentam vocabulário preferencial, ou seja, privilegiam a temática da política:

2.1 Esfera religiosa (T5):

a) Reconhece a participação feminina na concorrência a cargos efetivos de acesso ao poder;

- b) Acentua a ação política da mulher como uma forma de luta;
- c) Demonstra ter clareza que a mulher continua alvo da rejeição dos homens;
- d) Denota a relação desigual entre os sexos;
- e) Reconhece a ação marcante da mulher nos espaços de poder político;

#### 2.2 Esfera dos movimentos sociais (T7):

- a) Enfatiza a atuação da mulher nos espaços políticos;
- b) Considera o papel da mulher como protagonista do processo de mudanças;
- g) Destaca a nova postura da mulher, na política, como agente de importantes mudanças para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária;
- i) Estabelece um diálogo ininterrupto com o mundo concreto e suas peculiaridades.

#### 2.3 Esfera jornalística (T2):

- a) Considera o preconceito nas urnas quando da eleição de mulheres;
- b) Avalia a política como um espaço pautado pela falta de moral e de ética;
- c) Aposta na mulher como esperança de renovação e mudança na política;
- d) Imagem de uma mulher cujas qualidades morais e éticas promoveriam mudanças na política;
- e) Destaca a diferença entre os sexos como oposição: a identidade feminina fica condicionada a ser o oposto da parte masculina da sociedade.

#### 2.4 Esfera do senso comum (T6):

- a) Reconhece as limitações encontradas pelas mulheres no campo da política;
- b) Avalia que o preconceito e a postura machista remanescentes, na sociedade, impedem a completa ascensão da mulher na política;
- c) Estabelece contrastes de oposições entre mulheres e homens no quesito ética.

As vozes que se escutam, nas páginas dos jornais, revelam grande heterogeneidade em suas produções discursivas, corroborando assim, para evidenciar os valores quantitativos apresentados no gráfico de lematização sobre esta temática.

O jornal, ao dar espaço para que as esferas de atividade se pronunciem, atua como agente de produção de sentido e de formação de opinião dentro de sua ação de responsabilidade e participatividade na construção de uma imagem de mulher que torna-se cada vez mais ativa e com participação decisória nos espaços de poder.

A identidade feminina é caracterizada pela oposição à masculina no aspecto moral do exercício da política. Esta oposição corrobora para a manutenção da idéia de política como território não apropriado para a mulher, uma vez que sua conduta ética não é adequada para este espaço. A mulher seria ainda vista como a esposa, a mãe e a dona-de-casa cujos valores morais de zelo, cuidado, dedicação, honra etc., não são compatíveis com a falta de valores na política.



### **6.3 Ato Ético Liberdade**

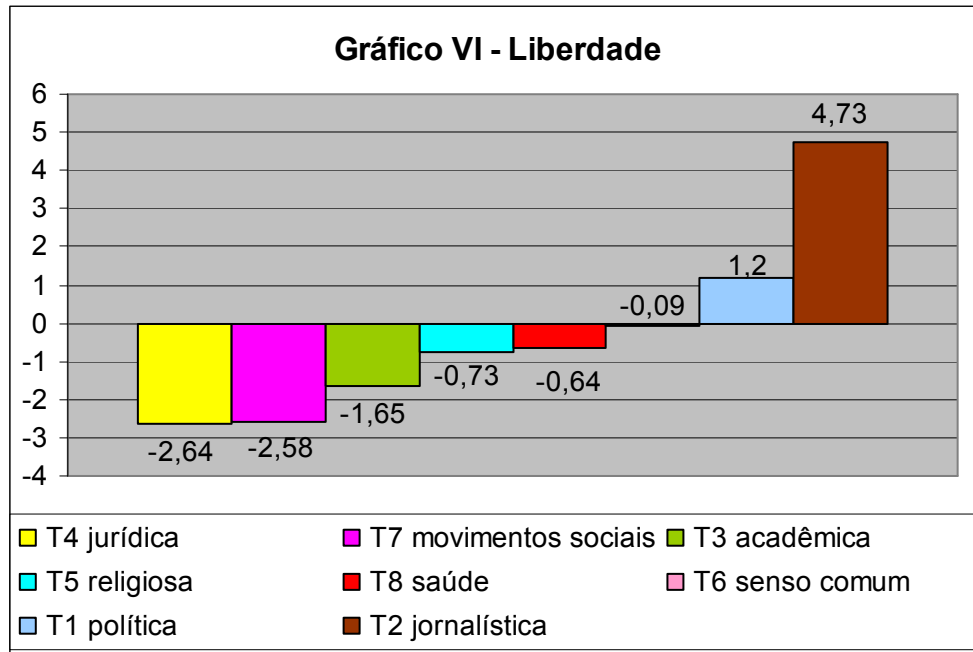
Agir de forma ética não está desvinculado da liberdade e, conseqüentemente, da responsabilidade advinda da(s) escolha(s) feita(s) pelo indivíduo. A liberdade, aqui, é entendida como: (1) autodeterminação ou auto-causalidade, isto é, ausência de condições e de limites; (2) necessidade atribuída à totalidade a que o homem pertence; (3) possibilidade ou escolha. Neste caso ela é limitada e condicionada, isto é, finita (ABBAGNANO, 2007).

Estes três significados, para a liberdade, não devem ser tomados como diferentes formas que ela assume em várias esferas sociais, como por exemplo, na política, na economia ou nas artes, etc. A liberdade deve ser compreendida no conjunto desses pressupostos – de medida, de condições e de limites –, cujo emprego vai depender da esfera social em que tais pressupostos são aplicados (ABBAGNANO, 2007).

#### **6.3.1 Liberdade: a mulher busca sua expressividade**

Nesse capítulo iremos analisar o ato ético liberdade em relação aos discursos produzidos pelas diversas esferas de atividade que se fazem representar na mídia jornalística, em relação ao tema mulher e liberdade, à luz dos conceitos bakhtinianos: ato ético (1993), acento apreciativo (2006; 2000), dialogismo (2000; 20005). Também utilizaremos diversos teóricos que tratam das relações de gênero, como Hirata (2002),

Groppi (1995) e Rocha-Coutinho (1994). Em relação à identidade, utilizaremos Hall, Silva e Woodward (2000).



O gráfico VI acima, que descreve a temática do Ato Ético Liberdade ilustra a heterogeneidade dos pesos das variáveis em questão. Pode-se observar que o vocabulário objeto de rejeição e descarte (diferencial), por parte dos enunciadores, é atribuído às variáveis esfera jurídica (-2,64) e movimentos sociais (-2,58), enquanto que o vocabulário de predileção (preferencial) é atribuído a uma única variável, a esfera jornalística (+4,73). Já em relação ao vocabulário básico, de uso comum, pode-se observar que ele é acentuadamente de tendência negativa, dando assim, suporte para o vocabulário diferencial. Estão situadas nesse tipo de vocabulário as variáveis T3 (esfera acadêmica), com peso (-1,65); T5 (esfera religiosa) com peso (-0,73); T8 (esfera da saúde) com peso (-0,64) e T6 (esfera do senso comum) com peso de (-0,09). A

esfera da política encontra-se no vocabulário básico de tendência positiva com peso de (1,2), o qual dá suporte ao vocabulário preferencial.

Como exemplos de vocabulário, que a esfera jurídica e a esfera dos movimentos sociais utilizam em seus discursos, podemos citar: *liberdade, dona de seu corpo, adquiriu, expressar-se*. Já para a esfera jornalística temos: *afirmação, independência, liberdade sexual, autonomia, evolui, liberta*.

### **6.3.1.1 Esfera Jurídica (T4)**

Como sugerido por Bakhtin (1993), os discursos são atos humanos e conseqüentemente uma ação concreta, intencional e praticada por sujeitos situados. Eles expressam visões da sociedade. A cada sujeito deixa transparecer suas intenções as quais são índices avaliativos daquilo que enuncia. O enunciador de T4 aborda a temática do Ato Ético Liberdade em um contexto de lutas e conquistas obtidas pela mulher, mesmo persistindo, em muitos lugares do planeta, a sua exclusão social e subordinação ao homem. Ele procura dar uma visão geral de todas as realizações promovidas pela mulher, referindo-se ao campo da “política” com direito à participação efetiva, da educação, com “direito de estudar”; da cidadania com o “direito à cultura”; da vida sexual, com direito ao “sexo prazeroso”. Dessa forma, ele salienta a luta feminina pela ampliação de espaços. É dada visibilidade, no discurso de T4, ao produto (emancipação da mulher) sem haver avaliação do processo, de como as conquistas ocorreram para garantir a liberdade alcançada pelas mulheres. O que se pode

observar, nestas enunciações, é o repetível de uma realidade universal, um enunciador com uma visão exotópica de mero observador que informa e mostra os fatos:

Diz-se que uma das revoluções mais importantes do século XX foi a empreendida pela mulher, sua luta pela **liberdade**, igualdade, pela cidadania, assim entendido o direito ao trabalho, de **expressar-se** em todos os sentidos, de participar ativamente da política, direito de estudar, direito à cultura, ao descanso, ao **sexo prazeroso** etc... como parte do processo de construção de um mundo sem dominadores e dominados, um mundo compartilhado por homens e mulheres sob o lema “eu e você”.

A emancipação da mulher no campo político como no social não é algo que teria-se dado como um processo natural da história, sem a influência das mulheres. Pelo contrário, a história mostra que só se obtiveram essas vitórias nos lugares onde as mulheres foram protagonistas de uma brava luta em direção à essas conquistas. Tanto é assim que, em muitos lugares do planeta, as mulheres ainda vivem ocultadas no lar e, mesmo quando saem às ruas, o fazem com seus corpos totalmente encobertos, não têm vontade e muito menos **liberdade**.

[...]

(T4) (A causa da mulher, *Jornal do Commercio*, 1999, p.3, Raquel Soffé) (texto 11)

A “liberdade” é parte de uma reflexão maior e mais abrangente de um todo do universo de mudança alcançado pela mulher. O enunciador enfatiza um conjunto de pontos importantes – política, educação, lazer, sexualidade etc. – como mudanças construídas pelas mulheres no seu caminhar para um momento de maior equilíbrio no campo profissional, na vida afetiva e na conscientização de seu papel social. Entre eles há, como aludido anteriormente, a menção à livre expressão e uma vida ativa com “sexo prazeroso”.

A referência à liberdade conquistada e sendo usufruída pelas mulheres tem pouca representatividade no todo do discurso da esfera jurídica, pois o acento apreciativo deste enunciador ressalta apenas contrastes, no mundo todo, entre aquilo que a mulher já conquistou e o que ainda não foi possível alcançar. Este ato atividade (Bakhtin, 1993) – o repetível e o constante – não é um modo do agir passivo no mundo, pois como já aludimos acima, o sujeito reflete e refrata a realidade que o cerca em seu

discurso. Este enunciador de T4 deteve-se, em sua enunciação, a questões que não têm uma reflexão mais profunda, mesmo mencionando um assunto envolto em tabus como a sexualidade feminina, o que leva-nos a sugerir que a rejeição pela temática liberdade esteja relacionada à pouca relevância do tema por parte deste enunciador da esfera jurídica, uma vez que seu discurso remete para esta questão como quase equalizada.

De forma semelhante se expressa o próximo enunciador de T4, do qual apresentamos o recorte discursivo abaixo. Ele destaca a “independência da mulher” e faz isso empregando o discurso do *outro* – William Durant – para reforçar seu ponto de vista:

[...] Há cerca de trinta anos, li um livro de autor americano, salvo engano William Durant, em “Filosofia da Vida”, em que ele diz que, no setor social, nenhum acontecimento, no período dos primeiros cinquenta anos deste nosso século, teve tanta importância e repercussão, quanto o da **independência da mulher!**  
 [...] Atualmente, ainda existem muitas restrições à mulher, mas a mulher **adquiriu** sua **liberdade**, inclusive como **dona de seu corpo**, e está se impondo em todos os campos da atividade humana, trabalhando em qualquer lugar e disputando com o homem o sucesso da vida, com brilho e eficácia. Até futebol já está jogando... [...]  
**(T4) (O Dia da Mulher, Diário do Nordeste, 1999, p.2, Luís Crus de Vasconcelos (texto 76))**

E, novamente, como fez o primeiro enunciador de T4, este enunciador demonstra que as conquistas da mulher ainda não estão completas, pois ela tem a “liberdade”, ou melhor, “adquiriu” esta condição e a vem desempenhando com importantes funções em outros setores do desenvolvimento humano. Podemos observar, no emprego do verbo “adquiriu”, um acento apreciativo que denota um sentido vago de liberdade, já que como ação, a liberdade envolve a compreensão de uma necessidade humana com base no seu caráter histórico-social (VÁZQUEZ, 2006). Também corrobora a menção à mulher como “dona de seu corpo”, refletindo uma

mudança na postura conservadora, no que diz respeito à questão da sexualidade feminina. O acento apreciativo que denota esta posição axiológica recai neste mesmo sintagma o qual é enfatizado com o uso do advérbio “inclusive”. O sintagma “dona de seu corpo” evoca sentidos de uma liberdade infinita, o que, segundo Vázquez (2006), significa decidir e operar como se quer em uma autodeterminação pura na qual tudo é possível. Isto já não foi observado no primeiro enunciador cujo acento apreciativo recaiu justamente na referência ao *sexo prazeroso* feminino.

Mesmo existindo diferenças quanto aos juízos de valor expressos nos acentos apreciativos dos dois enunciadores de T4 ao enunciarem-se em relação a questões envolvendo a mulher e a liberdade, ambos os enunciadores rejeitam a temática do ato ético liberdade, na medida em que esta temática é expressa através de um ponto de vista que generaliza a liberdade entre outros temas relacionados à mulher. Para Vázquez (2006), a liberdade traz consigo poder para quem a usufrui, domínio sobre a natureza externa do mundo e sobre a própria natureza interna do ser humano. Ao interpretar estes dois mundos ocorre uma transformação com base na interpretação, ou seja, o evento único e irrepitível da ação ética transformadora. Nesta esfera de atividade trata-se da reincidência do repetível, daqueles elementos que são comuns e constantes na forma composicional desses discursos. A relação desses enunciadores, estabelecida com a vida e, conseqüentemente, as suas tomadas de posição diante da responsabilidade de um ato que expressa um ponto de vista responsável pela informação e formação da opinião pública, refletem as posições exotópicas adotadas por eles, nas quais se reproduz um mundo quase que invariável. Não observou-se o início de uma mudança significativa no trato desta questão nos discursos acima analisados. O ato continua em potência, um vir a ser protagonizado pela mediação da

ação humana, corroborando, assim, com os baixos pesos observados, em T4, em relação ao valor atribuído a esta temática.

### 6.3.1.2 Esfera Jornalística (T2)

A rejeição a esta temática não ocorre na esfera jornalística (T2), já que a temática da liberdade é apontada nesta esfera como objeto de predileção, como pode-se observar no gráfico apresentado acima cujo peso para esta temática é de (4,73). Os recortes discursivos selecionados para a nossa análise inserem-se em dois contextos enunciativos da esfera jornalística: a sexualidade e o trabalho. Em relação ao recorte discursivo do primeiro enunciador desta esfera (T2), a vivência da sexualidade, pela mulher, representa uma grande realização em termos de liberdade, uma vez que não há esta liberdade em todas as partes do mundo. As conquistas ainda não são unanimidades.

[...] A mudança no papel social da mulher, de maior repercussão nos últimos 100 anos, diz respeito ao seu comportamento sexual. Primeiro, nos anos 60, com a massificação do consumo de contraceptivos, **descobrimo a liberdade sexual**; depois, pela **afirmação** de sua **independência** na escolha dos parceiros.

Essas conquistas, porém, só alcançam uma parte da sociedade mundial. Em muitos lugares, a mulher ainda padece a inconcebível condição de inferioridade. Seu resgate é a finalidade deste dia comemorativo.

**(T2) (Mérito reconhecido, Diário do Nordeste, 2000, p.2) (texto 77)**

Observa-se no acento apreciativo desse enunciador, ao referir-se às *descobertas* femininas, que não se trata pura e simplesmente de uma liberdade que aconteceu e se tornou parte da realidade da mulher na contemporaneidade. Há todo um percurso

histórico, marcado por fatos desencadeadores, das mulheres “descobrimo” uma parte importante de suas vidas antes negada. O enunciador de T2 evidencia que a mulher descobre sua sexualidade e passa a afirmá-la por meio da ação de “escolha dos parceiros”. E esta escolha lhe é proporcionada pela “independência” adquirida no direito de exercer sua própria liberdade. O enunciador evoca, em seu discurso, a imagem de uma mulher que se afirma por meio de suas escolhas pessoais no espaço privado, reafirmando, assim, a libertação feminina. Como bem coloca Vázquez (2006), todo ser humano é livre em suas decisões e ações sem que estas deixem de ter uma causa, pois o grau de liberdade encontra-se determinado histórica e socialmente numa sociedade determinada. Este determinismo, referido pelo autor, encontra-se nas formas de comportamento e nas possibilidades de ação possíveis dentro da sociedade.

Já o segundo recorte discursivo selecionado para T2 sugere um enunciador que não vê a libertação feminina com “bons olhos” e cujo acento apreciativo recai na denegação da pretensa liberdade feminina de ocupação de determinados espaços, como o cinema e a televisão. O enunciador caracteriza tais espaços pelo poder de controle da “vontade feminina” que exercem. A “autonomia” e a “liberdade” feminina estão, para ele, submetidas a um mecanismo de controle social que se fortalece devido ao fato de as mulheres deixarem-se iludir pelos espaços do cinema e da televisão. Ao contrário do enunciador anterior de T2, este enfatiza em seu discurso um ponto de vista bem particular do universo social, isto é, um determinismo que não dá margem nem grau de liberdade à mulher, uma vez que se a liberdade está determinada por causas externas, a mulher não teria poder de decisão, apenas de agir de acordo com a causalidade (cinema, televisão) e, conseqüentemente, a libertação e a liberdade femininas seriam condicionadas sem o agir situado da mulher no mundo.



[...] Mesmo nas áreas em que tudo sugere **autonomia e liberdade** por parte da mulher, como é o caso do cinema e da televisão, não há como deixar de perceber a presença de uma poderosa máquina trituradora da vontade feminina.

Aí, sim, as engrenagens funcionam exercendo um enorme poder de pressão sobre o trabalho da mulher. Ela não passa de um delicado brinquedo, quase um mecanismo de relojoaria, que é preciso dar corda, fazê-lo funcionar direitinho. Ou então movê-lo à distância, por controle remoto, como se faz com qualquer engenho eletrônico.

Essa formidável indústria, que movimentava bilhões de dólares por ano – quem sabe, por minuto – no entanto, só funciona com a cumplicidade de certas mulheres, que se submetem a esse gênero de exploração, vendendo e alugando o próprio corpo, num leilão de escravas quase idêntico àqueles patrocinados pelos romanos a vender em feiras livres gregas e troianas do seu tempo.

A guerra não é só das mulheres, nem busca apenas a sua **libertação**. A guerra é da humanidade inteira, pela conquista da dignidade plena e sem discriminação.

**(T2) (Mulheres de guerra, Correio da Paraíba, 1999, p.2, Luiz Augusto Crispim) (texto 52)**

O acento apreciativo deste enunciador recai no alerta à utilização exagerada da mulher, na mídia, como objeto de sedução. Isto é evidenciado quando ele alude à mulher “vendendo e alugando o próprio corpo”. Este acento apreciativo remete aos estereótipos femininos fabricados pelo cinema hollywoodiano o qual projetava a imagem da mulher-objeto, uma mercadoria negociável. Ao exagerar na força destrutiva que o cinema e a televisão podem exercer, em relação à mulher, como veículos de comunicação, este enunciador corrobora para a evocação da liberdade como uma experiência condicionada pelo determinismo. Através desta visão de liberdade, o enunciador acima referido (T2) instaura um diálogo com esta mulher, com a vida e o mundo nos quais ela se insere. E, assim fazendo, os enunciadores instauram um ato de construção de uma falsa liberdade, um engodo que privilegia apenas as instituições masculinas e toda uma tradição histórica de uso da mulher como objeto.

Ao enfatizar, na palavra “guerra”, o acento apreciativo que evoca a luta da mulher para a temática tratada, o enunciador de T2 atribui à palavra “libertação” uma força enunciativa que se evidencia na enunciação de que “a guerra não é só das

mulheres”, no que condiz com a imagem da mulher enquanto fenômeno de massa da mídia, segundo o próprio enunciador de T2. Podemos até dizer que há um exagero neste discurso de T2 evidenciado pelo *tom* enfático em “vendendo e alugando o próprio corpo” e “leilão de escravas”, expressões que utiliza para criticar a mídia e o uso do corpo da mulher, como também o apelo que faz ao convocar a “humanidade inteira” a lutar pela liberdade da mulher. E assim procedendo, coloca a descoberto uma visão existente na sociedade no que diz respeito à mulher na mídia, a de que ela é um objeto, quando nos referimos aos avanços e mudanças nos espaços conquistados por ela. A liberdade, buscada pela mulher, em nossa sociedade, parece ser marcada, neste discurso de T2, como já aludimos anteriormente, pelo determinismo, pela causalidade do mundo midiático que a projeta como ser-objeto.

Ter direito à liberdade foi durante muito tempo negado à mulher e isto marcava uma diferença entre os sexos, entre tantas outras existentes nos diversos espaços sociais. Os discursos acima analisados sempre evocam que a mulher adquire, conquista, luta por sua liberdade e emancipação. Como bem apontam Silva, Woodward e Hall (2000), as diferenças marcam a construção da identidade dos grupos sociais, étnicos, culturais, religiosos etc., e é também esta identidade um processo fragmentado. Ao conseguir esta liberdade, a mulher continua a enfrentar desafios em sua vida, este evento único, finito, transitório e irrepitível que Bakhtin nos fala e que os enunciadores procuraram evidenciar em seus discursos.

Para finalizar este capítulo, apresentamos a seguir uma síntese dos resultados observados em relação a cada uma das esferas de atividade.

1- Esferas que apresentam vocabulário diferencial, ou seja, rejeitam a temática da liberdade:

### 1.1 Esfera Jurídica (T4)

- a) Contextualiza em seus discursos as lutas e conquistas obtidas pela mulher;
- b) Refere-se à existência de exclusão social e subordinação da mulher;
- c) Generaliza as realizações promovidas pelo sexo feminino;
- d) Evoca a liberdade como conquistada e sendo usufruída pelas mulheres;
- e) Não aprofunda questões que envolvem a liberdade feminina;
- f) Aborda a liberdade de uma maneira generalizante;
- g) Faz uma apreciação vaga sobre a liberdade;
- h) Refere-se a uma mudança na postura conservadora da sociedade no que diz respeito à questão da sexualidade;

2- Esferas que apresentam vocabulário preferencial, ou seja, privilegiam a temática da liberdade:

### 2.1 Esfera Jornalística (T2)

- a) Refere-se à vivência da sexualidade como uma grande realização em termos de liberdade;
- b) Refere-se à liberdade da mulher como uma questão não eqüitativa no mundo: as conquistas ainda não são unanimidades;
- c) Trata a liberdade como um percurso histórico no qual as mulheres descobrem sua auto-afirmação;
- d) Evoca a imagem de uma mulher que se afirma por meio de suas escolhas pessoais no espaço privado e, assim, reafirma a liberação feminina;
- e) Refere-se à denegação da liberdade feminina em espaços midiáticos como o cinema e a televisão;
- f) Tende a apresentar um ponto de vista determinista do universo social;

- g) Evoca a liberdade como uma experiência que é determinada pelo meio social;
- g) Constrói uma imagem social da mulher-objeto na mídia;
- h) Evidencia a construção de uma falsa liberdade que privilegia as instituições masculinas e uma tradição histórica de uso da mulher como objeto.

Podemos observar que a liberdade não se constitui, necessariamente, em saber usá-la de forma socialmente aceita, mas descobrir, ao longo das vitórias e dos fracassos, as melhores formas de usufruir desta liberdade. A mulher se descobre a cada dia dona de sua própria vida e de suas próprias escolhas e nem sempre tais escolhas são as mais adequadas. Este processo de tentativas, erros e acertos fazem parte da construção da identidade feminina.

## 7. CONCLUSÃO

Após percorrermos um longo caminho, chegamos ao momento de tecermos as considerações finais deste trabalho. Para tanto convém retomar os objetivos e hipóteses de pesquisa para confrontá-los com os resultados obtidos. Postulamos no início deste trabalho que esta pesquisa se proporia a investigar as formas de enunciação das diversas esferas de atividade publicizadas pela mídia jornalística em torno da construção de uma identidade feminina.

Ao analisarmos o discurso das esferas de atividade, em relação à temática violência, dentro do Ato Ético Justiça, pudemos observar que os recortes discursivos enunciados pelas variáveis analisadas sugeriram que a violência está presente tanto no espaço público quanto no espaço privado e em duas formas mais presentes: violência física e violência simbólica (moral ou psicológica). Ao longo do tempo, as diferentes esferas de atividade social, tais como as analisadas no presente estudo, têm produzido certas imagens estereotipadas da mulher, tanto no espaço público como no espaço privado. Tais imagens acabam sendo cristalizadas no tecido social, favorecendo a manutenção de relações de controle e de poder, exercidos sobre a mulher, por uma sociedade ainda dirigida, por uma parcela masculina do mundo. Este controle evidencia-se, nos discursos analisados, através do ato concreto violência, uma realidade ainda repetível, ou seja, aquilo que Bakhtin chama de unidade ao criticar o racionalismo que desconsiderava o todo de uma situação heterogênea e via o repetível como universal e válido, isto é, como a verdade de uma situação. Dessa forma, configura-se a verdade de um ato humilhante e desrespeitoso praticado contra a mulher. Observa-se, entre as esferas, um acento apreciativo que marca a retomada, de

uma forma constante, da temática violência. Esta repetição, ao manter viva a palavra violência, não apenas produz efeitos de sentido no(a)s co-enunciado(e)(a)s (leitor(e)(a)s), como não permite que esta palavra, este ato concreto, caia no esquecimento, e transforme, violência, em algo universal e válido.

Concluimos, em relação à temática violência, que há uma prevalência da unidade sobre a unicidade, ou seja, do *repetível como universal e válido*, sobre o *irrepetível* no todo da realidade social. Há, assim, uma imagem da mulher como sendo vítima de formas desumanas de desrespeito aos direitos humanos. Isto pode ser constatado pela inserção dessa temática, pelas esferas jornalística (10,64) e política (5,32), no vocabulário de predileção, com pesos significativamente altos, marcadamente em relação à evocação da violência física; e da inserção no vocabulário de rejeição, pelas variáveis senso comum (-7,66), religiosa (-4,37) e acadêmica (-2,47), igualmente com pesos negativos significativamente altos, marcadamente em relação à evocação de outras formas de violência: a simbólica (moral e/ou psicológica). Nesse sentido, a identidade feminina que é, então, construída por estas esferas, é aquela de uma mulher vítima ou vitimada por relações desiguais de força, estabelecidas a partir das divisões biológica e sexual, que a rotulam como o *sexo frágil*. Não obstante, uma análise de cunho qualitativo destes discursos sinalizou também para a introdução de acentos apreciativos que evocam a inserção feminina em uma nova ordem social, evidenciando uma mudança de paradigma daquela mulher outrora submissa e vitimada pela violência. Estas mudanças começam a ocorrer por força e vontade desta mesma mulher vitimada, que sai do espaço privado e passa a ocupar também o espaço público. Mesmo diante de um contexto enunciativo atravessado pela força avassaladora do repetível, pudemos também vislumbrar o irrepetível da mudança social nas relações

de gênero, um por vir, um ato em potência, quando os enunciadores reconhecem as ações efetivas, produzidas pelas mulheres, para mudar esta realidade..

Ao analisarmos os recortes discursivos das esferas de atividade que enunciam a temática *proteção e defesa*, dentro do Ato Ético Justiça, observamos que o que havia em potência, de um por vir, na temática *violência*, concretiza-se na produção de ações práticas e éticas através da criação de leis específicas para a proteção e defesa da mulher, levando-se em consideração as diferenças que constituem a mulher, em relação ao homem. Nesta temática, portanto, os dados quantitativos observados em relação particularmente às esferas jurídica (7,55), política (5,2) e jornalística (4,83), que privilegiam esta temática, trazendo dados concretos acerca das ações de proteção e defesa da mulher, confirmam quantitativamente esta mudança de paradigma sinalizada, em nossa análise qualitativa anterior, na temática da violência. Ou seja, encontramos, na temática *defesa e proteção*, palavras, enunciados que dialogam com a temática anterior ao tratar do agir concreto da mulher na sua busca de promoção social e de conquistas no que diz respeito à garantia e defesa de seus direitos. A igualdade jurídica entre os sexos evidencia-se como forma de combater as discriminações e garantir a promoção social da mulher. Esta igualdade deve ser garantida por leis que atuem diretamente nas questões de exclusão do sexo feminino. Todavia, esta luta não é apenas exclusiva da mulher, mas da sociedade como um todo para que as leis sejam produzidas, aplicadas e conseqüentemente efetivadas. Podemos assim concluir que, no Ato Ético Justiça, em relação à temática *proteção e defesa*, não há a evocação de uma imagem feminina de vítima ou frágil, mas sim a construção de uma identidade forte e corajosa para a mulher. Acompanhando a própria dinâmica social moderna, esta mulher, que constrói sua imagem e identidade pelos discursos das esferas nas

temáticas abordadas, não espera que ocorra uma mudança nas leis ou na consciência dos sujeitos sociais. Ela busca encontrar soluções para seus problemas mesmo ainda enfrentando posições opostas as suas reivindicações. Em contrapartida, encontramos também, em relação a esta temática, evocações à mulher em sua *imagem tradicional* cuja identidade ainda encontra-se construída em referência ao *espaço privado do lar* ou que condicionam suas conquistas a um *feminismo sadio*, da *prevalência do divino sobre o profano* (esfera religiosa), ou cuja imagem a caracteriza *vulnerável e desprotegida* (esfera da saúde), o que é corroborado tanto através dos dados quantitativos como qualitativos observados, particularmente em relação às variáveis que a inserem no vocabulário de rejeição, caso do senso comum (-6,97), religiosa (-5,6) e saúde (-4,03).

Dando continuidade à busca de respostas para nossa hipótese inicial de trabalho, analisamos a terceira temática que insere-se dentro do Ato Ético Dignidade: *mulher e trabalho*. Nesta temática, pudemos concluir que os efeitos de sentido produzidos nos discursos das esferas da atividade fazem o agir comunicativo da linguagem jornalística construir a imagem de uma mulher situada e participativa no ambiente do trabalho, seja em termos de ocupação de cargos ou nas dificuldades que encontra para sua empregabilidade. Sua atuação no mercado de trabalho é ativa mesmo enfrentando dificuldades com relação às posturas machistas que a impedem de uma realização plena e mantêm uma visão limitada acerca da atuação feminina no espaço fora do lar. Questões como a biológica (maternidade), imagem frágil da mulher, vocação natural, semelhança nas problemáticas de trabalho da mulher e do homem; evidenciam-se como mantenedoras da mulher numa relação desigual com o homem no mercado de trabalho. As diferenças baseadas nos opostos surgem como marca de uma



perpetuação da inferioridade feminina e da superioridade masculina, uma vez que estas diferenças remetem à manutenção de uma visão tradicional da mulher.

As mudanças também ocorrem no espaço do trabalho para desfazer o que tenta se perpetuar. Através de uma mulher situada, dinâmica, responsável e atuante, muda-se a visão e o tratamento no mundo do trabalho. Tanto é assim que ela começa cada vez mais a ocupar cargos de grande relevância nos espaços de trabalho. O acesso ao mercado de trabalho significou uma grande conquista para as mulheres, um novo espaço no qual ela ainda precisa mudar posturas conservadoras que se perpetuam. A identidade da mulher está, nestes discursos, relacionada à suas conquistas na sociedade civil dentro do mercado de trabalho e as importantes posições que vem galgando, ao longo de muitas lutas, dentro deste mercado: ativa, participativa, dinâmica, autônoma, independente. Podemos, então, concluir que surge com mais força a evocação discursiva acerca da libertação e da emancipação profissional feminina, fato este que também é corroborado pelos dados quantitativos observados no tratamento desta temática, particularmente pelas esferas que a inserem no vocabulário de predileção, com pesos significativamente altos, como é o caso das esferas acadêmica (25,7) e jornalística (8,71). Nas demais esferas, tais mudanças, embora evocadas, privilegiam o repetível e o reiterável, o trabalho como um *fato circunstancial* (T5-esfera religiosa), perda da *feminilidade da mulher que trabalha*, características *biológicas* interferindo na *empregabilidade da mulher* (T6-senso comum), mera *enumeração das lutas femininas e pouca ênfase à qualificação do trabalho feminino* (T7-movimentos sociais), ênfase no *quadro clínico da mulher* e na idéia do *sexo frágil* em detrimento de questões de ordem social e econômica (T8-saúde), perpetuação do discurso da *tradição* – visão limitada do *trabalho feminino fora do lar* e ênfase na sua

participação na *educação* T4 (esfera jurídica), o que corrobora com os dados quantitativos observados que inserem esta temática do vocabulário de rejeição: (religiosa,-8,33), (senso comum, -4,55); (movimentos sociais, -3,51); (saúde, -2,84) e (jurídica, -2,1), respectivamente.

Foi também possível concluir, a partir dos discursos que remetem à temática *cidadania*, ainda dentro do Ato Ético Dignidade, que a mulher busca a construção de seus direitos e deveres na sociedade. Por um lado, ela é protagonista de suas próprias ações e, conseqüentemente, não há uma identidade de subordinação ao homem. O que se busca é encontrar um equilíbrio entre as relações de gênero, através da construção de uma cidadania legalmente estabelecida para a mulher. Também observamos a própria mulher como precursora de seus próprios anseios, o que nos permite concluir que os enunciadores apresentam uma imagem de mulher mais forte e determinada na consecução de seus direitos. Por outro lado, temos uma mulher evocada como emoção em oposto ao racionalismo do homem, também com acesso limitado, dentro do espaço público, com as diferenças entre ela e o sexo oposto marcando e delimitando os papéis sociais. Assim a identidade feminina constrói-se a partir de uma visão tradicional de mulher. Concluímos que a *cidadania* apresenta-se, pois, com uma construção de sentidos heterogêneos que atestam a existência de um constante embate social, das mulheres, para a conquista de seus direitos de cidadã. Neste sentido, os dados quantitativos, observados no tratamento desta temática, corroboram para evidenciarmos este fato, uma vez que, como objeto de predileção, tem-se esta temática nas esferas religiosa (T5), com peso de (2,93); jornalística (T2), com peso de (3,63); política (T1), com peso de (6,74); e a esfera dos movimentos sociais (T7), com peso de (16). Estas esferas reconhecem as mudanças e conquistas

das mulheres na busca por cidadania. Já como objeto de rejeição, encontramos a temática *cidadania* nas esferas: jurídica (T4), com peso de (-3,33) e acadêmica (T3), com peso de (-3). Nestas esferas, que rejeitam a temática abordada, encontramos referência à mulher em oposição ao homem e também com pouco acesso ao espaço público.

Como último tema, dentro do Ato Ético Dignidade, temos a *política*, espaço este que podemos caracterizar como representativo das relações de poder entre os sexos no espaço público. Concluimos que a identidade feminina é caracterizada, nos discursos analisados, pela oposição à masculina, no aspecto moral, do exercício da política. Esta oposição corrobora para a manutenção da idéia de política como território não apropriado para a mulher, uma vez que sua conduta ética não é adequada para este espaço. A mulher seria ainda vista como a esposa, a mãe e a dona-de-casa cujos valores morais de zelo, cuidado, dedicação, honra etc., não são compatíveis com a falta de valores na política. Dessa forma, os dados quantitativos que colocam esta temática como objeto de rejeição nas esferas jurídica (T4), com peso lexical de (-4,1); esfera acadêmica (T3), com seu peso lexical de (-2,57); e esfera da saúde (T8), peso lexical de (-2,27) corroboram para nossas conclusões. Dito isso, podemos concluir ainda que, em oposição aos discursos que propõem a mulher fora da política, as análises quantiquantitativas dos discursos que privilegiam a mulher na política, como evidenciamos nas esferas religiosa (T5), com peso de (2,33); movimentos sociais (T7), com peso de (2,44); jornalística (T2), com peso de (3,45); e senso comum (T6, com peso de (3,62), revelaram a construção de uma imagem de mulher que torna-se cada vez mais ativa e participativa nos espaços de poder e decisão. Os discursos publicizados, nas páginas dos jornais, revelam a mulher como agente de mudanças e

sugerem que a relação entre os sexos é construída a partir dos opostos, no tocante à moral e à ética na política. Enquanto o homem se desviou dos valores, a mulher mantém os valores para uma política reta e honesta.

Os discursos analisados nas três temáticas do Ato Ético Dignidade produzem uma identidade baseada na diferença entre homens e mulheres. Estas diferenças estão circunscritas à oposição entre os sexos, fato que corrobora para a manutenção de uma visão de mulher de acordo com o discurso da tradição, segundo o qual as atividades desenvolvidas pela mulher devem estar relacionadas ao lar e à família, ou seja, ao espaço privado. Evoca-se, então, nestes discursos, pontos ora convergentes ora divergentes na construção de uma identidade feminina. As diferenças, sejam de caráter, comportamento, ações etc., são vistas, nestas enunciações, como oposições.

Como último ato ético, foco de nossa análise, está o Ato Ético Liberdade cuja temática é a *liberdade*. Foi possível concluir que o direito à liberdade foi durante muito tempo negado à mulher e isto marcava uma diferença entre os sexos, entre tantas outras diferenças existentes que foram observadas nas diversas esferas analisadas. Os recortes discursivos analisados sugerem que a mulher adquire espaços na sociedade, conquista, luta por sua liberdade e emancipação. Ao conseguir a liberdade, a mulher enfrenta e supera desafios em sua vida. Vida esta que significa, para Bakhtin, o evento único, finito, transitório, irrepetível e que os enunciadorems constroem por meio de novos efeitos de sentido no interior de seus discursos. Desse modo, pudemos concluir que a liberdade não se constitui, necessariamente, em saber usá-la de forma socialmente aceita, mas descobrir, ao longo das vitórias e dos fracassos, as melhores formas de usufruir desta liberdade. A mulher se descobre a cada dia dona de sua própria vida e de suas próprias escolhas, e nem sempre tais escolhas são as mais adequadas. Instala-

se, assim, um movimento de embate entre os discursos que reflete a sociedade conservadora e as próprias escolhas da mulher. Concluiu-se, também, que os enunciadores da temática liberdade não determinam uma identidade para a mulher, mas tratam do processo de tentativas, erros e acertos que faz parte da construção da identidade feminina. Não há a definição de uma identidade pronta e acabada, mas as descobertas, os erros e acertos de cada escolha feita, pela mulher, na autonomia que ela conquistou, tem conquistado e dela usufrui.

Os sentidos produzidos por diferentes esferas de atividade humana, e veiculadas em jornais, nos colocam diante de questões éticas, uma vez que o jornal é um veículo midiático que dá visibilidade a estas esferas, possibilitando que as mesmas exponham seus pontos de vistas e, com isso, formem a opinião pública. Compreendida como a reflexão sobre o agir humano, na sociedade, e levando em consideração os meios e os fins deste agir, a ética é o fio condutor de nossas decisões nos mais diversos atos da práxis humana diária. A produção de linguagem também não está ausente das questões éticas, pois o ser humano age por meio de seus discursos na criação de novos sentidos para o que já está dito, renovando sentidos a partir das próprias mudanças que ocorrem na sociedade. Os discursos, objeto de nossa análise, ao renovarem os sentidos das palavras relacionadas à mulher, sentidos estes produzidos em decorrência da própria mudança realizada pelas lutas femininas, constroem, para o público leitor, uma visão de mulher moderna, dinâmica e autônoma e também uma mulher tradicional, no sentido de preservar características construídas ao longo de muitos anos e pelas quais os movimentos feministas lutam para desconstruírem.

Ao dar visibilidade a estes discursos, em suas páginas, o jornal age eticamente ao promover a discussão entre as diversas posições axiológicas construídas nas

diferentes esferas, posições que ora convergem ora divergem do caminho que a mulher tem percorrido para a constituição de sua identidade na sociedade. Ao promover a divulgação de informações e formar a opinião de seus leitores, o jornal busca, dessa maneira, cumprir seu papel na sociedade, baseando-se em um agir ético ao colocar em evidência a mulher como ativa e participativa na sociedade. Contudo, esta nova construção de sentido, para a mulher, por meio dos discursos produzidos pelas diferentes esferas de atividade, reproduz vozes de grupos que limitam a participação da mulher e perpetuam uma imagem feminina que as mulheres lutam para desconstruir, como foi o caso da política.

Diante das diferentes temáticas abordadas, em cada ato ético definido para este trabalho, uma chamou-nos atenção em particular por sua ligação com as relações de poder entre homens e mulheres. Esta temática foi a da política. Como um espaço de atuação e de grande repercussão, dentro da sociedade, a política é espaço no qual os discursos demonstram ser ainda pouco acessíveis para as mulheres. Tal constatação suscita inquietações e abre uma nova e interessante perspectiva de estudo para todos aqueles que se interessam pelo tema, qual seja, a investigação de como mulheres bem sucedidas e de projeção nacional, na política, abordam as questões femininas e como se posicionam, diante delas, enquanto mulheres.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. (2002). Evolução do emprego feminino e equidade de gênero da América Latina: avanços e permanências nos anos 90. In: COSTA, Ana Alice et al. (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, pp. 79-98.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. (1998). **Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base**. Brasília: UNESCO.

ARY, Zaíra. (2000). **Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. São Paulo: Annablume.

BAKHTIN, Mikhail M. (1993). **Para uma filosofia do ato**. Tradução de Carlos Alberto Farraco e Cristovão Tezza do texto completo da edição americana *Toward a Philosophy of the act* (Austin: University of Texas Press, 1993 Translation and notes by Vadim Liapunov edited by Michael Holquist & Vadim Liapunov).

\_\_\_\_\_. (1998). **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 4ª ed., São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_. (2000). **Estética da criação verbal**. 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes.

BAKHTIN, Mikhail. (2005). **Problemas da poética de Dostoievski**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. N. (2006). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 12ª ed., São Paulo: Hucitec.

BALANDIER, Georges. (1976). **Antropo-lógicas**. Tradução de Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo: Cultrix.

BARROS, Elizabeth. Dos programas focalizados à incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL MULHER, TRABALHO, SAÚDE, Resumo, p. 130.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. (2005). Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, pp. 25-36.

BITANGARO, Barbara. (1999). Los problemas familiares no pueden resolverse a palos. In: INQUIETUDES FEMENINAS: INFORME DE MUJERES SOBRE LA VIOLENCIA CONTRA SU SEXO.

BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna. (2005). A privacidade e a crise do direito da comunicação social – o controle regulatório. In: MARTINS, Ives Granda da Silva; JÚNIOR, Antonio Jorge Pereira. (coords.). **Direito à privacidade**. São Paulo: Idéias & Letras, pp. 273-300.

BRAIT, Beth. (2005). Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, pp. 87-98.

BRUSCHINI, Cristina. (1985). **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo: Nobel.

CALADO, Liliane de Andrade. (2006). **A ciência no jornalismo impresso: análise das reportagens do suplemento Milenium – Jornal Correio da Paraíba**. Monografia em Comunicação Social, João Pessoa: UFPB.

CALHEIROS, Valmir. (2008). **Gazeta completa 74 anos de liderança em Alagoas**. [http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto\\_completo.php?c=147282&tipo=0](http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=147282&tipo=0)

CASTELLS, Manuel. (1999). **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed., V.2, São Paulo: Paz e Terra.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. (1998). **Mikhail Bakhtin**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.



DAHLET, PATRICK. (2005). Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, pp. 55-84.

DAHLET, Véronique. (2005). A entonação no dialogismo bakhtiniano. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, pp. 249-264.

DÍAZ, Margarita; ROGOW, Debbie. (1996). O Coletivo: um coletivo feminista de sexualidade e saúde no Brasil. In: QUALITY/CALIDAD/QUALITÉ, n. 6, julho/1996.

ERBOLATO, Mário. (1982). **Deontologia da comunicação social**. Petrópolis: Vozes.

FARACO, Carlos Alberto. (2001). O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 3ª ed., Curitiba: Editora da UFPR, pp. 113-126.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. (1991). Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Angela (Orgs.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, pp. 235-261.

GOMES, Pedro Gilberto. (1992). Artigo. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, pp. 15-46.

GONDAR, Jô. (2002). Linguagem e construção de identidades – um debate. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 107-115.

GRAÇA, Eliana Magalhães. (2002). Legislação, trabalho e direitos das mulheres. In: COSTA, Ana Alice et al. (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, pp. 155-160.

GRIGOLETTO, Marisa. (2006). Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. In: MAGALHÃES, Izabel; GRIGOLETTO, Marisa; CORACINI, Maria José. (Orgs.). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, pp. 15-26.

GROPPI, Angela. (1995). As raízes de um problema. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPPI, Angela (Orgs). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, pp. 11-25.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. (2001). **Transformando a diferença: as mulheres na política**. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8609.pdf>

HALL, Stuart. (2000). Quem precisa de identidade? IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, pp. 103-133.

HIRATA, Helena. (2002). Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, pp. 27-35.

JÚNIOR, José Arbex. (1992). Editorial. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, pp. 91-100.

LAGRAVE, Rose-Marie. (1991). Uma emancipação sobre tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. V. 5, Porto: Afrontamento, pp. 505-543.

LOURO, Guacira Lopes. (2002). Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **Historia das mulheres no Brasil**. 6ª ed., São Paulo: Contexto.

MAGALHÃES, Belmira. (2005). **As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica**. Maceió: EDUFAL.

MATO, Daniel. (1995). **Crítica de la modernidad, globalizacion y construccion de identidades**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico.

MELO, Hildete Pereira de. (2002). O mercado de trabalho nos anos 90: revisitando a invisibilidade do trabalho feminino. In: In: COSTA, Ana Alice et al. (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, pp. 67-75.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (2002). **Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras.

MURARO, Rose Marie. (1996). **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

NEVES, Magda de Almeida. (2002). Trabalho feminino e formação profissional. In: COSTA, Ana Alice et al. (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, pp. 47-60.

PAILLET, Marc. (1986). **Jornalismo: o quarto poder**. São Paulo: Brasiliense.

PENNA, Maura. (1998). Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (Org). **Lingua(gem) e identidade: elementos para um a discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, pp. 89-112.

PENSANDO NOSSA CIDADANIA: PROPOSTAS PARA UMA LEGISLAÇÃO NÃO DISCRIMINATÓRIA. (1993). Brasília: CFEMEA.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. (1998). O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org). **Lingua(gem) e identidade: elementos para um a discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, pp. 21-45.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. (1994). **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco.

ROSEMBERG, Fúlvia. (2001). **Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo**. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf> visitado em 24-11-07

ROSSI-DORIA, Anna. (1991). Representar um corpo. Individualidade e “alma coletiva” nas lutas pelo sufrágio. In: In: BONACCHI, Gabriela; GROPPPI, Angela (Orgs). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, pp. 109-158.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. (2006). **Jornalismo e ironia: produção de sentidos em jornais impressos no Brasil**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife: UFPE.

SILVA, Marlise Vinagre. (1992). **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_ . (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, pp. 73-102.

SINEAU, Mariette. (1991). Direito e democracia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. V. 5, Porto: Afrontamento, pp. 551-581.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. (2005). O cidadão, a sociedade, a mídia e a justiça. In: MARTINS, Ives Granda da Silva; JÚNIOR, Antonio Jorge Pereira. (coords.). **Direito à privacidade**. São Paulo: Idéias & Letras, pp. 241-272.

STUDART, Heloneida. (1982). Apresentação. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. (1982). **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VOLOSHINOV, V. N.; BAKHTIN, Mikhail M. (1976). **Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociologia**. Tradução de Carlos Alberto Farraco e Cristovão Tezza do texto completo da edição americana *Discourse in life and Discourse in art – concerning sociological poetics* (New York: Academic Press, 1976 Translation by I. R. Tutinik).

WOODWARD, Kathryn. (2000). Identidade e diferença: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, pp. 7-72.

ZAPPAROLI, Zilda Maria; CAMLONG, André. (2002). **Do léxico ao discurso pela informática**. São Paulo: Fapesp.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. (2005). O outro da personagem: enunciação, exterioridade e discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, pp. 108-118.

**ANEXOS**

(texto 1)

## **Dia Internacional da mulher**

### ***São cerca de 4 milhões os abortos clandestinos realizados em nosso país***

#### **Humberto Costa**

Há quase 200 anos, um homem que foi chamado de socialista “utópico”, Charles Fourier, afirmava que as relações entre o homem e a mulher são um índice do grau de humanização de uma sociedade. Nós que compartilhamos também sua “utopia”, um lugar (ainda) inexistente, onde haja uma sociedade democrática, justa e humana, precisamos fazer uma reflexão especial nesse 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para verificar a distância que ainda temos a percorrer.

As mulheres conhecem de perto, e de há muito tempo, as várias formas particulares de discriminação a que estão submetidas. As desigualdades salariais em relação aos homens, a dupla jornada de trabalho, a repressão a sua sexualidade, o preconceito e a negação de direitos, ainda compõem um quadro de pequenas e grandes opressões cotidianas. Apesar dos avanços obtidos graças a tantas lutas ainda é profundamente “desumanizada” a sociedade atual se a analisarmos pela situação da mulher.

Entre tantas formas como se reveste a violência contra as mulheres, destacaria duas. Em primeiro lugar a cerca de 500 “mortes anunciadas” de mulheres pernambucanas que vão ocorrer neste ano por câncer, de colo de útero e de mama. Esses cânceres, que no Primeiro Mundo já são considerados evitáveis ou curáveis, matarão essas mulheres e mutilarão outras centenas, em grande parte porque nosso sistema de saúde ainda é inacessível a largas parcelas da população e também porque muitas mulheres que o procuram não encontram atendimento que as trate dignamente e que leve em conta as particularidades de sua condição feminina.

Assustadores também são os dados da Organização Mundial de Saúde que estimam em 4 milhões os abortos clandestinos realizados em nosso país, ocasionando cerca de 400000 agravos à saúde, muitos deles resultando em mortes. Uma questão dessa magnitude jamais poderá ser solucionada enquanto for tratada no âmbito policial ou religioso/filosófico, sem levar em conta o direito à saúde e a vida dessas mulheres que morrem com o silêncio da omissão cômoda da sociedade.

Uma segunda violência, talvez sua expressão mais concentrada, pode ser encontrada diariamente nas tragédias das Maristelas, Silvinhas, Kátias e Tânicas, vítimas dessa desvalorização inaceitável da vida humana e da impunidade que encobre muitos dos chamados “crimes de honra”. Os dados da Delegacia da Mulher, mesmo registrando apenas uma pequena porcentagem das violências diárias, são significativas: em 66% das queixas registradas em 1989, o agressor era companheiro ou marido da vítima.

Que essas questões façam parte dos debates e das iniciativas que se tomem para tornar realidade nossa “utopia” e construir esse território onde homens e mulheres disponham de “igualdade, liberdade de escolha, reciprocidade e neguem-se a considerar o outro como mero instrumento (Agnes Heller).

*Humberto Costa é deputado estadual pelo PT e médico psiquiatra que atua na área de Saúde Pública.*

**(Jornal do Commercio – Recife, sexta-feira 8 de março de 1991 – Opiniões – p.7)**

**(texto 2)**

### ***A condição feminina***

Ao transcurso, hoje, do Dia Internacional da Mulher, cremos ser oportuno um chamamento à reflexão assinalante sobre o relevante papel da mulher na sociedade de nosso tempo, uma meta que vem sendo alcançada penosamente, ora sob incompreensões lamentáveis, ora sob repressão dramática e dolorosa.

Na verdade, a condição feminina foi até recentemente avaliada quase que exclusivamente do ponto-de-vista fisiológico e da secular equivocada e injusta submissão a que o então chamado “sexo fraco” deveria resignar-se perante o homem. Um equívoco perverso que gerou, através dos tempos, seqüelas e síndromes tão arraigadas a ponto de se manifestarem ainda hoje.

As aberrações oriundas do chamado machismo não se justificam mais em nenhuma hipótese, mas explicam as dificuldades que as mulheres têm encontrado nos seus movimentos libertários, numa tentativa de se livrarem da tutela e da dominação. Em nossos dias a mulher tem razão ao proclamar que já foi de forma demasiada vítima do estigma medieval do “pecado original” e da submissão, e que deseja voltar à condição de companheira, isto é, partilhar em igualdade com o homem, desfrutar dos mesmos direitos e vantagens.

A situação da mulher sempre foi variável, mas atualmente a sua projeção gradual através de conquistas vem sendo notada em diversos países, ou seja: promoção social com o desaparecimento progressivo da poligamia entre as legislações que ainda recentemente a reconheciam como legítima; promoção política com o acesso ao voto; promoção jurídica com o desaparecimento dos textos legais que instituíam a incapacidade da mulher casada, embora o marido permaneça sempre como o chefe da casa; promoção econômica com a conquista do direito à igualdade dos salários femininos e masculinos.

Mas não há dúvida de que a promoção mais importante e mais reveladora vem sendo a intelectual, com o reconhecimento da inteligência e do poder de criatividade da mulher em todas as atividades humanas, impondo um traço de genialidade com



saberes e erudição verdadeiramente revolucionários e altamente contributivos para o progresso da humanidade.

Certamente que não se pode tentar negar o reconhecimento e a ascensão dos valores femininos. Eles têm conseguido resgatar um longo período de injustiça e perseguições consentidas. Felizmente, a mentalidade que ditava a submissão pura e simples e a discriminação odienta vem-se modificando, mesmo que devagar mas ao que tudo indica irreversivelmente. E não poderia ser de outra forma.

Assim, a liderança feminina se afirma cada vez mais, através de todos os setores. Mas bastaríamos destacar, aqui, o da Política, com exemplos recentes de uma Golda Meir, de Indira Ghandi ou ainda de uma Margareth Thatcher, estadistas notáveis que honraram e enobreceram essa liderança pelas performances insuperáveis de retidão ética, honestidade ideológica, autoridade cívica e, sobretudo, fidelidade aos princípios universais de solidariedade, defendendo intransigentemente os interesses do seu povo, mas, também, sendo campeãs na defesa da paz entre as nações; de tal modo que se impuseram e se credenciaram a destacado lugar na História.

Nesta hora, cabe-nos condenar a aberração estúpida e repugnante das manifestações de violência que são registradas a cada dia contra a mulher, que devem ser combatidas sem trégua e estão a merecer não apenas uma legislação mais específica mas punições drásticas. Até o homem compreender que sua companheira é, antes de tudo, sua irmã, por disposição divina.

Finalmente, louvemos a mulher brasileira em sua capacidade de lutar para assegurar os seus direitos; pelo papel de vigilante e participe na construção de um País melhor. E, especialmente, na sua formidável condição feminina de interprete privilegiada das aspirações do povo.

***(Jornal do Commercio – Recife, segunda-feira, 8 de março de 1993 – p.6 – Opiniões - Editorial)***

(texto 3)

### *Janela do Recife*

#### *É hora de saber que a inveja é o pior veneno para o ser humano*

*Lourdes Sarmento*

Fala-se ainda nas comemorações ao Dia Internacional da Mulher. Muito embora ache que as datas comerciais expressam muito pouco o sentimento das pessoas, geralmente participo desses tipos de festividades com um objetivo bem definido: conscientizar a mulher para que ela saiba ser mais solidária e compartilhe do sucesso das suas companheiras.

Na minha juventude fui presidente de várias organizações femininas de âmbito não apenas nacional também internacional. Apesar de estar muito afastada de cargos no gênero procuro sempre que possível mostrar à mulher que ela é muito mais machista do que o homem e podemos provar esses fatos que já fazem parte do nosso cotidiano.

Confesso-me orgulhosa quando uma conhecida ocupa um cargo de evidência, não com alardes feministas mas por posicionamentos marcantes numa administração geralmente ocupada por homens. Na verdade, a mulher nunca deve ser aquela que disputa contra o homem, mas aquela que integra a vida do homem com a sua palavra, o seu incentivo, a sai contribuição.

Como mulher dentro da minha profissão, tenho as mesmas condições do que qualquer homem, mas na intimidade confesso-me apenas mulher – dessas mulheres à moda antiga, que gosta de quem abre porta e oferta rosas (de preferência as vermelhas). Sei que fui uma total decepção para inúmeras feministas que apostavam que já fui feminista por ter sido pioneira em tantas coisas.

Com o passar do tempo, cristalizou-se a minha imagem de poeta e de lutadora profissional mas de uma mulher extremamente apaixonada pela presença masculina nos lances simples da vida.

Se para as feministas fui a grande decepção, como salientei, para o sexo masculino torne-me muito mais companheira de jornadas de trabalho sem os artifícios de que a vida sozinha é a melhor solução.

Falando sobre tudo isso chega ao meu gabinete de trabalho a figura simpática da advogada Rolemberg trazendo notícias sobre a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica de Pernambuco com uma série de homenagens pelo Dia da Mulher tão coroadamente coordenado, sobretudo pela presença de Margarida Cantarelli – brilhante mulher que via concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa. Margarida abordando o tema “A Mulher e sua Realidade Jurídica” a nossa fiel amiga era ajudar muitas mulheres que desejam encontrar um caminho mas que ainda estão perdidas no início da jornada.

Entre os homenageados, lembramos as figuras de Jorge da Costa Pinto Neves, da primeira Delegada da Delegacia da Mulher Salma Bandeira de Melo; do meu padrinho José de Souza Alencar escritor dos bons; de Tereza Tenório – forte na sua poesia feita de paixões e tantos outros que integram o universo de Pernambuco.

Permitam-me nesta época, prestar mais uma homenagem a duas grandes mulheres que atuaram muito para que a mulher tomasse consciência do seu importante papel no mundo: a nossa Léa Craveiro e Dulce Chacon para apenas citar duas, enquanto vem a figura doce de uma jovem artista Arari Ferreira Fonsêca que terminou sua missão aos 25 anos de idade, e a pintora Beatriz Calabria, que não conseguiu terminar o seu livro sobre as Mulheres Destaques em Pernambuco.

De outro lado da vida elas olharão o mundo numa outra visão e vão saber que sou muito feita de recordações e fiel aos meus amigos e às minhas paixões.

Se a vida é única sem ensaios e sem duplas chances por que não tirar proveito da soma de erros, enfrentar a timidez e declarar amor, dizer o que sente sem falsos pedestais e tantas outras coisas que impossibilitam o itinerário das coisas.

Sinto-me muito mais tranqüila quando tenho a convicção de que o amor é o sentimento da individualidade pronto para ser compartilhado. O deixar de amar é o deixar de compartilhar, mas se cada um é a expressão máxima de Deus, logo é a forma plena de amor – o sentimento não se esvazia permanece pronto para ser compartilhado com outras pessoas.

Que fique esta minha mensagem com as mulheres que possam ler a nossa janela – a janela que aberta ao mundo congratula-se com duas mulheres que são as nossas representantes: Zélia Cardoso de Melo e Margarida Procópio. Que Deus as ilumine para que possam ajudar na salvação do Brasil.

É hora de reflexão; é hora de saber que a inveja é o pior veneno para o ser humano; é hora de ajudar e perdoar por um mundo mais cristão.

Da praia de Saquarema no Rio de Janeiro, recebo, nessa semana da mulher, retalhos de poemas de Margarida Finkel – poeta das melhores e que diz “nesta brevíssima ponte / que súbita e estrita / se constrói / entre largos pesares / fundos desejos / longos chamados /o em ontem se faz / sombras sobre um sol / além poente / onde só o lembrar / divide o tempo / no que foi antes e depois”.

E a JANELA da RECIFE se abre para as mulheres famintas que catam lixo pelas ruas para dar comida aos seus filhos que ainda agonizam na dor; para as mulheres que limpam as ruas calçadas da cidade; para as mães solteiras ou sozinhas que fazem duplo papel no mistério da vida; para as mulheres – donas de casa que sem nomes em evidência vão construindo o Brasil que tem um novo rumo a seguir e que acreditamos sairá do pior. Que homens e mulheres saibam que nesta curta passagem pela terra somos responsáveis por nossas omissões, nossas diferentes maneiras de ser.

**Lourdes Sarmiento** é jornalista

**(Jornal do Commercio – Recife, sexta-feira, 9 de março de 1990 – Opiniões – p.7)**

(texto 4)

## Imagem feminina

### ***A pessoa humana não é ator que necessite de “script”***

NELLY CARVALHO

Os contornos sociais da imagem feminina entram na preocupação da Igreja nesta quaresma de noventa. A “chamada” na TV, mostrando na penumbra duas imagens que se permitem identificar apenas pela voz, deplora o fato de, no início da última década do século, ainda ser preciso esclarecer a importância da presença feminina no desenvolvimento da sociedade. Inteligente e sabiamente, a Campanha da Fraternidade 90 tem como lema – Mulher e Homem: Imagem de Deus lembrando que a “libertação” da mulher só poderá ser feita juntamente com a do homem, ao seu lado e não contra ele. Ambos completam o casal humano, criação de Deus, e não podem crescer sozinhos ou isolados. Talvez, por isso, o mundo ande tão desumanizado e cruel. A sua porção-mulher não foi suficientemente desenvolvida.

Se esta campanha pelos direitos e deveres da mulher se faz necessária no país como um todo, ela é especialmente indicada para o Nordeste, região herdeira da tradição ibérica com fortes traços machistas, advindos de antepassados romanos, godos e árabes.

Segundo os antropólogos, entre os povos ibéricos, apenas os celtas valorizavam a mulher. Em sua sociedade, ela podia deter o poder e desempenhar a função de sacerdotisa, como pode-se observar, embora em ficção, nas Brumas de Avalon.

Mas, as tradições que recebemos, foram de nítida separação de papéis entre os dois sexos, tolhendo a mulher, negando-lhe oportunidade de realização fora do âmbito do lar e jogando nos ombros dos homens uma carga de responsabilidade que nem sempre são capazes de carregar sozinhos.

A pessoa humana não é ator que necessite de “script” e papéis, previamente escolhidos por quem desconhece suas aspirações e tendências. A Campanha da Fraternidade poderá ajudar em reflexões proveitosas e libertadoras, pois desde criança inculca-se na mente humana uma obrigatoriedade e uma dicotomia que não correspondem à verdade. Os não escolarizados assimilam os preconceitos e as limitações copiando dos costumes estabelecidos, sem questioná-los. Porém, os alfabetizados têm muitas vezes no livro didático com seus conteúdos repetitivos, a melhor forma de assimilar estas idéias preconceituosas e castradoras.

Questiona-se hoje, bastante, a imagem feminina projetada pelo livro didático, considerando-o responsável pela transmissão de distorções e pela permanência de hábitos anacrônicos.

Observando-se com objetividade os traços de caráter, as tarefas e as responsabilidades atribuídas às mulheres nos manuais escolares, as pesquisas nos levam a perceber uma imutabilidade de papéis e uma inverdade social.

A mulher do texto da escola é uma mulher doméstica, cujo marido trabalha fora, sendo ela responsável por todo o trabalho de casa. Ela é protetora e carinhosa, porém,

às vezes, preguiçosa e ridícula. O pai, no entanto, é forte, ativo, alegre. Sai para o trabalho diariamente no carro ou nos coletivos. Em casa, fuma e lê jornal. As mulheres nunca são solteiras, separadas, nem viúvas, além de agirem pouco e por isso serem pouco citadas nos textos. Não é apenas uma figura boba e apática mas sobretudo uma figura falsa, a quem falta realismo.

Frases como “papai trabalha”, “mamãe cozinha”, parecem anódinas e inofensivas. Mas, lidas freqüentemente na infância introjetam uma imagem que certamente será lembrada e cobrada ou copiada no futuro com juro e correção.

A Campanha da Fraternidade lançando luzes sobre a imagem feminina verdadeira na sociedade atual pode ajudar a evitar a proliferação deste tipo de mentalidade.

**Nelly Carvalho é professora da UFPE e escritora**

**(Jornal do Commercio – Recife, sexta-feira, 16 de março de 1990 – Editorial / Opiniões – p.6)**

(texto 5)

## Mulher

### ***Segundo Schopenhauer, um animal de cabelos longos e idéias curtas***

MARIO SOUTO MAIOR

A mulher é uma deusa ou uma feiticeira? Uma santa ou uma pecadora? Uma serpente ou uma maçã? Ou tudo, ao mesmo tempo?

Agora mais do que nunca, a mulher continua sendo um enigma, uma interrogação que não encontra resposta em nenhuma filosofia, como se fosse um horizonte sem fim.

Animal de cabelos longos e idéias curtas – no entender de Schopenhauer – a mulher sempre contou com inúmeros e famosos inimigos gratuitos, entre os quais lembro o italiano Pitigrilli, o brasileiro Berilo Neves e tantos outros espalhados pelos quatro cantos do mundo. Pitigrilli chegou até a definir a mulher como “a escarradeira do amor”, sem se lembrar que foi nessa escarradeira que ele foi gerado e teve direito à vida. Até mesmo o poeta popular Zé Catota, do Pajeú, falava mal das mulheres, por brincadeira ou apenas para rimar:

“Eu não confio em mulher  
 Não tem essa, nem aquela  
 Nem merece confiança  
 Nem no tempo de donzela:  
 Eu não creio em fechadura  
 Que toda chave dá nela...”

Mas a verdade é que a mulher, com sua inteligência e sua beleza, sempre venceu seus gratuitos inimigos, geralmente homens mal amados e, conseqüentemente, carentes, inimigos que desapareceram na voragem do tempo.

Dada, vendida, trocada, alugada, a mulher, até as primeiras décadas deste século, sempre foi considerada como um objeto, como se não tivesse direitos, anseios, destino.

Conquistando seu lugar ao sol, a mulher, agora, brilha tanto quanto o homem, nas ciências, nas artes, nas letras, dando, assim, sua contribuição ao progresso da humanidade.

Ninguém tem o direito de generalizar qualquer coisa, principalmente o comportamento humano. Mas podemos afirmar, sem nenhum exagero, que nem todas as mulheres estavam preparadas para o longo passo que deram, um passo maior do que as próprias pernas.

Em vinte anos a mulher percorreu um caminho que não havia conseguido percorrer durante quase vinte séculos. A mulher tem é necessidade de amadurecer a conquista de seus direitos, disciplinando, assim, sem comportamento de acordo com as novas regras do jogo.

A mulher tem que continuar a ser feminina e não feminista, sem se espelhar no homem, imitando sua maneira de andar, de vestir, de falar, de agir.

É preciso que a mulher se conscientize de que não precisa imitar o homem e continuar sendo o que sempre foi, de vez que nunca existiram duas coisas tão diferentes o homem e a mulher, cada qual cumprindo seu destino.

Tendo todos os seus direitos assegurados, a mulher só precisa é continuar a ser mulher, vaidosa, terna, doce, meiga, companheira do homem, flor enfeitando os caminhos do mundo.

A mulher nunca deve esquecer que é uma flor. E além de ser uma flor, ela também é uma deusa. Uma deusa capaz de gera vidas nos momentos de amor.

**Mário Souto Maior é escritor, etnógrafo, pesquisador**

**(Jornal do Commercio – Recife terça-feira 12 de março de 1991 – Opiniões – p.7)**

(texto 6)

## Surpresa no desfecho

**Oserias Gouveia**

**C**hegou a conclusões bem curiosas pesquisa recentemente realizada, pelo Departamento de Ciências Administrativas da UFPE, com o fim de examinar a situação da mulher em funções de chefia administrativa em empresas situadas no Estado de Pernambuco. O trabalho derivou da constatação, por um lado, do aumento expressivo da quantidade de alunas na composição do corpo discente do Curso de Administração nos últimos anos e, por outro, da verificação de que, no mundo inteiro, cargos de crescentes responsabilidades decisórias vêm sendo cada vez mais ocupados por mulheres nos vários campos das atividades profissionais, notadamente no setor econômico. Daí a preocupação dos pesquisadores em sondar as condições efetivas que as recém-graduadas em administração irão encontrar no mercado de trabalho.

Basicamente procurou-se ali, dentro da problemática geral da mulher que trabalha fora – tema que já vem sendo há anos objeto de amplos debates –, enfocar as dificuldades, percepções e valores que permeiam o desempenho de suas atribuições em cargos de chefia. Como produto final pretende-se ter o perfil da mulher que atua nesse campo, compondo um panorama referencial de sua participação na gestão das empresas. Esta a razão da pesquisa inquirir sobre a natureza da atividade e o tamanho das empresas onde há maior ocupação de cargos de chefia por mulheres, assim como as áreas funcionais e os níveis hierárquicos onde sua incidência é mais significativa.

Mas, além disso, o estudo almejou também identificar os obstáculos, associados especificamente à condição feminina, que dificultam a realização de sua carreira profissional. O ponto de interesse, nesse caso, foi examinar as circunstâncias em que ela tem ascendido nas estruturas de poder das organizações, assumindo responsabilidades que ampliam a dimensão do seu papel como tomadora de decisões nos vários escalões das empresas onde atua.

A hipótese original da pesquisa constituiu na suposição da existência de fortes barreiras, de findo preconceituoso e discriminatório, que entravam na ascensão a funções de maior amplitude de mando na estrutura das organizações. A qual, no entanto, não foi confirmada pelos dados da realidade. Ao contrário, o que se verificou foi a condição feminina se apontada pela maioria das mulheres pesquisadas como fator facilitador em sua carreira profissional, posto ter sido tal condição vista mais como elemento que favorece seu relacionamento com superiores hierárquicos, clientes, colegas do mesmo nível e subordinados.

Todavia, quando é colocada em questão o julgamento que as pessoas fazem da mulher por cometer algum erro, ou demonstrar deficiência no cumprimento das tarefas a ela atribuídas, a situação se mostra bem diferente. Aí a condição feminina se converte em elemento complicador. Essa situação põe a descoberto a dureza com que a mulher é sempre julgada quando procede de foram errada. Talvez isso reflita, pelo menos nas circunstâncias examinadas pela pesquisa, uma reserva subliminar das pessoas com



relação à capacidade da mulher para o exercício de atividades de chefia, mesmo que formalmente ela seja bem-aceita, como colega, no ambiente de trabalho. Convém aqui ressaltar que, embora a maioria das mulheres pesquisadas considere ser razoavelmente igualitário o tratamento dispensado pelas empresas aos empregados no que diz respeito ao sexo, uma parcela significativa delas (26%) declarou existir discriminação na empresas onde trabalham.

Mesmo assim, segundo os dados levantados na amostra, as mulheres que exercem funções administrativas neste estado sentem-se bem em suas aspirações e expectativas profissionais, visto trem 92% delas declarado expressamente estarem satisfeitas no trabalho. Isto apesar de exatamente a metade do total achar não ser compatível o salário que percebem com o volume de encargos que lhes são cometidos. O que, há de convir, é um percentual bem pequeno, considerando-se as condições de achatamento salarial que prevalecem no país.

### **Oserias Gouveia é professor da UFPE**

**(Jornal do Commercio – Recife, quarta-feira, 29 de março de 1995 – Opinião – p.3)**

(texto 7)

## Mulher... mulher

**Raquel Soffé**

**É** grande o esforço que a mulher ainda tem que fazer para manifestar suas convicções e explicar a importância da sua participação em todas as esferas de decisões sem ser classificada como parte de um “movimento feminista”. Na verdade essa luta faz parte de um movimento humanitário. Os homens lutam apaixonadamente por suas idéias e isso não é classificado como um “movimento machista”, e olhe que em muitos casos ainda participam do poder muito mais por serem homens do que por sua capacidade de discernimento ou mesmo por serem justos e bons.

Muitos são, ainda (homens e mulheres) os que vêem a mulher participativa, a mulher que exerce sua liderança, como alguém fragmentado. Entretanto, a mulher, eterna nutridora dos filhos, dos homens e da sociedade sente-se fragmentada quando é impedida de decidir sobre seu próprio destino e dos destinos da sociedade em que vive. Quando ela luta pela sua participação, na verdade luta também pela sua inteireza e pela unificação do ser humano. Ao longo do tempo, a mulher vem aprendendo a não aceitar as situações de vida que os outros lhe impõem, vem aprendendo a fazer suas próprias opções. Ser capaz de reconhecer que tem poder de modificar as coisas e sua própria vida é reconhecer sua cidadania e sua humanidade, ainda que isso lhe traga custos por vezes muito alto.

No transcurso da história da humanidade a mulher sempre trabalhou. A diferença é quando seu trabalho é remunerado e quando não é. A feminização da força de trabalho, a partir da década de 70 representou um dos fenômenos mais importantes deste século. Com a nova fase do capitalismo, nos anos 80, com a criação de um mercado de âmbito mundial, surgiu a necessidade de uma mão de obra barata, o que levou ao aumento da proporção de mulheres assalariadas em todos os lugares do mundo. A dívida externa de muitos países provocou a intensificação do trabalho da mulher, como em Singapura, Coreia do sul, Taiwan, Malásia, Chipre, México, Brasil, Indonésia etc. No anuário de Estatística do trabalho de 1994, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) registra uma evolução do emprego feminino desde 1984. Em 1994, em seu relatório “O trabalho no Mundo” registra que, nas regiões desenvolvidas, o trabalho feminino equivalia a 32,9%; em toda a região da América Latina e Caribe, 4,6%. As fontes estatísticas revelam que o crescimento do emprego será mais forte nas profissões científicas, técnicas, liberais e assimilados e no setor público. As características do trabalho da mulher são, portanto, as mesmas dos homens e para ambos terão de ser desenvolvidos programas de formação, reordenamento do tempo de trabalho, compartilhamento do emprego com outra pessoa e adequação do trabalho às necessidades familiares. Esta deve ser a tendência para o próximo século.

A IV Conferência Internacional sobre as Mulheres, realizada no ano passado em Pequim, com a participação de representantes de 189 países (mulheres e homens) aprovou um extenso programa para cujo cumprimento, além do comprometimento obtido dos governos, pede a colaboração das organizações não governamentais, inclusive dos sindicatos, do setor privado e, portanto, dos empresários e dos homens

em geral para que compartilhem com a mulher as responsabilidades, tanto na vida privada como na vida pública.

Raquel Soffé é Advogada

(Jornal do Commercio – Recife, quinta-feira 7 de março de 1996 – Opiniões – p. 3)

(texto 8)

### Dia da Mulher

Nelly Carvalho

Comemora-se hoje, o *Dia Internacional da Mulher*. Por que não se comemora também em outra data, o dia do Homem? Por que só as minorias sociológicas têm seu dia de comemoração? O ano inteiro é da maioria dominante. Não tem mais porque comemorar. Daí, o *Dia do Negro*, o *Dia do Índio*, também minorias sociológicas, o que não significa minoria numérica, mas grupo sem poder de decisão na sociedade. Há séculos, acentua-se a discriminação de papéis com base na diferença entre os sexos. É inegável que o mundo é dominado pelos mais fortes: os povos subdesenvolvidos, as raças não-européias, as classes desprivilegiadas, e o elemento feminino são testemunhas/objeto dessa submissão.

Apenas, quando já adiantado ia o século XX, a mulher começou a despertar de seu sono de dependência e a iniciar uma tomada de posição. A princípio lentamente e depois em ritmo mais acelerado, passou a assumir sua condição de cidadã, embora em muitos casos continue sendo uma cidadã de 2ª classe. Não se pretende, contudo, transformar o Dia da Mulher num murro de lamentações, nem se deve; pois, algumas decisões importantes a serem tomadas para o equilíbrio da sociedade brasileira, passam exatamente pela questão feminina, por sua característica biológica: ser mãe. Apesar de Simone de Beauvoir dizer que *ninguém nasce mulher, mas se faz mulher*, as características biofísicas e psicológicas reforçadas pelas culturais, fazem com que a mulher seja a guardiã da vida, como as vestais romanas que velavam o fogo sagrado. É de sua vigília que depende não apenas a existência, mas a qualidade de vida na face da terra.

Agora, no fim do século XX, esta questão se torna desafiadora para nós, envolvendo um assunto bem mais ligado à mulher, pelo lado biológico: o planejamento familiar.

Há tempos atrás, com base em estatísticas demográficas, era dito – e acreditávamos – que, no Brasil, não devia haver controle de natalidade pela imensidão de seu território e a necessidade de povoá-lo. A Amazônia tinha menos de 1 habitante por km<sup>2</sup>: era necessário que a população crescesse para que o nosso *hinterland* não ficasse vulnerável. Com o decorrer do tempo e o caminhar para uma sociedade urbana, onde as concentrações demográficas se fazem em torno das grandes cidades, estes argumentos mostravam-se falaciosos. Pois é baseando-se nestas falácias e em outros, que o contingente da população duplamente discriminado – mulher de baixa renda – não tem acesso ao planejamento familiar. Enquanto a população de classe média cresce em proporção aritmética, a população pobre, sobretudo a miserável, cresce em

proporção geométrica, gerando uma horda de miseráveis que sitia as cidades. Porque com o êxodo rural e as mudanças econômicas, esses contingentes não vão povoar as imensas áreas desertas nem se fixar nas lavouras.

Essa ausência de orientação e apoio aumenta o número de meninos de rua com seu rosário de conseqüências desastrosas. O Estado não pode assumir a responsabilidade, mas, continua-se a usar o procedimento de manter fora do alcance da mulher de baixa renda as formas de controle da natalidade. É uma hipocrisia e uma falta de visão proibir esterilização feminina em hospital público. Só agora, quando se busca estender o direito à usuária de baixa renda, torna-se uma mutilação a ser proibida. Todas estas razões que se mostram caducas são resquícios de autoritarismo patriarcal, estatal e religioso. Ao limitar, esse acesso, empurra-se um grande número de mulheres para a solução do aborto, este sim, um crime que além de tudo, traz os prejuízos físicos bastante conhecidos.

No Dia da Mulher, pensemos uma forma de planejamento familiar e de controle de natalidade para resolver duas questões, uma pessoal e outra social: o desespero da mulher diante de uma gravidez indesejada e a instabilidade advinda do crescente número de crianças desassistidas.

**Nelly Carvalho é professora do Deptº de Letras da UFPE**

**(Jornal do Commercio – Recife, 8 de março de 1996 – Opiniões – p. 3)**

(texto 9)

**Bom-dia, Recife**

Ronildo Maia Leite

**C**amarada Letícia Lins, como vai? Eu também vou indo, obrigado. Gostei do que você assuntou sexta passada no Caderno C deste **Jornal do Commercio**. Venho dizendo: na verdade, o inimigo da mulher não é o homem. Ou da bicha o machão. Nem do negro o branco, nem da lésbica a moçona – mas o abrançarado, o pretoso, o enrustido e a madame. A freirice de uns, o padrice de outras. Sobretudo o inimigo da mulher não é o homem, mas a crueldade do sistema econômico.

Nisso a Gordinha está com Betty Friedan e não abre, camarada. Mesmo sem ser feminista. “Homens e mulheres, uni-vos!”, foi o que ela aprendeu com a musa das fêmeas verdadeiras. Desde que, nos anos 60, a Betinha lançou a bíblia das saias e o catecismo das calcinhas, o seu famoso *A Mística Feminina*. Àquela época, a mulher estava se libertando do ferro de engomar, da mesa, do forno e da cozinha e até da cama – só pro dengo dos homens – para ganhar as ruas, onde está o futuro de todos, o mercado de trabalho. Foi quando surgiu a sacanagem do grande boato: tem saia demais no meu roçado.

Seria a mulher melhor que o homem? Ou ele mais talentoso do que ela? Quá, quá, quá... Sejam duas as verdades consagradas: atrás de um grande homem há de sempre haver a mulherzona. E de uma grande mulher um hominho feito eu a lhe amar, respeitar e invejar até.

O dote da paciência e da compreensão é o talento do amor. Nisso, elas ganham da gente, disparadas. Não seja, pois, o homem essa coisa ronhenta. Nem a mulher o fulgor das fogosas simplesmente...

Queiram-me, pois, como lhes quero e tanto – essa a filosofia tão simples da Gordinha, pra quem, e em certos casos, o chamado assédio sexual é outra frescura, essa agora das fêmeas delirantes. Existe esse tipo? Que há, há. E quando elas deliram é pior do que intentona comunista ou passeata de beatos.

O resto é lorota. Sobretudo, o inimigo da mulher não é o homem. Como disse a Gordinha, plagiando Betty Friedan, o sistema repressor atira um contra o outro. Esse inimigo comum também está representando nos meus personagens, camarada: o Dr. Melaço, o Seu Coisa, o Borges, o Gênio de Suspensórios e o Gérard Caucax. Do que há de melhor, essa gentalha, na esquerda de beira de piscina. E de botelhas de vinhos e frascos de colônia e conhaque. E litrões de uísque na alegria geral da iniquidade.

Essa coisa, eu tento expor no meu *Um Chope para a Gordinha*, reunião de 67 dos quase 700 Bom-dia, Recife.

Mas essa, escrita outro dia:

Disse o poeta maior ao seu prefeito: “Amar mulheres várias, cidades só uma – o Recife”.

Fosse o contrário...

Pode amar, a mulher, cidades várias, homens só um. Amasse a mulher do poeta conta tanto amor assim aos amigos mais do que ao Recife.

Somos assim mesmos, os homens, uns imperfeitos de origem.

Certa vez disse termos nascido, nós e elas, com um grave defeito de fabricação. Tentei explicar certos poréns da Bíblia: acabada a grande tarefa de o mundo criar, no sétimo dia Deus não descansou coisa nenhuma. Pegou uma tulha de barro, deu um sopro e fez o homem. Por que não pegou outra tulha e deu-lhe outra soprada para moldar a mulher? Nada disso. Deu-lhe, no homem, uma dedada nas costas, arrancou-lhe uma costela. Com isso, quis o Senhor pudesse gestar e parir também o homem. Mas esqueceu de botar um ventre no barro. Botou na costela.

Absurdo da criação? Se o homem deu à luz a primeira mulher, por que não continuou a parir?

À mulher não se dá o direito de amantes amar feito ao poeta. Amou, lascou-se. Consultem o Aurélio. Existe o feminino de corno? E o masculino de “quenga”? Pode a mulher ter filho algum fora de casa? Nem tempo dá. Começou a inchar a barriguinha, vão logo perguntando de quem é. Mais ainda e mais, sabem do mais? Ame a mulher mais homens que às cidades, o marido e chifrudo e ela uma quenga.

Ronildo Maia Leite é jornalista

**(Jornal do Commercio – Recife, domingo 10 de março de 1996 – Editoriais – p.2)**

**(texto 10)**

### **Crimes contra a mulher**

**É** lícito esperar que as medidas sugeridas e anunciadas com o objetivo de oferecer efetiva proteção à mulher não fiquem só na emoção trepidantes das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Isto porque a escala da violência – que não se resume apenas a estupro ou assédio sexual como podem pensar os desavisados – em alcançados níveis verdadeiramente inusitados, numa demonstração lamentável de que a bestialidade e a selvageria contra o sexo feminino indefeso, mais das vezes, revestem-se de requintes de perversidade iguais ou piores aos que se verificam no século passado.

Pouco adiantará especular em torno de teorias e elucubrações sobre a natureza humana ou níveis psicanalíticos de escala ao “objeto do desejo” e outras tiradas que tais, a que Freud e Jung apontam como desvios, insanidades aberrantes, dramáticas e fatais. Vale mais, no caso, considerar e reconhecer que em sua maioria as mulheres brasileiras são vítimas preferenciais não apenas de preconceitos, mas de violações corriqueiras impunes e como que aceitas e incidentes em seus direitos fundamentais. E isso é fato tanto mais grave quando essa violência é tomada como coisa ou procedimentos normais, daí porque na maioria dos casos as queixas e os inquéritos arrolados nas chamadas delegacias especializadas e instâncias outras do próprio Ministério Público costumam dar em nada, por conta de procedimentos coniventes, descaso, incorreções eivados desde a origem.

Deve-se reconhecer, entanto, que são consideráveis os avanços e as conquistas da mulher no cenário das atividades antes só permitidas aos homens. A partir dos anos 40, por exemplo, e em decorrência do *status* social imposto pela conflagração mundial

que durou de 1939 a 1945, pode-se observar que importantes espaços fechados à participação da mulher vêm sendo abertos. Até mesmo a forte marginalização profissional recentemente inexpugnável vem cedendo lenta mas gradativamente; nova mentalidade está-se impondo no sentido de uma liberação total.

Nesse avanço salutar e histórico cabe apontar as trajetórias extraordinárias de duas líderes mundiais de povos e do nosso tempo; Golda Meir, a obstinada e competente que conseguiu consolidar a independência de Israel; e a teórica inflexível que elevou a Inglaterra ao respeito das nações numa hora difícil e estratégica para o mundo, ganhando uma guerra fria em que foi ao mesmo tempo alvo e obus. Margareth Thatcher.

No caso brasileiro da violência contra a mulher parece haver uma tendência entre autoridades e instituições no sentido de impor medidas drásticas contra os agressores. Assim é que merece todo apoio o projeto de lei visando a modificar o nosso Código Penal no sentido de considerar estupro e assédio sexual crimes comuns contra pessoas e não crimes contra o costume, como acontece atualmente. Dentro desse mesmo espírito, o governo federal anuncia o propósito da criação de uma Vara da Mulher nas Defensorias Públicas, para instrumentalizar e agilizar julgamentos dos crimes cometidos contra a mulher e que a impunidade faz manter em ascendência realmente assustadora. Hoje, o processo tem um trâmite tão lento e, na maioria dos casos, suspeito que chega a desanimar e revoltar as vítimas. Ainda mais se impõem essas medidas porque pesquisas recentes demonstram que a violência não é fenômeno vinculado a pobreza – como se pensou até recentemente – mas atinge a todas as classes sociais, embora constata-se também que a sua maior incidência ocorre no Nordeste, naturalmente porque os procedimentos ditados pelo arraigado machismo encontram-se mais à vontade, protegidos por uma inaceitável impunidade.

Providencias em defesa dos direitos da mulher são louváveis. Mas sua aplicação correta dependerá muito de um permanente trabalho de vigilância das próprias mulheres. E, abstraindo-se estrelismo e oportunismo, essa atalaia deve ser assumida de maneira efetiva, ampla e competente.

**(Jornal do Commercio – Recife, quarta-feira 20 de março de 1996 – Editoriais – p.2)**

(texto 11)

## A causa da mulher

RAQUEL ROFFÉ

**D**iz-se que uma das revoluções mais importantes do século XX foi a empreendida pela mulher, sua luta pela liberdade, igualdade, pela cidadania, assim entendido o direito ao trabalho, de expressar-se em todos os sentidos, de participar ativamente da política, direito de estudar, direito à cultura, ao descanso, ao sexo prazeroso etc... como parte do processo de construção de um mundo sem dominadores e dominados, um mundo compartilhado por homens e mulheres sob o lema “eu e você”.

A emancipação da mulher no campo político como no social não é algo que teria-se dado como um processo natural da história, sem a influência das mulheres. Pelo contrário, a história mostra que só se obtiveram essas vitórias nos lugares onde as mulheres foram protagonistas de uma brava luta em direção à essas conquistas. Tanto é assim que, em muitos lugares do planeta, as mulheres ainda vivem ocultadas no lar e, mesmo quando saem às ruas o fazem com seus corpos totalmente encobertos, não têm vontade e muito menos liberdade.

No Ocidente, a despeito dos grandes avanços, ainda há bastante caminho a percorrer em direção ao mundo do “eu e você”. O homem ainda faz o papel do dominador, em muitos casos. A violência conta a mulher, reflexo desse papel, ainda é bastante elevada, em todas as classes sociais. Essa violência ora se expressa de forma física, ora psicológica. O homem que tenta conter o sucesso profissional de sua esposa está, sem dúvida, praticando um tipo de violência psicológica, de dominação. Lembro de uma ex-vizinha, ainda jovem, casada com um empresário, mãe de duas filhas, que resolveu realizar seu sonho estudando Direito. Fez vestibular. Até aí tudo bem. O marido não imaginava que ela fosse ser bem-sucedida. Quando, porém, passou e começou a freqüentar a faculdade, ouvia dele, todos os dias, gracinhas com respeito a sua inteligência, menosprezo quanto ao seu sucesso futuro e outros tipos de chicotes psicológicos. O desfecho foi esperado: separação. Este caso não é isolado. Conheci uma médica, cujo marido, engenheiro, sempre achava que podia diagnosticar as enfermidades melhor do que ela.

Ainda que em muitos casos de violência, a repressão se faça necessária, a forma mais eficiente para combater esse mal é a educação. Só através da educação se poderá compreender o sentido do primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Isso significa pessoas livres, iguais, auto-suficientes, as quais a sociedade reconhece o direito de exercer todas as suas capacidades e potencialidades e cobra sua participação na vida política, econômica, social e cultural.

A mulher, séculos e séculos proibida ou inibida de viver para fora de si mesma, para o mundo, como o fazia o homem, sendo aquela sempre à espera de seu redentor, príncipe encantado, não encontrou outra forma de crescer senão para dentro. Foi elaborando o seu interior, desenvolvendo-se como ser humano que conseguiu



encontrar forças pra ir, aos poucos, rompendo a barreira, saindo de trás dos grandes homens para assumir seu papel ao lado deles. Hoje os cientistas dizem que a mulher vê o mundo com os dois lados do cérebro, ou seja, de forma mais abrangente. O homem, por outro lado, sempre voltado para o mundo de fora, das lutas exteriores, desempenhando sozinho o papel de provedor, pouco olhou para dentro de si mesmo, e, não se observando naquilo que de mais parecido ele tem com a mulher, por ser também um ser humano, ficou surpreendido pelo que viu brotar desta.

O poeta Rainer Maria Rilke escreveu há quase cem anos: “A mulher em que a vida habita mais direta, fértil e cheia de confiança, deve, na realidade, ter-se tornado mais amadurecida, mais humana do que os homens”, “os homens que não a sentem vir ainda, serão por ela surpreendidos e derrotados”.

Há muito que se falar dos caminhos percorridos pelo homem e pela mulher através da história, mas o que de fato importa é que seu encontro seja para breve.

Assim como a mulher não precisa se travestir de homem para obter respeito no trabalho e alcançar sucesso, também não é necessário ao homem despir-se de sua masculinidade para observar-se internamente e descobrir o maravilhoso e intenso mundo de suas emoções. Sartre dizia que o que há de mais verdadeiro em nós são nossas emoções. Por que o homem não fala de suas emoções tanto quanto fala de sexo? Porque quando fala sobre sexo ele entende que fala sobre poder, fala como dominador, como herói e, para falar sobre sentimentos, ele tem que falar como um ser humano normal, com suas fortalezas mas também com suas fraquezas. É nesse campo dos sentimentos, das emoções que homens e mulheres, como seres humanos poderão se encontrar de forma mais verdadeira, sem jogos, sem interesses escusos, sem engodos. É isso que fará com que também os homens cheguem à velhice com muitos e verdadeiros amigos, homens e mulheres.

### **Raquel Roffé é advogada**

**(Jornal do Commercio – Recife, 10 de março de 1999 – Opiniões – p.3)**

(texto 12)

## A mulher do terceiro milênio

RENAN CALHEIROS

**A** semana foi marcada pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher, quando lembramos a coragem e o sacrifício das operárias de uma indústria têxtil de Nova York que, em 8 de março de 1857, entraram em greve pela redução da jornada de trabalho e por salários equivalentes aos dos homens. Os patrões cerraram as portas da fábrica e atearam fogo ao prédio, transformando as grevistas em tochas humanas.

Daí em diante, as conquistas da cidadania feminina registraram avanços significativos no mundo da educação, do trabalho, da política e da família. Mesmo assim, ainda hoje, final de milênio, em diversas culturas, mulheres ainda lutam por maior participação política, por realização econômico-financeira, por reconhecimento intelectual e até mesmo pelo simples ir e vir.

Em nosso Brasil de tantos contrastes, muitas continuam subjugadas, exploradas, agredidas em seus direitos elementares, depreciadas na dignidade, sujeitas a vicissitudes e a dramáticas manifestações de violência. Boa parte clama por respeito; outras sequer imaginam a força que possuem para mudar o próprio destino. A dura realidade é que 70% dos homicídios de mulheres são praticados pelos seus parceiros, e as estatísticas penais registram que pais, irmãos, padrastos, tios, primos e maridos cometem a maioria dos estupros.

Apesar de tudo, não há quem ignore, hoje, o êxito das mulheres em todas as ocupações a que se dedicam, em que sobressaem pela competência profissional, pela excelência técnica, pelo interesse pela dedicação e pelo apuro com que engrandecem tudo o que fazem.

No Ministério da Justiça, preocupo-me em contribuir para que esse processo evolua, desobstruindo bloqueios, superando desigualdades institucionalizadas, quer pela lei, quer pela transformação de costumes, e facilitando a troca de experiências, mediante a ação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Recentemente, esse esforço tem-se materializado em iniciativas como o Pacto Nacional contra a Violência Familiar, que a partir de agora ganhará mais consistência e foco graças à criação de um comitê técnico. A esse grupo de trabalho composto de representantes de entidades ligadas ao movimento das mulheres, militantes dos Direitos Humanos, integrantes da Associação Brasileira de Magistrados, membros do Ministério Público, parlamentares e Comunidade Solidária, caberá elaborar anteprojeto de lei com a finalidade de ampliar os mecanismos de defesa e proteção de todas as pessoas que constituem o núcleo familiar e rever as legislações civil e penal, expurgando-as das discriminações que nelas ainda se encontrem.

Trata-se, na verdade, de uma luta a que todos são chamados, pois, mais que homens e mulheres, somos todos brasileiros e temos a obrigação de legar às próximas gerações de cidadãs uma existência mais digna, mais justa e mais feliz.

Renan Calheiros é Ministro da Justiça

**(Jornal do Commercio – Recife, 17 de março de 1999 – Opinião – p.6)**

**(texto 13)**

### **A toga veste a dama**

GUSTAVO KRAUSE

Sejamos simples. Sejamos como tem sido Margarida, por inteiro, a vida inteira: simples. O simples “Não aceita, não se recusa. Não se louva, não se despreza. Vive como respira. Sem desvios, sem afetações, sem grandiloquência. Nada tem a provar porque tem a força e a graça da verdadeira vida”.

De todas, a simplicidade é a virtude mais rara. Nenhuma virtude é real se não é simples.

É, também, a mais leve.

É preciso ser simples e leve frente ao peso esmagador de um mundo disforme. Simples e leve como o pássaro na determinação do canto e não como a pluma na indeterminação dos ventos.

Sejamos doces. Sejamos como tem sido Margarida, por inteiro, a vida inteira: doce. “A senhora foi muito delicada com o meu filho”, disse a mãe de um condenado à Promotora Pública que, no cumprimento do dever e sem perder a ternura jamais, fez a justiça punir o crime.

Doçura é acolhida. É força sem dureza. É amor sem cólera. É respeito. É recusa a agravar a dor e o sofrimento do outro. É bondade natural e espontânea que ignora o medo. Tida por alguns como a mais feminina das virtudes, a doçura faz com que a mulher ande mais perto do humano do que o homem e, por isto, é o mais curto dos caminhos para o encontro com o divino. A doçura é a mais suave manifestação de coragem.

Sejamos, pois, corajosos. Sejamos como tem sido Margarida, por inteiro, a vida inteira: corajosa. “Preferi me aposentar da Promotoria porque me cansei de acusar pobres”, aí está uma sentença existencial, passada em julgamento e prolatada por uma consciência determinada e generosa. É a coragem que dispensa o espetáculo.

Falo de uma coragem que não persegue o pedestal do herói. Refiro-me à coragem magnânima, capaz de estender a mão e conciliar. Trato de uma atitude incorporada ao cotidiano e que, portanto, carece de honrarias e condecorações.

Tenho presente – porque delas suas vidas está pontilhada – a corajosa dedicação para enfrentar a perda inevitável e a corajosa determinação para dobrar adversidade quase que insuperáveis. Registro a mais ativa das coragens: a de servir a uma causa como instrumento de luta e de transformação.

E aqui, encontro a mulher Margarida, como todas, oprimida, desde tempos imemoriais, pela força bruta, pela violência social e política, pelos costumes, códigos e instituições, pela insensatez dominadora de uma cultura androcêntrica. Algumas vezes

tive o privilégio de trocar idéias sobre o que você precedentemente chama de “revolução silenciosa das mulheres”. Silenciosa, de fato, porque prescinde do estrépito das armas e, curiosamente, a vitória final não pode repousar sobre o extermínio do opressor; silenciosa, permanente e profunda, a revolução feminina e a subversão ambiental constituem os dois fenômenos históricos contemporâneos que mais radicalmente alterarão os rumos da civilização humana. Uma propõe, em nome da dignidade, um pacto de convivência com a redefinição dos papéis históricos dos gêneros.

A meu ver, a revolução feminina anuncia a mais elevada forma de civilização – a civilização da *anima* – dentro da qual se torna dominante o princípio do amor, da paz da unidade. Neste sentido, invoco em meu favor a excelente companhia do pensamento clarividente do sociólogo italiano Domenico de Masi: “A sociedade industrial nasceu do Iluminismo (...). O Iluminismo acrescentou que tudo que é racional é masculino e se refere à produção e produção se faz na empresa. Tudo que é ruim, ao contrário, é emocional e emocional é feminino e feminino se refere à reprodução, e a reprodução é feita em casa. Houve, portanto, uma cisão terrível entre os homens que se atribuíram o poder e o monopólio do trabalho e as mulheres que foram deixadas em casa. Mas, hoje, nos damos conta, de que as empresas não progridem sem idéias e isso requer fantasia, subjetividade, estética e emotividade (...). O petróleo da era pós-industrial será criatividade, estética, emotividade, subjetividade. Quem tem isso são as mulheres. Não é dádiva da natureza. É que nós, homens, nos descuidamos e as mulheres cultivaram (...). Caminhamos para uma sociedade que a mulher estará à altura dos homens. Isso não aconteceu por bondade dos homens. As mulheres souberam lutar para impor essa realidade”.

Em tempo e espaços distintos, cada mulher fez sua parte, ora com o sangue do martírio, ora com o exemplo da resistência, ora com o ímpeto do desbravamento.

Com seu jeito e à sua maneira, ou seja, sem o arrebatamento estéril ou a confrontação inútil, Margarida, movida por sólidas convicções, abriu caminhos, em favor da causa, na direção do ideal de libertação, buscando consolidar o papel histórico da mulher para além do simplismo da igualdade e da complementaridade e afirmando a libertação na assunção e no recolhimento da alteridade do gênero feminino.

Agora, estamos diante da amiga Margarida, de sua nova causa e acalentada utopia que é, neste país injusto, fazer justiça.

Como tudo que você fez foi bem feito, estamos certos de que a justiça será bem feita, de conformidade com a lei, segundo o senso de proporção e obedecidos os ditames da consciência.

Para tanto, não lhe falta a força da alma que é a coragem revelada na palavra, no compromisso e no gesto. Para tanto, a toga veste a dama. A dama da simplicidade. A dama da doçura. A dama da coragem. E para todas as coisas da vida, não é difícil profetizar: seu destino é o da flor/mulher porque u’a margarida é u’a margarida é u’a margarida.

PS. Discurso em homenagem a Margarida Cantarelli pela passagem do Dia Internacional da Mulher em 13/03/00.

**Gustavo Krause**, *consultor de empresas, foi ministro da Fazenda e de Recursos Hídricos*

**(Jornal do Commercio – Recife, 23 de março de 2000 – Opinião – p.7)**

**(texto 14)**

### **Mulher e Governo**

Qualquer conhecedor razoável de nossa História sabe que o substrato profundo dela é patriarcalista e, fundamente, machista. No Nordeste, então, vivemos a lenda das sinhazinhas isoladas no fausto das casas-grandes, quase sempre simples máquinas de procriar a continuidade das estirpes fidalgas que dominavam terras de extensão de reinos e mandavam em homens como se fossem coisas.

Decerto, muita água já correu sob as pontes e a partir, sobretudo, de 1930, a mulher começou no Brasil sua caminhada emancipacionista, destruindo preconceitos e invadindo espaços considerados sagrados, para se firmar, pouco a pouco, com toda força de suas potencialidades e sua notável capacidade de disputar com o homem a liderança de qualquer setor.

Mas, há resquícios, traços indelévels, marcas que ainda não foram apagadas. As considerações acima têm um endereço certo. Em alguns círculos brasileiros é possível assinalar a resistência, por exemplo, à idéia de que a economia nacional seja entregue, neste grave momento de crise, principalmente, ao comando de uma mulher. A coisa não é dita frontalmente, mas, quem se habituou à leitura das entrelinhas não terá dificuldades em observá-la aqui ou acolá. Problema, acreditamos, superado em Pernambuco. E superado em face de uma das mais gratas decisões do governador Miguel Arraes, a de colocar na Secretaria da Fazenda a economista e professora universitária Tânia Bacelar.

Decerto, também, aqui houve restrições iniciais. Quem, porém, teria coragem e argumentos para defender hoje, de público, tais necessidades? A secretária Tânia Bacelar se impôs por uma conduta exemplar nos negócios da Fazenda, revelando-se não só a técnica competente, absolutamente preparada para a missão, como, também, o espírito arguto, a fina sensibilidade política que o cargo requer, sendo capaz de se manter inflexível dentro de uma flexibilidade notável de comportamento.

A sua atuação competente em casos como a reforma administrativa, a adaptação da legislação tributária às novas normas fixadas pela Constituição Federal, sobretudo, no que se referia à instituição do ICMS, as negociações com o movimento classista fazendário, os exaustivos debates com as classes produtoras e o poder político, todo um acervo de trabalho realizado sem alarde, porém com a marca irrecusável do “savoir faire”. Seria bastante recordar que, em outubro de 1989, quando solicitou exoneração, em face de esgotamento físico, o governador recusou o pedido, licenciando-a, apenas, no que teve a aprovação da sociedade inteira.

Não tenhamos receios se a economia nacional cair em mãos femininas. Uma coisa seria impossível, é que essas mãos a maltratassem tanto como a da malta de incompetentes que conduziu o Brasil ao estado pré-comatoso de hoje.

(Diário de Pernambuco – Recife, quinta-feira, 01 de março de 1990 – Opinião – p. A-6)

(texto 15)

### Dia da Mulher

Na passagem do Dia Internacional da Mulher não será de nenhum modo incabível destacar o fato de que, diferente em muito da primeira metade do século, a situação do chamado sexo frágil ascendeu a níveis de indiscutível realce.

É verdade que num mundo ainda pejado de preconceitos, como o em que se vive em alguns pontos da terra, a mulher tem ainda muito a conquistar, não somente no plano da igualdade de direitos, como no terreno da competição contra a qual persistem em prevalecer determinadas formas absurdas e anacrônicas de “machismo”.

Há países em que modelos primitivos de convívio social ainda vedam às representantes do gênero feminino aquela equiparação com os homens porque lutaram não apenas a famosas mulheres do período clássico da história, mas sobretudo as primeiras feministas que na Inglaterra do século passado não pouparam sacrifícios em campanhas que se fizeram célebres no âmbito quer de natureza social, quer de sentido cívico, como foi o movimento pelo voto político-eleitoral, depois dos insucessos de tentativas com a da sindicalização, após a chamada era vitoriana.

Na idade moderna a emancipação feminina se situa precisamente entre o fim e o começo dos séculos XIX e XX, na medida em que a mulher foi deixando de ser, na mentalidade da época, aquilo que se chamava de “anjo do lar”. No século XX, portanto, é que dispara a luta para fazer da mulher algo mais do que um objeto submisso, vergado ao **pater familias**, destinado às funções domésticas de criar filhos e ser dona-de-casa.

Da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos é que se irradiou crescentemente positiva, a batalha que ainda se trava em algumas partes do Ocidente pela liberdade da mulher em relação ao direito de disputar, tanto quanto o homem, situações igualitárias na sociedade. Dessa forma foi que se chegou ao estágio atual da participação feminina na vida social e política na Europa e nas Américas.

A mulher da atualidade revelou-se uma colaboradora das mais expressivas na construção do arcabouço social e político do mundo já próximo do terceiro milênio. Da mulher que resultou da Revolução Industrial e que Bernard Shaw fazia questão de defender contra a maledicência e a lubricidade dos ingleses numa fase em que o salário feminino era de miséria, os ocidentais evoluímos para mulher participante e ativa nos ramos mais diversos das atividades orgânicas no corpo social. Evoluímos para a mulher estadista – uma Margareth Thatcher, uma Golda Meir, uma Violeta Chamorro agora eleita presidente na Nicarágua, sem que se fale nas Indira Ghandi outras, que prosseguem povoando o século que agoniza mas que promete muito mais a respeito do que pode a mulher oferecer ao gênero humano no próximo ano dois mil.

E nesse contexto é bom que se enfoque o Brasil, inserido através da colaboração feminina como área em que a mulher já tem papel histórico preponderante, não sendo de se destacar menormente a vitoriosa ascensão da mulher brasileira na vida pública nacional nestes últimos tempos. Depois de ministérios que já se entregam à mulher, ultimamente, o que se vê como perspectiva para o novo governo a inaugurar-se é a presença de indiscutível competência de duas ministras – a economista Zélia Cardoso de Melo e a professora Margarida Procópio, duas relevantes figuras que não podem ser olvidadas quando se comemora o Dia Internacional à Mulher.

(Diário de Pernambuco – Recife, quinta-feira 8 de março de 1990 – A10 – Opinião)

(texto 16)

### **As mulheres no poder**

Rachel de Queiroz

De tímida que vinha até agora, a subida da mulher ao primeiro escalão do poder, acelerou-se heroicamente na era Collor. Ótimo, já era tempo. Hoje temos mulheres ocupando cargos importante em todas as esferas do governo e, de modo geral, vão-se portando elas muito bem. Até nos caso mais difíceis, podermos quando muito afirmar que elas não chegam a se comportar pior que os homens. Aquela onda de maledicência e censura que engolfou a nossa bela Maria Luiza, quando prefeita de Fortaleza, só cresceu tanto por ser ela mulher. Muito prefeito há e houve por aí com pior desempenho que o dela, e não deu tanto que falar.

Judiciário e Legislativo já andam cheios de mulheres. E, na magistratura ou no ministério público, as doutoras têm se portado excelentemente. É talvez a esfera de poder onde mais brilham. Austeras, moderadas, humanas, extremamente ciosas da fidelidade à lei, mostram-se realmente intocáveis. Para machista nenhum botar defeito.

No Legislativo a politicagem as afeta tanto quanto aos colegas deputados e senadores. Elas também são de carne como os outros e, naquele jogo terrível por prestígio e vantagens, praticamente nenhum escapa, mulher ou homem. Ninguém – ou quase ninguém – passa com a reputação incólume por um mandato no Congresso. Até a Ruy Barbosa chamaram de ladrão.

Não duvido – e porque duvidaria? – da competência e mais qualidades das presentes ministras. Ao contrario. Torço calorosamente por elas. Mas há um ponto que não me parece bem resolvido, nesta ascensão da mulher ao poder: maridos.

Na sociedade tradicional machista, a mulher do poderoso poderosa é. Mas marido de poderosa se submeterá a ser a figura atrás do trono, a eminência parda?

Até agora quase todos têm resolvido a questão simplesmente abolindo a figura do marido. Ministras, embaixadoras, por exemplo, quase sempre são celibatárias, divorciadas, viúvas. Mas – sendo casadas – haverá ou não partilha conjugal no poder? Com rainhas sempre houve – salvo no caso de Catarina II da Rússia ou Elizabeth I da Inglaterra – verdadeiras mantes religiosas (vulgarmente chamadas louva-a-deus) que devoram os parceiros depois do ato de amor.

A Rainha Vitória, por exemplo, entregava tudo ao seu amado Alberto; e se ele não morre cedo, jamais a era vitoriana teria sido o que foi. A figura da viúva, com a sua eterna touca de véus negros, foi que marcou com o seu prestígio quase dois terços do século XIX. Aqui no Brasil sabe-se que um dos mais fortes motivadores da Proclamação da República foi o medo generalizado de se ver o país cair nas mãos do Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel.

É muito difícil, pois, ser marido de Presidenta. Até mesmo de ministra também o será. Maridos de prefeitas – que já os há muitos – há todo um folclore a respeito, e nem sempre elogiável. O caso mais grave que conheço aconteceu numa prefeitura do Ceará, recentemente. Um prefeito do interior viu-se cassado e deposto, acusado de malversações e abuso de poder. Esperou pela revanche e, como estava inelegível, na eleição que veio logo, candidatou a mulher à Prefeitura. A dama se elegeu e, no dia seguinte à posse, simplesmente passou procuração ao cassado marido, delegando-lhe todos os poderes do executivo municipal. Ele os exercia com gana e desenvoltura, quando rebentou o escândalo. Desculpava-se alegando que, por lei, era meeiro da mulher. E ela, tranqüila e rechonchuda, um bebê no colo, declarava aos repórteres: “Quem gosta de política é ele; eu detesto! Tenho mais é que cuidar da casa e dos meus filhos!”

Muita gente aplaudiu. Afinal era uma verdadeira Amélia, a mulher de verdade, com a qual todo homem sonha.

**(Diário de Pernambuco – Recife, sábado, 17 de março de 1990 – Opinião – p. A-13)**



(texto 17)

### A constituição do Estado e os direitos da mulher

Margarida Ma. Coelho Souza Leão

A nova Constituição do Estado de Pernambuco consagrou em seus dispositivos não somente as conquistas inseridas na Magna Carta, mas em muitos aspectos foi mais avançada, garantido à mulher, além dos direitos assegurados a nível federal, outras vantagens e garantias.

Analisaremos o Art. 223, que dispõe:

“É dever do Estado promover e assegurar práticas que estimulem o aleitamento materno”.

Preliminarmente, temos a destacar que o referido dispositivo surgiu em conseqüência da mobilização da mulher pernambucana, através de grupos organizados, que reconheciam a urgência e a necessidade de ver inserido na Constituição uma norma que garantisse ao recém-nascido o mais elementar de todos os direitos – o direito à alimentação e à vida.

Procurava-se tornar o Estado co-responsável por uma política de Aleitamento Materno.

Inicialmente, as associações femininas procuraram colocar a matéria com um maior detalhamento, onde apresentavam formas e modelos capazes de viabilizar a prática imediata, de ações disciplinadas a matéria.

No entanto, por se tratar de matéria constitucional, a norma aprovada pelos nossos constituintes foi apresentada de maneira sucinta, deixando a regulamentação para as leis ordinárias. Daí resultando que a norma constitucional não é auto-aplicável. Trata-se tão-somente de uma norma programática, cuja eficácia vai depender de leis posteriores que regulamente as práticas que serão adotadas para estimular o aleitamento materno.

Neste contexto, é de maior importância que a sociedade permaneça mobilizada, para fazer cumprir as determinações constitucionais, garantindo a efetiva aplicação de princípio que dispõe sobre o dever do Estado em garantir o aleitamento materno.

O Brasil detém um dos maiores índices de mortalidade infantil: de cada mil crianças nascidas no país, mais de cinquenta morrem antes do primeiro ano de vida e no Nordeste o percentual é ainda maior. E a desnutrição é a maior responsável pelos altos índices de mortalidade.

Durante um longo período, as multinacionais investiram em propaganda, de maneira a criar um mercado para os produtos dietéticos infantil, causando prejuízo para a maioria da população que não era informada sobre as carências alimentícias e a maneira correta de aleitamento.

Finalmente, sabe-se que a maior parcela dos brasileiros não dispõe de recursos suficientes para atender ao apelo consumista das referidas indústrias de leite em pó, sopinhas e similares.

No final de 1979, o Brasil participou, juntamente com 150 países, de reunião promovida pela organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações para a Infância (Unicef), onde foi discutido o problema da alimentação de lactentes e crianças pequenas.

Naquela oportunidade, os participantes do encontro manifestaram a preocupação com o declínio da prática do aleitamento materno, em consequência das atividades de promoção comercial dos alimentos infantis. Daí surgiram vários estudos e propostas, inclusive do Brasil, visando proteger e promover o aleitamento materno e garantir o cumprimento da legislação trabalhista de proteção à mulher.

Em 20 de dezembro de 1988, o Conselho Nacional de Saúde, seguindo recomendações da OMS, do Unicef e o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, através da Resolução nº 05, aprovou normas para comercialização de alimentos para lactentes a serem observadas em todo território brasileiro.

Concluimos assim, que cabe ao Estado, com a participação da comunidade e sobretudo dos grupos de mulheres, redirecionar o estudo do problema do Aleitamento Materno, de maneira a garantir saúde e alimento para a população infantil.

Margarida Ma. Coelho Souza Leão é advogada, membro do Instituto dos Advogados de Pernambuco e procuradora da LBA

***(Diário de Pernambuco – Recife, quarta-feira, 28 de março de 1990 – Opinião – p. A-7)***

(texto 18)

### A mulher na família

D. Lucas Moreira Neves

Na Itália, 08 de março é festejado com uma profusão de “mimosas”, distribuídas pelas mulheres: são as primeiras nascidas na primavera que se anuncia. Mas nem todo este ouro em forma de flor do campo faz esquecer que o Dia Internacional da Mulher comemora uma chacina de operanas numa fábrica de Chicago, há pouco mais de um século. Basta isso para que o Dia arrisque ser mais de reivindicação e confronto que de celebração. Mais de indignação represada que de celebração.

Ouso, no entanto, desejar que, no dia 8 de março e na Semana da Mulher, a exaltação da condição feminina e a legítima insurreição contra um “machismo” tão detestável quanto renitente, não levem a esquecer que homem e mulher unidos são imagem de Deus.

Esta afirmação, lema da Campanha da Fraternidade – 91, tem ressonância profunda na CF-94 pois a família irá bem se e enquanto nela a mulher tiver um papel específico, indispensável e insubstituível. Papel complementar ao do homem e por isso mesmo radicalmente enlaçado a ele.

A inderrogável lei natural da biologia e da genética exige que, na raiz do casamento e em vista da geração de novas vidas, se encontrem um homem na plenitude da virilidade e uma mulher na plenitude da feminilidade. Nem o Parlamento Europeu, num duvidoso exercício da sua autoridade pode cancelar, a golpe de decreto legislativo, o que a natureza – e Deus, por meio dela – estabeleceram. Não o pode, sem cancelar, ao mesmo tempo, a palavra casamento.

Ora, se esta união e complementaridade dos dois sexos é necessária e inevitável do ponto de vista fisiológico, para a geração da vida, o é muito mais do ponto de vista psico-espiritual, para a educação na vida. Por mais diferentes e antagônicas que sejam, as escolas e correntes da moderna psicologia, neste ponto revelam absoluta e inquebrantável unanimidade: o ser humano, homem ou mulher, precisa de um homem e de uma mulher para ser gerado e nascer. Precisa mais ainda, de um homem e de uma mulher – de um protótipo ( ou arquétipo) masculino e feminino – a introjetar como elementos formadores da sua personalidade completa. A falta de um ou outro desses modelos, sua insuficiente ou equivocada projeção ou sua errada assimilação podem determinar desvios mais ou menos graves na estrutura psicológica, na afetividade ou na inteira personalidade da criança/adolescente, vítima daquelas carências. Exemplos de tais desvios enchem páginas e páginas dos manuais de psicologia.

A mulher tem, pois, um lugar próprio, não intercambiável e indispensável, na origem e na duração de qualquer família. É um lugar conjugal e materno estreitamente vinculado à sua condição (natureza e comportamento) feminina. Assumir essa condição, querendo ser igual ao homem na dignidade de pessoa e no destino sobrenatural mas não nas funções e tarefas, e assumir seu lugar na família, na sociedade e na Igreja, é algo que engrandece e não avilta, não discrimina, não marginaliza a – mulher ao contrário do que prega um certo feminismo. A reta visão dos aspectos fundamentais, quer do ser-mulher, quer do ser-esposa ou do ser-mãe vem da reflexão e discernimento à luz da ciência – sobretudo ciências humanas (biologia,

antropologia filosófica, psicologia, fisiologia etc). Vem também de um olhar da fé, à luz da Palavra de Deus e do Magistério da Igreja. Neste campo como em todos os outros, a ciência não se opõe a fé nem a fé a ciência. Unidas, elas purificam alargam e esclarecem a visão.

Por ser mulher, a esposa traz para o casamento e a mãe para a vida da família dotes peculiares ligados à sua fisiologia e psicologia, caráter, inteligência, sensibilidade, afeto, compreensão da vida e postura perante ela, espiritualidade e relação com Deus – pois todas essas realidades têm nela uma conotação radicalmente feminina.

Esses valores femininos não são nem melhores nem piores do que os seus correspondentes de cunho masculino – são diferentes. Por isso mesmo eles suprem às carências dos valores masculinos e os completam equilibrada e harmoniosamente, desde que não sejam perturbados pelas injunções de um feminismo exacerbado quase sempre deformante.

Não vim nem ouvi nas manifestações relativas ao Dia Internacional da Mulher nas praças públicas, em páginas inteiras de jornais e em programas de rádio e de televisão, senão umas poucas e tímidas referências à missão da Mulher na família. (Leio, ao contrário, a notícia de que, num prestigioso programa televisivo, a entrevistada de hoje não será uma honesta e sacrificada mãe de família mas uma jovem envolvida recentemente em escabroso episódio carnavalesco). E no entanto, parecia-me natural que, no Ano Internacional da Família o Dia da Mulher desse ênfase particular ao importantíssimo lugar da mulher na família. Com uma pitada de bom-senso e clarividência, é fácil ver que o bem-estar da sociedade e da própria humanidade, nesta inquieta soleira do Terceiro Milênio, está em grande parte nas mãos de mulheres. daquelas que, sem complexos, com legítima altivez e brio, aceitam a missão e tarefa que só elas e ninguém em seu lugar, podem cumprir: a de mães de família; educadoras, formadoras das personalidades de seus filhos; responsáveis, em boa parte, pela atmosfera do lar.

Ninguém cometeria o erro de negar à mulher o direito/dever de participar da vida da sociedade e de influir nela. No mundo das ciências e das artes, das letras e das comunicações, da política, da atividade sindical, da universidade, a mulher tem seu lugar – e sabe ocupá-lo muito bem. Mas ninguém tampouco deve ignorar que, servindo à microssociedade familiar com suas características próprias – ternura, solicitude, delicadeza, intuição, senso prático, devotamento – a mulher, esposa e mãe serve diretamente à sociedade maior e à própria humanidade.

D. Lucas Moreira Neves, Cardeal-Arcebispo de Salvador e primaz do Brasil

*(Diário de Pernambuco – Recife, quarta-feira, 9 de março de 1994 – Opinião – A2)*

(texto 19)

### A família em questão

As celebrações de mais um “Dia Internacional da Mulher” nos levam a uma reflexão em torno de um problema dos mais graves que está afligindo a família brasileira.

Estatísticas divulgadas em reportagem que fizemos no último domingo falam que 5,7 milhões de famílias – ou 15% de um total 38 milhões no País – são chefiadas por mulheres. Viúvas, divorciadas, abandonadas, solteiras... assumem a direção do lar e a responsabilidade, praticamente, total de sustentar e educar os filhos. Sob duras pressões econômicas, a maioria tem de trabalhar e, assim, as crianças passam a crescer sem assistência direta dos pais ou das mães, entregues (as mais abonadas) ao controle das empregadas e o resto (as pungentemente carentes) à própria sorte.

Não é um fato novo, nem ignorado. Vem crescendo irrefreavelmente ao longo dos últimos anos e, agora, o seu impacto é tão poderoso que – queiramos ou não – está se desenhando um novo perfil da família brasileira. Acrescentemos um dado: se alguém se dispuser a fazer um levantamento rigoroso das condições do divórcio, entre nós, verá que quando existe a famosa cláusula da pensão paterna, na realidade, é um blefe, já que muitos poucos respeitam.

O que ocorre, sem eufemismo, é o abandono covarde das responsabilidades e a condenação da mulher a se transformar em provedora única da família, enfrentando um desafio para o qual, raramente, se encontra capacitada. As conseqüências imediatas disso estão bem claras. É só examinar a mídia.

Desenha-se um novo perfil da família. A mulher, em países mais desenvolvidos, sacode a poeira de séculos de menoridade e opressão e conquista suas prerrogativas de cidadã. Será essa, talvez, a Grande Revolução do nosso século. Com a velocidade do raio, esses direitos sagrados se difundem. Infelizmente, atingem sociedades, ainda, despreparadas para honra-los e terminam se fazendo, pelas distorções impostas, instrumentos de sacrifícios, ao invés de justiça, para a mulher.

A Igreja desencadeia uma campanha, preocupada com o destino da Família. Sociólogos, psicólogos sociais, historiadores... olham com alta preocupação o quadro aflitivo do menor abandonado, do menor delinqüente, do menor zoologizado por condições desumanas de vida. Onde as respostas?

Seria muito bom olhar a Família. Examinar profundamente o papel da mulher chefe-de-família, esse novo matriarcado que a sociedade moderna (?) está construindo enquanto nossos sistemas de valores, já erodidos pela realidade, jazem agonizantes no meio das ruas.

Há um mundo novo em dores de parto. Não seria necessariamente nem bom, nem mau. Depende de nós. Da sensibilidade com que equacionarmos problemas dessa magnitude. E fizermos da mulher verdadeiramente igual e companheira.

(Diário de Pernambuco – quinta-feira, 10 de março de 1994 – Opinião – A3)

(texto 20)

## Mulher enganada

Jaime Menezes

O título pode levar o leitor à impressão de que eu esteja querendo falar de fidelidade conjugal. Mas não é disso que devo tratar, e sim de manobras do marido para ludibriar a companheira no momento da partilha de bens, quando o casal se separa.

É comum e causa muita pena a situação da mulher casada enganada pelo marido por ter vivido sempre na presunção de honestidade do companheiro, em quem se habituou a confiar cegamente. Ela passa de um elevado “status” econômico-financeiro e social, em que viveu por muitos anos, para um estado de penúria de causar dó.

Fica, assim, desprotegida e à mercê da própria sorte como se de longa data vivesse em completa pobreza, sem meios para alimentar os filhos, vesti-los condignamente e pagar o colégio. Isso acontece porque a mulher, na maior parte das vezes, se limita a cuidar do lar, das crianças, da educação, e do bem-estar do marido. Alheia-se por completo às questões materiais, confiando em quem depositou sua fé e confiança durante a vida inteira.

O crime desses maridos é ainda maior por causa da traição a essa boa fé, mormente quando a confiança tem suas bases no amor e nas juras dos tempos de namoro, e, principalmente, no juramento feito aos pés do altar, perante Deus e a sociedade, proferido em meios a uma apoteose de festas do coração e da alma, quando se pronunciaram solenes e formais juras de amor eterno, fidelidade e proteção de um para o outro.

Enquanto o homem o esquece facilmente, a mulher guarda e o recorda amiúde. Por isso se torna fácil para ele engana-la. Antes de se separar, se desfaz de todos os bens imóveis e móveis de maior valor. Deste modo, no momento da separação, o magistrado homologa uma partilha quase nula, porque esse é o quadro posto diante do juiz. Afirmo e garanto que essa homologação pode ser reapreciada anos depois, desde que se prove que o marido preparou essa situação e o próprio juiz foi enganado.

Esses casos podem ser reabertos, do mesmo modo que um inventário é desarquivado para a inclusão e divisão de bens que, eventualmente, tenham ficado fora, procedendo-se a uma sobrepartilha. E a justiça não pode nem deve tratar com tolerância, senão com rigor máximo, esses homens, mais culpados que aqueles que roubaram à mão armada, já que estes não agem com a sutileza e a mentira, deslealdade e traição de princípios em que incidem os maridos que assim procedem, enganando a boa fé da esposa, antes mulher amada.

É difícil para as mulheres de coração puro e elevada dose de boa fé, acreditar que o Chefe da Família possa proceder com tanta baixeza, ao arrepio da moral e da lei, mas infelizmente acontece, e com larga frequência. Depois de anos e anos de convivência sadia, ele surpreende a todos com a separação. Antes, porém, de anunciar essa intenção, ele se prepara, de antanho, transferindo bens, simulando vendas, diminuindo os haveres e posses para apresentar diante do magistrado como pobre.

Logo em seguida o marido aparece rico, e por vezes milionário, exibindo todo o patrimônio construído pelos dois, pois amealhado na constância do casamento.

Mas isso somente acontece à falta de orientação jurídica. Vejam as mulheres como devem agir, para não caírem em tal situação. Sempre que puderem, convidem um especialista para proferir palestras sobre Direito da Família. Utilizem associações, igrejas, salões paroquiais, escolas, agremiações, clubes, convidando para esses encontros o maior número possível de mulheres para que adquiram uma formação jurídica razoável a esse respeito. Levem suas filhas e lhes proporcionem oportunidades de informações seguras sobre o assunto.

Quando desconfiarem que o cidadão está preparando uma dessas coisas, em virtude da expropriação rápida de bens, aparentando um estranho e inoportuno, e sobretudo injustificado empobrecimento, ou coisas que tais, como facilmente o sexto sentido feminino pode descobrir, passem a confiar desconfiando, e procurem um especialista para providenciar o mais rápido possível um arrolamento de bens, como medida cautelar. Ele serve com produção antecipada de provas, como tal, aliás, prevista no atual Código de Processo Civil.

Se o marido estiver preparando a separação, para parecer pobre diante da justiça, a antecipação cautelar, requerida pela mulher o vai frustrar, desmascarando-o no momento certo. E assim se evitaria a partilha fraudulenta que ele tenta mas não conseguirá concluir.

Todavia, o maior e mais grave desses problemas aparece quando ele é empresário, porque manipula a escrita e esconde o patrimônio. Destarte torna-se fácil sonegar os bens do casal, preparando uma partilha altamente prejudicial à sua própria mulher. Os balanços mostram resultados negativos e prejuízos de vulto, consumindo todo o patrimônio a ser partilhado no momento da separação. Eles abrem empresas novas em nome de terceiros ou deles próprios, enquanto que a empresa-mãe para a qual, a mulher colaborou a vida inteira, está quebrada de repente, “não mais que de repente”, como diria Vinícius de Moraes.

Existe ainda a prática de depósitos bancários em nome de pessoas-fantasmas como meio de ocultar valores que, assim, são excluídos da partilha. Só quem tem sólida formação contábil é que tem condições de avaliar a extensão dessas fraudes. Por isso é necessário consultar o especialista e evitar que a mulher saia de esmola do casamento enquanto o marido sai rindo e milionário.

***(Diário de Pernambuco – Recife, quinta-feira 26 de março de 1992 – Opinião – A5)***

(texto 21)

### **Caminhos da mulher**

Hoje, Dia internacional da Mulher, seria interessante se tentar uma avaliação de como se encontra ela posicionada em nosso Ocidente e especialmente em nosso País.

A primeira observação não pode deixar de se otimista. Executados cortes no tempo, por exemplo, no nosso próprio século XX, impossível não reconhecer que o processo de sua emancipação foi quase vertiginoso. A mulher lançou as raízes de sua autonomia, independência e liberdade. A constituição de 88 a fez igual ao homem na liderança da família. Nenhuma carreira mais lhe é interdita.

Entretanto, algumas coisas destoam desse quadro promissor. Há uma poeira de preconceito no ar, envolvendo os corações e as mentes. As prerrogativas patriarcais, herança do colonialismo, ainda, ensombrecem, comportamentos e atitudes. A lei expandiu o espaço feminino: as conotações morais continuam a restringi-lo.

No fundo, é o império do preconceito e da ignorância difícil ou impossível de ser erradicado. Como o preconceito étnico, o feminino carrega um poder de sobrevivência inavaliável. As mulheres, em países como o nosso, ainda que reconheçamos os progressos feitos, têm um longo caminho à frente. Será a lenta evolução determinada pelo processo educativo, talvez, um dos fatores mais eficientes da mudança. Acreditamos na transformação das pessoas, trabalhadas pela educação. É ela a mega-energia das metamorfoses. Um trabalho de séculos? É possível. Mas só devido a ele tenhamos um dia um mundo em que os seres humanos se reconheçam *como uma fraternidade e a mão de nenhum deles oprima seu irmão*.

***(Diário de Pernambuco – Recife, quarta-feira, 8 de março de 1995 – A3 – opinião)***



**(texto 22)**

### **Nova conquista feminina**

Devagar e sempre, prosseguem as mulheres na determinação de novas conquistas no terreno das mais variadas atividades humanas. O que até bem pouco lhes negavam preconceitos crônicos e medievais, o feminismo triunfante dos dias atuais está pondo por terra e demolindo com justa repercussão e êxito incontestável e reconhecido. Não se encara de maneira diferente liberação recente de cursos do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (o ITA, renomada entidade só aberta aos homens) para inscrição e matrícula de estudantes do sexo feminino. A decisão do ministro da Aeronáutica entrará em vigor a partir do próximo ano, 1996. O ITA localiza-se em São José dos Campos, SP, e desde 1950, quando de sua criação, sempre inspirou em todo o País o maior respeito, suscitando uma reputação de natureza cultural e técnica de excepcional relevo, o que concorre para que se atribua a destacada e importância que representa esta nova conquista d mulher brasileira, em que pese as pressões da sociedade civil de há muito exercidas em prol da instituição pelo ITA de turmas mistas de estudantes, homens e mulheres sem nenhum tipo de discriminação.

***(Diário de Pernambuco – Recife, quinta-feira, 15 de março de 1995 – A3 – Opinião)***

**(texto 23)**

### **Cidadania feminina**

O Dia Internacional da Mulher não passou em brancas nuvens no Recife. Houve e ainda está havendo manifestações da melhor significação. Organizações e grupos femininos saíram às ruas, ergueram suas faixas, clamaram alto seus protestos e reivindicações. Tudo isto é muito bom.

Terá, assim, chegado o momento histórico da Justiça para a mulher brasileira? Evidentemente, não é isso o que estamos tentando dizer. O nosso registro tenta apanhar, apenas, aquilo que consideramos o maior triunfo dos movimentos feministas: ganharam, agora, suas tribunas; ninguém mais as pode tomar. Numa palavra, a pedra começou a rolar da montanha e já não há quem a detenha na sua descida espetacular.

Sem dúvida muitas conquistas foram conseguidas pelo nosso movimento feminista. A Carta de 1988, nesse sentido, é um belo documento. Entretanto, existem, ainda, muitas coisas a serem acrescentadas e muitas a serem defendidas. Porque a revisão constitucional é para este ano e algumas das vitórias femininas, se não forem eficientemente protegidas poderão desaparecer por revogação. É preciso confiar desconfiando, como ensinava o velho marechal das Alagoas. Nossa cultura se encontra de tal forma impregnada de elementos machistamente arcaizantes que o retorno de alguns abusos, já praticamente esvaziados pode acontecer sob o impacto de qualquer mobilização, mais ou menos, hábil.

Os Códigos Civil e Penal necessitam ser expungidos de suas derradeiras marcas antifeministas. As relações trabalhistas, o preconceito racial, a incidência de males destruidores, como o câncer e a Aids, sobretudo, a violência subjacente ainda nas estruturas domésticas, eis uma pequena amostragem do imenso campo de discriminações e escamoteações dos Direitos da Mulher. Há todo um universo por conquistar. A hora é de festejar... lutando.

Em algumas regiões do mundo, dominadas por filosofias retrógradas da vida, com uma ótica religiosa manca e doentia, a mulher permanece, praticamente, coisificada. Dessas regiões porejam vetores de infecção poderosos. A consciência da igualdade feminina é uma conquista do Ocidente, notadamente o Ocidente cristianizado.

E aqui vai mais a anatomia de um erro: hoje, muitas das teses tão caras ao pensamento emancipacionista em épocas passadas, no momento, se fazem pedras de entrave, dificultando o livre curso das idéias e o florescimento de respostas novas. Apontemos, para exemplificar a polêmica em torno da permissividade, do divórcio, do aborto, do controle ou planejamento da natalidade.

Não será tarefa fácil construir a cidadania feminina enfrentando resistências que vêm do fundo dos séculos. Será, porém, honra nossa, contribuir, da melhor forma, para que chegue esse dia da liberdade comum e da igualdade indiscutível.

**(Diário de Pernambuco – Recife, terça-feira, 9 de março de 1993 – A6 – Opinião)**

(texto 24)

### As mulheres e o poder

Passou-se o Dia Internacional da Mulher e, no meio das celebrações, mulher nenhuma de confissão parlamentarista lembrou-se de usar argumento que me foi da por uma antiga deputada o seguinte: vivemos num país machista, onde o PT pune Erundina por te aceito posição de Ministra, sem primeiro oferecer o lugar a um “companheiro”; vivemos num país onde pela lei todos e todas somos iguais, mas só na teoria. Quem duvidar veja a bela ministra Cruises, tratada com muita galanteria – forma explícita de machismo – mas, como ministra, tratada com mal velada restrição; ou a Zélia, de quem o presidente Collor quis fazer sua alter-ego, a sua czarina, deu naquela tragédia sentimental. E, se apenas o namorado foi demitido, é porque, segundo a lei não escrita, nesses casos, cf/ “o homem é sempre o culpado...” Mulher, tal como menor, cf/ não é responsável.

Aliás, nem é preciso insistir quanto ao machismo do brasileiro, e até ao das brasileiras. E então, chego à argumentação da minha amiga parlamentarista e que endosso totalmente:

Vocês não vêem, mulheres brasileiras, que só através do parlamentarismo nós teremos oportunidade de chegar ao poder? Se a Inglaterra fosse presidencialista, Margareth Thatcher teria se mantido durante dez anos com Premier do Reino Unido?

Ainda está longe a ocasião em que uma candidata a Presidente da República tenha chance de ganhar a eleição – quiçá, talvez, de apresentar candidatura. De prefeita, de governadora de Estado, ainda vá lá. E assim mesmo todas as que chegam ao cargo, são postas sob suspeita de Governar à sombra do marido, do namorado, do conselheiro especial. Já imaginaram – se o presidente Itamar fosse a Presidente Itamar – o que se diria do grupo de Juiz de Fora que o assessora com tanta fidelidade e exclusividade?

Nos projetos políticos, em que se trata da forma de Governo, só se alude ao “Presidente” – jamais a uma Presidenta. A palavra parece até meio grotesca.

Já num regime de gabinete, as possibilidades para nós são outras. Deputadas, senadoras, já as temos de ótima qualidade – e cada dia aumentam mais. E vão firmando liderança dentro da sua Câmara, vão suscitando respeito – graças ao talento, à fidelidade ideológica, ao excelente comportamento parlamentar; e (qualidades que só são atribuídas aos homens) à pertinácia, à combatividade, e à audácia das suas posições.

A escolha de um candidato a presidente é sempre um salto no escuro: espera-se que seja bom, mas só o uso do poder o decifrá.

Mas um primeiro-ministro, quando a maioria do seu partido no Congresso o leva à Chefia do Governo, ele já está provado por anos de combate e militância, já disse há muito tempo ao que veio, já mostra as cicatrizes das refregas políticas, é figura de projeção nacional, assinalada pelos anos de trabalho parlamentar, durante o qual provou suas qualificações para assumir o poder.

Candidato a presidente, contudo, é pegar qualquer um por aí, que há dezenas deles e considerando à altura, mais numerosos que os príncipes pretendentes ao trono imperial: Quércia, Brizola, Maluf, Lula, etc, etc, todos homens controvertidos e, assim

mesmo, com possibilidades de ganhar a eleição. Já elegemos até piores, como se sabe. E mulher – qual delas, entre as damas políticas, com cacife para se candidatar à imperial presidência? Nenhuma, claro. Nem mesmo a Erundina – imagine – se o Lula lhe cederia o lugar! Já entre parlamentares, temos lideranças femininas tão credenciadas quanto as melhores masculinas e que o País receberia sem sustos. Cito entretanto só uma, que daria uma Premier de primeiríssima, pelo seu talento, pela sua cultura, pela ilibada ética com que se vem comportando em longos anos de Parlamento, pela firmeza das convicções democráticas, pela bravura com que mantém posições nos momentos de crise. Um nome que os colegas no Congresso receberiam com confiança e apreço, para ser, não a nossa Dama de Ferro, mas a nossa Dama de Ouro; deputada Sandra Cavalcante!

Tenho dito.

### **Rachel de Queiroz é escritora, integrante da Academia Brasileira de Letras**

**(Diário de Pernambuco – Recife, sábado, 20 de março de 1993 – A7 – Opinião)**

(texto 25)

## O Dia Internacional da Mulher

**Austregésilo de Athayde**

Pedem-me que faça um pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher, que acaba de transcorrer, celebrado como uma consagração às mães, às esposas e a todas quantas em seus profundos vínculos com as atividades peculiares ao sexo, lembram aquela famosa palavra atribuída a Bismarck – Devemos às mestras alemãs a vitória da unidade política da nossa pátria”. Não apenas como rainhas coroadas em países dos mais cultos do mundo, mas em funções que cada dia se complicam e ganham importância à medida em que as mulheres assumem responsabilidades nas empresas, nas ciências e nas artes.

Mikhail Gorbachev, a quem tanto devemos e em cujas lições, com a sua famosa Perestroika e Glasnost abriu, na antiga União Soviética às mulheres russas, antes dominadas, um espaço vital, e insubstituível. Para o grande líder do pensamento moderno, que transformou a Rússia, o principal é que o clima na sociedade seja democrático, que as instituições democráticas tenham influência e que o povo possa de fato tomar decisões, controlar e criticar.

A mulher, entre as qualidades superiores do seu espírito, domina mais pelo bom senso do que pela inteligência. Elas possuem uma misteriosa capacidade de percepção dos caracteres humanos e prevêem o dia de amanhã como parte do múnus profético que as integra cada vez mais em todo o mundo culto e civilizado, como uma força propulsora que tem sido tantas vezes definida com essa frase: “Ao lado de todo grande homem há sempre uma mulher que por amor a inspira”.

***Austregésilo de Athayde é jornalista e escritor, presidente da Academia Brasileira de Letras***

***(Diário de Pernambuco – Recife, sábado, 20 de março de 1993 – A7 – Opinião)***

(texto 26)

**Fórum de Mulheres:  
reflexões sobre uma década**

***Márcia Laranjeira***

Neste 8 de março o Fórum de Mulheres de Pernambuco vai às ruas com uma proposta diferente dos anos anteriores: nada das habituais reivindicações ou propostas políticas que costumam marcar a data. O objetivo agora é comemorar nas ruas e nas praças, os dez anos de fundação do Fórum.

Este também é um momento que favorece a reflexão sobre quais os desafios que se colocam e as contribuições que essas mulheres, juntas há dez anos – embora muitas tenham muito mais tempo de ativismo político em outras instâncias e motivadas por diferentes causas – vêm dando à construção da cidadania no estado.

Em primeiro lugar, é interessante tomar como marco que a ação política das mulheres se dá numa região marcada por contradições. Se por um lado Pernambuco tem uma antiga e emblemática história de luta política e cultural pelas causas democráticas, criando um ambiente favorável à participação da sociedade, por outro lado, é um estado fortemente marcado por uma tradição patriarcal, o que se revela nas diversas formas de discriminação contra a mulher. Expressões dessa discriminação se revelam na violência de gênero (em Pernambuco, 13,2% das mulheres vítimas da violência são assassinadas); na saúde (em 1994, o aborto foi a 1ª causa de morte materna no Recife, em 2º lugar a hemorragia e, em 3º, a hipertensão); na pobreza (cresce o número de mulheres chefes-de-família, porém estas se encontram entre as faixas mais pobres da população); na educação (dentre as mulheres com idade entre 15 e 49 anos, 157 mil, residente na RMR têm baixa ou nenhuma escolaridade, enquanto que na zona rural esse número cresce para 323 mil).

Frente a esse quadro é que o Fórum de Mulheres tem atuado no sentido de visibilizar a ação política das mulheres no combate à discriminação; construir argumentos e alimentar o debate na sociedade sobre a importância de se combater essas injustiças, bem como de defender a implantação de mecanismos que, no plano geral, amparem as lutas e conquistas do movimento. Essas ações também se dão no trabalho Organizado de ONGs feministas, grupos de mulheres de bairro, sindicatos e na universidade, por exemplo, o qual contam com amplo apoio do Fórum.

Dentre as conquistas do movimento de mulheres – protagonizadas pelo Fórum – é importante relacionar a implantação de serviço de aborto nos casos previstos por lei como forma de combater a mortalidade materna e assegurar às mulheres um direito assegurado há mais de 50 anos; o combate a violência sexual e doméstica através da educação para a prevenção e o apoio às meninas e mulheres vítimas de violência. O Fórum também tem apoiado ações contínuas junto a saúde pública aliadas a campanhas públicas têm obtido sensível melhoria na prevenção e tratamento ao câncer de colo e à humanização do nascimento. Ciente da importância de cada vez mais mulheres assumirem o poder com legitimidade e trabalho qualificado, apoio as

iniciativas da Campanha “Mulheres Sem Medo do Poder”, direcionada a formação de mulheres candidatas ao legislativo e executivo.

No plano nacional a internacional, o Fórum de Mulheres de Pernambuco teve grande destaque no debate e na idealização de propostas a serem levadas pelo movimento de mulheres brasileiro à Conferência Internacional da Mulher, realizada em 1995, na China. Dos resultados dessa Conferência, foi elaborado um livreto intitulado “O Que As Mulheres de Pernambuco Querem Como Políticas Públicas Municipais – de 1997 a 2000”. Trata-se, sem dúvida, de um guia fundamental para qualquer prefeitura que tenha como objetivo construir democracia com justiça social para com as mulheres. Com essa publicação, o Fórum nada mais fez do que traduzir para o cotidiano o resultado de acordos internacionais realizados ao nível nos Estados Nações e, dessa forma, contribuir para que tais acordos não se tornem apenas letras mortas.

Frente à virada do milênio que perspectivas se colocam?

O Brasil vive um momento bastante rico em termos de participação cidadã. E neste contexto, se conformam novas alternativas de organizações de mulheres – em toda a sua diversidade e complexidade –, para as quais o Fórum é uma referência. Portanto, é preciso ampliar e fortalecer o investimento no campo da negociação com outros segmentos da sociedade, assim como do Estado, pois a construção da cidadania para as mulheres não depende apenas de nós mulheres, mas do compromisso da sociedade como um todo.

***Integrante do SOS Corpo-Gênero e Cidadania e do Fórum de Mulheres de Pernambuco***

**(Diário de Pernambuco – Recife, sábado, 7 de março de 1998 – p. 17 – Economia)**

**(texto 27)**

### **Mulher**

Dia do Trabalho, da Paz, da Criança, da Natureza e outros tantos dias, interna ou internacionalmente comemorados, já quase não cabem no calendário juliano de 365 dias. Em todo caso, um deles, o da Mulher, vem a ser daqueles mais badalados, talvez na esteira da ascensão feminina que se opera em todas, ou quase todas as latitudes do mundo, depois de séculos de submissão e opróbrio da sociedade. De repente, a mulher ingressa no mercado de trabalho, dividindo com o homem não só as responsabilidades da produção, mas, também, e sobretudo, a soberania dos lares, antes exercida solitariamente pelo parceiro. Neste aspecto, tanto códigos políticos quanto religiosos foram deixados de lado, na avassaladora presença daquela metade antes submissa da humanidade. Claro, há os exageros daqueles que querem mais do que a liberdade da mulher, querem a libertinagem para elas. E daqueles que vêm, na libertação da mulher, alguma coisa parecida com o caos e o suicídio. Não importa. O belo equívoco da natureza a que se referia Milton, conquistou o lugar que sempre lhe coube na convivência humana.

(Diário de Pernambuco – Recife, quinta-feira, 07 de março de 1991 – Opinião- p. A-8 )



(texto 28)

### Mulher, paixão e luta

A mídia, como faz habitualmente, reservou mais espaço esta semana para a mulher. Motivo óbvio: a passagem do seu dia internacional. A análise das informações liberadas e a crítica serena dos fatos aonde nos conduzem? Está acontecendo, realmente, um processo libertador da mulher, ou estamos ainda perdidos em lantejoulas, o essencial do problema intocado?

Ressaltemos um dado importante: há 30 mulheres atualmente no Congresso Nacional. Isto é singular dentro de nossa História. Pouco importa que se diga malevolamente que muitas delas são apenas mulheres de políticos. O real é que barreiras caíram, sentimentos novos mobilizam a vontade nacional, uma seiva diferente percorre a estrutura das velhas árvores.

A “capitis diminuto” feminina vem do fundo dos séculos. Para não ir longe, nossa civilização ocidental se construiu sobre alicerces de preconceitos, forjando uma sociedade fundamentalmente machista, patriarcal, imperial na sua convicção da superioridade masculina. Essas coisas não caem de repente. Trabalhamos aqui o universo das mentalidades e essas são forjadas, principalmente, pelo uso, hábito, costume, o que tudo significa tempo e o tempo é ferro ígneo, suas marcas são para durar.

Entre nós, por exemplo, as escórias desse tempo morto são amedrontadoras; chegam quase a desanimar. Veja-se a crueldade das estatísticas a respeito da política de controle da natalidade, mutilando milhões de mulheres, aleijando-as para a maternidade, dentro de programas habilíssimos de recrutamento, a que não faltam o dinheiro estrangeiro e a inconsciência nacional. Ou, o rol de violências, não monopólio das classes menos instruídas, mas exercício habitual de segmentos importantes das chamadas elites, aonde se olha ainda a mulher com a ótica colonial, quase uma coisa, simples propriedade comprada através da escritura do casamento, uma iaiazinha que eventualmente pode dançar lambada, mas no fundo mesmo não passa de um penduricalho doméstico.

A ascensão feminina, sua hora social de justiça movem-se porém com ritmo fatal nos caminhos da história. Não foi 1930 que abriu as portas do Brasil para o século XX ou a modernidade político-social. Foi a liberação feminina. A mulher eleitora, a mulher trabalhadora, a mulher líder comunitária, a mulher médica, advogada, economista, psicóloga, mestra, jornalista, política... já com outra cosmovisão, evoluindo, com maior ou menor rapidez, para o comando do próprio destino.

Decerto os preconceitos resistirão. Eles geraram privilégios e ninguém renuncia a privilégio de graça. Mas as praças fortes da intolerância e da discriminação estão sitiadas. O norte é a sociedade livre e igualitária. Um mundo maior pelo respeito de direitos inalienáveis e o senso da dignidade humana.

(Diário de Pernambuco – Recife, domingo, 10 de março de 1991 – Opinião – p. A-10)

(texto 29)

### Enfim, um começo

Olhemos com atenção e esperança esse julgamento do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que os jornais noticiaram: a Corte derrubou a tese da legítima defesa da honra, ao analisar o processo de um operário paranaense que matou a mulher e o amante dela o surpreendê-los em flagrante amoroso num hotel.

O acórdão admirável analisa e desenvolve dois argumentos da melhor significação primeiro, “o homicídio não pode ser encarado como meio normal e legítimo de reação contra adultério, pois nesse tipo de crime o que se defende não é a honra, mas a auto-valia, a jactância, o orgulho do senhor que vê a mulher como propriedade sua”; e, segundo, “a honra é um valor pessoal que não pode ser reparado com o sangue da esposa infiel”.

A mulher que prevarica desonra-se a si própria, não ao seu marido. Se fosse considera atentado a sua honra quaisquer enganos que viesse a sofrer, por erro de avaliação moral de outrem, o homem se transformaria num matador cotidiano. Faz-se necessário que o País repudie essa estranha compreensão de que, ao se assinar um contrato de casamento, se assina na verdade, um contrato de compra.

Nenhuma forma de escravidão possui possibilidade de justificação. Transformar a mulher em refém da honra masculina é uma das formas mais indignas de cativo. Dá ao homem o direito de tirar o maior de todos os bens, o único na realidade cuja defesa justifica a reação homicida.

Nós, nordestinos, sabemos que aí se encontra em jogo um preconceito cultural. Vem das raízes patriarcais de nossa formação. Incontrastável era o poder do “pater-familiar” na vastidão dos seus latifúndios, grandes como reinos, ou nos primeiros sobrados senhoriais desenhando a geografia do urbanismo nascente. Se remontarmos os caminhos históricos, iremos desaguar num universo lusitano tatuado pelas influências medievais e as marcas assinaláveis da cultura islâmica. A redenção do negro escravo culminada no processo abolicionista ainda se refere entre nós por resíduos colonialistas. Assim também a emancipação da mulher evolui lentamente num mar de escórias, resistência desesperada de um universo que se recusa a morrer.

Decisões da espécie que o STJ acaba de prolatar acendem entretanto uma luz no fundo do túnel. A mulher se liberta da condição de coisa para a de pessoa. Urge que se dissipe esse véu caliginoso. Em muitas regiões ainda do Nordeste o orgulho ferido, a vaidade, a pressão social, armam o braço dos maridos assassinos. É o caso de uma cultura ultrapassada e, na hipótese, injusta e cruel. O adultério, em qualquer tribunal, desfaz os laços do casamento. E abre as portas para uma vida nova, sem o sangue fraticida sujando as mãos de ninguém. Sangue que mancha: não lava nada.

(Diário de Pernambuco – Recife, domingo, 17 de março de 1991 – Opinião – p. A-10)

**(texto 30)**

### **Tráfico de mulheres**

Em meio à onda de violência grassante no País, seria difícil excluírem-se modelos de corrupção existentes hoje mais do que ontem no submundo do crime em seus variados matizes. A Polícia Federal e Procuradoria-geral da República se encontram agora, nacionalmente, a braços com uma rigorosa investigação envolvendo quadrilhas de traficantes de mulheres. Não se trata de nenhuma novidade da história policial dos países latino-americanos, o contrabando de escravas brancas. A repressão a esse tipo de atividade criminosa – a de encaminhar para o estrangeiro prostitutas incautas e desavisadas do chamado Terceiro Mundo. Presentemente, porém, a ação das quadrilhas desse tráfico internacional cresceu a ponto de se constatar o envio, num mês apenas, de 200 mulheres para o exterior, a maioria das grandes cidades, iludidas com promessas sedutoras de êxito fácil sobretudo. A investigação das autoridades está se fazendo rigorosa em estados do Sul, mas há indícios de que tal tráfico também se faz noutras capitais importantes do País. O desempenho de tais quadrilhas chega ao cúmulo, no que se refere ao Brasil, de se fazerem filmes na Europa onde se focalizam o “drama das mulheres brasileiras” levadas para Portugal.

**(Diário de Pernambuco – Recife, terça-feira, 21 de março de 1995 – Opinião – p. A-2)**

(texto 31)

### Política: substantivo feminino

*Dom Lucas Moreira Neves*

Na Itália (e não sei se na França e na Espanha), por coincidir com os primeiros sintomas da primavera que desponta, o dia 8 de março se reveste de uma roupagem particular. Uma explosão de ouro novo de milhões de mimosas recém-desabrochadas, distribuídas por mulheres de todas as idades pelas ruas de Roma e das cidades do Interior, saúda, de manhã ao entardecer, o Dia Internacional da Mulher.

Este cenário festivo atenua mas não faz esquecer as patéticas origens do Dia. Quem conhece a história sabe que este começou a ser celebrado para não deixar cair no esquecimento dezenas de mulheres. Num 8 de março, há pouco mais de cento e quarenta anos (1857), elas saíram as ruas de Nova Iorque denunciando as condições injustas e desumanas a que eram submetidas no seu trabalho. O protesto feminino foi reprimido com truculência, ocasionando um massacre de grandes proporções. Por isso o Dia Internacional é marcado por um caráter de reivindicação e de acusação, de luta e de luto: ultimamente lideranças femininas de vários matizes procuram inteligentemente ampliar esse caráter, fazendo do Dia Internacional um estímulo para novas conquistas em favor da ascensão social da mulher.

Neste ano, para saudar o dia 8 de março, a Campanha da Fraternidade/96 me induz a congratular-me com as mulheres pela participação política a que são convidadas.

Tal participação tem uma história não tão antiga mas bastante acidentada. História recente porque, em todo o tempo decorrido desde que o sistema democrático passou a incluir a eleição popular e direta para a atribuição de cargos públicos na Polis, pareceu natural e ficou líquido e certo que o direito de votar (e ser votado) era apanágio do naípe masculino da sociedade. Homens analfabetos e mulheres, mesmo superalfabetizadas, não tinham tal direito. Resistências, nascidas de preconceito e ditadas por uma certa "cultura" machista retardaram por longo tempo a adoção legal do voto feminino nas eleições cívicas. O Congresso socialista de Erfurt adotou, em 1891, a tese do "sufrágio universal" sem distinção de sexo. Na Inglaterra, Escócia e Gales o direito de voto é dado às mulheres de mais de 30 anos em 3 de fevereiro de 1918, de mais de 21 anos em 1928. Nos Estados Unidos, em âmbito nacional, a 19ª emenda à Constituição Federal admite o voto feminino. Na Austrália e Noruega as mulheres votam a partir de 1907. Na Dinamarca, em 1915 e na Suécia, em 1919. Daí por diante, em todos os países civilizados. No Brasil, a primeira Constituição republicana de 1891 não contemplou, nem de longe, o voto feminino. Após não poucas batalhas, à força de muitos discursos no Parlamento, muitos artigos e editoriais na Imprensa, muitos comícios e movimentos de rua, foi a Constituição de 1943 que, finalmente, outorgou às cidadãs brasileiras o privilégio de votar.

Quanto à luta pelo direito de ser votada e de exercer cargos políticos, esta, ao que consta, não se deu tanto no plano das leis mas dos costumes e da mentalidade em voga. De resto, o fato histórico de mulheres que governaram, às vezes de modo

fulgurante, seus países – como a rainha Vitória – era um argumento forte contra a discriminação e o alijamento das mulheres dos altos postos de governo.

Assistimos, hoje, no Brasil, a um novo combate liderado por mulheres já presentes e atuantes, com grade evidência, na ação política. Combate em favor do incremento e incisividade dessa presença e ação femininas na política. O objetivo é, desta vez, criar condições para que aumente muito o número de mulheres candidatas a postos, tanto no Executivo como no Legislativo. Espera-se, deste modo, aumentar o número, de eleitas. Se compreendi bem, a reivindicação é feita junto aos partidos para que, em virtude de um novo dispositivo da Lei Eleitoral, estes sejam obrigados a compor suas listas de candidatos com ao menos 20% de mulheres. Na raiz desta nova batalha feminina (ou feminista?) encontra-se uma desconfiança com relação a mentalidade machista que, se não constrangida pela Lei, não abrirá espaço suficiente às mulheres.

Antes de qualquer outro comentário, devo dizer que a Doutrina Social da Igreja, lida e entendida na sua integridade traz implicitamente um convite a maior participação das mulheres na gestão da coisa pública. De fato, ao enfatizar o direito/dever dos leigos, de assumirem seu lugar na Política, sem excluir a que se faz por meios dos partidos, aquele ensinamento social não só não discrimina as mulheres mas deixa claro que a condição feminina é mais apropriada do que a masculina à execução de determinadas tarefas políticas. Pois a mulher leva par o exercício dessas tarefas as características próprias do seu sexo.

No momento em que a CF/96, falando de Fraternidade e Política, reforça a convicção de que a Igreja quer que seus fiéis, devidamente preparados, se comprometam diretamente com o agir político sob a inspiração cristã e católica, o chamado se dirige às mulheres tanto quanto aos homens.

Que pensar concretamente do arranjo legislativo que leva à obrigação de um determinado percentual feminino em todas as chapas eleitorais partidárias? Pessoalmente não tenho objeções e considero até modesta a percentagem de vinte por cento. Temo somente que este dispositivo de tipo matemático e quantitativo se revele ilusório se não for imediatamente complementado por outro, de tipo qualitativo. Mais do que o número de candidatas na lista, o que realmente importa é que as mulheres propostas à eleição de responsáveis do Poder Público tenham as melhores condições para isso: lisura (honestidade comprovada), competência (teórica e prática), experiência (adquirida nas várias funções públicas exercidas), e eficiência. É indispensável que, ao votar em uma mulher nenhum leitor o faça só porque é um dever e uma obrigação escolher uma mulher, qualquer que ela seja. Mas porque essa mulher específica é a mais capaz para o cargo.

*Dom Lucas Moreira Neves é cardeal-primaz do Brasil*

**(Diário de Pernambuco – Recife, quarta-feira, 6 de março de 1996 – Opinião – p. A-2)**

(texto 32)

### O século 21 começou em Beijing

Rosiska Darcy de Oliveira

O século 21 começou em Beijing na IV Conferência Mundial sobre a Mulher. A contemporaneidade com os fatos históricos banaliza seu porte. O fio emaranhado dos dias esconde, às vezes, o privilégio de uma geração. É preciso que estejamos cientes de que estamos vivendo um momento maior no que foi a trajetória de um século, em busca de igualdade, desenvolvimento e paz.

As mulheres de todo o mundo, que estiveram na China em setembro passado sabiam que a gestão planetária é uma exigência de nosso tempo, e que sair da invisibilidade, assumindo papel protagônico nessa gestão, é condição sine qua non de sobrevivência política; é necessária para garantir que a democracia inspire como ideal e como prática a convivência mundial e é promissor porque na contribuição das mulheres está guardado um potencial imenso de regeneração da política. As redes mundiais de organizações de mulheres vêm anunciando no plenário da ONU a obviedade que é ao mesmo tempo uma das mais revolucionárias descobertas deste século, a de que o mundo é feito de dois sexos e não apenas de um. Nas conferências mundiais, a presença das mulheres como fato político de envergadura global muda a face do século que a conferência de Beijing fechou com chave de ouro. A todos nós, homens e mulheres, se oferece a chance histórica, única, de construirmos ao longo do nosso ciclo vital uma democracia que mereça esse nome porque capaz de representar os interesses das mulheres. A herança de Beijing já seria incomensurável se impregnasse o mundo com essa definição de democracia, em que os direitos de cidadania para as mulheres são sinais vitais. Acredito seja esse um dos grandes desafios do próximo milênio: o amadurecimento de sociedades em que dois sexos diferentes herdeiros de histórias e outras culturas diferentes, mas iguais em direitos e deveres, venham enfim a pensar o mundo e agir sobre ele em igualdade de condições.

A voz feminina passa hoje da ambição modesta de ser ouvida no espaço público a uma outra, bem mais subversiva, a de formular um outro projeto civilizatório. A emergência do feminino como lugar de onde pensar e agir no mundo é não apenas um sintoma do nosso tempo, como também, e principalmente, o desejo consciente de mulheres que nele depositam sua contribuição ao futuro.

Uma conferência mundial, como a que vivemos no ano passado em Beijing, sob o signo da igualdade, do desenvolvimento e da paz, garantiu às mulheres ressonância cada vez mais forte no diálogo das nações, de onde brotam a guerra e a paz, a prosperidade ou a miséria, a solidariedade ou a indiferença, enfim os projetos de civilização.

Ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Conferência de Beijing legou uma plataforma de ação e compromissos, cujo cumprimento tem sido o cotidiano do nosso trabalho. Nos últimos meses, o CNDM abriu intenso diálogo com os ministérios da área social e impulsionou políticas públicas nas áreas de saúde, educação, trabalho e justiça que se transformaram em protocolos que, neste dia 8 de março, estarão sendo assinados em presença do presidente da República.

Antigas reivindicações das mulheres brasileiras – tais como o acesso a uma variada gama de contraceptivos na rede pública de saúde, a generalização de exame preventivo do câncer de colo de útero e de mama, a inclusão do estupro e dos abusos sexuais como crimes contra a pessoa, a ótica do gênero atravessando desde o livro didático até o treinamento de professores, novas oportunidades de capacitação para jovens do sexo feminino em situação de risco – se transformam hoje em políticas públicas de implantação imediata.

Acredito no vínculo inevitável entre a defesa dos direitos das mulheres, o exercício desses direitos e o cumprimento de nossos deveres para com a civilização. Se tentamos assegurar a chegada das mulheres – e por caminhos quão acidentados – aos lugares do poder e do saber, não será para que desses lugares assistamos indiferentes do nosso tempo. Espero de nós mulheres uma ação de cunho civilizatório, movido por valores, por uma ética da solidariedade, à altura da revolução que representa a quebra do paradigma milenar que separava o mundo dos homens daquele das mulheres, apoiado em injustificável hierarquia.

Temos sido vítimas ora da invisibilidade, ora de negação. Nosso protesto tomou, por isto mesmo, muitas vezes o tom reivindicativo daqueles que têm seus direitos ignorados ou feridos. Mas a voz das mulheres modula-se também em outro tom, não apenas de vítimas mas de protagonistas. Não apenas na reivindicação de direitos, mas no exercício de deveres. Deveres de cidadãos.

Na medida em que o Brasil se engaje como um todo, homens e mulheres, na causa das mulheres, as mulheres como um todo se engajarão na causa do Brasil.

*Rosiska Darcy de Oliveira é escritora e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.*

**(Diário de Pernambuco – Recife, sexta-feira, 8 de março de 1996 – Opinião – p. A-2)**

(texto 33)

### Violência à saúde das mulheres

*Hélio Sena*

Comemora-se a cada dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, estabelecido pela Onu, em 1975.

O dia de celebração poderia ser, na realidade, de festas e de júbilos pelo crescente avanço dos ganhos das mulheres no mundo moderno.

Poderá ser paradoxo, um homem falando das conquistas das mulheres nos últimos anos. No entanto, além de ser “médico de mulheres”; como mastologista (já que homem tem pouco problemas mamários), sou pai de três adolescentes do sexo feminino, levando-me a levantar as bandeiras de suas lutas e conquistas. Fala-se muito em violência contra mulheres, preconceitos no trabalho, assédio sexual etc; mas há um esquecimento maior e ao nosso ver mais violento para a massa feminina, nesta País e no mundo que são: a falta de apoio à saúde da mulher; desde as doenças preventivas, detecção precoce de tumores e apoio à gestação.

Na nossa área, como cancerologista, também observamos que a maior incidência e mortalidade de câncer, é o câncer feminino, o genital e o das mamas. Ambos são responsáveis por 61,6% de todos os tipos de câncer na mulher brasileira, tendo o Norte com 70,4%, nosso Nordeste com 71,0% e o Centro-Oeste com 69,6%. Esta variação geográfica aponta para as áreas carentes de estrutura em saúde pública e a falta de apoio político pra reverterem estes dados tão alarmantes.

O câncer de colo uterino é problema grave de saúde pública, pois atinge a mulher na fase produtiva, entre 35 e 45 anos, quando o trabalho ou suas atividades domésticas estão sendo mais necessárias à estrutura familiar.

Pasmem, que para prevenir este tipo de câncer basta realizar um exame anual ou trianual (como deseja o Ministério da Saúde), do Teste de Papanicolaou ou “preventivo ginecológico), onde o índice é de 100% de prevenção.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) determina um percentual de 85% de pacientes examinadas, para mudar o perfil de incidência e mortalidade da doença; no entanto, nas áreas mais carentes do País não passam de 10%. Outro erro crasso é falar em “preventivo ginecológico”: onde a mulher que apenas faz a colheita de células do colo do útero (Pap-Test) pensa que previne outros tumores de área genital, o que não é verdade, faltando o exame clínico dos órgãos internos e o das mamas, como obrigatoriedade.

As mamas não oferecem condições para prevenção, mas detecção precoce de tumores, sim. Vale lembrar, que dos tumores, apenas 20% são malignos, mas que detectados a tempo pelo exame clínico, o auto-exame (realizado pela própria mulher), a mamografia e ultra-sonografia mamária favorecem cirurgias onde as mamas são conservadas, dando percentuais de cura, nos estágios iniciais de 75% a 90%.

Lembrar, que, nas campanhas de prevenção das doenças das mamas é enfatizado, bem como, distribuídos folhetos de auto-exame para que tumores a partir de 1 cm, possam ser detectados ao exame, diminuindo assim, a alta mortalidade dessa



doença, já que 70% dos casos atendidos nos ambulatórios e consultórios médicos, já são avançados, ensejando estatística muito baixa de cura.

A OMS indica em estudo perspectivo, um aumento de casos novos de Câncer de Mama na América Latina, até o ano de 2000 de 67,6%, mostrando a necessidade de maior incentivo às campanhas de auto-exame mamário e vontade política em evitar os altos índices previstos.

Esta é a bandeira que no momento, as mulheres têm que lutar: melhor apoio à saúde pública, a falta de informação deste tipo de patologia e os meios de preveni-las; evitando assim, o aparecimento de novos casos; 33.950 foram acometidas pela doença em 1995, como previu o setor epidemiológico do Ministério da Saúde (Proonco).

***Hélio Sena é mastologista e cancerologista. Membro da Comissão Nacional de Prevenção das Doenças das Mamas.***

**(Diário de Pernambuco – Recife, sexta-feira, 8 de março de 1996 – Opinião – p. A-2)**

(texto 34)

## A Fidelidade Extorsiva

**José Rafael de Menezes**

A mulher prossegue perdedora no diálogo conjugal, quando há diálogo. Porque perseveram situações dialéticas de tensas discussões que vulgarmente – e realistamente – se denominam arengas.

Os casais jovens, predisõem-se ao relacionamento incidentado, desde que caminham para o casamento sem uma preparação que o tempo favorece. Decidem o consórcio nos impulsos da convivência juvenil. Há, cinicamente, os que se casam, combinando experiências... Se não der certo pouco se perdeu, se antes da solenidade já coabitavam. Essa solenidade, principalmente a que se realiza festiva, com as ostentações de uma classe média que aspira o registro nas páginas sociais, essa solenidade arma-se como um artifício a facilitar a dissolução do vínculo pelo investimento hipócrita.

Mas na pauta do artigo a situação inversa: a dos casamentos consolidados. O duro cotidiano dos que superaram as divergências e caminham solidários, por décadas, privilegiados nas comemorações que filhos e netos orgulham-se de patrocinar nas Bodas.

No longo percurso a mulher corre o risco de um tratamento extorsivo. Na maioria dos maridos de linhagem ortodoxa, convictos dos seus direitos conjugais, e atentos à mais honrada fidelidade, há exigências nem sempre justas, no mínimo inoportunas. A personalidade feminina se não é frágil, é complicada por conta de sua fisiologia. Um experimentado farmacêutico de Alagoa do Monteiro, admirou-se com a ingenuidade de um santo pároco, conselheiro de casais, que desconhecia o fenômeno das regras femininas... Ao falar o farmacêutico em menopausa, o atento conselheiro espiritual quis saber do que se tratava, após trinta anos de intervenção na vida dos casais.

Se já proclamei um Direito à virilidade, preocupado com recusas estratégicas, de esposas comodistas, não posso omitir a conjuntura inversa dos maridos que fazem da fidelidade um exercício de poderes extorsivos. E não somente na conjugação carnal, como em todo expediente doméstico cobram o império da virtude.

Capistrano de Abreu descreveu a família brasileira colonial com uma precisão que gosto de repetir: “Pai arrogante, filhos submissos, mulher aterrada”. Nada sobrevive de uma triangulação tão infausta. Há quase uma inversão hoje, principalmente na liberalidade dos filhos. Que desde a adolescência desobedecem, e em alguns casos comandam...

A Fidelidade, a virtude maior que se exige de um casal, tenta o bom marido, a exercê-la como um Poder extorsivo. Se conseguiu manter-se monogâmico, se superou tentações, após dez, ou vinte ou trinta anos de casado, jamais se desviou do compromisso conjugal, acumulou forças para um mando sem limites. E no orgulho de sua fidelidade impõe e exhibe-se, numa galhardia equívoca, que se encena num realismo de pai coativo. Na fronteira do esposo estuprador. Que faz do casamento o mesmo que os pastores da igreja universal: se não pagar o dízimo cai fora.

**José Rafael de Menezes é professor.**

**(Diário de Pernambuco – Recife, sexta-feira, 29 de março de 1996 – Opinião – p. A-2)**

**(texto 35)**

### **Dia Internacional da Mulher**

O feminismo é, sem dúvida, uma das marcas deste século. Nos fins dos anos sessenta, acompanhando as ondas libertárias que mudaram a face das sociedades, as mulheres seguiram a trilha aberta pelos jovens, pelos negros, pelas minorias discriminadas. Partiram para a guerra. A meta era ampliar o espaço fora de casa, conquistar o mercado de trabalho e a igualdade entre os sexos.

O movimento centrou-se basicamente nos problemas da mulher. Em três décadas, juntou um patrimônio de lutas gloriosas. Paralelamente, acumulou um passivo de equívocos e fundamentalismos. Explica-se. Foi uma fase heróica. Sabia-se o que se buscava, mas os caminhos para chegar lá ainda não estavam traçados. Em muitos momentos, prevaleceu o ensaio e erro.

Para o próximo milênio, a agenda acena com mudanças. O último boletim da Womens's Environment & Development Organization (WEDO), entidade presidida pela lendária Bella Abzug até sua morte em 1998, mostra a direção a ser seguida pelo feminismo: não mais o olhar voltado estritamente para as mulheres no mundo, mas para o próprio mundo.

A pauta-resultado de discussões de mulheres em inúmeros fóruns – reflete a evolução das preocupações feministas. Fala em concentrar atenções na saúde ambiental e biossegurança, em justiça econômica e justiça de gênero. Propõe a luta pelo fortalecimento político das representantes do sexo feminino, o que supõe democratização e participação institucional coerentes com o objetivo de lograr transformações substanciais da realidade.

É, sem dúvida, uma guinada de 180 graus. Como chegar lá? Os instrumentos variam. Mas têm um denominador comum – a união de forças. Pressupõem a construção de coalizões do plano local ao global. Prevêem parcerias entre homens e mulheres, ONGs, instituições governamentais e internacionais.

O que parece contido na proposta para o Século XXI é o reconhecimento de que há problemas femininos específicos. Mas sua solução não se encontra encerrada num nicho de saia, mas na capacidade de a mulher se conhecer nos impasses da humanidade inteira. E fundir tudo numa única luta – de homens e mulheres – para levantar a cabeça e declarar que o fim dos tempos não chegou.

O segredo está em saber se mover e sair das armadilhas do que parece imutável, superado ou sem esperanças. São desafios a serem enfrentados para a conquista de um mundo eqüitativo, pacífico e saudável. Nele, mulher e homem têm seu papel.

**(Diário de Pernambuco – Recife, segunda-feira, 08 de março de 1999 – Editorial – p. A-4)**

**(texto 36)**

### **Pelas mulheres, ainda que tarde**

Cerca de 135 milhões de meninas e adolescentes submetidas à mutilação genital, principalmente na África, por preconceito cultural e religioso. Na América Latina, 33% das mulheres, entre 16 e 49 anos, abusadas sexualmente e outras 45% objeto de ameaças, insultos e destruição de bens pessoais. Disseminação da prostituição infantil e intolerância fundamentalista na Ásia, onde o abandono de meninas recém-nascidas à fome é recurso para preservar filhos homens. Na Europa e nos Estados Unidos, níveis crescentes de violência sexista e disparidades nas relações de trabalho.

Os números acima foram recolhidos aleatoriamente, em jornais do Brasil e do Exterior, ao longo da semana passada, quando se comemorou o Dia Internacional da Mulher. A terra onde Tiazinha brande seu chicote contribui com destaque para esses índices, a eles agregando o impacto negativo do desemprego sobre as mulheres que trabalham. São elas as primeiras a serem demitidas na crise, embora em média recebam 60% dos rendimentos dos homens, para o exercício de funções iguais.

Não faltaram, nas comemorações, referências a Pernambuco. Mantidas as tendências dos últimos tempo no Estado, até o final do ano cerca de 6 mil mulheres notificarão casos de agressão na Polícia e aproximadamente 400 sofrerão crimes sexuais.

Nascido da luta sindical de tecelãs norte-americanas, no século passado, valerá o Dia Internacional da Mulher apenas para que a mídia destaque números revoltantes e publique bem-intencionadas declarações pela data? Vale como um grito no escuro. Para que valha mais, é preciso disseminar a consciência de que a violência contra a mulher não pode continuar sendo encarada como “um problema pessoal”, restrito às relações individuais e resguardado sob a convivência cúmplice das famílias. Trata-se do contrário, de uma questão social, a exigir debate intenso, formulação de políticas públicas e reforma de legislações.

As mulheres têm capacidade de luta, embora, no inverso de outros milhões de oprimidos, raramente tenham ocorrido à violência para defender seus direitos. No Brasil, mobilizam-se desde a Constituinte de 1891, quando um radicalizado debate pregava que o voto feminino representaria a desagregação final das instituições.

A resistência de décadas lhes assegurou espaços formais de cidadania, mas foi incapaz de conter, às portas do Século XXI, a mão machista que bate, fere e mata. É preciso continuar tendo fé, força e raça – como canta Milton Nascimento. Mas também é preciso pressa: no tempo em que algumas pessoas leram esse texto – cerca de dois minutos – uma mulher, indicam as pesquisas, foi espancada no Brasil.

Até o próximo domingo.

Ricardo Leitão – Diretor de Redação

**(Diário de Pernambuco – Recife, domingo, 14 de março de 1999 – Carta ao leitor – Opinião – p. A-7)**

**(texto 37)**

### **Duas, três, muitas nicéas**

Desde antes de aquelas gregas se recusarem a fazer sexo com os maridos até que eles dessem um jeito em Atenas, as mulheres exercem o único poder que não depende de direitos políticos ou força superior, que é o poder da alcova. Não só o poder de dar ou recusar, mas o de contar. Conversas de cama, mesa e, em alguns casos, banho, podem acabar com carreiras e reputações e a ameaça da inconfidência deu à mulher, através dos anos, mais poder do que ela conquistou com o voto, embora nem todas saibam disso. Ainda não são claros os motivos da dona Nicéia mas, sejam quais forem, ela está dando um grande exemplo ao seu sexo. Não só garantindo a eleição de uma mulher para a prefeitura de São Paulo como mostrando às outras mulheres da República como elas podem se vingar de tantos anos de descaso masculino, já que o direito de votar e serem votadas – ou seja, o poder supostamente conquistado fora da alcova – até hoje não mudou muito a sua representação política.

Pensem nisso, nicéas hesitantes. Sua fidelidade maior deve ser à pátria, que também é feminina, e não a esses cúmplices da opressão disfarçada de vocês e das suas irmãs com quem vocês dormem. Se você ainda não tem certeza que deve fazer sua parte no esclarecimento de algum escândalo em que o safado esteja envolvido e diz que não está, pense em quantas mulheres existem no Ministério de Éfe Agá. Nenhuma, certo? Quantas mulheres governadoras além de Roseana Sarney, que está lá mais por ser Sarney do que por ser Roseana? Quando foi a última vez que o safado pediu sua opinião sobre alguma coisa, além do tom da sua gravata ou do seu discurso? Mostre para ele o seu poder. O Brasil precisa de duas, três, muitas nicéas para acabar de vez, com a corrupção. E não demorará muito para os homens lhes entregarem o Governo do País, nem que seja só para tirá-las de casa.

Agora, muito importante: peguem documentos.

Luís Fernando Veríssimo

**(Diário de Pernambuco – Recife, quinta-feira, 16 de março de 2000 – Opinião – p. A-5)**

(texto 38)

### Bom-dia, Recife

Capa de alguns jornais e muitas revistas, o assunto incomoda e excita, sobretudo depois que umas certas mulheres começaram a botar musculatura nos braços e alguns nem sempre homens um sei-que-lá de quindins no traseiro. Eles arredondando o bumbum, e embicando os peitos, elas arrebitando o gogó e engrossando a voz. Nem assim tão bonito seja o homem, feito maravilhas tampouco desbandeirem elas em Tarzãs.

Razões não têm – nem eles, nem elas. Sobretudo nós, não sendo eu um daqueles. Boniteza já era, camaradas. Pesquisa recente, realizada em São Paulo, prova que a mulher de verdade capricha no amor ao homem feio. E que os minguados de cara que nem eu dengam melhor um rosto nem assim tão bem acabado pela natureza. Casos raros há de casais bonitos ele e ela. Existem mais a amar galalaus e miúdos a desfrutar grandalhonas. Atrás de homem grande há sempre uma mulher pequena, vice-versa.

Ou nada disso até. Vale o papo. Boa prosa termina em amor.

Amar é camar?

É não sendo.

Não fosse estaríamos todos, nós e elas, a tudo fazer em função de um berço esplêndido?

Há que se cuidar dos lençóis na forração da cama. Sem essa de que somos, os machos, os responsáveis pelo orgasmo das fêmeas – elas sabem tanto quanto ou mais do que a gente, camaradas. Nem aquela de que elas preferem os mais fornidos. Existe até, e há, eu as conheço, taradonas da silva pelos magros.

Aliás, de um tudo já fiz, e faço, pra engordar. Verdadeiro abuso à carne branca e louco varrido pelo feijão com toitiço, feito os idiotas me debruço e me melo e me lambuzo sobre as dobradinhas, ando léguas e léguas atrás de macarronadas. Horror ao uísque, encantam-me os garrafões de vinho, é feito do suro de sereias excitas a espuma do chope, as taças, todas elas, de vinho, de cerveja ou de chope, me parecem jovens senhoras molhadinhas desejando enxugares. Fui à balança outro dia, estava com 59 quilos e meio, foi quando a Gordinha me puxou pela beca, venha cá meu guenzo, dos 60 não passe. Comê-la como comi era pra ter engordado. É dela essa lição aos endocrinologistas: gordura de mulher não tem colesterol. Ri de mim toda noite quando nela me enfarto.

Lições de amor?

Quisera. Cidadão quarto minguante, já seriam o amar e o camar uma quimera.

Camar?

Sim. Camar vem de cama, camaradas.

Assuntei esse tema porque uma revista de São Paulo está dizendo que os homens estão endoidando por causa de que as mulheres venceram. Deu nisso: viviam a chamá-las de parte mais fraca, quando a fraqueza maior era da gente.

Disse a revista:

“Ainda é um segredo – não espalhem – mas o homem está com um medo tremendo de ser um fracassado. Há três homens para cada mulher nos consultórios de

psicoterapia da área sexual ou esperando horário para uma consulta. Na área da psicologia geral, o quadro também mudou. Nos grupos de terapia, a relação agora é de igual para igual. Interessante observar que o homem se sente mais pressionado justamente no momento em que a mulher faz o caminho inverso, invadindo universidades, conquistando postos de chefia nas empresas e adotando um comportamento sexual com que as gerações anteriores jamais sonharam. É que as conquistas femininas estão ocorrendo na prática”.

De fato. Sou dum tempo em que mulher em redação de jornal era raparigagem. Pagaram um preço muito alto as primeiras mulheres jornalistas. Lembro muito bem das brincadeiras de profundo mal gosto do velho Eugênio Coimbra em cima da incomensurável Ismar de Moura. Era ela um relâmpago na redação daquele jornal, o da esquina deste DP, fazendo colunismo social e escrevendo crônicas do mais puro lirismo. Hoje é o que está se vendo. É saia pra todo lado. Nem saia é, aliás – algumas há que vestem calça comprida melhor do que a gente. Venceram, continuam vencendo. Mais vençam. Pudesse, eu teria logo três me chefiando. Chefiem-me bonitas e feias, gordas, magras, brancas ou morenas.

Aliás, esse lelelé tem um porém: nas redações de hoje, 65% das mulheres, 15 bichonas, 10 homens propriamente ditos e 5 do lá-e-lô aquele tipo que diz que é, mas não é.

A matéria a que me referi foi escrita por um jornalista homem, tá na cara. Diz ele: “80% das mulheres não admitem a infidelidade, nem aceitam pagar a conta do restaurante”. Capa de *Veja* desta semana, outra matéria traz depoimento de um homem de 80 casado com uma mulher de 36 dizendo que o orgasmo é o fim do amor.

Comigo e a Gordinha tem essa não. O orgasmo é loucura de criação do próximo. No bar, rachamos a conta. Pago o chope, os 10% do garçom e ela as fatias de queijo.

Mais barato pra ela? Dizendo leseira, camarada. Joga limpo comigo madrugada a dentro. Lá pras tantas, ela me dá generosas gorjetas – os 10% de sua carinhice não se paga com qualquer cartão de credito.

Ronildo Maia Leite

**(Diário de Pernambuco – Recife, domingo, 19 de março de 2000 – Opinião – p. A-9)**

(texto 39)

### Ex-mulher: perigo permanente

**Abelardo Baltar** da Rocha  
PRESIDENTE DO INSTITUTO PEDROSO HORTA

O episódio Nicéia Pitta serve para confirmar o que já se sabia: nada pode ser tão perigoso na vida de um homem como uma ex-mulher. Sim, porque essas “senhoras”, em muitos casos (não digo de forma alguma na maioria dos casos), gastam grande parte de seus esforços e tempo em ações e maquinações voltadas para prejudicar o ex-marido. E tudo isso, muitas vezes, de “graça”, sem nenhum fato novo que justifique essa atitude. É como se fosse uma vingança permanente por terem sido abandonadas. Trata-se, não tenham dúvidas, de uma espécie de síndrome da perda. Mas ex-mulheres não são bobas e procuram, aquelas que querem se “vingar”, juntar o útil ao agradável. O “agradável” seria os aborrecimentos causados a seus antigos maridos. O útil seria as vantagens materiais que podem obter com esse jogo.

A arma utilizada são os filhos. Colocando as “reivindicações” como forma de suprir, apenas, a necessidade dos filhos conseguem, a custa do tolo ou de familiares do mesmo, melhorar, em muito, seu próprio padrão de vida. E ainda fazem “mis-em-se ne” com a platéia, posando de boa mãe, pois, segundo seu discurso, querem, apenas, tirar dinheiro do homem (ou da família dele) para, exclusivamente, melhorar as condições dos filhos. Entretanto, como, geralmente, todos moram no mesmo lugar (mãe e filhos) “por acaso”, também, podem sair ganhando. Ser ex-mulher se tornou, para muitas senhoras, praticamente um negócio. Aliás, um ótimo negócio, as vezes bastante rentável, se “administrado” com competência. Pode proporcionar magníficas rendas. O capital são os filhos, o maior segredo desse negócio. Ex-mulher sem filhos oferece pouco perigo, pois não tem como barganhar, como chantagear. Quando possui filhos, muitas delas, chantageiam ou o antigo marido ou a família dele (caso ele não caia na chantagem). Aproveitam-se do fato dos meninos serem, também, integrantes dessa família e ligados a ela, na maioria das vezes, por fortes laços afetivos. Observe-se que essa chantagem sobre a família é fatal, pois nesse caso não existem aquelas mágoas típicas que decorrem do desgaste da relação homem/mulher. Não existe, portanto, aquela propensão a reagir.

Desse modo, se comportando de forma objetiva, a família prefere fazer que não está sabendo do jogo da ex de seu parente, deixando-se ser chantageada. Age como não estivesse percebendo tudo e, assim, adquire a sensação que continua protegendo os seus jovens parentes, aparentemente desprotegidos. Aproveitando-se disso a “fulana” vai pedindo (na verdade exigindo) cada vez mais “vantagens”, numa voracidade crescente. Entra-se assim nas pressões pelo supérfluo: automóveis, viagens para o Exterior, roupas de griff... Todos familiares percebem esse jogo, comentam nos bastidores, mas “oficialmente” é como se nada tivesse acontecendo. Ficam com receio de melindrar os meninos. A ex-mulher aproveita-se desse sentimento de solidariedade a seus próprios filhos e amplia as vantagens. Nesse momento, já estabeleceu-se em toda família um constrangimento geral.

Claro que a maioria das mulheres não espolia seus ex-maridos, muito menos a família dele. Pelo contrário, afastam-se das mesmas após a separação deixando esse



espaço para seu legítimo dono, ou seja, para o ex-marido. Mas, a cada dia que se passa, essas “heroínas”, que ainda são a maioria, vão diminuindo nesse tipo de sociedade mercantilista que se vive. No caso de Nicéa, o “modelo” colocado acima não se enquadra bem, pois trata-se de um “modelo” típico das classes médias urbanas brasileiras, portanto um modelo típico que envolve pessoas sem maiores poderes. E o *affaire* Pitta/Nicéa, envolve pessoas com amplos espaços de poder. Não é, portanto, a mesma coisa das brigas dos casais característicos das classes médias.

Mas existem muitas analogias que tornam esses distintos tipos de conflitos em conflitos relativamente semelhantes. Nicéa fez o que muitas abandonadas “comuns” fazem: procurou, de uma só vez, traumatizar psicologicamente o ex-marido e levar vantagens materiais a partir desse jogo. Claro que existia outra ou outras, mas esse outra ou outras não situam-se na origem do problema, apenas serviram como “espoleta” para a detonação de “bomba” que já vinha sendo armada muito de antes. Os noticiários já mostravam, há tempo, que existiam inúmeros problemas estruturais no casamento do prefeito, problemas ligados, sobretudo, à questão da disputa de poder. E assim não há relação que agüente, pois termina “estourando”. Só que o estouro ocorrido ganhou forma de escândalo.

**(Diário de Pernambuco – Recife, quarta-feira, 22 de março de 2000 – Opinião – p.A5)**

(texto 40)

### Mulher, a irmã (I)

O tema da Campanha da Fraternidade, em 1990, é a mulher. Pode até parecer estranho. Cada ano se propõe um dos problemas maiores como objeto da reflexão e da avaliação dos cristãos, neste tempo de conversão quaresmal. A quem viria a proposta singular, dessa vez?

Com um pouco de humor, se podia dizer que, desde o Paraíso terrestre que a mulher se constitui problema e desafio. Falando sério, já se deve dizer que, até no mito do paraíso, aponta o preconceito atávico contra o chamado “sexo fraco”. Pelo visto, faz sentido colocar a mulher como questão a elucidar e interpelação a que responder, nesta Campanha da Fraternização mais efetiva entre nós.

O desencontro entre o homem e a mulher não está apenas na lenda das origens, mas se prolonga através dos tempos, sob muitas formas. Perdura, hoje ainda, sob os céus da civilização, em manifestações grotescas. E o que é mais triste é que os próprios cristãos não ajudaram muito, até atrapalharam, nessa novela sem graça. E aí estamos, neste final de século e de milênio, em situação muito melancólica em matéria dessa relevância. Chega ao ridículo organizarmos jornadas internacionais pela salvação de um mico raro ou mesmo de uma baleia azul, enquanto aviltamos a imagem feminina de Deus.

A Campanha da Fraternidade quer provocar um exame amplo das condições da mulher em nossa sociedade e em nossa Igreja. Depois, à luz da verdade divina, questionar essas situações. Enfim, sugerir pistas e propostas para melhorar.

Evidentemente, o ano inteiro será pouco para uma análise abrangente e profunda. Será preciso atravessar, passo a passo, todos os ambientes e espaços humanos, para surpreendermos realidades, por vezes, chocantes e dasabonadoras. Desde a família à política, do mundo do trabalho ao dos meios de comunicação, da economia à cultura, do esporte à religião, em todos os recantos deste mundo e desta vida, vamos deparar problemas concernentes à condição da mulher. Haverá muito o que dizer, Mais ainda, o que fazer.

Desta vez, apenas “ferimos á antífona”... Voltaremos longo mais. Entretanto, para ir abrindo já horizontes para a reflexão, lembraria tão só aquela palavrinha de Paulo aos Gálatas (Gl 4,4): “Ele nasceu da mulher...” A crucisão do dito torna mais enfática a afirmação. Jesus, vindo a este nosso pobre mundo, quis ser acolhido num seio materno, quis os cuidados e carinhos de sua mãe. Não quis depender sequer da contribuição biológica masculina. Já pensavam? Preferiu o prodígio de uma geração virginal, conforme a revelação e a perene tradição da grande maioria dos crentes. Esse é apenas toque inicial dessa figura monumental de Mulher que, por si só, bastaria para desmentir todos os nossos preconceitos machistas.

Que tipo de homens somos nós? Depois de centenas de séculos ainda não chegamos a descobrir que ao nosso lado está uma irmã, igualzinha a nós, em corpo e alma, só com a diferença de ser mais terna e mais bela, mais parecida com Deus!

**DOM LUÍS FERNANDES**

(Correio da Paraíba – João Pessoa, sábado, 03 de março de 1990 – Opinião – p.4)

(texto 41)

### Trágica epidemia

Acontece em todas as partes do mundo, mas de forma quase epidêmica como na Paraíba – uns atrás dos outros como se encerrassem uma combinação, um ensaio. São os assassinatos de mulheres que, vez por outra, assustam a população deste Estado de uma maneira extremamente violenta. Alguns segmentos da sociedade chegam a exclamar: “A bruxa está solta em sua vassoura”, e haja corpos encontrados em matagal, mulheres jovens e úteis sendo assassinadas quase sempre por seus namorados, maridos ou amantes. Isto dentro dos próprios lares, nas estradas ou em plena via pública, aos olhos dos transeuntes.

Aqui, nesta cidade sofrida, de fome e míseros salários, quando se sabe que o índice de prostituição e criminalidade está aumentando gradativamente, já não se atina como proceder para dar um basta nesse quadro amedrontador. Nos finais de semana, a população alienada flui penosamente para as praias, os prazeres são mínimos e caríssimos, os problemas sociais fazem-se crônicos e insuportáveis. E a paisagem linda, de comovente beleza, de praias com espigões ou em estado natural, já não consola: dói, irrita, assusta.

Mas esses crimes passionais têm sempre uma explicação. No Nordeste, e particularmente neste Estado pobre, de poucos recursos educacionais e financeiros, a miséria em que vive a mulher é bem mais cruciante. Aqui, as forças históricas que afetam as representantes do sexo feminino são bem mais devastadoras – a própria deficiência do ensino, como a falta de oportunidade profissional condiciona a posição de inferioridade da mulher, agravando a realidade histórica.

Na verdade, a grande maioria entra em relacionamentos já de princípio fadados a dar errado, só para não ficar só – no Nordeste, a maior função do homem é a de muleta psicológica, sem a qual a mulher não se locomove, não vê, não vive. “Ruim com ele, pior sem ele, minha filha”, profetizam as mães, logo cedo, às filhas.

O problema é cultural e assola todo mundo, é verdade, mas adquire cores mais fortes em sociedades como a nossa, de forte repressão, tradicionalista, machista. Homens são direcionados no sentido de uma vida de ação, domínio e autonomia, enquanto as mulheres aprendem a importância do romance (leia-se submissão). Dessa maneira, os homens pensam e ensaiam sobre o que vão empreender e as mulheres sobre o que vai acontecer com elas. Geralmente, essa fantasia do que irá acontecer inclui um homem, amor, sonho e romance, em primeiro lugar, seguindo-se em plano secundário a realização profissional e econômica.

Hoje, em plena década de final de século, já observamos o degelo da guerra fria entre os sexos, um feminismo e um machismo já não tão radicais, a tendência para o equilíbrio de forças. Homens e mulheres parecem reestudar valores tradicionais e pesar novos valores. Mas, enquanto as peças desse jogo não se harmonizam completamente, quantas mulheres ainda morrerão, sob a mira assassina das armas de seus namorados, maridos ou amantes?

**FÁTIMA ARAÚJO**

(Correio da Paraíba – João Pessoa, domingo 04 de março de 1990 – Opinião – p. 4)

(texto 42)

## Mulher, a irmã (II)

Vamos iniciar o terceiro milênio da era chamada “cristã”, debatendo ainda a condição da mulher na comunidade humana, especialmente com o seu parceiro difícil. O maior problema do homem é o próprio homem... ou a mulher. A história vai ser o desdobrar desse desafio, em mil capítulos diferentes.

Sem retardamentos e atrasos que nos humilham como seres civilizados. Mal podemos acreditar que, só de 50 ou 60 anos pra cá, começaram as mulheres a ter o direito de votar quer na França ou nos EEUU, quer no Brasil ou no Japão. Apenas um exemplo serve para ilustrar a condição deprimente tolerada pelas mulheres ao longo dos séculos. Penosamente, vagarosamente, vão conquistando seus direitos, afirmando a sua cidadania, numa escalada que João 23 considerou como um “sinal dos tempos”.

Vivendo conjuntamente com os nossos contemporâneos a mesma caminhada, não podemos, como Igreja, escapar a essas mesmas contingências. Somos cidadãos do mesmo mundo, passageiros do mesmo comboio da história. Infelizmente, não fomos capazes de contestar essas deformações e discriminações sociais, há mais tempo, sendo embora depositários da mensagem libertadora do Evangelho. Noutros termos, temos que confessar que a própria Igreja, ao invés de denunciar essas distorções, comprometeu-se com outras formas de desvalorização e de opressão da mulher.

Agora é a vez de começar de casa, com um sincero mea culpa reconhecendo que também nós somos machistas, herdeiros de uma mentalidade muita negativa já significada na literatura bíblica.

Com tantos e tão profundos estudos, que fazemos, já devíamos ter sabido separar o trigo e a palha, o conteúdo magnífico da mensagem e a sua roupagem cultural, tal como acontece nos Livros Santos. A Bíblia fundamentalmente é uma obra semita, literalmente criação de um povo muito antigo, com seus valores e com seus limites. Ainda hoje, naquelas terras famosas persistem civilizações de características muito próprias, inclusive com uma acentuada subordinação e dominação da mulher.

As Igrejas cristãs estão sendo todas convocadas a uma reavaliação, nesta importante matéria. Em primeiro lugar, a Igreja Católica, seguramente a que dá mais na vista, com a sua monumental hierarquia inteiramente masculina. Sejam quais forem as razões e argumentos por nós aduzidos, dificilmente vamos atender à insatisfação crescente e generalizada. Verdade que em nossas bases populares, se evidencia sempre mais o papel decisivo (e também decisório) da mulher. Ministério por ministério, equipe por equipe, atingindo os superiores conselhos comunitários e diocesanos, nossas irmãs vão revelando sempre melhor os seus carismas e contribuindo lindamente com o crescimento do Povo de Deus.

Assim, progressivamente, se relativiza a celebrada questão do alijamento da mulher a qualquer nível do poder eclesiástico. Já não é isto bem verdade, mesmo no rigor do atual Direito Canônico. Muito menos vale a denúncia nas instâncias propriamente pastorais, onde melhor se realiza o serviço eclesial para além dos requintes jurídicos. Na vida real da Igreja que caminha, a mulher desempenha função única e desenvolve um dinamismo estupendo, deixando para trás todos os preconceitos e discriminações.

## DOM LUÍS FERNANDES

(Correio da Paraíba – João Pessoa, quinta-feira, 15 de março de 1990 – Opinião – p.6)

(texto 43)

### A mulher e a educação

Para poder se expressar na área do trabalho como também no campo da intelectualidade, das artes, da educação, ao longo da História, a mulher enfrentou inúmeros preconceitos. Através de uma luta ferrenha, vem conseguindo se impor com partícipe “pari passu” do homem na construção das sociedades e suas transformações.

Nos meados do século XVI, temos conhecimentos de um movimento entre as escritoras européias mais esclarecidas, onde reivindicavam seus direitos autorais, como também o controle dos seus dinheiros, que eram exclusivamente controlados pelos homens. É no entanto no século XX que explodem os movimentos feministas, culturais, artísticos de vanguardas, reivindicatórios etc. Todos eles, representam a luta por uma sobrevivência mais digna, a busca de ter o seu trabalho reconhecido como fazedoras da nossa própria história.

Como nosso objetivo é situar a mulher enquanto educadora, cuja ligação com a educação, sabemos o quanto e em diferentes sociedades e épocas ela foi e é responsável por este setor, o mesmo acontece quando nos reportamos à educação não formal, que sem sombra de dúvidas, é um dado cuja aceitação não suscita muita polêmica. Assim sendo e com base nos dados do Recenseamento de 1980 (cf Bruschini e Amado, 1988), 86,6% do professorado pertence ao sexo feminino.

Esses dados ganham maior expressividade quando nos voltamos para a pré-escola, cujo percentual é de 99% e das séries iniciais da Educação Básica (1ª a 4ª séries) que chega a 96,2%. Percebemos ainda o crescimento da presença feminina no 2º Grau, em relação a épocas anteriores. No tocante ao 3º Grau ela também está presente concentrando-se em determinadas áreas específicas.

Com tais dados, podemos até aceitar que sem dúvida existe uma relação muito forte da mulher com a educação. No entanto, precisamos explicitar melhor essa relação porque nos parece que este não é um “fato natural”. Porém poucos são os estudos a este respeito e isso implica em levantar algumas questões que nos parecem fundamentais e bastante polêmicas: como a origem da opressão feminina: o patriarcado, suas formas de expressão atuais e suas relações econômicas.

São questões como estas que se fazem presentes na divisão social e sexual do trabalho, servindo de base para a formação do binômio magistério-mulher. E para finalizar vale ressaltar a transformação histórica do magistério e sua desvalorização em alguns tipos de sociedade. Esta atividade sem dúvida, não foi sempre exercida da mesma forma ou pelos mesmos sujeitos, também como nos mostra a história, não foi primordialmente exercida por mulheres (e sim por homens) e nem pelas mesmas mulheres (quanto a origem da classe).

Assim, se os atores são outros e a forma de organização do trabalho também, temos que nos debruçar melhor nesta realidade e, com o apoio da história, analisá-la criticamente.

### **ZEZITA MATOS**

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, sábado 17 de março de 1990 – Opinião – p. 4)**

**(texto 44)**

#### **Mulher, a irmã (III)**

É sabido e reconhecido que nosso catolicismo tradicional deve o melhor de sua herança à mulher brasileira. Na família patriarcal, o serviço religioso cotidiano ficava com a dona de casa, a não ser as celebrações litúrgicas propiciadas pelo vigário, periodicamente, em suas desobrigas. A vida religiosa familiar se sustentava pela devoção feminina. E aí, nesse espaço doméstico, é que se manteve a continuidade de nossas crenças, de geração em geração. Nosso catolicismo popular foi, até há pouco tempo, um catolicismo doméstico.

Não se quer dizer que não houvesse outros mecanismos de realimentação da fé e da devoção de nossa gente. Bastaria lembrar o papel desempenhado pelas “santas missões”, por longo tempo da nossa história. Na prática missionária, certamente, predominava o homem, o missionário, ficando em plano obscuro a atuação feminina. Contudo, passado o embalo missionário, o que restava, mais uma vez, como expressão ordinária da religião e suporte de sua vivência, eram as iniciativas domésticas.

A paróquia era o centro de ofertas dos Sacramentos e ponto de encontro em momentos especiais. Certamente, houve variações notáveis na qualidade e intensidade do movimento paroquial. A rotina costumeira, eventualmente, vinha quebrada pelo despertar dessa ou daquela associação leiga. E nesse caso, igualmente, compareciam as mulheres na vanguarda. Com efeito, essas organizações eram, predominantemente, femininas e eram elas, o mais das vezes, que animavam matrizes e capelas em dias de promoção e festa. Assim, quer na expressão familiar, quer no espaço paroquial, distinguiu-se sempre a atuação da mulher, protagonista no Povo de Deus. É verdade que o advento da Ação Católica, com seus ramos fundamentais, ou com as especializações conhecidas, veio relativizar um pouco esse quadro, sem porém alterar a fisionomia básica da comunidade católica.

Nestes nossos tempo novos, desabrocha uma vasta pastoral popular com setores específicos, movimentos de jovens e adultos, especialmente nas comunidades eclesiais de base, constituindo-se na frente pastoral mais significativa, a nível nacional. Aqui, ainda uma vez, a presença e papel determinante da mulher. Em todos os serviços e ministérios comunitários, sobressaem os carismas femininos e se revela o seu potencial na dinamização da vida católica. Dentro do novo modelo eclesial emergente, se processa uma verdadeira escalada da mulher através das diversas instâncias, equipes e conselhos, até os patamares superiores da organização da Igreja. Essa crescente relevância da mulher na ação pastoral e também nos organismos eclesiais começa a representar uma forte pressão sobre a Hierarquia, colocando em questão o

afastamento e exclusão das mulheres nos quadros dos ministérios ordenados. O debate continua e se amplia pelas outras Igrejas cristãs. É cedo para se concluir. De toda maneira, por aí também avança a bandeira de um feminismo sadio em busca de dignidade e justiça para a mulher, nossa irmã.

### **DOM LUÍS FERNANDES**

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, terça-feira 20 de março de 1990 – Opinião – p.4)**

**(texto 45)**

#### **Mulher, a irmã – IV**

Publicações recentes dão-nos conta de que o mercado internacional de mulheres anda mais ativo do que nunca, quer se trate das crioulas do Caribe, quer das garotas de bronze do Pacífico. É costume dizer-se que a prostituição é tão antiga quanto a humanidade. Parece afirmação suspeita, trazendo já em si o veneno do preconceito e da discriminação.

“A opinião pública pretende que a prostituição é inofensiva e que se trata de um mal necessário que deve ser tolerado e até de certa forma, regulamentado. Em contrário, pode-se afirmar que a prostituição sempre produz suas vítimas. Menos de um por cento das mulheres que ingressam nessa vida conseguem, posteriormente, realizar um casamento permanente e ter um lar estabelecido. Quase todas, com raríssimas exceções, odeiam seus homens ou parceiros/gigolôs. Para uma prostituta de rua, seu tempo de vida “produtiva” não se estende além de cinco anos. Daí em diante, é uma longa via dolorosa de visitas a entidades assistenciais e sanitárias para poderem sobreviver. Vida arruinada para sempre” (CNBB).

Está comprovado que o quadro doméstico, sobretudo a imagem machista do pai, tem influência marcante no processo degenerativo das meninas. “Não se pode dizer, porém, que a prostituição é somente uma questão de falta de afetividade do lar. Também o sistema sócio-econômico que, visa ao lucro somente de poucos, deixando a maioria na miséria, agrava a situação. Muitas chegam a prostituir-se para sobreviver. Os MCS têm também um papel definido. Propagam o machismo, o erotismo, a pornografia, o prazer”. (CNBB). É verdade que a prepotência e a petulância masculinas vão cedendo o passo, dia-a-dia, com a expansão da prostituição alternativa dos travestis. Desmarcara-se o farisaísmo do sexo forte, que sempre se isentou da culpa social, como se a prostituição feminina fora fraqueza unilateral. Entretanto, uma desgraça não redime a outra. Prostitutas e prostitutos continuam igualmente miseráveis, clamando por uma conjunta redenção. Uns e outros esperam um resgate de sua própria dignidade desfeita.

Não há como sair desse círculo infernal sem um salto qualitativo na consideração da pessoa humana como ser superior. Há pouco tempo, apagou-se brilhante estrela da sétima arte. Companheiro de ribalta a chamara de “o mais belo animal do mundo”... Enquanto as filhas de Eva forem olhadas apenas como belos animais, enquanto não valerem mais que anatomia dotada, não se fará a efetiva promoção da mulher. Sua grandeza vem do interior, do mistério que palpita em seu coração, cheio de apelos de infinito. Aquela sede insaciável é reveladora de um destino maior e de uma origem

sublime. Com toda a força da palavra, “filha de Deus”, não será feliz enquanto não tiver reconhecida sua condição divina, parceira do homem, “mulher e homem, imagem de Deus”.

### **DOM LUÍS FERNANDES**

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, sábado 24 de março de 1990 – Opinião – p.4)**

**(texto 46)**

#### **Mulher, a irmã – V**

O episódio da mulher adúltera constitui página incomparável do Evangelho. Incorporado pela tradição mais recente no texto de São João (cap.8), caberia, certamente, muito melhor no final do capítulo 21 de Lucas, o evangelista das mulheres. É isso, aliás, o que mais recomenda e confirma o estilo e índole sinótica do belíssimo relato, bem como sua ausência nos mais antigos documentos joaninos. De toda maneira, em qualquer contexto que seja situado, o conto é ineludivelmente autêntico, fina flor da literatura evangélica e expressão magnífica da mensagem de Jesus.

“Os escribas e fariseus trazem certa mulher surpreendida em adultério, e colocando-a no meio dizem a Jesus: Mestre, esta mulher foi surpreendida em flagrante delito de adultério. Na lei, Moisés nos ordena lapidar tais mulheres. Tu, porém, que dizes? Eles assim falavam para pô-lo a prova e para terem matéria para acusá-lo.

Mas Jesus, inclinando-se, escrevia no chão com o dedo. Como persistissem em interrogá-lo, ergueu-se e disse: Quem dentre vós não tenha pecado seja o primeiro a lhe atirar uma pedra! E inclinando-se de novo, escrevia no chão. Eles, porém, ouvindo isso, foram saindo, um após o outro, a começar pelos mais velhos.

Ele ficou sozinho e a mulher permanecia lá no meio.

Erguendo-se, então, Jesus lhe disse: - Mulher, onde estão eles? - Ninguém te condenou?

Respondeu ela: - Ninguém Senhor!

Então disse Jesus: - Nem eu te condeno. Vai e, de agora em diante, não peques mais!”(Jo 8, 2-11).

“Ele ficou sozinho”... Essa solidão de Jesus em face da mulher, especialmente da mulher explorada e marginalizada, continua ainda em nossos dias. Na cena evangélica, se destaca, de maneira eloqüente e única, no vazio do palco montado, a dupla singular: Jesus é a mulher! Face a face, em diálogo misterioso, a inocência de Deus e a humildade da pecadora resgatada. Há uma grandeza insuperável no enfrentamento desses dois abismos. Na sombra, sumindo da lua, as figuras mesquinhas dos acusadores, atropelando-se na pressa de escafeder-se, cada qual mais sem jeito e sem graça.

Curiosamente, eram homens, somente homens, os zelosos guardiões da Lei que arrastavam a julgamento a pobre criatura faltosa e pediram sua condenação. A mulher permanece projetada ante os olhos de nossa sociedade machista e farisaica, sob rigoroso (e hipócrita) controle e censura moral. Tal como os escribas e fariseus, todos



dispostos a incriminar e execrar qualquer deslize na conduta feminina, todos muito tolerantes com os desmandos do sexo forte, como “coisas de homens”, sem mais.

Em tudo isso, uma injustiça grosseira, uma discriminação cínica. Ninguém, na terra ou no céu, jamais isentou os machos dos mesmos preceitos fundamentais que regem a condição humana. Ninguém estabeleceu diferença alguma na dignidade original do ser humano, seja este ou aquele sexo. Mulher e homem, igualmente e conjuntamente, imagem de Deus!

O desfecho da rumorosa questão que agitou as portas do Templo, naquela manhã distante, não podia ser mais surpreendente. Os vis acusadores se foram, cobertos de vergonha e confusão, enquanto a modestíssima e anônima ré mereceu o perdão generoso e a ternura infinita de Jesus. Se não nos penitenciarmos dos nossos procedimentos iníquos, de nossos preconceitos inconfessáveis, o julgamento se fará implacável sobre essa geração perversa, tão parecida com aquela dos tempos do Nazareno. Os homens e mulheres do futuro deplorarão nosso atraso e ruindade.

**DOM LUIS FERNANDES**

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, sábado 31 de março de 1990 – Opinião –p.4)**

(texto 47)

**Ney Suassuna**

### **A escalada da mulher**

Um dos fenômenos mais significativos deste século é, sem dúvida, o crescimento da mulher no âmbito do desempenho profissional, ora como parceria, ora como rival do profissional, de sexo masculino. Foi preciso apenas metade de um século para que as mulheres fossem às ruas, e enfrentassem a realidade e ganhassem o espaço que hoje desfrutam.

Não se pode olvidar, na elaboração de um quadro comparativo entre o homem e a mulher, que, no Código Civil de Clóvis Belivacqua e Rui Barbosa, de 1916, a mulher era equiparada aos incapazes e aos silvícolas. Somente com a Revolução de 1930 é que a mulher conquistou a cidadania, com direito de votar e ser votada.

Ao longo destes sessenta e poucos anos de vida política, a mulher pode ostentar um elenco de conquistas memoráveis: já se elegeu vereadora, prefeita, deputada estadual e federal, governadora e senadora. Tem exercido cargos da maior responsabilidade e com brilhantismo, chegando muitas delas ao cargo de ministra de Estado.

No plano político-partidário, a influência da mulher é cada vez mais acentuada. Consoantes às recentes estatísticas, o eleitorado feminino é predominante no âmbito nacional.

Nas profissões liberais, a mulher já se destaca de forma preponderante. Por isso mesmo, a Revista Veja, na edição do dia 25 de fevereiro, pôs em evidência números verdadeiramente impressionantes.

Verbi Gratia.

Em São Paulo, 44% dos médicos são do sexo feminino até o final de 1998, enquanto que em 1970 esse percentual era de apenas 13%. No âmbito da Odontologia, esse percentual sobe para 63%, enquanto que em 1970 era de apenas 22%. Na Bahia, as arquitetas ocupam 53% das vagas para 28% também em 1970.

De volta a São Paulo – centro da atividade econômica do País, as mulheres são 35% dos gerentes financeiros e 33% entre os economistas; e, no ramo de corretagem de imóveis, representam 40% dos profissionais. Por oportuno, registro também o destaque da gaúcha Carla Roemmel, comandante de um Boeing 737 da Vasp.

Mas ainda existe muito a conquistar mundo afora. É sabido que no mundo Árabe as mulheres não podem sequer mostrar o rosto, coberto com o Shador; nem os tornozelos envoltos na galaria. O Islamismo autoriza cirurgia de clitóris, a fim de que a mulher não experimente o orgasmo. Só recentemente um tribunal egípcio proibiu que se perpetrasse essa odiosa e humilhante ablação. Mas causou profunda indignação na seita.

São, infelizmente, remanescências de um período medieval que o limiar do século XXI ainda não logrou suplantar. Mas está por pouco.

As conquistas das mulheres no mundo inteiro, sobretudo na parte ocidental do planeta, avançam célere e tendem a galvanizar os sucessos mais recônditos das civilizações, mesmo nas regiões mais retrogradadas e primitivas. É apenas uma questão de tempo. Mas enquanto aguardamos esse tempo, não podemos esquecer que a hora é de dizermos: Parabéns mulheres pelo seu dia internacional.

## **Ney Suassuna é senador da República e empresário do setor de Educação**

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, sábado 07 de março de 1998 – Opinião – p.2)**

**(texto 48)**

### **Mulher e sociedade**

Trata-se de uma justificável ansiedade social a transformação do Dia Internacional da Mulher em evento capaz de mobilizar toda a sociedade em defesa de símbolos, valores e encontros que indiquem atributos da cidadania, dimensões da participação dos indivíduos no diálogo social, a importância dos grupos organizados, verificando também a qualidade dos espaços à militância política agrupando as mais diversas tendências ideológicas.

Há um espectro de radicalismo rondando não só o movimento feminista e feminino internacional mas todas as pulsões sociais que expressam permanente denúncia dos segregados. Sejam eles os negros, os desempregados, os sem terra, os homossexuais...

Numa incursão ao que o sociólogo e economista alemão Karl Marx denominava de “poros da sociedade”; zonas intersticiais em que são tecidas as tramas do cotidiano, o gesto entre vizinhos, a compra em alta escala em num bairro periférico, um novo tipo de instalação hidráulica, podemos afirmar que a despeito dos mecanismos anacrônicos e autoritários que impedem o acesso da mulher a determinadas instâncias de poder – seja no âmbito da família, na esfera política, na hierarquia religiosa, no campo da produção de bens – ocorreram mudanças positivas no trato com a condição feminina.

A legislação trabalhista que normatiza o trabalho em residências é uma conquista da sociedade em defesa da mulher. Um leve olhar sobre o percurso histórico do empregado doméstico vai enxergar a senzala e a casa senhorial ainda no século passado abrigando um ritmo diário forjado na escravidão, sofrendo a mulher subalterna abusiva requisição sexual.

Uma dedicação ao trabalho que não tinha qualquer correspondência econômica razoável, uma relação favorável apenas ao empregador que sobre tudo decidia. O respeito à empregada doméstica configura avanço satisfatório.

Constata-se também hoje no Brasil que percentual entre 20% e 30% dos dirigentes das maiores empresas brasileiras é integrado por mulheres, um indicativo de que se posicionam melhor profissionalmente as mulheres neste final de século e milênio.

O caso da Paraíba é especial, enclave onde o patriarcalismo esculpiu um imaginário ao longo de quatro séculos, encarnando o machismo nordestino de forma emblemática. Também as mulheres do Nordeste sofrem de forma bem intensa o drama do desemprego que entre as paraibanas, maioria da população, é expressivo.

As discussões sobre o aborto, virgindade, emancipação econômica da mulher, assédio sexual, entre outros temas, sinalizam para um contexto menos opressor para as mulheres. Ainda há muito o que mudar. Mas já aconteceram mudanças importantes.

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, domingo 08 de março de 1998 – Opinião – p.2)**

**(texto 49)**

**João Pereira Gomes Filho**

### **A Dama de Deus**

A emancipação feminina é uma realidade a ser celebrada nessa semana da mulher. As mulheres vêm galgando posições nunca d'antes obtidas. Executivas, intelectuais, governantes. Vivemos o século das damas de ferro: Margaret Thatcher (ex-primeira ministra do Reino Unido da Grã-Bretanha); Benassir Butto (Primeira Ministra do Paquistão – um país muçulmano); Roseana Sarney, impartível governadora do Maranhão, entre tantas outras.

O talento da mulher artista também é celebrado categoricamente na história: Desde as grandes damas do teatro francês às heroínas da favela da Beira-Molhada em João Pessoa que realizam diariamente a proeza artística de criar seus filhos no mundo cão em que vivem.

Esta emancipação, contudo, não gerou apenas uma elevação sócio-político da mulher, produziu também a “femme fatale” (mulher fatal) independente e soberana de si mesmo; a mulher que resgatou o direito de mostrar o corpo, de seduzir e deixar-se ser seduzida. A ex-dona-de-casa que saiu do seu mosteiro medieval, atingindo as ruas na modernidade, chegando a inverter a ordem da Torah (Lei Judaica) quando dá carta de divórcio ao homem!

No Brasil a atriz Vera Fischer é o símbolo-mor dessa dama letal aos hormônios masculinos. As palavras à Revista Isto É 1418 que chegou às bancas no dia 04 de dezembro do ano de 1996, são, no entanto, preocupantes:

“Olha que coisa boa. Cheirar todo mundo cheira, fumar todo mundo fuma. Todo mundo faz qualquer negócio. Você sabe que está tudo aí. Acho que não existem limites, e de preferência é melhor não tê-los”. Sobre casamento ela falou: “Tem uma hora que a coisa acaba. Não sei por quê. É simples assim. O problema é que fico buscando tudo numa pessoa só. Por outro lado também não me acomodo. Poderia ir levando, mas não dá. A minha vida vai. Fui casada 16 anos com Perry (ex-ator Perry Sales) Não dava para perder mais tempo.

“Parece a versão pós-moderna na mulher samaritana. Aquela que se encontrou com Jesus e com sua insaciabilidade marital – já tinha tido cinco maridos – vale lembrar que Vera Fischer acaba de sair do seu segundo casamento. A samaritana, entretanto, soube transformar suas carências afetivas em força existencial, trocou o drama da rejeição, da solidão e da humilhação por uma missão: Anunciar Jesus aos homens de Samaria.

Nesse movimento da solidão à missão está a chave que deslaca o quarto da auto-estima. A alquimia missionária produz efeitos pujantes de uma nova sentimentalidade que ama a vida sem que necessariamente deseje ser amada em troca. A possibilidade da esperança nasce da crise da alma na mulher samaritana, assim como a borboleta da crisálida. Foi ali, no Poço de Jacó, que a mulher teve um encontro suicida com seu interior, agora invadido e publicado por Jesus de Nazaré. Somente um encontro real e oportuno com a verdade mais escondida do ser pode produzir a libertação. Enquanto se esconde a face dos medos e dúvidas do interior humano, jamais haverá o encontro com a alquimia libertadora e transformadora que faz da humilhada uma missionária, uma Dama de Deus!

### **Pastor e advogado**

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, segunda-feira 09 de março de 1998 – Opinião – p. 2)**

**(texto 50)**

### **Beleza e competência**

Resta ainda muito espaço a ser ocupado pelas mulheres no terreno do mercado de trabalho brasileiro. O desemprego, por exemplo, é maior que o dos homens: 8,5% contra 7,1%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O salário médio, muito menor: R\$ 415 contra R\$ 647 por mês.

Mas desde o início dos anos 80, não houve na área trabalhista mudança mais importante que a expansão da mão-de-obra feminina, que amanhã comemora o Dia Internacional da Mulher. Prova disso é que o peso do salário das mulheres na renda familiar dobrou desde 1982, revela o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para a salvação dos homens. Num momento de crise por que passa o país, hoje, a mulher desempenha, mais do que nunca um importantíssimo papel de estabilidade financeira familiar.

Numa pesquisa mensal de emprego, o IBGE, para acompanhar, por uma década e meia, a trajetória profissional de diferentes gerações de mulheres, descobriu, por exemplo, que em 1982 as casadas com idade entre 20 e 25 anos contribuíam com 12,77% da renda familiar. Em 1997, essas mesmas mulheres (já com idade entre 35 e 40 anos) respondiam por 20,65% do orçamento. Outro dado: passou de 13,13% para 17,5% a participação na renda das pessoas que tinham de 30 a 35 anos em 82 e hoje têm de 45 a 50 anos de idade.

A revolução feminina como profissional e personagem é um fato concreto. Hoje, muitas respondem por metade da renda familiar, apesar de receberem os salários mais baixos, o que desponta como o grande obstáculo a ser enfrentado pelas mulheres nesse fim de século.

Algumas, porém, deixaram para trás essa barreira. Ganham o mesmo que o marido e, em menor proporção, até mais. Nesse final de século, as mulheres passaram a se preocupar para não serem vistas como pessoas frágeis. Ao contrário: fazem questão de deixar claro que são capazes, independentes e corajosas. Donas de suas vidas.

A mulher do terceiro milênio alia beleza à competência.

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, domingo 07 de março de 1999 – Opinião – p.2)**

**(texto 51)**

**Aracilba Rocha**

### **O avanço da mulher na história**

Na Roma Estóica (508 – 202 a C.), o nascimento de uma criança do sexo feminino já era uma aventura, ao pai era permitido abandoná-la à morte. Se sobrevivia, em cada idade de sua vida estava sobre a tutela de um homem – pai, irmão, marido, filho ou tutor.

Surge a nova mulher (70 a C.), o casamento torna-se interligado ao dinheiro e a política. A nova liberdade permitia as mulheres estudar grego, filosofia, cantar, dançar, manter salões literários se dedicar ao comércio, a medicina ou às leis. Mas os conservadores advertiam, de que as mulheres se conseguissem a igualdade passariam a dominar – e por essa razão foram poucas as mulheres que obtivera notoriedade – cite-se Clódia, mulher hábil e apaixonada dos direitos femininos.

Registros da Antiguidade dão conta que Aristóteles (384 – 322 a C.) – filósofo e cientista, declarava que a mulher era “um homem incompleto”, e por ser passiva, o filho do casal herdava apenas características do pai – é lamentável. Entretanto, essa visão distorcida prevaleceu durante toda Idade Média, passando inclusive para Igreja Cristão, através da pregação de São Tomás de Aquino (1.240 d. C), seguidor de Aristóteles, dizia que, “a alma da mulher tinha o mesmo valor que a do homem” – no céu – e que só lá existia plena igualdade de valor entre o homem e a mulher.

A ciência demorou a avançar e só então em 1827, é que o óvulo da mulher foi descoberto, derrubando o equívoco de Aristóteles e seus seguidores.

Durante a revolução Francesa de 1789, uma mulher, Olympe de Gouges, se destacou ativamente publicando, uma declaração dos direitos da mulher – foi porém capitada em 1793, e os direitos das mulheres proibidos.

São inegáveis os avanços obtidos nos últimos 50 anos – a mulher conquistou seu espaço no mercado de trabalho, fortaleceu seu papel na chefia da família, e entrou no mundo político ainda que de maneira pouco expressiva.

Apesar dos avanços, a ONU estima que, cerca de 2 milhões de meninas são submetidas a mutilação genital em países da África e da Ásia. São as mulheres ainda, as grandes vítimas da pobreza, da violência doméstica, dos estupros, do tráfico de mulheres e da negação na vida social. Diante dos fatos, a história nos mostra uma evolução e nela depositamos nossa esperança – para nossas filhas e netas que com certeza obterão a garantia da Igualdade, por força da conquista, da competência, das transformações tecnológicas e da racionalidade.

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, segunda-feira, 08 de março de 1999 – Opinião – p.2)**

(texto 52)

**Luiz Augusto Crispim**

**Mulheres de guerra**

Antes, quando a sociedade machista passava por qualquer acesso de culpa, falava numa certa “emancipação” da mulher.

Acontece que todas formas de convivência humana até hoje conhecidas, nunca deixaram de ser machistas. Da caverna ao templo, do islamismo retrógrado ao materialismo dialético. A mulher sempre esteve entre a condição de mero objeto reprodutor e o estado de sensualidade que o capitalismo inteligentemente soube industrializar com a ajuda dos meios de comunicação de massa.

A mulher continua quase tão oprimida quanto antes.

A única diferença é que, neste momento, já se ouve a sua voz, já se registra o seu protesto, ela própria faz chegar ao mundo o seu inconformismo.

Claro que não existe mais espaço para as sessões de tortura promovidas pelos maridonismo impiedoso, que encerrava as mulheres dentro dos lares, submetendo-as ao regime das fraldas, à sujeição das vassouras e ao comando dos fogões.

O estilo é outro.

Embora admitida – quase escrevo tolerada – pelo mercado de trabalho, as discriminações agora se manifestam sob a forma dissimulada do desequilíbrio das remunerações. São raras as mulheres que percebem os mesmos salários que os homens, desempenhando as mesmas funções.

Naturalmente, as reações vão-se esboçando por toda parte, com os movimentos denunciando esses preconceitos e discriminações, mas ainda é longo o caminho das conquistas.

Mesmo nas áreas em que tudo sugere autonomia e liberdade por parte da mulher, como é o caso do cinema e da televisão, não há como deixar de perceber a presença de uma poderosa máquina trituradora da vontade feminina.

Aí, sim, as engrenagens funcionam exercendo um enorme poder de pressão sobre o trabalho da mulher. Ela não passa de um delicado brinquedo, quase um mecanismo de relojoaria, que é preciso dar corda, fazê-lo funcionar direitinho. Ou então movê-lo à distância, por controle remoto, como se faz com qualquer engenho eletrônico.

Essa formidável indústria, que movimenta bilhões de dólares por ano – quem sabe, por minuto – no entanto, só funciona com a cumplicidade de certas mulheres, que se submetem a esse gênero de exploração, vendendo e alugando o próprio corpo, num leilão de escravas quase idêntico àqueles patrocinados pelos romanos a vender em feiras livres gregas e troianas do seu tempo.

A guerra não é só das mulheres, nem busca apenas a sua libertação. A guerra é da humanidade inteira, pela conquista da dignidade plena e sem discriminação.

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, terça-feira, 09 de março de 1999 – Opinião – p.2)**



(texto 53)

**João Pereira Gomes Filho**

**Por trás dos véus**

Manhã ensolarada no Afeganistão. São dez horas e o calor do verão torna o chão insuportável. Nádia caminha apressadamente por vielas tortas do centro comercial. Lágrimas jorram do seu rosto coberto com o véu enxadrezado que lhe esconde todo o corpo. Foi surrada por seu marido. No ímpeto deixou o lar. Mas, e agora, para onde ir? Seus pais não a podem receber sob pena de burlar a lei xiíta do islamismo que a fazem tão digna quanto os animais. Ela pertence aquele homem que lhe maltrata. É um objeto possuído por toda eternidade. O Taliban, polícia religiosa, busca por Nádia. Encontrada, é levada ao cárcere aonde é submetida a 39 chicotadas e devolvida ao seu dono. Lá vai Nádia, sem rosto, sem voz, sem vida.

A história de Nádia é a de muitas mulheres que vivem sob pesado jugo da filosofia islâmica. São milhões de mulheres que na próxima quarta-feira nada tem a comemorar. Talvez nem saibam que aquele será o Dia Internacional da Mulher.

A libertação produzida por Jesus na história deu acesso a você, mulher, ao mundo que antigamente era dos homens. Cada dia vocês ganham mais espaços na vida, e tudo começou como o rabino de Nazaré. Ao contrário dos mestres de sua época, Jesus tirou o véu e colocou a mulher de volta no altar, de onde a tinham retirado os impetuosos machistas.

Certa vez, em meio a uma multidão que o sufocava, Jesus sentiu um toque especial de uma mulher que tinha um fluxo menstrual contínuo. Ao ser tocado, curou-a, elogiou, saiu de fé e a chamou de filha. Ninguém nunca tinha tentado tal ousadia. Em casa de Simão, o fariseu, deixou-se ser ungido por aquela que os homens reputavam de prostituta. A honraria que as mulheres só poderiam prestar aos mortos, Jesus concede aquela de quem os homens viravam o rosto. Em Cristo, o fluxo contínuo é da graça sem par, que devolve à mulher o que o mundo lhe tem seqüestrado.

Infelizmente, quarta-feira, há muito o que chorar também. Há mulheres que insistem em continuar objeto, vendendo sua honra em troca de cachês publicitários. É a volta ao cativo do qual o Senhor já libertou. Adoram ser adoradas e são capazes de vender até a própria alma por um momento de desejo. Estas não têm véu, ao contrário estão bem visíveis todas as partes do seu corpo, e como estão...!

Oxalá a mulher a ser honrada pela mídia seja a mulher liberta, sem tramas nem tranças da lascívia. Oxalá tenhamos mais Marias e menos Adrianes Galisteus. Oxalá o véu do coração e do entendimento também seja rasgado. Oxalá você, mulher cristã, seja a heroína da história. À Nádia, meu coração, a você minha celebração e às Adrianes, minha oração. SHALOM.

Pastor

**(Correio da Paraíba – João Pessoa, quarta-feira, 08 de março de 2000 – Opinião – p.6)**

(texto 54)

**Roberto Luna Freire**

### **Mulher, mulher!**

Quão belo é saber que se noticia o aniversário da mulher. Parabéns para as Marias, símbolo de uma sinfonia indefinida, perceptíveis pelas virtudes. Fitá-las não com os olhos de fel, mas de mel. É amor. É vida. É arte.

Opto pelo dia, não internacional e, sim, nacional da mulher, porque é limitada ao universo local e, sem privatização. É nacionalidade. Mulher é símbolo da pureza vibrante edificada com as energias que assolam o caminho. Aniversário diariamente, face a harmonia sinfônica que irradia a beleza de quem nada procura, mas tudo encontra.

Transmite a beleza das estrelas brilhantes e sombrias, face a doçura estampada. Amenizam as inconseqüências do cotidiano. Detentora virtuosa do belo. Soluça pelo olhar ofuscante, quando encantada pelas grandezas coloridas traçadas pelo Destino. Beleza pura e real. Maldades aparentes das oposições insignificantes evidenciadas em mínima escala.

Imerecidamente ébrias pelos nuviosos regionais, mas salvas pelas branduras das contemplações reluzentes. Tudo belo e musicado pelas inseguranças indefinitas. Firmes nas atitudes de suas formas, sem fórmulas. Deus é testemunho.

De parabéns as mulheres ontem, hoje e amanhã. Contexto de amplitude ilimitada. Beleza pura efetiva e harmoniosa. Forte e sábia como a natureza. Entendimentos, humildade e racionalidade. Definição, indefinível, [ilegível] pelo sentimento [ilegível]. Acredita-se. Ver uma mulher é tocar a felicidade com a mão. Pensamento, ação, comungam com a roda do vento, que a tudo edifica.

A beleza é constante, efervescente. Nada ao contrário. É como um diamante ofuscando, nunca com rachadura. A mulher tem de tudo – Vida, Destino e Futuro. Nada para o destino desconhecido, fazendo o bem que se deseja. Evolução em comum. Eliminá-la, nem pensar. Sem ela o côncavo da vida será evidenciado.

Flores com adubo [ilegível] sentimento, externa-se. Alegria e felicidade têm nova vereda traçada pelo destino, sem tristeza e dor. Desviar do caminho do destino, jamais. Mulher com o coração sempre criança, benéfico, plausível. Equilíbrio sem sombra. É orquestração vivenciada em seu dia, que tem data marcada.

Tudo é festa. Todos os dias, são os dias das brasileiras mulheres. Parabéns para vocês fortes pela natureza sábia. Deus continue protegendo-as. Mais um século de aniversários, passados.

É o que se formula.

**Advogado.**

(Correio da Paraíba – João Pessoa, sábado, 11 de março de 2000 – Opinião – p.6)

(texto 55)

## Mulher

O transcurso, hoje, do Dia Internacional da Mulher, exige uma reflexão não apenas sobre a condição do sexo feminino na sociedade atual, notadamente em estruturas patriarcalistas a exemplo da paraibana, mas também sobre as condições de liberdade em que vivem todos os cidadãos.

É preocupante a situação da mulher. Em várias classes sociais, ela é ainda tida como uma cidadã de segunda classe.

Também no enfrentamento do mercado de trabalho, as mulheres, por mais especializadas que sejam, sofrem uma discriminação injustificável percebendo remuneração aquém daquela que é paga aos homens que exercem idêntica função.

Isso acontece na Paraíba hoje, em vários estados brasileiros. Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que ainda estamos numa sociedade machista, apesar dos avanços contra essa situação preconceituosa ocorridos.

Entre esses avanços situa-se o caso da Constituição Brasileira. A carta delega deveres e direitos à mulher na mesma medida do que é propiciado aos homens. À luz da história recente da militância feminista, tal condição reservada à mulher pela Constituição de 1988 dispensaria os artefatos legais. Seria uma condição natural.

Ocorre que no estabelecimento formal das demandas legais do país, até bem pouco tempo a mulher era tipificada como dependente do marido e não uma parceira, companheira ou co-autora dos atos do casal. O homem era tido como o “cabeça”, o arrimo, o princípio do casamento.

Esse contrato jurídico ratificava uma incômoda posição de inferioridade, que já está mudando.

Não se conseguiu, entretanto, mudar a mentalidade de uma geração criada sob o resguardo de preconceitos contra a mulher.

Por isso é que muitas continuam a ser assassinadas. Em João Pessoa, várias foram as mulheres mortas, estupradas, agredidas e humilhadas sem que os culpados sejam responsabilizados.

Devemos registrar, porém, o fato de que já existem setores organizados, grupos feministas, entidades de classes, entre outras, combatendo essa compreensão equivocada do papel da mulher na sociedade.

Os crimes, os assassinatos, as agressões continuam a ser praticados mas a existência de uma Delegacia da Mulher já é um indício de que alguma coisa está mudando.

Resta à sociedade, não apenas em datas especiais, como este 8 de março, multiplicar esforços, principalmente junto às novas gerações, no sentido de sedimentar a consciência de que homens e mulheres estão juntos na construção de um projeto social e que a discriminação é um tipo de violência que precisa ser extirpada do nosso convívio. Mulher, cidadã, companheira, mãe, trabalhadora, ser humano íntegro a merecer, sempre, o reconhecimento pleno do seu potencial produtivo.

**(O Norte – João Pessoa, segunda, 08 de março de 1993 – Opinião – p. 4)**

(texto 56)

### Aperfeiçoamento

A primeira versão do anteprojeto do novo Código Penal brasileiro foi entregue essa semana ao ministro da Justiça. A notícia foi divulgada ontem pela imprensa, quando do transcurso do Dia Internacional da Mulher, fato que consideramos uma feliz coincidência. Porque o novo código não mais considera o adultério um crime.

A relação que estabelecemos entre a mudança proposta e a mulher justifica-se diante de uma nova realidade, menos violenta, que se descortina para o sexo feminino.

Continuamos a respeitar o dogma moral que fustiga o adultério como uma objeção. Mas sob a qualificação legal de crime, o adultério foi utilizado, nas últimas décadas, para justificar outros crimes, notadamente o assassinato de mulheres.

Decorre o adultério, geralmente, de uma distorção do caráter do homem ou da mulher. E também da decadência da relação estabelecida pelo casal quando do casamento, relação que na maioria das vezes mantém-se até mesmo por razões econômicas.

Mais: o adultério criminoso só era assim reconhecido quando praticado por mulheres. Os costumes feudais que ainda asseguram ao homem o direito questionável de manter relações extraconjugais vem legitimando uma compreensão bizarra da lei sempre esgrimida para reforçar tradições que tipificam a mulher como uma cidadã de segunda classe.

Outro aspecto que merece especial atenção: muitos são os casos em que os maridos traídos decidem fazer justiça com as próprias mãos, eliminando as companheiras que transgrediram os padrões normais e legais. O adultério, um estrangulamento da relação entre casais que envolve aspectos psicológicos e sociológicos, deverá retirar-se do índice do Código Penal na proporção em que amadurece a sociedade brasileira diante de novas conquistas no âmbito da cidadania.

Outra novidade no anteprojeto: extingue-se o crime de sedução, o que implicará numa redefinição até mesmo de padrões pedagógicos e obrigará as famílias a um novo tipo de diálogo com os jovens, e uma nova orientação óbvia para a Justiça. Frutos, estas modificações, do projeto em curso de democratização da sociedade brasileira. Que consiga o país aperfeiçoar os mecanismos que impulsionam os ideais de liberdade de todos os brasileiros.

**(O Norte – João Pessoa, quarta-feira, 09 de março de 1994 – Opinião – p.4)**

(texto 57)

### Justa homenagem

Os paraibanos, como as pessoas de todos os quadrantes da terra, estão reverenciando hoje o “Dia Internacional da Mulher”.

Aqui em João Pessoa, as homenagens às mulheres começaram ontem, com solenidades nas casas legislativas. Merece um registro especial a programação do Serviço Social do Comércio (Sesc).

Dentro das homenagens prestadas pelo Sesc à mulher, registramos o lançamento do livro: “O Cotidiano dos Movimentos Sociais: Desafios e Perspectiva”, do professor Alder Junior. Uma roda de capoeira com o grupo Badauê dos Palmares. A reabertura do projeto Parede Poética e as apresentações da cantoras paraibanas Regina Brown e Natalie de Lima.

No **Dia Internacional da Mulher** é oportuno lembrar que, apesar das conquistas da civilização, a mulher ainda não conquistou sua plena liberação, em consequência dos preconceitos e outros fatores naturais em uma sociedade com resquícios do atraso.

Evidentemente, mesmo no Brasil, houve notáveis avanços, como uma consequência do processo de desenvolvimento, mas ainda há muita coisa a ser reparada. Por exemplo, em nosso país, os homens têm um salário 42% maior do que as mulheres, em média (Gazeta Mercantil, 24/2/97).

Em consequência dos retrocessos econômicos, a marcha para a igualdade da mulher com o homem, se não sofreu retrocesso, caiu muito no seu ritmo para a frente.

É oportuno, nesta justa homenagem à mulher, lembrar as afirmações da jornalista Ana Montenegro, poeta e ativista desde 1945: “As desigualdades sócio-econômicas e político-culturais que existem entre a mulher e o homem, na sociedade atual, são cada vez mais questionadas por vários segmentos da sociedade. É difícil precisar a data exata em que foi empregada pela primeira vez a palavra feminismo. Há notícias de que foi usada no Século XIX...”

A jornalista, referindo-se às injustiças contra mulher, afirma que há duas formas de opressão: a material e a psicológica, que se apresentam de acordo com a classe ou a camada social a que pertence a mulher, as que se originam da mesma fonte no sistema social dominante variando no tempo e na história. E frisa: “Não pode haver libertação da humanidade sem a independência social e a igualdade dos sexos”.

Todas as homenagens que estão sendo prestadas à mulher, de uma forma ou de outra, concorrem para fortalecer a luta pela igualdade, portanto marcam a história.

(O Norte – João Pessoa, domingo, 08 de março de 1997 – Opinião – p.2)

(texto 58)

## É feminino o mundo!

**NADJA PALITOT**

No dia 08 de março de cada ano comemora-se o dia Internacional da Mulher, sabemos que a escolha do dia deve-se a triste recordação do massacre que mulheres trabalhadoras sofreram, na defesa dos seus direitos em Nova Iorque em uma fábrica têxtil, onde foram agredidas. Em 08 de março de 1857 as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque, empreenderam uma marcha pela cidade, protestando contra seus baixos salários e reivindicando uma jornada de trabalho de doze horas. Foram reprimidas pela polícia e muitas terminaram presas e feridas.

Durante muitos anos, para você ter uma idéia, escutei e li pessoas intelectualizadas, líderes dos movimentos feministas, dizerem que neste dia muito pouco ou quase nada, tínhamos a comemorar. Asseguravam que continuamos de pires na mão, na busca dos nossos direitos barbaramente violentados.

Peço licença, com meu humílimo ponto de vista, para discordar. O avanço das mulheres no mundo, sobretudo no mercado de trabalho, e porque não dizê-lo, na perseguição dos seus direitos, tem sido extraordinariamente produtivo, e cada vez mais **é feminino o mundo!**

Como mulher comum, me assaltam as mesmas preocupações, as mesmas indagações, os mesmíssimos sofrimentos e dores de qualquer fêmea, porém como advogada da área de família, percebo que as mulheres procuram dignidade nos seus relacionamentos afetivos. Já não querem só um marido pagador de contas, porque elas hoje podem pagar contas também, da mesma forma não procuram um orientador para suas próprias vidas, afinal, na maioria das vezes, administram melhor do que o homem, a vida conjugal sobre todos os aspectos.

É a mulher quem faz a feira, quem se preocupa mais com as contas, e que tem a jornada de trabalho mais perversa. Tem um pé no século passado, responsável pela administração do lar quase totalmente, e nesse aspecto o movimento feminista não avançou, e o outro pé no mercado de trabalho, um século à frente. É a tal história, um pé descalço lavando a casa, o outro pé em salto alto trabalhado, ombreadas com o marido.

Por isso, tenho para mim, que a mulher cresceu enquanto ser consciente do seu papel, e principalmente da sua importância dentro do universo social. A mulher tem atribuições mais diversificadas, antes eram domésticas, e por isso não lhes davam importância, nestes tempos nossas novas tarefas, são mais reconhecidas, do ponto de vista dos homens, porque são aquelas que eles também desempenham, portanto, o grau de valia das nossas novas missões nos dá maior destaque e poder.

Porém, continuamos sendo vítimas de inúmeras injustiças, cruéis, abomináveis, mas não nos rendemos, lutamos corajosamente, até porque o papel de vítima não combina com nosso espírito altaneiro.

Por essas e outras, que um pequeno artigo não comporta elencar, sustento a opinião de que a mulher tem inúmeras vitórias a comemorar no seu dia. Até mesmo o movimento feminista amadureceu, atualmente entendemos que homens e mulheres, lado a lado, unidos, é que podem transformar a sociedade, já não existe a vaidade

inconsistente de quereremos ser mais do que os homens, sabemos no entanto que não somos inferiores, somos iguais, ressalvadas as nossas diferenças. Os homens devem ser sempre nossos aliados, companheiros. Um ser completa o outro, não lhe arranca pedaços. Sabemos que existe grande resistência à conquista das mulheres, da mesma forma como existe uma minoria de mulheres que pensam estar no século passado.

Muito, entretanto, ainda há para ser feito e conquistado, mas, dentro da cultura extremamente machista que nos impuseram, paciência, nós escapamos todas, dessas algemas, desses grilhões, dessa masmorra escura e impiedosa onde quiseram nos manter em cativeiros, durante tantos séculos. Estamos livres! E não queremos vingança, nem acertar as contas com os homens, queremos paz, queremos amar e ser amadas em plenitude, queremos um mundo mais feminino, que é justamente um mundo mais tranquilo, mais carinhoso, menos duro, mais aconchegante, enfim um mundo melhor, um mundo de mulher.

E por favor, não esqueçam de nos presentear com uma rosa, como nos velhos tempo...

Advogada e jornalista

**(O Norte – João Pessoa, domingo 08 de março de 1997 – Opinião – p.3)**

(texto 59)

## Nem com uma flor

LUCIANO MARIZ MAIA

Celebra-se no próximo dia 8 de março o dia Internacional da Mulher. É dia de luta, que preserva a memória de outras lutas. Quem vê em perspectiva percebe que a vida da mulher hoje continua tão difícil quanto sempre. Mas indiscutivelmente seu papel na sociedade tem mudado, e o ambiente doméstico e privado tem em muito sido substituído pelas esferas públicas de atuação.

Tradicionalmente o Estado só dedica às mulheres medidas de proteção à sua face maternal, como responsável pela procriação, e posterior criação dos filhos. Normas de índole trabalhista asseguram-lhe licença maternidade, e autorizam-lhe afastar-se para aleitamento. Algumas políticas públicas de saúde já iniciam a preocupação com atendimentos pré-natais, e acompanhamentos pós-partos, visando o monitoramento e prevenção das causas da mortalidade infantil.

Inobstante todo o avanço da legislação asseguradora dos direitos das mulheres no Brasil, é possível dizer que existe no seio da sociedade preconceito e discriminação contras as mulheres, no modo de operacionalização do sistema de divisão do trabalho; e na definição de papéis públicos e privados que são reservados aos homens e às mulheres. O que torna mais grave ainda é a circunstância de tal tratamento ser provocado por motivos religiosos ou de cunho cultural, fazendo homens e mulheres não apenas diferentes, mas estas inferiores àqueles.

As religiões – todas as religiões – reservam papéis subalternos para as mulheres. Mesmo quando as elevam, nunca chegam à mesma dignidade que os homens. E todas as religiões estabelecem a mulher como sendo a sede – quase que a única sede – da honra da família, tendo o homem como defensor e protetor daquela honra. Este conceito, que se converte em preconceito, autoriza aos homens maior liberdade de ação em todos os campos sociais, e força e restringe a mulher a uma presença doméstica, controlada, para “preservá-la” de riscos de ataques à sua honra. Ou de tentações de fazê-lo.

A imposição de maior permanência da mulher no recinto doméstico repercute em toda a vida pessoal e profissional. As mulheres, que costumam ser melhores alunas, enquanto permanecem nas escolas e academias, não têm podido alcançar os mesmos resultados que os homens, nas carreiras profissionais. Não por falta de capacidade ou competência. Mas pela necessidade, imposta por questões culturais, de dividir-se entre a organização da vida doméstica, e a estruturação da vida profissional. Isto não significa dizer que, pontuadamente, algumas mulheres não atinjam aqueles índices, ou não os superem. É o caso, por exemplo, da economista Maria Sílvia Marques, diretora da Companhia Siderúrgica Nacional, que foi citada pela revista americana “Time” como uma das 12 pessoas (ela sendo a única mulher) nas Américas com chance de influenciar profundamente a economia do país e a vida dos cidadãos. A matéria é só elogios à sua competência e à sua dinâmica de trabalho.

Tem havido mudanças. Estas são provocadas pela luta das mulheres em ampliar seus espaços de trabalho, assumindo papéis públicos – na iniciativa privada e nos órgãos governamentais – que as transformam em senhoras dos seus destinos, por



serem garantidoras das próprias condições de manutenção. Deixam de depender economicamente dos seus homens ou maridos, e passam, elas próprias, a colaborar ou definir seus próprios rumos. Curiosamente, a resistência às mudanças é sentida não apenas nos homens (alguns já modificam suas condutas, e aceitam e até incentivam a luta pela igualdade material), mas também nas próprias mulheres, algumas das quais internalizando, perpetuando e reproduzindo a discriminação.

Há ainda uma outra face – perversa e covarde – da discriminação contra as mulheres. É a violência contra as mesmas praticada. Dados oficiais do Governo brasileiro apontam para o fato de que 7 de cada 10 agressões praticadas contra as mulheres o foram no seu ambiente doméstico. Por pessoas do seu relacionamento afetivo – marido, namorados, pais, irmãos, e até mesmo filhos.

A questão é de proporções tão graves que houve a criação de Delegacias da Mulher, com pessoal especializado no trato das situações que vitimam as mulheres. Estatísticas de João Pessoa, referentes ao ano de 1996, indicam que, em números redondos, houve mais de 1.000 ocorrências policiais vitimando mulheres. Mais de 600 casos de lesões corporais, 40 homicídios, 15 estupros. Dessas 1.000 ocorrências, apenas 40 se converteram em inquéritos policiais, com perspectiva de identificação do fato criminoso, e sua autoria. Não se sabe quantos desses inquéritos eventualmente deram ensejo à formalização de denúncias, muito menos quantas condenações judiciais foram proferidas.

Isto se constitui, no plano nacional e internacional, uma das maiores demandas dos movimentos em favor dos direitos das mulheres: o reconhecimento de que a violência contra a mulher é grave violação aos direitos humanos. Elas pedem proteção contra essa violência, cobrando dos governos medidas concretas, coibindo sua prática, e punindo os culpados.

O Brasil assinou e ratificou a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, datada de 1979. Por este instrumento o Brasil se obrigou a tomar medidas apropriadas para modificar os padrões sócio-culturais de conduta dos homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas discriminatórias, baseadas em idéias de superioridade ou inferioridade dos sexos, ou em funções estereotipadas de homens e mulheres. Isto se faz mediante educação para a igualdade. Mas o mínimo e o mais urgente que tem de fazer é ensinar aos homens o que os poetas já proclamam há muito tempo: em mulher, não se bate nem com uma flor!

Procurador Regional da República, presidente do CEDDHC

**(O Norte – João Pessoa, quinta-feira 06 de março de 1997 – Opinião – p.3)**

(texto 60)

## Dívidas Sociais

DOM MARCELO CARVALHEIRA

A vivência da fé dos cristãos nos países pobres do nosso Continente produziu uma Teologia Latino-americana, diferente da europeia. A doutrina essencial da fé é sempre a mesma, mas as reflexões teológicas são múltiplas. A nossa teologia, no que tem de legítimo e dentro e dentro da grande tradição católica, está não só em textos de teólogos, mas também se manifesta nos documentos do Episcopado latino-americano. Ele olha a realidade humana e procura relacionar a fé com a vida do povo. Tentar articular o sabor teológico com as ciências sociais, a salvação sobrenatural com a promoção humana.

É assim que o tema especial da “Campanha da Fraternidade” deste ano – “Educação” – como tantos outros anteriores, tem levantado uma questão fundamental para nós que é a ‘dívida social’. Assim, diante de um desafio concreto, busca-se relacionar a fé com a vida.

Hoje em dia, todo mundo se dá conta de que o Brasil é um País endividado: tem dívida externa, dívida interna e a humilhante dívida social. Esta última é grave e é múltipla. Estende-se a muitos setores da vida do povo: saúde, habitação, emprego, salário, comida, transporte... educação.

Na busca de resgate dessas dívidas, facilmente descobrimos que o **credor** é o povo pobre. E que o **devedor** são os setores responsáveis da sociedade. Concretamente, na verdade, é do Estado, nos seus vários níveis, que se cobram essas dívidas. Por outro lado, a luta pela extinção desse débito, na ausência de um de um contrato positivo, se fundamente, no Ocidente, nos **direitos fundamentais de toda a pessoa humana**. Direitos estes que foram proclamados pela Revolução Francesa, reassumidos, depois, pela ONU na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em nosso País, pela Constituição Federal do Brasil. Para nós cristãos, é certo que esse resgate da dívida social, esse grito pela libertação dos pobres se fundamenta na Palavra de Deus. Firmamo-nos na convicção de que somos todos filhos e filhas de Deus. Somos sujeitos de deveres e direitos inalienáveis e chamados, indiscriminadamente, a uma vida digna e livre (cf estas noções elementares na conferência do economista e teólogo católico Yung Mo Sung para os Presbíteros, recentemente, reunidos em Itaici, em Encontro Nacional).

Esse mesmo economista cristão, diante das correntes dos neoliberais pós-modernos, dos neo-social-democratas e da esquerda voluntarista, apresenta as contribuições que deveriam ser da Igreja na formulação de uma alternativa social mais humana e justa. Após três contribuições, no plano de uma cosmovisão geral, que passo a citar: 1) a afirmação da **dignidade humana** de todos os seres humanos, anteriores a qualquer instituição; o reconhecimento dessa dignidade tem dois “destinatários”: a sociedade e a pessoa do pobre; sendo a melhor forma de reconhecimento do pobre descreditado a relação face a face, o ouvir o pobre, a realização de trabalhos concretos e localizados, como gestos proféticos, buscando articulá-los sempre mais

amplamente, em vista da modificação das estruturas sociais; 2) criticar a **absolutização do mercado**: é a crítica da idolatria do mercado; a crítica da idolatria é um dos eixos fundamentais da Bíblia, visando a afirmação da transcendência de Deus, o que é um ato eminentemente religioso, mesmo que essa “adoração” não se explicita verbalmente na vida secular; 3) reconhecer **os limites da factibilidade histórica**: criticar, assim, o mito da satisfação de todos os desejos humanos pela acumulação ilimitada ou pela revolução definitiva.

É preciso, pois, modificar **o espírito** que move a sociedade, donde controlar a relação entre qualidade de vida e quantidade de consumo, comporta-se como pessoa na comunidade, no reconhecimento do outro, na superação do individualismo concorrencial. Isso supõe a fermentação de uma **nova cultural** ou, como diríamos nós cristãos, **uma nova espiritualidade**.

Dou-me conta, ao concluir este artigo, da celebração, neste Domingo 8 de março, do **Dia Internacional da Mulher**. E quem mais do que a Mulher, sobretudo a excluída socialmente, é credora de enorme dívida social? A cultura ‘machista’ a discrimina e, freqüentemente, quando a destaca é para explorá-la como objeto de propaganda, misturada com os artigos do comércio, ou para atender, em espetáculos, a instintos desordenados de uma cultura hedonista. Na data de hoje, peço a Deus que, no limiar do novo milênio, abram-se novos horizontes para a humanidade! Que seja justa, solidária e fraterna!

Que Mulher e Homem, conforme o apelo primordial, sejam de fato imagem e semelhança de Deus! Que venha a Civilização do Amor, sinal já na terra do Reino Definitivo!

Arcebispo da Paraíba

**(O Norte – João Pessoa, domingo, 08 de março de 1998 – Opinião – p.3)**

(texto 61)

## Conquistas femininas

DÉBORA G. GOMES DE ALCÂNTARA\*

Todo direito adquirido da mulher lhe custou muita luta e esteve sempre vinculado a uma situação histórica movida por fenômenos econômicos ou políticos. Assim foi com o direito do voto feminino conquistado no Brasil em 1934, no agito de uma revolução. O direito à educação também foi conquistado a duras penas. Na década de 30 a mulher ainda tinha que lutar pela admissão nos cursos primários e secundários, principalmente naqueles que fugiam a categoria de “tipicamente femininos”.

A entrada de mulheres nas universidades só veio se dá na fase expansionista (1956-61) do governo Juscelino Kubitschek. No ano de 1964, onde anos após a reformulação do ensino médio visando ao acesso ao nível superior, apenas 25% dos concluintes do nível superior eram mulheres. Nos últimos tempos elas têm sido maioria em muitos cursos de nível superior.

No final dos anos 60 a mulher conquistou a liberdade sexual – o direito de domínio do seu corpo e de exercer sua sexualidade dissociada da reprodução, ou seja, passou a ter direito de uso dos métodos contraceptivos.

Após os anos 70 as lutas e conquistas se voltaram para o acesso ao mercado de trabalho em igualdade com os homens. Inseridas no mercado de trabalho, as mulheres lutam para adquirir direito à maternidade sem conseqüências para o emprego. Com a reformulação da Constituição de 1988, as reivindicações neste sentido foram atendidas.

Hoje, a mulher ocupa na sociedade o espaço conquistado ao longo dos anos, assumindo os papéis de profissional, esposa e mãe. A ordem de papéis retrata exatamente a transformação, ou seja, a guinada na vida da mulher moderna que hoje busca em primeiro lugar a realização profissional, em seguida optar por ter, ou não, uma vida conjugal, e por último busca a realização da maternidade, não deixando de ser este o mais sensível e sublime papel da mulher.

Aos poucos a sociedade moderna vem caminhando em pró da mulher; são as mudanças organizacionais do trabalho com abertura às mulheres das profissões antes só exercidas por homens; são as políticas de subsídios públicas e privadas, ainda que precárias em nosso país, proporcionando às mulheres trabalharem fora com garantia de creche e alimentação para os filhos; é o maior acesso a qualificação e aos cursos profissionalizantes; são os avanços da medicina reprodutiva permitindo às mulheres programarem a maternidade.

A célebre filósofa francesa *Simone de Beauvoir* declarou na década de 50 “a mulher livre ainda está nascendo”. Hoje, quase meio século depois pode-se dizer “a mulher livre está na maioridade”, pois têm revelado expressivo desenvolvimento em todos os aspectos da sua vida.

\* Mestranda em Economia do Trabalho - UFPB

(O Norte – João Pessoa, sábado, 07 de março de 1998 – Opinião – p.2)

(texto 62)

## **Profissão: mulher!**

**LUCIANO MARIZ MAIA**

Todo ano parece ser sempre a mesma coisa. 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, dia de celebrações. Justifica-se. O ano todo renovam-se violações aos direitos fundamentais das mulheres, repetem-se atos de violência e discriminação, perpetuam-se injustiças. Por isso, e novamente, é ano de celebrações de lutas e lutos, e redescobertas de esperanças.

Aos poucos, mas as coisas estão mudando. As mulheres estão adquirindo consciência de sua força e do seu poder, e estão cada vez mais se mobilizando, e ampliando seus espaços na sociedade. Redefinindo os espaços privados. Descobrimo os espaços públicos. A escola, ou a escolarização, tem ajudado. Adquirindo o saber, a mulher adquire o poder. Adquire consciência do mundo, e autoconsciência de si própria. Começa a deixar de ser presa da ideologia desenhada pelo homem, que a faz confinar-se em casa, e a faz menor na capacidade de trabalho e produção.

Em algumas áreas, parece ser mais fácil o ingresso no mercado de trabalho. Magistério, por exemplo. No ensino primário, chega-se ao extremo de só haver quase profissionais do sexo feminino. Mas também, e muito bem, no ensino superior. A mulher se superando, e transmitindo o que sabe porque estudou, e especialmente o que sabe, porque vive, aprende e sofre.

A dureza da vida da mulher consiste em que não há hiato, não há espaço para descanso, durante o seu dia, e ao longo de sua vida. Ter uma profissão e trabalhar fora não a tem eximido de trabalhar mais ainda, quando retorna para casa. É a administração da casa, e de tudo o que nela se contém: aposentos, pessoas, coisas. E o que se gasta e em que se gasta. Sem contar a emocionalmente desgastante atividade de ensinar aos filhos as atividades escolares. Mais das vezes tendo de novo que aprender, para poder ensinar.

Testemunho tudo isto, pelos relatos que escuto, e pelos fatos que vejo, em minha própria casa. Débora Julinda, arquiteta há 15 anos, a braços com a prancheta, e abraços nos filhos. Do seu traço marcante no nanquim, ao traço decisivo no cimento, ela cimenta sua profissão, e contribui para a construção de sonhos. Por vezes são desejos de jovens que viram idéias, idéias que viram projetos, projetos que viram casas, casas que se transformam em lares.

Não lhe é fácil caminhar no labirinto das dificuldades profissionais. Não basta ter competência no uso de seus instrumentos, ter criatividade e inspiração, ter sensibilidade. Se tudo isto lhe sobra, às vezes falta tempo para ver mais, viajar mais, descobrir mais. Pois sendo mãe, e tendo o coração entesourado nos filhos, o mais que quer ver, o mais com quem quer viajar, o mais que quer descobrir está ali, perto do escritório, e dentro de sua casa. Nada obstante, cada viagem que faz desloca-se no tempo e no espaço, escrutinando cada edifício, averiguando cada solução construtiva, identificando os novos rumos da arquitetura e da construção, e seus novos materiais construtivos. Umberto Eco professa que a arquitetura, de todas as artes, é a que mais ousadamente interfere na ordem do universo. Essa é a leitura que faço, das obras que

Débora Julinda faz. Às vezes são projetos de edifícios, que brotam da terra como altos e elegantes pinheiros, dirigindo-se a Deus, como em uma prece, e elevando seus moradores ao alto. Às vezes, são casas que se confundem com a natureza em redor, e não se sabe onde terminam estas e começam os jardins, ou onde terminam os jardins e começam aquelas.

Estagiária que foi de Mário di Lascio e Régis Cavalcanti, hoje retribui o que aprendeu, ensinando a estagiários e estagiárias em seu escritório. Vive arquitetura e ama a arquitetura. É uma grande profissional. Mas acima de tudo é uma grande mulher.

Procurador Regional da República

**(O Norte – João Pessoa, quinta-feira, 05 de março de 1998 – Opinião – p.3)**

**(texto 63)**

### **Dia Internacional da Mulher**

O feminismo é, sem dúvida, uma das marcas deste século. Nos fins dos anos sessenta, acompanhando as ondas libertárias que mudaram a face das sociedades, as mulheres seguiram a trilha aberta pelos jovens, pelos negros, pelas minorias discriminadas. Partiram para a guerra. A meta era ampliar o espaço fora de casa, conquistar o mercado de trabalho e a igualdade entre os sexos.

O movimento centrou-se basicamente nos problemas da mulher. Em três décadas, juntou um patrimônio de lutas gloriosas. Paralelamente, acumulou um passivo de equívocos e fundamentalismos. Explica-se. Foi uma fase heróica. Sabia-se o que se buscava, mas os caminhos para chegar lá ainda não estavam traçados. Em muitos momentos, prevaleceu o ensaio e o erro.

Para o próximo milênio, a agenda acena com mudanças. O último boletim da Women's Environment & Development Organization (WEDO), entidade presidida pela lendária Bella Abzug até sua morte em 1998, mostra a direção a ser seguida pelo feminismo: não mais o olhar voltado estritamente para as mulheres no mundo, mas para o próprio mundo.

A pauta – resultado de discussões de mulheres em inúmeros fóruns – reflete a evolução das preocupações feministas. Fala em concentrar atenções na saúde ambiental e biossegurança, em justiça econômica e justiça de gênero. Propõe a luta pelo fortalecimento político das representantes do sexo feminino, o que supõe democratização e participação institucional coerentes com o objetivo de lograr transformações substanciais da realidade.

É, sem dúvida, uma guinada de 180 graus. Como chegar lá? Os instrumentos variam. Mas têm um denominador comum – a união de forças. Pressupõem a construção de coalizões do plano local e global. Prevêem parcerias entre homens e mulheres, ONGs, instituições governamentais e internacionais.

O que parece contido na proposta para o século 21 é o reconhecimento de que há problemas femininos específicos. Mas sua solução não se encontra encerrada num

nicho de saia, mas na capacidade de a mulher se conhecer nos impasses da humanidade inteira. E fundir tudo numa única luta – de homens e mulheres – para levantar a cabeça e declarar que o fim dos tempos não chegou.

O segredo está em saber se mover e sair das armadilhas do que parece imutável, superado ou sem esperança. São desafios a serem enfrentados para a conquista de um mundo eqüitativo, pacífico e saudável. Nele, mulher e homem têm seu papel.

**(O Norte – João Pessoa, domingo, 7 de março de 1999 – Opinião – p.A6)**

**(texto 64)**

## **SEM FALSA MODÉSTIA**

Mirian Guaraciaba

Parece discussão sem sentido, em pleno ano 2000, véspera do terceiro milênio. Infelizmente, não é. Ainda é tempo de estarmos preocupados em defender direitos das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais. As chamadas minorias – que de minoria nada têm – são discriminadas pela sociedade, pelas leis, pela vida.

Pessoas que não podem viver, trabalhar, produzir, exercer direitos e deveres como qualquer cidadão. Tranqüilamente. Gente obrigada a defender-se de preconceitos, proteger-se contra a maldade. Perda de tempo, providências que deveriam ser, a esta altura, absolutamente desnecessárias.

As mulheres tentam mudar o cenário com invejável determinação. É um começo de conversa para quem passou séculos subjugada. Mas avançam. Sabem que há muito o que ser feito para que todos sejamos donos do nosso destino. Homens e mulheres, de todas as cores, credos ou preferências sexuais.

Se não somos iguais, há o que se comemorar neste Dia Internacional da Mulher, que acontece amanhã, 8 de março? Pesquisa do Instituto Vox Populi, de janeiro de 2000, mostra que as mulheres vencem, aos poucos, alguns preconceitos, como os das urnas, por exemplo.

À pergunta “Você votaria numa mulher para prefeito de sua cidade? Governador de estado? Presidente da Republica?”, quase 80% de 2.000 entrevistados disseram sim. Na mesma pesquisa, o Vox apurou que as mulheres são consideradas pela maioria da população mais honestas, mais confiáveis, mais competentes, responsáveis.

O que falta, então, para que elas assumam posições mais importantes ou disputem, em maior número, cargos eletivos? As respostas variam, mas há quem defenda, no público feminino, a honestidade e a retidão de caráter das mulheres como fatores impeditivos para o sucesso político.

Faz sentido. As mulheres não sabem praticar a política rasteira. “O que temos de melhor a oferecer ao mundo é a nossa sinceridade de princípios. Não devemos ceder à pior forma de se fazer política, que é a da barganha, característica do universo masculino”, diz a antropóloga e presidente da Fundação Palmares, Ruth Pereira.

Por essas e outras, o Brasil aparece em último lugar, atrás dos africanos, no que diz respeito à participação feminina nos parlamentos. São 28 num total de 513 deputados federais, por exemplo. O Brasil perde para Angola, São Tomé e Príncipe.

E não é tudo. Contra a mulher existem dados levantados pela psicóloga Raquel Moreno, diretora do Instituto Opinião, de São Paulo, desenhando quadro vergonhoso de saúde pública: para cada 100 mil crianças, morrem duzentas mães brasileiras. Mortalidade materna elevadíssima no Brasil, quase recorde na América Latina.

Hoje, na justa homenagem prestada às mulheres, vamos lembrar de tudo isso. Mas não apenas para lamentar. Sem falsa modéstia, somos muitas e somos fortes. E, por favor, que ninguém interprete a mensagem como discurso machista. Somos também inteligentes: ai de nós se não fossem os homens.

**(O Norte – João Pessoa, quarta-feira, 8 de março de 2000 – Opinião – p.A6)**

**(texto 65)**

## **PEITOS PARA CONSUMO**

**Arlete Salvador**

Reveladora coincidência essa que juntou o Dia Internacional da Mulher, comemorado na quarta-feira, e o final do carnaval brasileiro. O resultado dessa conjunção astral foi a certeza de que todo o discurso otimista sobre o sucesso feminino no mercado de trabalho e em outras áreas do conhecimento humano não passa disso – discurso.

O que ainda está valendo na prática é uma forma machista, preconceituosa e hipócrita de tratar e retratar as mulheres no Brasil, em especial nos meios de comunicação de massa. No dia dedicado a elas, foram reduzidas a um amontoado de traseiros e peitos sacolejantes e burrice.

Pode-se, sempre, argumentar que todo carnaval é esse desfile de pedaços de carne nua na televisão e nas páginas dos jornais, e que se trata de uma festa popular, sem maiores conseqüências. É uma meia verdade.

Em primeiro lugar, carnaval não é isso. Numa escola de samba do Rio de Janeiro desfilam entre 5 mil e 6 mil pessoas. A maioria delas vestida dos pés à cabeça com fantasias pesadas, cheias de adereços e alegorias. Tem de ser assim para a escola aparecer na avenida, brilhar na noite e contar o seu enredo.

As peladonas são apenas meia dúzia em cada escola, tanto que todos os jornais trazem sempre as fotos das mesmas gostosonas. Mas são elas que aparecem como símbolo do carnaval e não a passista anônima, carregando a fantasia de não-sei-quantos quilos.

O olho de fotógrafos, cinegrafistas e editores, no entanto, está justamente atrás do traseiro de fora e do seio saltitante, mesmo que sejam minoria na avenida. Portanto,



não, o carnaval não é só isso. “Isso” é o que uma mentalidade machista e mercantilista quer que vejamos.

A afirmação de que todo ano é assim também não vale por inteiro. A repetição de algo só o torna banal e corriqueiro, mas não diminui o seu impacto. Todo ano é registrado um número recorde de chacinas em São Paulo, de acidentes de trânsito nas estradas e de maus-tratos contra crianças. Nem por isso a sociedade considera a violência aceitável.

No entanto, em nome de um falso sentido de liberdade, há uma complacência generalizada com a exploração feminina no carnaval. Combate-se a prostituição pobre das esquinas e botecos de quinta categoria, onde moças desdentadas e feias vendem-se por tostões, e tolera-se a de alto nível, onde imperam o silicone e a cirurgia plástica.

Afinal, não é isso o que fazem as peladonas do carnaval? Vendem seus corpos. E por que estão nas capas dos jornais e revistas? Porque fazem jornais e revistas venderem mais. Trata-se meramente de uma relação comercial. Não há nenhum romantismo nisso, nenhuma boa intenção e nenhum compromisso com a cultura ou a arte popular. Essas moças famosas pelos seios à mostra agora vão vendê-los pelo melhor cachê país afora. E o pior é que há quem pague e babe.

Pela coincidência com o final do carnaval, não havia muito o que comemora nesse Dia Internacional da Mulher. Somente a lamentar. Na virada do milênio, na era da tecnologia rápida, pelo menos neste país, a julgar pela cobertura do carnaval feita pela imprensa, mulher ainda é produto de consumo.

**(O Norte – João Pessoa, sábado, 11 de março de 2000 – Opinião – p.A6)**

(texto 66)

## Dia Internacional da Mulher

Celebra-se hoje o Dia Internacional da Mulher, quando se deve tributar justas homenagens às figuras femininas que, em todo o mundo, revelaram, nos mais variados setores da atividade, perfeita capacidade para concorrer com os homens em igualdade de condições. Essa reverência não se cinge às mulheres que mostram seu valor como instrumento de trabalho nas mais sofisticadas profissões, mas também àquelas que, no recesso do lar, mantêm um clima de compreensão (sem subordinação) com os maridos, educando os filhos com ternura e energia, forjando o caráter dos jovens que, amanhã, dirigirão os destinos da Pátria.

A luta universal para extinguir o preconceito contra as mulheres tem sido árdua, mas já apresenta resultados excepcionais, marcada por sua presença onde se exija competência, dinamismo e, especialmente, honestidade, que é um dos seus atributos especiais.

Nas últimas décadas, as mulheres têm ocupado importantes funções em vários países, revelando qualidades de estadistas, enfrentando difíceis conjunturas, com serenidade e coragem, demonstrando fibra inquebrantável.

O Estado de Israel deve sua consolidação, em tempos tumultuosos, envolvido em guerras constantes com palestinos e árabes, à extraordinária Golda Meier, primeira-ministra que, durante mais de um decênio, governou a nação com habilidade e vigor, combatendo incessantemente os inimigos externos e mantendo coligações políticas internas, para garantir a estabilidade do governo. O nome dessa mulher é uma lenda de glória que os judeus reverenciam como exemplo invulgar de idealismo.

Na Índia, onde governar é uma tarefa delicadíssima, para conciliar castas em um país de grande extensão, onde se falam dezenas de línguas e explodem conflitos religiosos, a filha do Mahatma Ghandi – o apóstolo da reação pacífica –, Indira Ghandi, ocupou a presidência da república durante anos, com raro equilíbrio, administrando com inteligência a convivência dos contrários.

Na velha Albion, temos Margaret Thatcher, cognominada a “dama-de-ferro”, que ocupa há mais de dez anos o cargo de primeira-ministra, gerindo com competência os destinos de um grande império colonial, que se desfez de suas colônias com um **timing** admirável, conseguindo manter-se amigo dos antigos súditos, com os quais cultivava laços fraternais de amizade. Além desse êxito na política externa, evitou que a economia inglesa, com a perda das colônias e os desacertos do trabalhismo, entrasse em colapso, executando uma política econômica austera, que deu impulso ao setor privado e reduziu o tamanho do Estado, com várias privatizações de empresas públicas.

Nas Filipinas, a presidente Corazón Aquino conduz o governo, após a queda do ditador Ferdinando Marcos, perseguida por vários levantes, que tem conseguido vencer, impondo sua autoridade.

Nestes últimos dias, tivemos a agradável surpresa de ver a corajosa Violeta Chamorro, viúva do jornalista Joaquim Chamorro, assassinado pelos sicários do ditador

Somoza, vencer a eleições na Nicarágua, derrotando o candidato sandinista, que disputou o pleito com o presidente Daniel Ortega.

Estes são alguns exemplos atuais de mulheres admiráveis mas, já no passado, ainda sob o peso de preconceitos, outras houve que ignoram as limitações hipócritas da sociedade, atingindo posições culminantes em suas profissões, tais como a patronesse das enfermeiras, Florence Nightingale e Anita Garibaldi, madame Curi, que abriram caminho às suas companheiras, na bruma espessa das prevenções.

Agora, o presidente Collor de Mello dá uma demonstração de respeito e confiança nas mulheres, entregando a Pasta da Economia à professora Zélia Cardoso de Mello, que deverá realizar um trabalho hercúleo para reequilibrar nossa economia, e o Ministério da Ação Social à assistente social Margarida Procópio, dando a seu governo um tempero diferente dos anteriores, que ajudará no preparo do prato de fartura com que pretende combater a pobreza absoluta.

Curvemo-nos, portanto, à grandeza da mulher – sal da vida –, sem o que nossa existência seria completamente insípida.

**Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida,  
de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho!**

**Edson Queiroz**

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, quinta-feira, 8 de março de 1990 – Opinião – p.2)**

(texto 67)

### Aborto e interpretação da lei

Edgar Carlos de Amorim (\*)

O nosso Código Penal, literalmente, autoriza o aborto apenas nas duas hipóteses: para salvar a vida da gestante e quando a gravidez resulta de estupro.

No anteprojeto de sua reforma, foi acrescentado como exclusão da ilicitude o aborto piedoso, ou seja, aquele fundado na prova concreta de o nascituro apresentar graves anomalias físicas ou mentais.

Infelizmente, não teve a devida acolhida pelo nosso legislador, pois caso tivesse sido aprovado, passaria a ser o Inciso III do Art. 128 do respectivo Código.

Em razão do exposto, vez por outra, surgem notícias nos jornais de ter esse ou aquele juiz permitido a prática do aborto quando o feto comprovadamente não apresenta condições físicas ou mentais de ter uma vida útil e salutar.

Estranhamos ter alguns destes julgadores afirmado haver proferido sua decisão contrária à lei.

Evidentemente em casos assim, o juiz não procede contra o texto expresso da lei, mas tão-somente em inteira consonância com o bom direito.

O erro resulta do fato de julgarmos quase sempre com base na interpretação gramatical ou literal, isto é, o direito está nas palavras da Lei e não, no seu espírito ou sentido.

Em caso assim, ou seja, quando o feto não apresenta condições mentais e físicas para ter uma vida útil a si e a sociedade, impõe-se o aborto com fulcro nos métodos de interpretação sistemática e lógica.

Tudo é muito fácil entender, porquanto o feto sadio dever ser extraído para dar vida à mãe, não há sentido deixar de proceder de igual modo quando se tratar de nascituro mutilado no seu aspecto físico ou com anomalias mentais, pois em assim permitindo o juiz estará dando vida não à mãe, como ocorre na primeira hipótese, mas sim a própria sociedade.

Ora, se a lei permite o aborto, em razão do interesse menor, ou seja, para salvar a vida da mãe, porque não pode proceder igualmente em função do interesse maior, ou seja, para salvar a sociedade de ter nos seu seio pessoas inúteis, improdutivas e acima de tudo absorvente da mão-de-obra de terceiro?

Sem sombra de dúvida, ninguém nasce para ser servido e sim, para servir. Consequentemente, dentro desta interpretação lógica, a autorização judicial para a prática do aborto para no caso do feto deformado não é contrária a lei, porém sim nos termos dessa mesma norma.

Não vamos ficar apenas no campo da interpretação lógica, passemos a examinar a sistemática.

Primeiramente, devemos levar em conta o princípio da igualdade, pedra angular da verdadeira justiça, e inserido no próprio artigo 5º, “caput”, da Constituição Federal de 1988. Aqui, de maneira clara, haveremos de compreender o seguinte: se o aborto é permitido para salvar a vida da mãe, o mesmo dever ocorrer quando as anomalias do feto forem flagrantes, não lhe permitindo ter uma vida útil à sociedade.

Inegavelmente, o interesse menor não pode sobrepor-se ao maior, ou seja, ao da sociedade, mesmo porque para casos iguais ou semelhantes a Lei exige tratamento igual.

Em suma, o aborto tanto é permitido para salvar a vida da mãe como para expurgar do meio social pessoas improdutivas com eterna sobrecarga de tratamento e cuidados permanentes.

(\*) Desembargador

**(Diário do Nordeste – Fortaleza – domingo, 13 de março de 1994 – Opinião – p. 02)**

**(texto 68)**

### **Mulher na Sociedade**

A mulher na vida da sociedade moderna deixou de ser apenas aquela referência romântica de rainha do lar, passando a concorrer e competir com os homens nas atividades executadas fora do âmbito familiar. Ocupa posição de relevo em todos os cargos públicos e da iniciativa privada, nas profissões liberais, nas letras e nas artes, na política e na luta pelos direitos humanos.

Mulheres escreveram páginas gloriosas na história, como Maria Tomásia e Bárbara de Alencar, entre outras, dignas de reconhecimento por seu trabalho em favor de causas fundamentais da liberdade humana e política. Através dos tempos, as mulheres deram provas de sua fibra enérgica, enfrentando reações tenazes opostas por homens intransigentes em não lhes ceder espaço algum. Alzira Soriano de Sousa, em 1928, foi a primeira mulher prefeita, em Lages, no Rio Grande do Norte, mas foi impedida de assumir por determinação da Comissão de Poderes do Senado.

Hoje, 20 por cento das vagas para as cadeiras legislativas são destinadas às mulheres, por força de projeto aprovado da deputada Marta Suplicy, do PT. Em 53 cidades cearenses, as mulheres foram as mais votadas nas últimas disputas eleitorais proporcionais. Existem 327 representantes do belo sexo ocupando cargos legislativos. Na Câmara Municipal de Itapipoca, de seus 21 vereadores, nove são mulheres. Na Assembléia Legislativa, exercem o mandato duas deputadas enquanto 17 mulheres dirigem prefeituras cearenses. No Brasil, 288 mulheres foram eleitas para dirigir os destinos da população, inclusive em algumas capitais.

A Câmara Municipal de Fortaleza conta com quatro mulheres, enquanto o eleitorado feminino no Ceará atinge 50,80% do seu contingente. No exercício da função de governadora está Roseane Sarney, do Maranhão. Ester Ferraz foi a primeira ministra de Estado, assumindo o Ministério da Educação e Cultura, no governo do presidente João Baptista Figueiredo. A história registra ter sido a professora Celina Guimarães Viana, da Escola Normal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a primeira mulher a se alistar para votar, em 1927.

A primeira senadora foi Eunice Michilles, do Amazonas, enquanto a médica Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira deputada federal, eleita em 1933, por São

Paulo, com uma bagagem superior a 100 mil votos. No jornalismo, as mulheres também pontificam. Nas redações dos veículos de comunicação, a presença feminina dá o toque de humanização nas relações de trabalho e nas informações levadas ao conhecimento do público, destacando-se muitas delas pelo alto grau de profissionalismo, talento e amor ao trabalho.

A mulher, a cada dia, consegue espaços na vida social, administrativa, política e econômica, desempenhando um papel preponderante no equilíbrio da vida social da Nação. Ela ainda tem um caminho muito vasto a percorrer para obter novas conquistas. Do direito de votar e, posteriormente, de ser votada, à aceitação de sua presença em cargos antes ocupados privativamente pelos homens, tudo isso tem contribuído para fortificar a sua luta por novos e importantes espaços no contexto social.

Na data universalmente consagrada à figura feminina, ela recebe as homenagens devidas por atuações ao mesmo tempo tão diversas e notabilizantes, certamente consciente de que as conquistas políticas e profissionais apenas apontam para o caminho a ser trilhado. A mulher brasileira, especialmente a mulher cearense, é digna de todas as manifestações de júbilo e satisfação pela data. A maior que, talvez, a sociedade possa lhe prestar é dar-lhe, irrestritamente, o apoio necessário para que, cada vez mais, tenha liberdade e condições iguais de exercer sua cidadania.

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho!”

Edson Queiroz

**(Diário do Nordeste – fortaleza, sábado, 08 de março de 1997 – Opinião – p.2)**

(texto 69)

### A força da filhas de Eva

Desde o princípio dos tempos a mulher já se fez presente: “*E deu o homem o nome de Eva a sua mulher, por ser a mãe de todos os seres humanos*” (Gênesis, 3:20).

E dela surgiram, Ada, Zilá, Naamá, Anamim, Arã, Sarai, Milca, Iscá e muitas outras que, com a fertilidade de suas entranhas asseguraram o acontecer de infindáveis descendências. Se realmente tudo começou a partir de uma prosaica “costela”, abençoada seja, pois assim teve início o verdadeiro ciclo da vida. E num processo de harmonia cósmica mulher e mundo compartilham a sua mútua evolução.

Surgiu Maria, escolhida pelo Espírito Santo para acolher em seu ventre o Filho de Deus na Terra; e foi seguida de muitas outras “Marias” que, como a primeira, também foram predestinadas nas suas mais diversificadas missões.

No caleidoscópio da História muitos fatos e acontecimentos vêm marcando o difícil caminho percorrido pelas mulheres. Reconhecidas inicialmente apenas pela dádiva da maternidade, elas lutaram pela conquista de espaços maiores que lhes proporcionasse também o direito de existir como cidadãs, ampliando limites e horizontes e gerando grandes transformações na sociedade.

E, de objeto de reprodução e arsenal doméstico, as mulheres se tornaram operárias, artesãs, líderes, guerreiras, prostitutas e até astronautas.

Elas realmente alcançaram o arco-íris; mas ainda lutam para destruir o preconceito e alcançar o vôo libertário pelo reconhecimento da igualdade de direitos em todo o planeta.

Ousar descrevê-las é um desafio que só pode ser suplantado pela sensibilidade e percepção de sua real contribuição na história da humanidade.

Anita Garibaldi, Florence, Nightingale, Joana D’Arc, Melanie Klein, Teresa de Calcutá, Indira Gandhi, Margareth Thatcher, Ella Fitzgerald, Helen Taussig, Marguerite Duras, Raquel de Queiroz, Tarsila do Amaral, Cecília Minayo, Tereza Haguette... e todas nós!

Mulheres frágeis de indestrutível fortaleza!

Mulheres sem cor, mas banhadas de luz!

Mulheres racionais, mas transbordantes de sentimentos!

Nas artes, na literatura, na ciência, na política enfim, em todas as áreas da atividade humana, a mulher tem realmente feito conquistas.

Mulher Árvore que sustenta com suas raízes e protege com seus galhos; Mulher Ventania que, com seu sopro envolve e acaricia; Mulher Sol que, com o seu calor derrete os ice-bergs da alma; Mulher que constrói e/ou transforma destinos, Mulher que dá cor à vida!

Injustamente reprimidas, agredida e violadas na sua dignidade, as mulheres ainda são vitimadas pelo preconceito, mas lutam: resistem, insistem e persistem. Da repressão sexual à intelectual, da agressão física à moral, da violação pessoal à profissional.

E nesse contexto os desafios vão sendo ultrapassados e as batalhas vencidas. Novos rumos descerram perspectivas geradoras de um futuro cada vez mais dependente da mulher: a contemporaneidade progressiva se emprega à sua sedução.

Estão aprendendo a sobreviver e a “crescer” num mundo ainda dominado, quase que exclusivamente pela lógica machista, mas já se apercebem que os cenários podem ser mudados e que as tendências se alteram a cada momento, transformando fatos circunstanciais propícios a alternativas de mudança de paradigmas.

E as Marias vão descobrindo que, apesar dos limites que lhe são impostos, tem muitos caminhos a trilhar, muitos horizontes a descortinar, muitos espaços a ocupar, muitos destinos a buscar, muitas lacunas a preencher, muitas estrelas a contar...! (E as estrelas são infinitas, assim como o são as oportunidades).

E vão em frente, numa saga determinada por igualdade de direitos, proteção, saúde, educação, lazer, oferta e condições de trabalho; denunciando o preconceito e a violência como questões sociais fundamentais de desrespeito à sua cidadania.

É sobre este prisma que queremos referendar a “causa da mulher” neste 08 de março de 1997 para que, a sociedade reconheça a sua importância, seja consciente de suas necessidades e curve-se diante de sua força: a força das filha de Eva!

**Samya Coutinho de Oliveira**

Professora da Uece e enfermeira do Hospital de Messejana

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, sábado 08 de março de 1997 – Opinião – p.2)**



(texto 70)

**Zulena Maria de V.**

**Mulheres de ‘marginal’**

A mãe estava feliz. A filha, agora, era uma mulher casada. Satisfeita, dizia: “Pronto, agora, que eu a entreguei ao marido, ele que tome conta dela. Saiu da minha responsabilidade”.

Era um domingo. A filha sentiu saudades de casa e quis rever a mãe e os irmãos. Ela até que se surpreendeu, porque o marido não reagira, como das outras vezes, proibindo-a de sair. Andava triste, sentindo-se só. O marido não queria que ela conversasse com a vizinhança. Por mais que insistisse, já não podia ir à igreja. Quando sobrasse um tempinho, iriam juntos, era o que sempre falava. Por que teria ele mudado de opinião e lhe permitido visitar a mãe?

Ao retornar a casa, notou que a terra do pequeno quintal fora removida, sem que o marido lhe desse menor explicação, e até lhe proibira de ali mexer. Não demorou muito, até baterem fortemente à porta e gritarem: “Abram, é a Polícia!” Ela abriu assustada, porque estava sozinha, sem a proteção do marido. Os policiais perguntaram por seu marido como se já o conhecessem e foram logo vasculhando tudo, até chegarem ao quintal e notarem o chão como se houvera sido cavado. Qual não foi a surpresa da dona da casa, ao desfilarem ante seus olhos, uns pacotes muito bem acomodados em uma caixa de papelão. O primeiro grande desgosto e o primeiro pensamento: o marido era um ladrão procurado pela Polícia. Apoderou-se dela um medo terrível. Sentia-se culpada por ter aberto a porta à polícia. Insistiam para que indicasse o paradeiro do “marginal” e não lhe acreditavam quando afirmavam não saber por onde ele andava e nem sobre o que havia sido encontrado no quintal de sua casa.

Correu a casa da sogra para contar-lhe o ocorrido e ver o que deveria fazer para ajudar o marido. Para surpresa sua, a Polícia já lá estava. Ela ouviu, quando disseram: “Nós lhe damos 24 horas para localizar seu filho e lhe dizer para nos procurar. Diga-lhe que, se não aparecer, a senhora e a mulher dele ficarão detidas”.

Chorando desconsoladamente, insistiu em dizer que não sabia de nada e nem vira quando ele enterrou o roubo no quintal e que não queria ser presa. A mãe e irmãos do “procurado” permaneciam caladas.

A mãe implorou, ao filho, que se entregasse e devolvesse os objetos roubados, jurando-lhe que procuraria alguém, importante, para falar por ele junto ao delegado. Enquanto isso, a esposa iria atrás das pessoas que haviam feito a queixa contra ele, para implorar-lhes que a retirassem.

Assustada a esposa procurou a própria mãe, pedindo que a ajudasse a cumprir a tarefa, tão envergonhada e amedrontada se sentia.

Sem o quererem, filha e mãe, viam-se envolvidas com a Polícia e com o verdadeiro caráter do homem que, apesar de todos os esforços da família, foi trancafiado por envolvimento com tráfico de drogas e “puxadores de carro”.

No dia da visita aos presos, a surpresa pela ausência da esposa. “Digam a ela que, na próxima semana se, ela não vier, quando eu sair daqui, eu mato ela”.

Esta foi jurada de morte. Outras, menos “favorecidas”, identificam-se com a “ocupação” do companheiro, porque não enxergam perspectivas para a própria vida e, mais dia menos dia, transformam-se em presidiárias. Mas, há situação ainda mais triste, a de mulher de “marginal” que, por ignorância, timidez, visão limitada sobre seus direitos como cidadã, mesmo sendo inocente, termina trancafiada no lugar do marido. É o caso de quem, possuindo barraca para morar, vivia com o filhinho, à espera do companheiro, que só aparecia quando tinha fome, necessitava de roupa lavada ou de um lugar seguro onde guardar a “muamba”. Em um dia qualquer, por um motivo qualquer, a vizinha liga para a Polícia, que lavra o flagrante, e leva presa.

Segundo relatório da ONU, para o Ano Internacional da Família (1994), a mulher constitui 70% da população mundial desfavorecida. Isso é preocupante, considerando-se que ela vive na fronteira do medo, do desespero, da depressão, do suicídio devido à opressão e violência que caracterizam o mundo feminino, o que fatalmente, repercute sobre a saúde da família e das novas gerações.

A autora é professora do Departamento de Enfermagem - UFC

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, sábado, 08 de março de 1997 – Opinião – p.2)**

(texto 71)

**João Soares Neto**

### **Mulher**

Quando nasci minha mãe era uma mulher jovem e bonita. A primeira palmada que recebi foi de uma parteira. Fui banhado, vestido e beijado por duas avós e uma meia dúzia de tias.

Tive babá e as minhas primeiras letras aprendidas foram com uma professora. E aí eu fui crescendo e entendendo que o mundo é mais bonito e melhor por causa das mulheres.

Desde adolescente sempre tive amigas que me ajudavam nas paqueras, faziam ciúmes às namoradas e serviam de confidentes.

Entrei na universidade e as minhas colegas cuidavam dos meus apontamentos e livros e sempre estavam dispostos a repassar comigo as lições que não aprendia.

Fiz política universitária e os votos que recebi eram, na maioria, das minhas colegas.

Ao casar tive quatro filhas. Todas lindas, queridas, inteligentes e de excelente caráter.

No meu trabalho sou cercado por mulheres: zeladora, recepcionista, secretária, administradora, financeira, contadora, compradora, psicóloga e programadora.

Na minha casa uma secretária-governanta cuida de mim, ralhando porque como pouco e trabalho muito.

Os meus negócios em banco são sempre resolvidos por mulheres-gerentes e optei por médicas para cuidarem de mim. Clínica Geral, hoje substituída, pasmem, por uma pediatra, oftalmologista, dermatologista e, quando a cuca precisou, fui atrás de uma psicóloga.

Tenho grandes amigas mulheres que, sem merecerem, foram confundidas e mal interpretadas pela atenção que me davam. Tiraram de letra e de forma sobranceira, como só as mulheres sabem ter.

Sou querido por uma mãe desvelada. Tive a petulância de saudá-la no colégio em uma véspera do Dia das Mães e, por conta disso, ainda tem gente que me chama de João Mamãe. As minhas quatro irmãs cortam o meu cabelo, fazem as minhas unhas, levantam o meu astral e sempre foram amigas e leais comigo.

Tudo isso é para dizer, talvez de uma forma machista e com atraso (este artigo deveria ter saído semana passada), que tenho dependência por mulher. Sem essa criatura que o sal e o mel da vida, a um só tempo, a minha vida não teria sentido.

Como disse a psicanalista Maria Rita Kehl: “É que somos, claro, muitos melhores que os homens, já que tudo o que conquistamos foi tirado do que então tinha sido privilegio deles”. Saibam pois, os que lerem estas mal traçadas linhas, que tenho consciência do poder das mulheres da sua capacidade sutil de fazer o que querem e da obstinação que, mais cedo do que se imagina, as fará parceiras verdadeiras dos homens.

(Diário do Nordeste – Fortaleza, domingo, 16 de março de 1997 – Opinião – p.2)

(texto 72)

**Marcos F. da Frota**

### **Contexto do aborto**

A primeira dama dos EUA, Hillary Clinton, em recente pronunciamento sobre o aborto, citou o Brasil como um exemplo a ser evitado pela falta de uma política séria de planejamento familiar. Na realidade, em nosso País, segundo estimativas, todo ano são feitos mais de 1 milhão de abortos, a maioria clandestinos, com seqüelas dramáticas, aterradora mortalidade e à margem dos controles das autoridades sanitárias.

Não é segredo para ninguém que a questão do abortamento divide a opinião da sociedade e suscita debates complexos de ordem moral, jurídica, ética e religiosa e, neste aspecto, as leis, as mentalidade e os costumes não evoluem muito rapidamente. Os defensores do abortamento vêem na liberdade, e mesmo no direito de abortar, um grande progresso de um direito ainda maior que a mulher dispor de seu próprio corpo. É o contexto evolutivo para a individualização extrema dos destinos, de modo que somente o indivíduo tem de se preocupar consigo mesmo, sem contrapartida em termos de deveres para com o parceiro e a sociedade. Para estes, ter a responsabilidade do próximo, de seu parceiro, das crianças a nascerem, é pedir demais e o aborto aparece como perfeitamente legítimo.

Em outro contexto, a questão do abortamento envolve um sentimento profundo de solidariedade e de responsabilidade face ao próximo, totalmente oposto ao individualismo. Aqui, a tarefa é do coração! Tarefa difícil, num mundo em que os valores morais se desagregam e a solidariedade, aceita em palavras, é pisoteada pelos egoísmos individuais. Quem se interessa em salvar a moral?

Quanto ao inexorável mercantilismo que explora o abortamento, o panorama é dramático e cruel. De um lado, riquezas são acumuladas na ilegalidade de práticas abortivas e, de outro, mulheres ficam a mercê de “profissionais” mal preparados e de “clínicas” clandestinas, expostas aos riscos e com índices alarmantes de mortes. E, pior ainda, numa sociedade altamente permissiva, onde os desvios morais constituem títulos de glória, chega-se a anunciar: “Não aborte. Mantenha seu bebê e goze suas férias no Caribe”. Está armado o palco para o “tráfico dos anjos”, quando as mães, em vez de abortar, levam a termo suas gestações e, depois, vendem seus bebês com vantagens para si e, principalmente, para outros.

É preciso ter-se um profundo respeito pela vida intra-uterina e que a interrupção de uma gravidez seja sempre um ato grave e raro. A situação de “risco”, de difícil precisão, não deve servir de alibi aos pedidos de interrupção da gravidez por conveniência pessoal e social. Urge uma melhor informação das mulheres sobre a utilização da contracepção, método que se deseja unanimemente substituir a interrupção voluntária da gravidez. Que as comissões formadas sobre a questão do abortamento sejam multidisciplinares e incluam filósofos, teólogos, moralistas, juristas, médicos e religiosos, para que, num esforço de conciliação, possam proporcionar às mulheres uma verdadeira liberdade de escolha. É imperioso que se estabeleça para a população – não apenas as elites – uma política competente e responsável de planejamento familiar que atenda as realidades sociais e humanas.

O autor é médico

(Diário do Nordeste – Fortaleza, segunda-feira, 17 de março de 1997 – Opinião – p. 2)

(texto 73)

**João Soares Neto**

### **As mulheres de todos nós**

Amanhã, dia 08, se comemora mais um Dia Internacional da Mulher. Talvez, por tal razão, tenham me ocorrido as reflexões abaixo. Não as fiz, com o propósito de agradar ou desagradar, mas com a intenção de procurar entender o que aconteceu conosco, homens e mulheres neste fim de Século. Não, necessariamente, o fim dos tempos. Quiçá, um novo.

Nós, os homens nascidos pelo meio deste Século, não fomos, culturalmente, acostumados a entender a alma feminina. Víamos, em nossas casas, quase sempre, um pai dominador com direito a tudo. Nossa mãe era, via de regra, submissa. Estudávamos em colégios só para homens, jogávamos futebol, brigávamos de tapa uns com os outros, começávamos a namorar meio amedrontados e nos iniciávamos sexualmente com prostitutas.

O nosso contato mais aberto com as mulheres, como parceiras, começava na universidade ou trabalho. Jovens, mulheres e homens não sabiam como lidar um com o outro. Era o princípio de um aprendizado doloroso e, ao mesmo tempo, estimulante. Surgiam os Beatles, acontecia o ano de 1968, eclodia o cenário de Woodstock e o feminismo mostrava a sua cara mais sectária, para se defender de um mundo absolutamente masculino, machista.

Os homens não sabiam como lidar com essa avalanche e reagem mal. Procuravam uma afirmação e não tinham referências para descobrir a saída. A perpetuação do machismo estava sedimentada no seu inconsciente e não havia, ainda, a consciência de que homens e mulheres são seres complementares e não adversários. Não existia literatura, não havia história, não havia boa-vontade e, principalmente, não havia preparo, de lado a lado.

Estávamos atônitos e não tínhamos referências. O resultado foi triste. Os casamentos iam fazendo água. Os que permaneceram, de um modo geral, ainda têm o ranço da conveniência burguesa e se apequenaram na acomodação e na farsa. Os que acabaram, produziram suas mazelas físicas e mentais, desencorajando, muitas vezes, novas relações pelo medo do fracasso e a incapacidade de saber lidar com circunstâncias novas, como conviver com os filhos do outro ou da outra.

Antes que o “bug” do milênio ameaçasse os nossos computadores e, conseqüentemente as nossas vidas, fomos atacados por esse vírus do descompasso entre homens e mulheres, irremediavelmente destinados a desvendar os caminhos de uma nova relação, à custa de tantos desencontros e muita dor. Será que valeu a pena?

Claro. É preciso chorar para aprender a alegria de enxugar as lágrimas. É necessário saber como levantar quando se tropeça. É lógico rediscutir as relações homens e mulheres e transformar o casamento não em um contrato, mas em um acordo de vontades, sentimentos e aspirações.

Tudo isso é óbvio, mas a vida nos mostra que nem sempre vemos o óbvio e nos perdemos complicando o simples, como se fôssemos cerimonialistas querendo mostrar serviço. É preciso acabar com o duplo sentido do título. As mulheres não são os nós de nossas vidas. Pelo contrario, é preciso aprender juntos a desatar nós e celebrar alianças. E aí sim, criar um novo nós, mulher e homem, seres distintos e destinados a formar uma nova sociedade à procura das respostas que não conseguimos descobrir, ainda.

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, domingo 7 de março de 1999 – Opinião – p.2)**

(texto 74)

## Papel da Mulher

As três últimas décadas registram avanços consistentes no processo de afirmação social da mulher. São frutos da luta surda, incompreendida e lenta contra uma herança cultural arraigada com predominância dos homens, aceita até por expressivo contingente de mulheres. Os esforços desenvolvidos por lideranças femininas são para a construção de uma sociedade que ofereça iguais oportunidades aos dois sexos.

O início do século XX marcou as primeiras iniciativas isoladas das mulheres que superaram as barreiras sociais responsáveis pelo ambiente discriminador em que viviam, à margem do progresso econômico e da evolução da sociedade. Amplos espaços eram abertos no mercado de trabalho e os direitos sociais começavam a ser reconhecidos pela legislação. O público feminino demorou a sair do casulo de proteção ao sexo frágil, argumento utilizado para mantê-lo em condições de inferioridade.

O importante é que esse passado de pouco brilho se tornou apenas um referencial. A mulher evoluiu por força de uma ação minoritária, é verdade, mas trazendo a determinação capaz de repercutir suas aspirações, de pôr em prática suas idéias de liberdade individual e de seu valor como pessoa. Nesse ponto, não há favor a ser resgatado. Pelo contrário. A afirmação da mulher atual e a ruptura das amarras do preconceito são conquistas suas, exclusivamente.

Até a década de 50, prevalecia no Brasil o modelo de família patriarcal, em que a mulher exercia papel subalterno, servindo, apenas, para intermediar as relações entre o marido e os dez, doze, quinze e até dezoito filhos. Na segunda metade do século, surgiu o padrão axial de família, alterando substancialmente o seu papel no grupo familiar, saindo da condição subalterna para nivelar-se à mesma posição do marido, iniciando a redução do padrão médio de apenas três filhos.

O passo seguinte foi a expansão do mercado de trabalho feminino, disputado por etapas, inicialmente no serviço público, com um único turno de trabalho. Além das prendas do lar, a professora, a parteira e a enfermeira são as profissões iniciais do trabalho feminino espalhadas pelos mais diversificados mercados, com maior presença no magistério – seguindo a tendência inicial – nos serviços médicos, nas redações dos veículos de comunicação, no serviço social, na psicologia, biblioteconomia e na economia doméstica.

A mulher cidadã demorou a ser eleitora, pois um dos primeiros títulos femininos data das eleições de 1928, no Rio Grande do Norte. Na política ela figura em pequena quantidade. Para a correção dessa disparidade, a então deputada Marta Suplicy liderou um movimento no Congresso Nacional para que os partidos fixassem cotas seqüenciais a partir de 20%, dentre seus candidatos, reservadas às mulheres vocacionadas para a disputa do voto. Embora esse sistema não seja ideal, é digno de nota que essas cotas ainda não são preenchidas.

As questões pontuais do mercado de trabalho feminino ainda arrolam dificuldades como a dupla jornada, seu reflexo na educação dos filhos e salários diferenciados em algumas profissões. Entre as mulheres dedicadas somente ao labor doméstico, houve poucos avanços até mesmo nas relações familiares, nas quais

prevalecem resquícios do patriarcalismo. Muitas vezes, o seu universo social se concentra nas relações familiares e de amizade.

Entre as que saíram para o mercado de trabalho formal, há conquistas substanciais, como há também algumas dificuldades em compatibilizar vantagens e obrigações. Alguns segmentos, enquanto festejam as vantagens obtidas, não assumem os ônus gerados no ambiente externo em que atuam.

No transcurso do Dia Internacional da Mulher, é mister saúda-la, reconhecendo a contribuição oferecida ao processo de construção social.

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho!”

Edson Queiroz

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, segunda-feira 08 de março de 1999 – Opinião – p.2)**



(texto 75)

## Mônica Barroso

### A mulher e o poder

Comemoramos mais um oito de março – o Dia Internacional da Mulher.

Aqui no Ceará, onde a violência doméstica com suas trágicas conseqüências campeia temos, entretanto, um fato histórico a comemorar: chega à presidência de um dos poderes estaduais uma mulher – desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins, viva!!!

Imagino os fardos que a senhora desembargadora teve que suportar para chegar aonde chegou... E admiro-a mais ainda. Com certeza, ela realizou o sonho das mulheres que militam na Justiça cearense e lembro-me, na oportunidade, de uma sua antecessora que quase chegou lá e que não podemos deixar de homenagear: desembargadora Auri Moura Costa. Foi esta senhora que possibilitou que as mulheres sonhassem com o trono do Judiciário local. A desembargadora Auri não logrou êxito na “ousadia” mas, o destino implacável no fiar da roca do tempo, trouxe a desembargadora Águeda para cumprir este desiderato.

Vi-a recentemente sentada à cabeceira do Tribunal Pleno e, sorri sentido-me justificada e mandei mudamente uma mensagem para a desembargadora Auri: Descanse em paz, chegamos lá, sua luta não foi em vão.

Estava escrito, talvez nas estrelas, que o desembargador José Maria de Melo entregaria seu trono para uma mulher e ele assim o fez. A desembargadora Águeda não se diz feminista, e, no dizer de antanho, uma moça simples, boa dona de casa, esposa carinhosa e mãe amorosíssima.

Não descuidou, entretanto, de suas funções no múnus público. E não admitiu que ninguém lhe desrespeitasse pela sua condição de mulher, que fez, naturalmente, brilhar.

Isto, senhora desembargadora, é ser feminista. A diferença é que sua revolução fez-se aos poucos, não necessitou de grandes embates públicos. Mas recordo das lutas travadas pela desembargadora no seu caminhar, e não foram poucas...

Mas lembram da desembargadora Auri? Esta por ser pioneira, pagou o preço e não conseguiu dirigir seus pares. Quantas que vieram antes de nós, não conseguiram chegar perto de seus sonhos pelo simples fato de serem mulheres?

Acompanho de perto o trabalho da desembargadora Águeda e constato com orgulho que, qual um cometa, ela tem deixado atrás de si um rastro de luz: fez um belo trabalho no Tribunal Eleitoral e, recentemente, à frente do Fórum Clóvis Beviláqua deu exemplo de eficiência no trabalho da coisa pública.

As crianças e os adolescentes do Ceará são as que mais têm a agradecer a senhora desembargadora: o trabalho desenvolvido frente ao Juizado da Infância e da Juventude fez daquela unidade uma referência nacional.

O futuro do Ceará está de parabéns e nós, o presente também.

E, de um cantinho qualquer junto aos justos, o passado se vangloria e a desembargadora Auri, com certeza, sorri por entre as estrelas. Elas abriram com

bravura novos caminhos que nós mulheres podemos trilhar, elas provaram que é possível.

Por isso, fico de cá torcendo que outras, tais como as juízas Huguette Braqueais, Edite Bringel e Gisela Costa, tenham assento no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará o quanto antes e misturem o saber feminino nas decisões prolatadas por aquela Corte.

A autora é presidente da Associação dos Defensores Públicos  
**(Diário do Nordeste – Fortaleza, segunda-feira, 8 de março de 1999 – Opinião – p.2)**

(texto 76)

## O Dia da Mulher

Nenhuma criação da natureza foi tão importante quanto o da mulher! Na história da criação dos céus e da terra, diz-se que “Deus formou o homem do barro da terra e inspirou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem se tornou um ser vivente” (Gênesis 2,7).

Conta-se também que Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe companheira que seja semelhante a ele” (Gn 2,18). Então, “o Senhor Deus adormeceu profundamente o homem e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e preencheu de carne o seu lugar. (Gn 2,21) E da costela que tinHa tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e levou-a para junto do homem” (Gn 2,23).

Por isso, “o homem deixará seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher e os dois serão uma só carne” (Gn 2,24). E o Senhor Deus, abençoando-os, deu-lhes uma importante missão: “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra!” (Gn 2,28).

O homem e a mulher, portanto, completam-se mutuamente e foram criados um para o outro, para viver em família. Mas, o homem, desde a criação, certamente por ter uma constituição física mais forte que a da mulher o por julgar que tem o poder de dominar a terra e a mulher foi tirada do seu corpo, usurpou da mulher o poder de domínio que Deus deu aos dois e passou a tratar sua companheira como subalterna e submissa.

Assim, a mulher, durante séculos e milênios, foi escrava do homem, servindo-lhe apenas para saciar-lhe os apetites sexuais e cuidar dos filhos e da casa. Mais tarde, quando se cuidou da educação, o futuro da mulher consistia em encontrar um bom marido.

Há cerca de trinta anos, li um livro de autor americano, salvo engano William Durant, em “Filosofia da Vida”, em que ele diz que, no setor social, nenhum acontecimento, no período dos primeiros cinquenta anos deste nosso século, teve tanta importância e repercussão, quanto o da independência da mulher!

Na verdade, não está longe o tempo em que a mulher não podia sequer votar, nem participar de concurso para obter um emprego, nem exercer certas profissões. A admissão de mulheres, como empregadas, por exemplo, entre nós, no Banco do Brasil, ou em tribunais de justiça, não era admitida e somente passou a se dar por uma conquista moderna da mulher, como foi o direito de votar. E sofriam discriminações, de toda natureza, no seio da sociedade.

Atualmente, ainda existem muitas restrições à mulher, mas a mulher adquiriu sua liberdade, inclusive como dona de seu corpo, e está se impondo em todos os campos da atividade humana, trabalhando em qualquer lugar e disputando com o homem o sucesso da vida, com brilho e eficácia. Até futebol já está jogando...

Quando estudei Medicina Legal, no Curso de Direito, lembro-me de estudantes fazendo galhofas das mulheres, dizendo que elas eram mesmo inferiores ao homem, porque seu cérebro era menor do que o do homem. Costumo, no entanto, dizer que o mundo do amanhã é dos jovens e das mulheres. E na verdade será.

O dia 8 de março é dedicado à mulher e comemorado como o Dia Internacional da Mulher. Merece, realmente, ser homenageada e festejada no seu dia, mas a mulher não tem dia, porque todos os dias são da mulher! Realmente, é a mulher a fonte da

vida. O homem, seu companheiro, tem apenas o papel transitório de fecundá-la, mas é no ventre da mulher que começa a se perpetuar a vida do homem. Nascido o filho, entre gemidos, gritos, sofrimento e alegria, é ela quem o amamenta, é ela quem cuida de todas suas necessidades, durante dias e noites, sem cessar, suportando o choro que não a deixa dormir, é ela que vela pela educação e a saúde do filho e acompanha com renovada preocupação seu crescimento e o desenrolar de sua vida. Ainda quando adultos os filhos, é sempre a mulher seu Anjo da Guarda. E mesmo quando o filho é ingrato e se torna, porventura, um mau caráter, é sempre a mãe, que está a seu lado e sofre e procura justificar as loucuras do filho.

Eu, nascido homem, quero penitenciar-me das injustiças que continuo praticando com as mulheres, rendendo-lhes, aqui, pelo dia 8 de março, minhas sinceras homenagens.

**Luís Crus de Vasconcelos**

Advogado

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, sábado 12 de março de 1999 – Opinião – p.2)**

(texto 77)

### Mérito reconhecido

Transcorre o Dia Internacional da Mulher, efeméride lembrada a cada ano, mas sem traduzir a exata dimensão do valor que lhe deve ser atribuído, em razão das conquistas acumuladas ao longo deste século. Reconhecer o mérito da mulher, mais do que dever, é uma forma de exaltá-la.

No curso da centúria que se fecha este ano, as conquistas assinaladas pelo exército feminino se processaram de forma lenta, porém, cumulativas. O primeiro estagio foi a superação de boa parte dos preconceitos que limitavam o seu papel social. Revestidos de propósitos defensivos, eles, no fundo, lhe tolhiam os passos.

Mesmo assim, perduram resquícios de uma sociedade marcadamente dominada pelo homem, impondo, assim, seu controle. Não faz muito tempo, a mulher, de forma geral, não passava de objeto. Os sinais desse mundo coisificado não desapareceram, mas os avanços são salutares. A mulher vem-se tornando sujeito do seu destino.

O ganho inicial, pela sua expressividade, se registrou no âmbito da cidadania. O primeiro voto feminino, em 1926 no Rio Grande do Norte, abriu caminho para que o contingente de mulheres se tornasse eleitor a partir de 1932, decidindo pleitos pelo seu peso numérico.

O direito de votar, inserido na legislação que regulamentou o pleito de 1934, o primeiro e único do período do Estado Novo, foi seguido pelo direito de ser votada. Corrigiu-se, desse modo, uma anomalia imposta pelo modelo de sociedade patriarcal que vigorava no País. A mulher adquiria, desse modo, posição de cidadã.

A timidez da época, vencida, apenas, pelas mulheres de vanguarda, não era muito diferente das condições atuais. Falta entusiasmo ao público feminino para preencher as cotas reservadas às candidaturas femininas, dentro da legislação partidária que lhe reserva 25% do total de vagas.

Foi no mercado de trabalho que aconteceram modificações substanciais. O conjunto de direitos sociais, incluídos na Consolidação das Leis Trabalhistas, protegia a mulher de condições insalubres de trabalho. Como predominava, à época, o emprego industrial, as normas lhe impediam o trabalho noturno.

Presentemente, expandem-se os serviços e, com ele, a mão-de-obra feminina, não podendo haver distinção entre sexos nas jornadas de trabalho. Daí a normalidade da presença da mulher no trabalho noturno, como decorrência natural das atividades terciárias. Neste ponto, a legislação caducou.

A mulher se tem afirmado, cada vez mais, no campo profissional, em igualdade de condições com o homem. E em alguns seguimentos, está-se tornando maioria no mercado de trabalho. O magistério, nos três níveis, registra o crescimento vertiginoso da presença feminina nas atividades didáticas, com brilho e competência.

Na área das ciências médicas, a mulher também vem despontando, tanto no magistério como na pesquisa teórica e aplicada. Laboratórios, hospitais, centros de pesquisa e salas de aula têm sido o campo de expansão preferencial do grupo feminino, aliando desempenho de qualidade com alto senso profissional.

No âmbito dos transportes, da comunicação e de gestão empresarial, a presença da mulher em postos de comando tem obtido desempenho elogiável. Como é o mérito

que prevalece na indicação dessas executivas, os resultados confirmam o acerto das escolhas.

A mudança no papel social da mulher, de maior repercussão nos últimos 100 anos, diz respeito ao seu comportamento sexual. Primeiro, no anos 60, com a massificação do consumo de contraceptivos, descobrindo a liberdade sexual; depois, pela afirmação de sua independência na escolha dos parceiros.

Essas conquistas, porém, só alcançam uma parte da sociedade mundial. Em muitos lugares, a mulher ainda padece a inconcebível condição de inferioridade. Seu resgate é a finalidade deste dia comemorativo.

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho!”

Edson Queiroz

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, quarta-feira 8 de março de 2000 – Opinião – p.2)**

(texto 78)

**Socorro Magalhães**

### **As conquistas da mulher**

O século XX destaca-se como um período de grandes conquistas em favor da mulher, embora ainda haja muitas etapas a serem vencidas para que se possa proclamar uma vitória ampla e abrangente, neste tocante, em todos os países do mundo.

A ciência médica, através de notáveis e fascinantes avanços, desenvolveu poderosas armas para proteger-lhe a saúde e o bem estar. No contexto social, amplos direitos lhe foram reconhecidos e, assim, teve ela chances de plena realização nas mais diversas áreas profissionais, muitas delas consideradas inacessíveis ao injustificadamente denominado “sexo frágil”.

Não se pode admitir nos dias atuais qualquer política social discriminatória que reserve à mulher uma situação inferiorizada, pois até hoje não provou a ciência fosse ela, geneticamente, menos dotada que o homem. Execráveis são as ideologias e doutrinas preconceituosas que lhe impõem limites sociais, educacionais, cerceando o exercício de seus direitos, de sua liberdade. A escritora norte-americana Leslie Rogers, em seu livro “Sexing the Brian”, afirma que são as habilidades naturais da mulher e não as aprendidas que lhes possibilitarão dominar o mundo dos negócios no próximo século.

Lamentavelmente, porém, ainda há muitos países em que a mulher nada tem a comemorar. Analfabetas em sua maioria, vivendo em situação de miséria e penúria, desconhecem essa palavra conquista. O mundo parou para elas e as condenou ao inferno aqui mesmo na terra. É com essa situação humilhante que nos deparamos em muitas regiões da África e nos países islâmicos.

Na Índia a funesta tradição da doação de um dote da família da moça à família do pretense marido tem estimulado a prática de abortos e de assassinatos de bebês do sexo feminino pelos próprios pais. Tudo isso em decorrência da extrema miséria e do atraso cultural a que estão relegadas parcelas consideráveis da sua população. A mutilação dos órgãos genitais em meninas para suprimir-lhes a sexualidade ainda é rotineira em muitos países no mundo num gesto cruel de violação dos direitos humanos.

A milícia Taleban, que domina o Afeganistão, chegou ao extremo de proibir que as crianças do sexo feminino frequentassem a escola e as mulheres exercessem alguma profissão fora do lar. Médicas que conseguiram fugir de lá encontram-se no Paquistão exercendo funções de faxineira ou outras profissões não condizentes com a sua formação universitária para sobreviver. Lá e em outros países também de religião islâmica, se as mulheres ousarem se apresentar em público com vestuário que não as cubra dos pés à cabeça, poderão ser apedrejadas até a morte.

Em nosso país onde há muito o que fazer para melhorar o sistema de saúde, é preciso que se dê maior atenção à mulher, principalmente a partir dos 40 anos, época em que se inicia o declínio hormonal e o envelhecimento cerebral.

Todos sabemos dos benefícios da terapia de reposição estrogênica na melhoria da qualidade de vida, na prevenção da osteoporose, das doenças cardiovasculares, da doença de Alzheimer. Esta atinge mais mulheres do que homens, pois em cada 5 casos diagnosticados, 3 são mulheres, acometidas após a menopausa, o que corrobora a suspeita de que o hipoestrogenismo pode tornar o organismo mais susceptível a essa enfermidade.

É também com o exaurimento total da função ovariana que diminui a absorção das vitaminas C, E, beta-caroteno e cálcio que retardam o envelhecimento, reativam os neurônios e evitam a perda precoce da memória. A vitamina C tem propriedade de reduzir danos aos tecidos, impede a perda do colágeno, mantém o vigor e a elasticidade da pele. A vitamina E tem ação protetora contra doenças cardiovasculares e certos tipos de câncer. O beta-caroteno é um excelente antioxidante e o cálcio tem papel importante na prevenção da osteoporose.

Na rede de saúde pública, praticamente, não dispomos do mínimo necessário ao atendimento de pessoas que a procuram com desconfortáveis sintomas de declínio hormonal como ansiedade, angústia, ondas de calor, sudorese profusa, insônia e até mesmo com crises depressivas, capazes, muitas vezes, de pôr em risco a estabilidade e a harmonia familiar. Nesse caso, o profissional de saúde sente-se impotente por não poder solucionar, face à indigência de recursos, um quadro perfeitamente contornável.

O que estamos assistindo, talvez por desconhecimento das causas subjacentes do quadro clínico ou por falta de medicamentos específicos disponíveis, é a uma crescente prescrição de anseolíticos e antedepressivos com o perigo de criar nessas pessoas uma dependência a esses tipos de drogas. É preciso que se dê maior atenção às nossas mulheres carentes. O ônus da prevenção será mínimo se comparado com os custos do tratamento das doenças, seqüelas, dias de afastamento do trabalho que advirão, fatalmente, pela falta de assistência em tempo hábil.

Por outro lado é consabido que a produção de radicais livres exerce influencia malfazeja no processo de envelhecimento. Uma alimentação inadequada, rica em carboidratos simples (açúcares) e/ou em gorduras, induz a oxidação dos tecidos. As dietas de baixo teor de calorias e gorduras têm sido associadas a um aumento da longevidade. Razão disso estaria na diminuição dos fatores que promovem a produção de radicais livres.

Necessário se faz seja estabelecido um programa alimentar com um bom aporte de vitaminas antioxidantes, a prática de exercício físico sob orientação adequada e a adoção de um estilo de vida saudável, como medidas preventivas do envelhecimento precoce e de doenças degenerativas crônicas. A luta da mulher continua em busca da conquista de uma vida digna, de um envelhecimento salutar, ao qual seja associada uma boa qualidade de vida.

A autora é médica

**(Diário do Nordeste – Fortaleza, segunda-feira 20 de março de 2000 – Opinião – p.2)**



(texto 79)

### **Dia da mulher**

O Dia Internacional da Mulher será comemorado, hoje, em clima de retomada de uma luta que experimentou seu auge na efervescência dos movimentos de esquerda. Com a abertura, houve uma redefinição de estratégias, com as diversas facções políticas passando por um verdadeiro revisionismo de suas idéias.

A derrubada do muro de Berlim, que representou o fim de uma era de opressão, na Europa, e também um esforço de ocidentalização total do Mundo, contribuiu para jogar a última pá de cal nos focos de resistência ideológica de esquerda. Em meio a tudo isto, para os puristas, a ideologia marxista continua intocada, sob a justificativa de que jamais foi implantada, em qualquer país.

Os movimentos feministas têm ancestrais bem mais remotos, mas foi com o socialismo que ganharam força, contribuindo para isto também a entrada da mulher no mercado de trabalho. O Brasil esteve na vanguarda destes movimentos, revelando lideranças políticas e vocações intelectuais que enriquecem a nossa cultura.

A dra. Nise da Silveira, alagoana, é uma dessas pessoas dedicadas à ciência e à cultura, que dignificam a raça humana. Foi pioneira, numa área que os homens consideravam proibida às mulheres. A desmistificação da mulher, como mãe, dona-de-casa e companheira, em resumo, uma espécie de escrava do homem, contribuiu para muitas conquistas, mas ainda estamos longe do ideal, em termos de participação efetiva do sexo feminino.

A questão é mais complexa porque a mulher não pode se libertar da opressão, do mesmo modo que o homem, submetido à opressão das relações de trabalho injustas, das deficiências dos serviços de educação e de saúde da família.

A marginalidade se multiplica, jogando grande número de crianças nas ruas e isto compromete a consolidação dos pressupostos de uma sociedade equilibrada. O analfabetismo crônico faz vítimas entre homens e mulheres, com seqüelas mais profundas junto aos trabalhadores do campo.

As mulheres não chegarão a muito, se a luta for particularizada ao extremo, descambando para o facciosismo e o confronto. A luta não comporta concessões, mas é geral e deve ser fortalecida com as reivindicações da sociedade como um todo.

A luta pela desburocratização da Justiça e contra a impunidade e a violência, a melhoria das condições de trabalho, a ampliação dos serviços de educação, saúde e saneamento são lutas feministas e também de toda a sociedade e devem servir para reflexões profundas, neste dia da Mulher.

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, sexta-feira, 08 de março de 1991 – Opinião – p.A-4)**

(texto 80)

## Mudança na força de trabalho

Joyce Miller

Nestas últimas décadas, o número de mulheres na força de trabalho dos EUA aumentou dramaticamente. Cada vez é maior o número de mulheres que entram na força de trabalho, e hoje as dez ocupações para as quais mais se abriram novos postos de trabalho, nas últimas décadas, são ocupações tradicionalmente dominadas pelas mulheres. Contudo, estas novas oportunidades não são só em atividades usualmente consideradas femininas. Ao contrário, as mulheres estão fazendo notáveis incursões em ocupações antes exclusivamente desempenhadas por homens, como por exemplo, nos negócios de bens imóveis e na luta contra incêndio.

À medida que esta nova tendência evoluiu, foi alterada de maneira significativa a realidade das antigas noções familiares, quando o homem era o único que ganhava o sustento da família, pelo menos enquanto os filhos eram menores de idade. Hoje, nas famílias encabeçadas pelo casal, mais de dois terços das mulheres trabalham em tempo integral fora de casa. Mais da metade das mulheres casadas com filhos com menos de um ano de idade trabalharam fora, e 65% das mães com filhos menores de 18 anos também.

Dos 73% de mulheres que trabalharam fora, todas o fazem em tempo integral. Além da responsabilidade de cuidar das crianças, mais de um milhão de mulheres têm a responsabilidade de zelar pelos pais e maridos enfermos ou já de idade. Em pesquisa de opinião realizada entre os empregados federais, a metade das mulheres disseram que tinha a seu cuidado um parente idoso. Duas em cada três mulheres sustentam a família ou pelo menos contribuem com a metade das despesas.

Assim, ironicamente, cada vez é maior o número de mulheres americanas que engrossam o número de “trabalhadores pobres”, embora trabalhem, seu salário e demasiadamente baixo para elevá-las a um nível acima da pobreza.

Os sindicatos aumentaram significativamente os salários das mulheres em relação aos salários dos homens que fazem o mesmo tipo de trabalho, estão lutando contra o abuso sexual nos centros de trabalho, mediante contratos, educação e procedimentos legais, assim como negociando planos de atendimento a crianças e idosos.

Joyce Miller é colaboradora da Agência Planalto

(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira, 10 de março de 1992 – Opinião – p.A-4)

(texto 81)

### **Os movimentos feministas** Carlos Jorge Coêlho de Melo

O dia 8 de março consagrado internacionalmente à mulher, desperta em nossa consciência uma interrogação: os movimentos feministas que buscam mais liberdade e espaço nas atividades consideradas efetivamente masculinas são válidos? Certamente algumas pessoas, naturalmente do sexo “frágil”, responderão afirmativamente, observando ser necessário que a mulher tenha os mesmos direitos que os homens, destes não se excluindo a plena liberdade sexual, nem o uso do corpo para a prática até do aborto.

Outras, mais sensatas, que sabem discernir liberdade de libertinagem, opinarão favoravelmente às reivindicações justas, ou seja aquelas que visam contar a violência, a não exploração da mulher sob qualquer aspecto, uma maior abertura no mercado de trabalho, ou a integração feminina na grande parte das tarefas de natureza profissional até então masculinas, sem que as mesmas percam a sua feminilidade natural.

Por outro lado, certos homens não vêem com bons olhos esses movimentos, pois desejam acima de tudo que suas mulheres sejam suas sombras, procriadoras por excelência, domésticas exemplares e porque não dizer verdadeiras administradoras do lar.

Na realidade, é necessário acabar de forma definitiva com a concepção de que a dona-de-casa nada faz, uma vez que seu encargo de administrar as despesas do lar, manter a ordem, a disciplina e o zelo pela formação moral e intelectual dos filhos, é tão importante quanto a responsabilidade de dirigir uma empresa.

Já os chamados machistas, por natureza contrários a essas idéias libertárias, acusam as feministas de extremistas e radicais, que tentam impor aos homens seus pretensos direitos, ameaçando sua condição masculina dominadora.

A este respeito, o Livro dos Espíritos esclarece o seguinte: “A lei humana, para ser justa, deve consagrar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher; todo privilégio concedido a um ou a outro é contrário à justiça. A emancipação da mulher segue o progresso da civilização; sua escravização marcha com a barbárie. Os sexos, aliás, não existem senão na organização física, pois os Espíritos podem tomar um e outro, não havendo diferença entre ele neste sentido; por conseguinte, devem gozar dos mesmos direitos.”

Concluindo, informamos que as diferenças entre o sexo masculino e o feminino não existem apenas no plano fisiológico, mas também do ponto de vista psicológico, pois segundo o escritor Rodolfo Calligari “enquanto o homem se conduz pela razão e precisa raciocinar para entender os fatos, a mulher, dotada de intuição, pode sentir de imediato a realidade deles. O homem procura fazer-se admirado por sua força e eficiência; a mulher, por sua beleza e elegância. É próprio da natureza masculina o conquistar e o proteger; já a feminilidade consiste em atrair e ser protegida. No homem o sentimento de paternidade não é espontâneo, nem muito intenso; na mulher, o instinto maternal sobreleva a qualquer outro. O homem tem o gosto das aventuras; a mulher quer estabilidade e segurança para poder criar os filhos com tranqüilidade. O homem divide o seu amor entre a esposa e outros interesses que o levam para fora de casa, como o trabalho, a política, o esporte, etc; a mulher, ao contrário, concentra toda

sua afeição no lar, entendido como tal o marido e os filhos. No homem, a satisfação sexual independe do amor; na mulher este sentimento é fator preponderante para aquele prazer.”

Carlos Jorge Coêlho de Melo é membro da Associação Alagoana da Imprensa.

(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira, 9 de março de 1993 – Opinião – p.A-4)

(texto 82)

## O grande universo da mulher

Zenita Almeida

**D**e acordo com as pesquisas, nos últimos tempos a mulher ascendeu em número bem elevado na produtividade do mundo, e ainda assumiu um papel importante no sistema político.

Superando dificuldades, não se pode negar que houve reposicionamento muito positivo na condição da mulher na sociedade. Prova disso as grandes instituições fundadas por lei, em defesa dos direitos da mulher, mulheres bem sucedidas em cargos públicos, carreiras jurídicas, militar, esportiva, todos até então só indicado aos homens.

Contando ainda com aquelas que só foram diplomadas pela universidade da vida, realizando um trabalho árduo, oculto pela legislação, mas digno e positivo para a família e a sociedade.

Hoje se comemora o **Dia Internacional da Mulher**, talvez em louvor aquelas que por reivindicarem seus direitos foram barbaramente sacrificadas, como diz a história. E nesse momento, eu elevo meu pensamento a Deus e agradeço existir na condição de mulher, agradeço também por existir mulheres como Cleonice Ferreira, Terezinha Ramires, Madre Thereza e tantas outras que muito contribuíram e até hoje permanecem contribuindo pela nossa emancipação. Nosso trabalho tem sido contínuo, e os poucos direitos que adquirimos foram duramente alcançados, até no Código Civil, mesmo com as alterações que foram feitas ainda sofremos abusos, não existe cumprimento das leis e muito menos punição para tal.

Somente pessoas fracas e medrosas temem lutar por mudanças, por isso, necessitamos mudar ainda mais os números de mulheres brutalmente penalizadas e violentadas, fisicamente, moralmente, sexualmente e profissionalmente.

Segundo a escritora Tiny, os homens só nos protegem, na medida dos seus interesses, por isto, vamos investir na nossa própria proteção, trabalhando, questionando os nossos direitos de cidadã, limitando essas regras de comportamento machista, onde a nossa beleza física sobrepõe a nossa inteligência nossa capacidade de gerir e administrar, vamos conquistar este **universo** que segundo as estatísticas somos a maioria.

Zenita Almeida é secretária executiva e membro da diretoria do Sindicato das Secretárias de Alagoas.

(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira 8 de março de 1994 – Opinião – p.A-4)

(texto 83)

## A emancipação da mulher

**Carlos Jorge Coêlho Neto**

**N**a oportunidade em que no calendário o dia 8 de março foi internacionalmente consagrado a mulher, indagamos: No momento atual conseguiu realmente o sexo feminino a tão almejada igualdade de direitos com os homens? Prevalece ainda o sentimento machista?

Na realidade, a partir da década de 60 começaram a eclodir as reivindicações dos chamados movimentos feministas. Grupos mobilizaram-se em diversas regiões do mundo, protestando contra a violência, a repressão, a falta de espaço no mercado de trabalho e o crescimento do direito maior a liberdade sob todos os aspectos.

Mesmo reconhecendo as grandes conquistas já alcançadas, por incrível que pareça o machismo e as desigualdades de direitos entre homens e mulheres ainda existem, pelo menos aqui no Brasil. Em reportagem de Marcia Guerreiro publicada no matutino “O Estado de São Paulo” de 7/11/93 foi registrado o seguinte a este respeito: “Os entrevistados do Instituto de Pesquisa Brasmartek acabaram de ouvir de 46% dos homens pesquisados uma mesma frase – “Lugar de mulher é dentro de casa”. Os resultados da pesquisa feita em 13 capitais com 6.003 pessoas, mostraram o perfil do homem brasileiro, namorador, traidor e dominador.

As mulheres, por outro lado, se espantam, pois 60% se dizem vítimas de discriminação no mercado de trabalho na referida pesquisa. Uma em quatro brasileiras é extremamente obediente: permanece dentro de casa como quer o homem.

Muito embora os objetivos justos desta causa, nunca é demais ressaltar que nessa participação feminina deve prevalecer acima de tudo a responsabilidade e o dever, objetivando atingir a tão desejada liberdade mediante um trabalho edificante, em que ela se faça notar de maneira competente, digna e efetivamente útil.

Concluindo, fazemos nossas as palavras do espírito Meimei, quando através da psicografia do médium Chico Xavier afirmou o seguinte: “Missionária da vida. Ampara o homem para que o homem te ampare. Não te conspurques no prazer, não te mergulhe no vício. A felicidade da Terra depende de ti, como o fruto depende da árvore. Mãe, sê o anjo do lar. Esposa, auxilia sempre. Companheira, acende a lume da esperança. Irmã, sacrifica-te e ajuda. Mestreira, orienta o caminho. Enfermeira, compadece-te. Fonte sublimea, se as feras do mal te poluíram as águas, imita a corrente cristalina que no serviço infatigável a todos, expulsa do próprio seio a lama que lhe atiram. Por mais que te aflija a dificuldade, não te confias a tristeza ou ao desânimo. Lembra os órfãos, os doentes, os velhos e os desviados da estrada que esperam por teus braços e sorri com serenidade para a luta. Deixa que o trabalho tanja as cordas celestes do teu sentimento para que não te falte a música da harmonia aos pedregosos trilhos da existência terrestre. Teu coração é uma estrela encarcerada. Não lhe apagues a luz para que o amor resplandeça sobre as trevas. Eleva-te, elevando-nos. Não te esqueças de que trazes nas mãos a chave da vida porque chave da vida é a Bênção de Deus.

**Carlos Jorge Coêlho de Melo é membro da Associação Alagoana de Imprensa.  
(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira 8 de março de 1994 – Opinião – p.A4)**

(texto 84)

## Mulher, Parabéns

Romany Holand

**P**or que se comemora o DIA INTERNACIONAL DA MULHER?

Nos mais variados recantos do universo, o dia 08 de março é marcado por “atos públicos”, principalmente para denunciar as pressões e discriminações que a MULHER – ser humano que se constitui na metade da população mundial – vem sofrendo ao longo dos séculos.

Lembra a prof. Florisa Verucci Fonseca que o pensamento cristão foi bastante influenciado por Aristóteles, que algumas vezes afirmou: “a fêmea é fêmea em virtude de certas carências e qualidades”. Recorda ainda, que foi definida também como “um homem incompleto, um ser ocasional”.

Posições como essas contribuíram para que a própria mulher se sentisse inferior, contudo, nesta oportunidade não cabe discutir o ponto de vista religioso de que “Eva foi extraída de um osso excedente de Adão”, nem tampouco fazer a abordagem pela ótica biológica de que o homem é sempre gerado no interior da mulher.

As mulheres, ao longo do tempo, foram convencidas de que, por causa de suas funções biológicas, tinham por natureza, papel inferior ao dos homens. Por isso, permaneceram sempre submissas, quando na realidade, ter um filho não é coisa tão complicada e a mulher retorna à atividade normal rapidamente, com uma tarefa adicional: nutrir uma criança. Isso é um “plus”, um “algo mais” e que não pode ser visto como inferioridade, muito pelo contrário, é no mínimo, uma afirmação de igualdade.

A sociedade criou o mito da superioridade do homem sobre a mulher e durante anos concebeu a idéia de que ela tinha que ficar em casa e ele tinha que ir buscar o sustento da família com o seu “trabalho”.

Essa idéia de inferioridade da mulher foi tão arraigada que até os “celeiros do idioma” – dicionários segundo Neruda – sempre discriminaram a mulher.

Outras também foram incorporadas ao longo do tempo, pela sociedade como um todo (homens e mulheres), contudo, é fundamental se observar que o desenvolvimento de um povo é sempre medido pela posição que a mulher ocupa na sociedade.

A mulher cada vez mais se prepara para a “virada do século”, aumentando sua participação no poder político e integrando de forma maciça as profissões liberais.

Sem falar nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, onde a toda legislatura aumenta o número de mulheres, a Câmara dos Deputados conta com a participação de 32 mulheres e 481 homens. No Senado da República, dos 81 senadores, 5 são mulheres. Dos 27 estados brasileiros, a mulher tem participação representativa em 18 Estados, no Congresso Nacional (AL, PA, RS, MG, RJ, DF, SP, AC, GO, MS, ES, BA, MT, RO, RR, AM, AP, MA).

Sabendo-se que a agilidade da mulher, é no mínimo, igual à dos homens; que biologicamente pode ser considerada superior, pela capacidade de gerar o ser humano; que é com a mulher que o homem exerce sua sexualidade; que aproximadamente 50% da população da humanidade é de mulheres; enfim, por uma série de outros fatores, não se pode mais dizer como antigamente: “atrás de um grande homem existe sempre uma grande mulher”. O mais correto é afirmar: “ao lado de um homem, existe sempre uma mulher”.

Salve o dia 08 de março. Somos todos iguais, perante Deus e perante a humanidade. Por isso é que devemos lutar. Parabéns a você, mulher.

**Romany Holand é presidente da OAB.**

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, quarta-feira 08 de março de 1995 – Opinião – p.A-4)**

**(texto 85)**

### **Dia Internacional da Mulher**

**Olívia de Cássia**

Nesta quarta-feira, 08 de março, as mulheres de todo o país são homenageadas pela passagem de seu Dia Internacional. Elas aproveitam a data para denunciar que continuam sofrendo com a violência e a discriminação, apesar de a lei garantir os direitos adquiridos com muita luta na Constituição de 1988.

A data ficou estabelecida através de proposta da socialista Clara Zetkin, na II Conferência Mundial das Mulheres Socialistas em Copenhague, em homenagem às mulheres incineradas na fábrica Cotton, em Nova Iorque, no ano de 1857.

O exemplo das operárias assassinadas serviu de marco para o movimento de mulheres, em âmbito mundial, mas vale lembrar aqui das nossas mulheres: as brasileiras alagoanas, cotidianamente exploradas, violentadas e perseguidas – tantas vezes dentro do seu próprio lar como demonstram as estatísticas divulgadas pela GAZETA de domingo, 05.03, que assinalam ser o nosso Estado mais uma vez, campeão de coisas ruins: é líder nacional em homicídios contra mulheres com 24,8% dos casos ocorridos em todo o país, seguido por Pernambuco (13,2%) e o Espírito Santo (11,1%).

Vale destacar que a maioria dos casos de abuso sexual, espancamento, torturas físicas e mentais, são cometidos 90% pela própria família, o que nos leva a indagar: aonde foram parar os valores da raça humana?

A violência contra a mulher é uma covardia. É a manifestação mais trágica da discriminação contra elas e é uma questão que o movimento popular, feminista e sindical ainda não conseguiu superar porque é um problema estrutural da sociedade que é extremamente machista e conservadora.

A mulher foi criada para ser subserviente “boazinha”, para aceitar tudo sempre com um sorriso nos lábios. De repente rompeu as amarras, foi às ruas reivindicar seus direitos, protestar contra a opressão a que está submetida soltando o grito preso na garganta deixando essa mesma sociedade sobressaltada e boquiaberta com tanta garra e disposição de luta, incomodando os que defendem a opressão e a subalternidade da mulher.

**Olívia de Cássia C. de Cerqueira é jornalista**

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, quarta-feira 08 de março de 1995 – Opinião – p.A-4)**

(texto 86)

### **A mulher a as relações de poder**

**Maria Lucia de F. Barbosa Pirauá**

**T**odo individuo exerce alguma influência sobre o meio social em que vive ao tempo em que sofre também influência desse meio; a vida social, necessidade básica dos seres humanos, é uma constante troca de bens e serviços. Todos podem exercer alguma influência política e desde que tomem consciência disso não podem se omitir sob pena de se tornarem cúmplices dos que impõem uma ordem injusta.

E as mulheres, ao longo da sua história têm demonstrado essa conscientização e capacidade de luta em busca de mudança social, obtendo, muitas vezes, resultados que pareciam impossíveis de conseguir.

É com esse poder adquirido pela confiança, pela competência na realização dos fins coletivos que a mulher vem conquistando seu espaço. Não o poder de impor sua própria vontade contra qualquer resistência, mas o poder político de conscientizar, de participar e de transformar.

O acesso das mulheres ao poder político não é compatível com sua influência em outras esferas da vida, nós ainda constituímos uma minoria nos diversos níveis onde são tomadas as decisões, embora sejamos 50% da força de trabalho mundial.

Políticas governamentais em áreas como saúde, educação, emprego, habitação e transportes causam profundo impacto sobre as mulheres que precisam ser co-responsáveis por essas tomadas de decisões.

Tomar decisões sobre assuntos de interesse comum é sempre um ato de poder e traz conseqüências boas ou más para a vida social, e por isso é um direito e um dever nosso lutar constantemente para que um maior número de mulheres participe das decisões políticas.

ROSE MARIE MURARO, ao analisar a evolução do poder, observa que no início da existência humano o poder não compreendia a supremacia do homem e nem da mulher, havia, então, um rodízio de lideranças e todos tinham vez e voz, não existia a noção de individualismo, os interesses do grupo vinham acima dos interesses pessoais.

Quando o homem tornou-se guerreiro e começou a lutar para obter mais terras e mais alimentos, a autoridade passou a ser exercida pela força física, e a competição, a agressão e o individualismo tornaram o poder um privilégio pessoal.

Mas o século XX trouxe a revolução das mentalidades em busca da participação e da igualdade que em nosso país tornou-se lei com a Constituição de 1988.

E as mulheres foram fundamentais para essa evolução, e são as principais agentes desse processo porque preservam valores de solidariedade e partilham, valores esses desqualificados no mundo competitivo, pois as classes dominantes vivem a infringi-los sem qualquer pudor.

A mulher então, com a participação política que vem conquistando faz, e precisa continuar fazendo, esse trabalho de conscientização e formação de novas mentalidades na própria família onde as crianças e os adolescentes possam perceber que há rodízio de lideranças, que as coisas são decididas por consenso e que o exercício do poder dever ser um serviço e não um privilégio.

Daí estão surgindo o novo homem e a nova mulher que através dos movimentos sociais, da participação efetiva e transformadora, contagiam grande parte da sociedade,



constroem novas estruturas e mudam progressivamente e de maneira definitiva as relações de poder.

**Maria Lucia de Fátima Barbosa Pirauá é juíza substituta e presidente da ABMCJ/AL**

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, quinta-feira 07 de março de 1996 – Opinião – p.A-4)**

**(texto 87)**

### **A noite e o dia das mulheres**

**Carlito Lima**

**Q**uanta mulher bonita tinha ali naquele quintal, foi a noite das mulheres no dia oito. Marcial Lima caprichou, festa bonita, alegre, mostrou que alagoana tem veia artística e sabe ser bonita. O show começou com a estonteante gorda mais sexy das Alagoas, Gal Monteiro arrasou, não só é a grande estrela do Coral da Escola Técnica, ela solo está afinadíssima, tessitura de contralto mais feminina não existe, encantou com sua simpatia e sensualidade. Depois foi Nara, arte e elegância, juntas, em uma personalidade forte. Soube no momento, que aquela voz doce era da Nara, a lutadora, que ainda hoje batalha para ver o assassino de seu filho Anderson na cadeia. Tenho maior admiração por esta mulher, pela luta constante de justiça. Continue Nara, a sociedade alagoana está com você. Compreendo e admiro sua tenacidade, pois temos caso semelhante em família, há 10 anos clamamos justiça pelo assassinato do meu cunhado Marcos e não descansaremos enquanto o assassino fugitivo estiver fora da cadeia.

A festa prosseguiu com muita música e mais mulheres cantantes fora e dentro do palco, a alegria contagiou, daqui a pouco estava todo mundo dançando, levantando a poeira do quintal. Wilma Miranda ainda estraçalhou seu repertório, sua voz e principalmente o seu amor pela música, ela canta mais com o coração que a garganta e que repertório. No final a apoteose, todas cantando juntas deram o recado final levantando a galera, foi um show e uma noite alegre como bem sabem fazer as mulheres.

Tenho uma teoria: o mundo será melhor quando for governado pelas mulheres, acredito mais na intuição feminina que na racionalidade de nós, homens.

Onde a mulher é reprimida, a violência campeia, estão aí os países do Oriente Médio, Irã, Iraque e outros, onde mulher é tratada com opressão, falta de amor, sobra ódio.

Falo de cátedra porque em minha casa sempre mandou Vânia, e além de está muito bem administrada, existe amor e carinho entre todos. Agora que ela passou no concurso de promotora, em breve vai para o interior, vou dar a direção da casa para as filhas.

As mulheres estão cada vez mais ocupando os espaços que merecem, vejam Maceió com duas excelentes candidatas à Prefeitura. Duas mulheres batalhadoras, políticas cheias de bagagem ideológica e serviços prestados à luta dos setores progressistas do Estado de Alagoas, é bom se ter opções.

Na Câmara, Fátima, Rita e Terezinha formam o trio feminino batalhador que já está nos anais da cidade. Mulheres brilham nas Alagoas, Therezas, Anildas, Veras,

Fátimas, Angélicas, Marivones, Carmens, Aldas, Solanges, Anas Luizas, Alaris, as Walkírias do turismo e por aí vai.

Rendo homenagem a todas, desde as mais inteligentes às louras burras, das acanhadas às assanhadas, das do lar às executivas, das recatadas às escrachadas, das freiras às prostitutas, das abstmias às biriteiras, das alienadas às engajadas, à negra, à branca, loura, morena, mulata, “dessas que a morte mata e depois chora com pena”.

E Deus criou a mulher, foi ótimo, já imaginou o Paraíso sem mulher e sem maçã? Que troço chato!

Mulher é como Maceió: É bom demais. Very, very beautiful! Como diriam os meninos Mamonas.

**Carlito Lima é membro da Associação Alagoana de Imprensa**

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira 19 de março de 1996 – Opinião – p.A-4)**

**(texto 88)**

### **Liderança feminina nas empresas**

**Cleonice Ferreira dos Santos**

**A**pesar dos obstáculos, estamos caminhando para uma nova visão da realidade. Daí a necessidade de mudanças radicais profundas na participação do papel dos seres humanos, de atributos e hábitos de vida. Estamos caminhando para o desenvolvimento de uma nova teoria da história que leva em consideração ambas as metades da humanidade, recolocando a metade feminina no lugar de onde foi retirada, isto significa, considerar os direitos da mulher como direitos humanos começando-se, então, a construção de um novo paradigma das relações humanas, definido pela parceria e não pela supremacia pautada na violência.

Embora os direitos humanos das mulheres não estejam plenamente garantidos, a nova ordem social já começou. Observa-se, atualmente, que as mulheres estão obtendo sucesso em todos os setores da atividade humana: elas são primeiras-ministras, atletas, ativistas sociais, “âncoras” dos meios de comunicação, ambientalistas, líderes empresariais e profissionais, além de representarem cerca de 52% do eleitorado. Como se vê, apesar da violência e do abuso sexual persistirem entre nós, as mulheres se impõem e realizam mudanças, expressando ao lado do homem, suas potencialidades.

Atualmente, as mulheres estão prontas para avançar no mundo dos negócios. Cresce o número de mulheres que dirigem pequenas e médias empresas e de mulheres diretoras-executivas de grandes empresas. É o que indicam as tendências sobre a participação feminina nos cargos empresariais e gerenciais, embora encontrem muitos obstáculos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, pois ainda subsistem as idéias do sistema patriarcal com atribuições rígidas de papéis sociais.

A partir da Segunda Guerra Mundial tem aumentado o número de mulheres no mercado de trabalho, inicialmente pela necessidade de aumentar a renda familiar. Hoje, a mulher trabalha, entre outras coisas, graças à mudanças substanciais nas políticas administrativas que primam pela qualidade. E se atribui à mulher maior sentido de

responsabilidade, honestidade, criatividade e capacidade de tolerância, qualidades indispensáveis para o gerenciamento.

Apesar das vantagens esmagadoras do estilo de liderança feminina, é importante não esquecer que os preconceitos continuam arraigados em nossa cultura e que, vivenciamos uma época de transição para um novo modelo de sociedade, para isso, é necessário propiciar melhores condições de participação e capacitação das mulheres para que as mudanças necessárias à preservação do planeta e conquista da paz, ocorram num curto espaço de tempo.

**Cleonice Ferreira dos Santos é Professora aposentada da Universidade Federal de Alagoas**

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira 19 de março de 1996 – Opinião – p.A-4)**

**(texto 89)**

### **Ascensão política da mulher**

**Paschoal Savastano**

**A** participação da mulher na política representa uma crescente conquista reconhecida em todas as nações. A Inglaterra é referência de um grande exemplo. Margareth Thatcher, do Partido Conservador, foi primeira-ministra britânica por 11 anos. A **dama de ferro** tornou-se a mais admirada, fascinante e combatida líder do mundo ocidental, neste século.

Thatcher destacou-se pela firmeza de atitude e notáveis decisões. O seu ideário, de pressupostos neoliberais, foi amplo e polêmico. Combateu o aumento de impostos, desenvolveu programa de privatizações e controle de inflação. Defendeu uma economia de livre mercado. Aproximou a Grã-Bretanha das questões mundiais de seu tempo.

A França possui uma grande estrela política, Claude Chirac, 33 anos, filha do presidente Jacques Chirac. De porte esguio, cabelos curtos, olhar luminoso, de palidez sensual realçada por costumeiras roupas pretas. Desfruta de amplos poderes. Os analistas políticos exaltam sua influência nas decisões e rumos do governo francês.

Jacques Chirac, após perder as eleições presidenciais de 1988, foi alvo de transformações. Depois da participação da sua filha tornou vitoriosa a sua carreira política. Aproximou-se do eleitorado jovem, das causas populares e das reivindicações dos ruralistas. Ganhou as novas eleições com 52% dos votos. Claude Chirac tem total apoio do pai para fazer do Poder uma herança política.

A oposição francesa também possui uma figura dominante. Martine Aubry, 45 anos, do Partido Socialista, intelectual, dinâmica, doce alma guerreira. Ex-ministra do Trabalho e Ação Social, nacionalmente admirada por sua dedicação às causas da coletividade. Uma opção das esquerdas para o próximo pleito presidencial.

No continente asiático, apesar das discriminações existentes contra as mulheres, inúmeras dinastias femininas pontificam. O Paquistão, país muçumano, tem como primeira-ministra a carismática Benazir Bhutto. O Sri Lanka possui na presidência a combativa Chaudrika Kumaratunga. Bangladesh é governada pela destemida Khaleda

Zia. Na Índia, a dinastia política dos Gandhi é marcada pela liderança de fervorosas mulheres.

O cenário da política brasileira, registra destacadas presenças femininas. Luíza Erundina, ex-prefeita de São Paulo e ex-ministra da Administração, Benedita da Silva, senadora da República pelo Estado do Rio de Janeiro. Ambas filiadas ao Partido dos Trabalhadores. A ministra Dorothea Werneck, a musa dos tucanos, a deputada Rita Camata, beleza e inteligência, a musa da Constituinte. A deputada federal Jandira Feghali, defensora dos direitos de cidadania, realça um sorriso contagiante e revolucionário.

O governador Marcello Alencar, do Estado do Rio de Janeiro, possui em sua equipe expressões femininas de reconhecido valor técnico. No entanto, o PSDB faz opção por um deputado, como candidato para sua sucessão. O governador, recentemente, aduziu com espontaneidade: **“Eu queria como candidata uma mulher. Acho-as mais sinceras, trabalhadoras e profundamente emocionantes quando tomam a si uma causa”**.

A participação da mulher valoriza o processo político e consolida sua presença histórica. Suas propostas enriquecem e ampliam o debate das questões sociais. A democracia social conquista um grande aliado. Os laços dessa cumplicidade constroem a luta, por uma sociedade mais justa, humana e solidária.

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, domingo 24 de março de 1996 – Opinião – p.A-4)**

**(texto 90)**

### **Olindina da Conceição, a mártir**

**Wilton Moreira**

Há dias, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o simples fato do emprego do vocábulo estupro feito, oralmente, por uma deputada, no momento em que se votava as reformas da Previdência, encontrava-se com a palavra, exatamente, o relator do Projeto, que, entendendo ter sido atingido com o termo **estúpido**, reagiu com aspereza, gerando-se assim um conflito, eivado de ameaças e desacatos, finalmente extinto, prosseguindo-se os trabalhos. A pronúncia destas duas palavras é clara e inteligível, porque elas não são homófonas, homógrafas, nem homônimas. A pronúncia de cada uma é facilmente audível e explícita. Dentro de uma selva de vocábulos e expressões, o estupro surge por seu grave significado na linguagem popular, pois é a ação monstruosa da prática da relação sexual, mediante ameaça ou violência contra a mulher, por causa da agravante, também é aplicado quando se deseja censurar um ato de distorção ou violentação contra a pessoa ou a sociedade. Diante do logicismo, a deputada, decerto, brilhante oradora, valeu-se da palavra para censurar o projeto, usufruindo de sua habilidade e rapidez, forças estuantes para uma réplica. Infelizmente, o relator entendeu que o vocábulo empregado foi **estúpido**. Com Olindina da Conceição, mãe nordestina, pobre, sem estudos, aposentada, ocorreu o inverso, não sabia pronunciar o nome estupro, nem mesmo, erroneamente, **estrupe**, porém sabia dizer estúpido, a resposta como se dirigia àqueles que sempre a agrediam discriminativamente. Não acreditou na existência dos mentecaptos e verdugos e, por causa disso, atravessou, naquela noite, as ruas do Feitosa, um bairro de Maceió,

símbolo da mãe universal, num corpo que não despertava atenção, sendo atacada por três jovens, que, sob ameaças e violências, conduziram-na a um matagal, sofrendo estupro, quando teve seus órgãos genitais dilacerados por um pedaço de pau. Seu nome figura, hoje, nos anais da criminalidade, como vítima do delito previsto nos artigos 213 (conjugação carnal, mediante violência ou grave ameaça) 223, parágrafo único (como resultado, adveio a morte) e o 224, in letra C, Cód. Penal, (em função da idade, não pode oferecer resistência), tudo combinado com a Lei de nº. 8072, de 25 de julho de 1990. Com a nova redação da lei 8072/90 no artigo 6º, parágrafo 3º, foram exasperadas as penas, antes impostas na legislação anterior, com a aplicação de 05 a 15 anos de reclusão e multa, resultando a morte, aplica-se a pena de 20 a 30 anos de reclusão, sem o prejuízo da multa. Assim, houve o aumento, extraíndo o fator da condenação humanizada, sendo um delito insuscetível de liberdade provisória. Olindina da Conceição tornou-se um símbolo e mártir da violência contra a mulher no estado de Alagoas.

**Wilton Moreira é juiz da Vara de Homicídios.**

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, sábado 30 de março de 1996 – Opinião- p.A-4)**

**(texto 91)**

### **A gravidez como agravante**

**Wilton Moreira (\*)**

A lei nº 9.318, de 5 de dezembro de 1996, contém uma das menores redações de legislação brasileira. Contudo, é dotada de um profundo significado na proteção à mulher e exprime a preocupação constante de todos em torno da violência praticada contra o sexo feminino. Infiltra-se dentro das circunstâncias agravantes na aplicação da pena nos delitos praticados contra a vida. O Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940, sobre outro remendo na sua existência de mais de cinqüenta anos. Uma inovação que deveria ter surgido há muito tempo, dada à exigência, a cada dia mais crescente, de se criar meios de defesa em torno da mulher. Os fóruns criminais encontram-se repletos de processos referentes aos delitos praticados contra as mulheres, a vida, estupro, atentados ao pudor, lesões corporais, porém, apesar do correr do tempo, a evolução constante, os movimentos, o conseqüente aumento da prática de ações delituosas, a legislação imutável permanece com o mesmo semblante, como uma estátua de pedra que ameaça, porém, não sai do lugar.

A lei é fácil de ser interpretada. No artigo 1º, fixa a alteração da alínea H do inciso II, do art. 61 do Código Penal com a reforma introduzida pela Lei 7209, de 11 de julho de 1984, com a seguinte redação: Art. 61, letra h: contra criança, velho, enfermo ou mulher grávida.

A partir deste ano, os juízes criminais, ao julgarem o processo-crime, quando a mulher figura como vítima, ele deverá agravar a pena imposta por força dessa circunstância agravante. O art. 61 do Código Penal indica as circunstâncias agravantes, quando não constituem ou qualificam o crime. Essa circunstância deverá gerar a

preocupação da autoridade policial que elaborar o inquérito em torno da condição física da mulher, no momento em que se tornou vítima.

O certo é que os delitos não podem sofrer a redução dos atos praticados. Somente com a rigidez da legislação, deve-se avançar num maior espaço de luta, exterminando-se problemas cruciantes de desafiadores dentro da sociedade. Mas a aplicação da lei significa um fator preponderante, porque, no caso da alteração do art. 1º, da lei 9318, atinge-se maior acréscimo de punição e abre-se, em síntese, mais um caminho dentro do matagal de adversidades em busca do respeito à dignidade humana, no caso, a integridade física da mulher.

(\*) É JUIZ DE DIREITO

(Gazeta de Alagoas – Maceió, 04 de março de 1997 – Opinião – p.A-4)

(texto 92)

### JUSTAS HOMENAGENS

A mulher, vista por Vinicius de Moraes como “espécie adorável da poesia eterna”, recebe hoje, em mais um “Dia Internacional” a ela dedicada as justas homenagens promovidas por diversas instituições e entidades. Certamente, não faltam motivos para ressaltar seus memoráveis feitos e importantes conquistas. E também para lembrar que há ainda muitos países onde ela é submetida a inconcebíveis formas de discriminação e a verdadeiras barbáries, continuando, portanto, sem contar com a sua cidadania.

Nem o fato de as mulheres ocuparem a cada ano espaços até recentemente exclusivos dos homens, e destes passarem a exercer, em maior número, funções consideradas apropriadas ao sexo oposto, como as atividades do lar, tem sido suficiente para garantir às homenageadas deste 8 de março o devido respeito, assistência e os direitos constitucionais.

Desde os tempos mais recuados, a História tem revelado ao mundo incontáveis exemplos de mulheres extraordinárias. De transformações sociais sob sua liderança e iniciativa. De nações inteiras entregues à sua capacidade de discernir, decidir e comandar. Nem por isto, agora, como antanho, as suas reivindicações devem ser diminuídas, e sim diversificadas e avançar.

Nos anos 30, o feminismo brasileiro já estava em marcha. A mulher conquistava o direito de votar, quando ela exercia direitos políticos em 44 países. O Brasil elegia suas primeiras quatro prefeitas; o Congresso Nacional ganhava sua primeira congressista e em alguns Estados, como Alagoas, através da líder feminista e médica Lily Lages, as saias começaram a chegar às Assembléias Legislativas.

Nas últimas eleições, mesmo com o eleitorado constituído na maioria por mulheres, elegendo 19 candidatas às prefeituras e 134 vereadoras, a população feminina teve sua representativa reduzida no Poder Legislativo Estadual e na Câmara Municipal de Maceió. O que é de se lamentar, uma vez que elas têm muito ainda a reivindicar no país e no Estado que faltam dedicar melhores atenções às doenças

femininas e estão longe de interromper os crescentes e diversos tipos de violência e outros fatores agravantes dos problemas sócio-econômicos.

O Brasil permanece discriminando as mulheres e está entre os países de pior tratamento no que se refere à participação delas na vida política, econômica e profissional. Em se tratando de acesso ao poder, a mulher brasileira terá que lutar muito até chegar à posição das que vivem em Barbados, Bahamas, Cuba e Costa Rica, líderes na América Latina neste particular.

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, 08 de março de 1997 – Opinião – p.A-4)**

**(texto 93)**

### **ENTRE AVANÇOS E ATRASOS**

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, na sexta-feira, durante as comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, que hoje transcorre, a apresentação de um plano com o objetivo de ampliar, em dois anos, o acesso de mulheres aos postos mais altos da administração pública. Ao mesmo tempo, recomendou, através de cartas a 12 governadores, que os Estados promovam também as igualdades de oportunidades entre homens e mulheres no serviço público.

Na mesma ocasião, ele disse que uma portaria do Ministério do Planejamento dará prioridade às mulheres chefes-de-família na obtenção de financiamentos da casa própria. E não esqueceu na proposta de reforma do Código Civil que visa colocar a mulher em uma situação de maior igualdade na sociedade conjugal.

No mesmo dia em que estas novidades foram anunciadas, o Gape concluía a apuração da pesquisa, que esta GAZETA publica neste 8 de março, indicando que este segmento social ainda enfrenta profundas discriminações. E muito falta ser feito em seu benefício, apesar dos importantes avanços envolvendo a população feminina no mundo e, especialmente no Brasil, sobretudo a partir dos anos 30, quando conquistaram o direito do voto e começaram a chegar ao poder, a exemplo da médica alagoana Lily Lages, que além de introduzir o movimento feminista em Alagoas, foi a primeira mulher a chegar à Assembléia Legislativa de seu Estado.

Os pesquisadores do Gape constataram, inclusive, que 48% das alagoanas não trabalham fora de casa e 57% disseram ser afetadas também pelas desigualdades em termos salariais e mais de 60% reclamam da falta de oportunidades de emprego. Afora estes problemas, também não deixa de ser preocupante o crescimento da violência contra a mulher nas diversas faixas etárias. Só na Delegacia da Mulher em Maceió há registros de até 20 casos de agressões por dia.

Toda a sociedade deve ajudá-las a enfrentar estas e outras mazelas, participando e incentivando nas lutas que, como registra a História, começaram mais precisamente em 1857, nos Estados Unidos, quando várias funcionárias de um fábrica

têxtil foram mortas queimadas pelo proprietário da empresa pelo fato de convocarem uma greve contra as péssimas condições de trabalho.

Este dia internacional ficaria no calendário para que permaneçam as reflexões sobre a situação da mulher e o reconhecimento ao seu papel não apenas nas atividades domésticas, mas nos mais variados campos de atuação. E também quanto às necessidades crescentes de assistência integral nas comunidades mais carentes.

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, domingo 8 de março de 1998 – Opinião – p. A-4)**

**(texto 94)**

### **A MULHER E A VIDA**

**MILTON HÊNIO**

Amanhã é o Dia Internacional da Mulher. Divina ou diabólica, poderosa ou obscura, a mulher já merece uma história universal própria. A sua imagem, dentro da história, vem sendo marcada com páginas de grandeza, de sacrifício e de malícia. São Bernardo, ao redigi as regras da Ordem dos Templários, recomendou aos Cavaleiros de Cristo fugirem dos afagos da mulher para não porem em risco a consciência e a vida.

Como anjo, a sua divina espiritualidade está imortalizada na ternura daquele doce e humano olhar da Mona Lisa. Com demônio, ela vive na beleza messiânica de Lucrecia, cujos prazeres acompanharam os festins dos Borgias. Como personificação de santidade a encontramos na figura grandiosa da Virgem Maria, o símbolo mais elevado da cristandade e da fé cristã. Como esposa e mãe tem sido no decorrer dos tempos a maior força inspiradora do espetáculo humano, seja na pintura, nas letras, na música e poesia. Porém uma coisa interessante e verdadeira: todas elas, após os 40 anos, têm medo de envelhecer. Que importa a idade cronológica? Uma mulher de 40 anos nos anos 40 era velha, e hoje é um “broto”. Mesmo aos 50, 60 ou 70 as mulheres de hoje não são iguais às de outrora. Cuidar da aparência é um direito de todas elas, enfim, é um direito também dos homens. Enfeitamos nossos filhos, enfeitamos nossos netos. Por que não se cuidar das vovós? Não é isso? Hoje há um mundo de revistas orientando como a mulher ficar mais jovem. Até os 30 a própria natureza cuida, depois tem que ter ajuda. Ginástica, yoga, dança, banho de mar e de sol. As opções são inúmeras. A alegria, porém, é a chave do sucesso.

Os tempos mudaram, as modas também, assim como os pensamentos em relação à vida. A mulher moderna trabalha ajudando no orçamento doméstico, cuida dos filhos, é dinâmica e além de tudo vaidosa. Ela participa da vida, da alegria de viver. Quando perguntaram certa vez a atriz Zsa Gabor, já com 60 anos, como tinha conseguido conservar-se tão jovem e encantadora, ela respondeu: “É que faço tudo para ser moça e encantadora”.

Toda mulher deve colocar no pote de seus cremes todas as esperanças e alegrias. Na corrida contra o tempo, na procura daquele creme que pare os dias, é claro que não vão encontrar. Mas a alegria de viver os dias que vão passando, aí sim, o segredo da jovialidade é o remédio.



Muitas e variadas são as reações das mulheres com o surgimento das primeiras rugas. Muitas sofrem com isso. Os cremes servem para limpeza, hidratação e proteção da pele. As rugas surgem mais depressa com estresse e as angústias da vida.

Convenhamos, entretanto, que cada mulher tem um pouco de todas elas. Se não dominam um império, nem exercem poder sobre o seu povo, dominam o homem exercendo poder de mulher sobre os seus atos. Se não desviam o curso da humanidade modificam às vezes o curso da vida de muitos homens.

Minha esposa, minhas filhas, minhas netas e minha irmã nos tempos atuais, e no passado minha mãe e minha tia Maria Alice foram as mulheres que influenciaram minha vida. Espalham-se pelo Brasil as Universidades da Terceira Idade, em que centenas e milhares de mulheres idosas não querem saber do tempo que vai passando, mas da vida que vai surgindo a cada dia. A todas as mulheres da minha terra, felicidades pelo dia de amanhã. Ponham a vida numa bandeja e sirvam-se.

**Felicidades!**

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, domingo 07 de março de 1999 – Opinião – p.A-4)**

**(texto 95)**

### **CECI, QUEREMOS JUSTIÇA!**

SOLANGE BENTES JUREMA (\*)

Oito de março, Dia Internacional da Mulher. Esse ano não quero falar sobre direitos da mulher ou sobre comemorações. Quero falar da indignação das mulheres alagoanas, mutiladas pela perda irreparável da deputada Ceci Cunha.

Perdemos uma grande companheira, perdemos a única deputada federal que conseguimos eleger, nossa representante no Congresso Nacional, aliás uma representante da qual nos orgulhávamos, pela postura e dignidade com que atuava na vida pública, coisa rara hoje em dia.

O tiro que matou Ceci feriu de morte a democracia e a civilidade que esperávamos ter nesse fim de século e nos maculou a todos, alagoanos e alagoanas ao escancarar a sordidez que pode estar por trás do poder.

Matar uma deputada que foi legitimamente eleita, para usurpar o seu lugar, nos lembra os tempos dos bárbaros. Achávamos nós, que isso acontecia apenas com os povos primitivos.

As lágrimas indignadas dos familiares, amigos e eleitores de Ceci só serão enxugadas quando seus assassinos estiverem presos.

Precisamos acreditar que existe de fato vontade de esclarecer este crime e de punir os culpados.

Mais uma vez a credibilidade e a honra dos alagoanos decentes foram achincalhadas diante do País.

Mais uma vez, foi uma mulher a escolhida entre todos para o sacrifício da usurpação.

Este ano em Alagoas, não podemos comemorar o “8 de março”.

Deveríamos colocar bandeiras pretas em todas as janelas demonstrando o nosso luto, o nosso repúdio e a nossa indignação.

Não podemos aceitar que esse seja mais um crime sem provas, sem culpados, sem solução.

Ceci era um exemplo de mulher – de origem humilde, que lutou com a tenacidade dos fortes, formou-se em Medicina e fez de sua profissão um sacerdócio.

Foi como médica obstetra no contato com o sofrimento e as dificuldades da sua comunidade, que resolveu ingressar na política, não para se aproveitar das benesses do poder, como muitos, mas para ser um instrumento de luta do seu povo.

A expressiva votação de Ceci nas últimas eleições foi um reconhecimento ao seu trabalho e a sua seriedade.

Não podemos permitir que aqueles que foram rejeitados pela sabedoria do voto popular, que precisam se esconder sobre o manto da imunidade parlamentar, ocupem o lugar de Ceci, pois isto macula o Congresso Nacional, afronta a democracia, e agride traiçoeiramente as mulheres brasileiras.

(\*) É ADVOGADA E CONSELHEIRA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – CNDM.

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira 9 de março de 1999 – Opinião – p.A4)**

**(texto 96)**

## **MULHER**

**GERALDO SAMPAIO**

O Dia Internacional da Mulher não é só uma data para comemoração, mas sobretudo para reflexão. Em Alagoas temos muito o que comemorar. As mulheres que venceram são orgulho para toda a sociedade. Elas estão hoje presentes nas mais relevantes atividades públicas e privadas. Venceram na política, como profissionais, como empresárias, como empreendedoras, na literatura, nas artes e no magistério. Estão nos três poderes do Estado, e participam de todas as iniciativas, lideram movimentos na cidade e nos campos, militam nos sindicatos e nos representam em Brasília. Há as que, como a dra. Nise da Silveira, foram pioneiras em todo o país. São razões suficientes para que possamos exaltá-las e manifestar nosso reconhecimento por sua capacidade de liderança, expressando-lhes nossa reverência e respeito.

Se temos o que comemorar, também temos o que lamentar. A vitória delas nos impõe uma profunda reflexão. Sobre tudo sobre a mulher esquecida que ainda não venceu na vida, porque as circunstâncias do mundo em que vivemos lhe impuseram condições amargas de sobrevivência, na dupla jornada de garantir o sustento dos filhos e ter que educá-los. Elas também merecem não só nosso respeito e nossa solidariedade. Precisam, mais do que isto, que todos nós, sem exceção, nos engajamos na sua luta por dignidade, reconhecimento e igualdade de oportunidades. São as mulheres sofridas e curtidas, das quais nunca nos lembramos e as que mais precisam de nós. Porque as reduzimos à condição de exclusão em que sobrevivem, convivendo com a dor, com a morte e a fome? Somos todos responsáveis por sua condição. E se algum compromisso podemos assumir com ela é o de não esquecer-las e de lembrar de sua existência, não no dia, mas todos os dias.

Mas, reverenciemos, também as “Nossas Mulheres”. Aquelas que nos confortam, que nos amam e que nós também amamos. “Nossas Mulheres” são nossas mães, esposas, filhas e netas, nossas paixões. Aquelas que nos elevam e nos inspiram os sentimentos através dos quais nos tornamos mais humanos, menos egoístas. “Nossas Mulheres” das quais nos apropriamos com volúpia e amor, como se nos pertencessem e cuja ternura nos transforma em servos obedientes, atentos aos seus mais ínfimos desejos. Louvemos as mulheres que admiramos, aquelas de quem nunca nos conseguimos aproximar, como seres etéreos, divinos, que nos encantam e nos arrebatam se que nunca tenham consciência de quanto as queremos, sem ousar-mos delas aproximarmo-nos ou tocá-las e que nem por isso passaram em branco em nossas vidas, e que exatamente por isso são também, “Nossas Mulheres” sem saber.

A todas elas vencedoras e vencidas, amadas e desconhecidas, louvemos em nome do Senhor. E àqueles que, como eu, se sentem incapazes de entoar-lhes um canto de amor, nos resta o consolo de dizer-lhes, com a vibração do poeta que melhor as louvou:

## SONETO

### MACIEL MONTEIRO

*Formosa, qual pincel em tela fina  
 Debuxar jamais pôde ou nunca ousara  
 Formosa qual jamais desabrochara  
 Na primavera a rosa purpurina.  
 Formosa qual se a própria mão divina  
 Lhe alinhara o contorno e a forma rara  
 Formosa, qual jamais no céu brilhara  
 Astro gentil, estrela peregrina.  
 Formosa, qual se a natureza e a arte  
 Dando as mãos em seus dons, em seus labores  
 Jamais soube imitar no todo ou parte  
 Mulher celeste. Oh! anjo de primores!  
 Quem pode ver-te sem querer amar-te?  
 Quem pode amar-te sem morrer de amores?!*

(Gazeta de Alagoas – Maceió, terça-feira 9 de março de 1999 – Opinião – p.A4)

(texto 97)

## CONQUISTAS QUE FALTAM

A passagem do Dia Internacional da Mulher foi importante no País pelos diversos eventos realizados que vieram fortalecer as lutas que as entidades da sociedade civil organizada vêm desenvolvendo há vários anos para a manutenção das conquistas da população feminina. E mais do que isso, pois esses movimentos buscam ainda a solução de uma série de problemas que dependem dos governantes, como o fim das desigualdades sociais, das dificuldades de acesso ao emprego, à saúde, à educação, à terra e à moradia.

Esse 8 de março foi marcado também no Brasil com o anúncio, pelo governo através do Ministério da Justiça, da criação de um comitê técnico para ampliar os mecanismos de defesa da mulher e rever a legislação civil e penal, que contará com representantes de movimentos femininos, Ministério Público, Secretaria dos Direitos Humanos e Congresso Nacional, entre outras representações da sociedade civil. “A intenção é criar consenso em torno do tema e aprovar a lei mais rapidamente no Congresso. O grupo terá 60 dias para elaborar a lei e mais 30 para consulta à sociedade civil.”

Atualmente a violência contra a mulher é enquadrada em crime de lesão corporal, mas é raro um homem ir para a cadeia, por falta de tipificação definida. A elaboração de uma lei punindo a violência contra a mulher é uma forma de tentar reduzir os índices de violência, compromisso assumido na Conferência Internacional de Pequim, em 1995.

Na próxima conferência, no ano 2000, o Brasil se comprometeu a apresentar redução da violência contra a mulher. A cada 2 minutos, segundo levantamento que o Brasil apresentou em Pequim, uma mulher é espancada no País.

A primeira-dama, Ruth Cardoso, admitiu que o Brasil não pode voltar a Pequim sem apresentar redução dos índices de violência contra a mulher. O secretário de Direitos Humanos, José Gregori, comparou a defesa dos direitos da mulher à defesa do progresso do País, e o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, anunciou a criação de um grupo de trabalho para analisar e acompanhar a evolução do relatório que o Brasil entregou à Conferência de Pequim.

Para esta quarta-feira, está prevista a realização de uma sessão especial na Assembléia Legislativa de Alagoas quando representantes das diversas entidades ligadas às lutas da mulher deverão abordar vários assuntos relacionados à cidadania, como a falta de registro civil e outros documentos ainda existentes nos segmentos mais pobres da população.

Há outras questões que devem ser discutidas e resolvidas pelo poder público, em parceria com os setores da iniciativa privada, como as diversas formas de violência, entre as quais se destacam as agressões físicas, as discriminações no mercado de trabalho, inclusive em termos de salário, as chantagens com ameaça de perda do emprego.

Que seja melhor evidenciada a trajetória feminina na luta por seus direitos. Que mais pessoas reconheçam que os movimentos das mulheres sempre se confundiram com a luta pela liberdade. No Brasil e no mundo.

**(Gazeta de Alagoas – Maceió, quarta-feira 10 de março de 1999 – Opinião – p.A4)**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)